Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br SEXTA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 2021 Nº 24.894 Preço banca: R$ 3,50

Governo dobra recursos para combater desmatamento na Amazônia

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, disse na quinta-feira (22) que o governo vai dobrar o orçamento deste ano para ações de combate ao desmatamento ilegal na Amazônia. Salles não citou, entretanto, os valores, que, segundo ele, ainda estão pendentes na negociação do orçamento.

"O número preciso dos recursos não é possível estabelecer agora, porque nesta semana se está definindo o Orçamento junto ao Congresso Nacional. Porem, é possível dizer que o que houver de disponibilidade, o presidente vai dobrar o recurso", disse o ministro.

Salles concedeu entrevista, após a fala do presidente Jair Bolsonaro na Cúpula de Líderes sobre o Clima. Em discurso, Bolsonaro se comprometeu a, além de zerar o desmatamento ilegal até 2030, alcançar, até 2050, a neutralidade zero de emissões de gases de efeito estufa no país, antecipando em dez anos a sinalização anterior, prevista no Acordo de Paris.

De acordo com Salles, o governo desencadeará as ações de comando e controle contra o desmatamento ilegal a partir do dia 1º de maio. Página 4

Banco Central flexibiliza limites e regras para arranjos de pagamento

Página 17

Micro e pequenas empresas podem pagar Simples com Pix

Página 3

Bolsonaro promete fim das emissões de gases de efeito estufa até 2050

Foto/Marcos Corrêa/PR

O presidente Jair Bolsonaro se comprometeu, na quinta-feira (22), a alcançar, até 2050, a neutralidade zero de emissões de gases de efeito estufa no país, antecipando em dez anos a sinalização anterior, prevista no Acordo de Paris. "Entre as medidas necessárias para tanto, destaco aqui o compromisso de eliminar o desmatamento ilegal até 2030, com a plena e pronta aplicação do nosso Código Florestal. Página 4

EUA prometem cortar emissões de gases até 2030

O governo do presidente dos Estados Unidos (EUA), Joe Biden, prometeu na quinta-feira (22) cortar as emissões de gases de efeito estufa do país entre 50% e 52% até 2030, em comparação com os níveis de 2005. Com a nova meta, espera induzir outros grandes emissores a mostrarem mais ambição no combate à mudança climática.

O objetivo, revelado no início da cúpula climática de dois dias comandada por Biden, é anunciado no momento em que os EUA tentam reassumir a liderança global da luta contra o aquecimento global, depois de o ex-presidente Donald Trump afastar o país dos esforços internacionais para cortar emissões.

A meta também assinala um marco importante no plano mais abrangente de Biden, de descarbonizar a economia dos EUA inteiramente até 2050 – uma pauta que ele diz que pode criar milhões de empregos bem remunerados, mas que muitos republicanos dizem temer que prejudique a economia.

Os cortes de emissões devem vir de usinas de energia, automóveis e outros setores econômicos, mas a Casa Branca não estabeleceu metas individuais para esses setores.

Metas específicas para os setores serão delineadas mais tarde neste ano.

Como os EUA pretendem atingir suas metas climáticas será crucial para consolidar sua credibilidade na luta contra o aquecimento global, em meio a preocupações internacionais de que o comprometimento norte-americano com uma economia de energia limpa possa mudar drasticamente de um governo para outro.

O plano de infraestrutura de US$ 2 trilhões, apresentado recentemente por Biden, contêm numerosas medidas que podem gerar alguns dos cortes de emissões necessários nesta década, como um padrão de energia limpa para zerar as emissões no setor elétrico até 2035 e ações para eletrificar a frota de veículos. (Agencia Brasil)

Prefeitura vai procurar quem não tomou segunda dose de vacina

Página 2

Maioria do STF vota para manter decisão que considerou Moro parcial

A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) votou na quinta-feira (23) para manter a decisão que reconheceu a parcialidade do ex-juiz Sergio Moro na condução do processo do triplex envolvendo o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Operação Lava Jato.

Até o momento, por 7 votos a 2, os ministros entenderam que a decisão deve prevalecer. Apesar do placar, o julgamento foi suspenso por um pedido de vista do ministro Marco Aurélio. O presidente, Luiz Fux, também deve votar. Página 17

Produção do setor mineral cresce 15% no primeiro trimestre

Página 3

Previsão do Tempo

Sexta: Dia de sol com algumas nuvens e névoa ao amanhecer. Noite com poucas nuvens.

25º C
14º C

Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,45
Venda: 5,46

Turismo
Compra: 5,44
Venda: 5,62

EURO

Compra: 6,55
Venda: 6,55

Esporte

Com Di Grassi otimista, Fórmula E estreia no 18º país em sete temporadas

A Fórmula E estreou em 2014 com uma corrida em Pequim, na China. Na época, a competição se equilibrava em um orçamento insuficiente e estava longe de conquistar o status de campeonato mundial. Sendo um torneio com raízes e as principais bases fincadas em território europeu, o fato de ter escolhido iniciar sua trajetória em um país longínquo já sinalizava, naquela época, o caráter ambicioso do projeto. Sete anos mais tarde, tudo mudou e o agora Campeonato Mundial. Página 18

Foto/ Audi Motorsport

Otazú vence e assume as duas primeiras posições da F-4 Akasp

Foto/ Pedro Bragança

Debaixo de forte garoa, Alberto Otazú (Cardoso Funilaria e Pintura/Bianchi Automóveis/AVSP/No Fire Services/Rolley Ball/Speed Truck/Imab) estabeleceu a volta mais rápida e venceu a segunda etapa do campeonato de F-4 da Associação de Kart Amador de São Paulo (Akasp), realizada no Kartódromo Granja Viana, em Cotia (SP). Em segundo terminou Bruno Biondo, seguido de Hélio Bianchi. Com estes resultados, Bianchi que faz dupla com Otazú assumiu a liderança do campeonato. Página 18

Expectativa de vento forte anima Robert Scheidt para o penúltimo dia de regatas em Portugal

Robert Scheidt entra no penúltimo dia da fase final do ILCA Vilamoura European Continental Qualification, nesta sexta-feira (23), entre os cinco melhores. A expectativa do bicampeão olímpico brasileiro é seguir na luta pelo pódio, que será definido no último dia da competição, neste sábado (24). "Tenho conseguido imprimir boa velocidade e estou me sentindo bem nas regatas aqui em Portugal. Quero aproveitar as quatro regatas que faltam para seguir melhorando minha velejada", afirmou o atleta, sobre o encerramento de sua participação no último campeonato oficial antes dos Jogos de Tóquio. Página 18

Kiko Porto disputa etapa da USF2000 em St. Petersburg, pista de rua na qual venceu no ano passado

Foto/@academydrive

Após a primeira etapa da USF2000 em Barber, o pernambucano Kiko Porto agora chega ao circuito de St. Petersburg, na Flórida (EUA), para mais uma rodada dupla da categoria neste final de semana. Foi justamente na pista de St. Pete, inclusive, que o jovem piloto de 17 anos de idade venceu na USF2000 em 2020, ano em que fez sua estreia no Road To Indy.

Sétimo colocado na classificação do campeonato com 30 pontos conquistados, Kiko acredita em uma evolução para a segunda etapa de 2021. Página 18

SP assegura R$ 980 milhões em concessão de linhas 8 e 9 da CPTM

O Governador João Doria acompanhou na terça-feira (20), na sede da B3 – bolsa de valores oficial do Brasil – o leilão de concessão das linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda da CPTM para a iniciativa privada por prazo de 30 anos. O Consórcio ViaMobilidade Linhas 8 e 9, formado por Grupo CCR e Ruas Investimento e Participações S/A, venceu outros três concorrentes com uma oferta de R$ 980 milhões pela outorga fixa, o que representa ágio de 202% sobre o valor mínimo estipulado pelo Estado.

"É a quarta vez que venho à B3 como Governador de São Paulo, a maior bolsa da América Latina e uma das cinco maiores do mundo. É uma alegria e uma honra que um governo liberal venha aqui mais uma vez para fazer uma concessão pública para o privado. Nosso governo é um governo liberal que acredita no setor privado", afirmou Doria. "E São Paulo tem muitas oportunidades pela frente. Agora em julho, teremos 22 aeroportos regionais para serem concedidos ao setor privado. Nós somos o ente governamental que mais vezes veio à bolsa fazer leilões", acrescentou.

A nova concessionária ficará responsável pela operação, conservação, manutenção, modernização das instalações existentes, construção de novas estações e aquisição de novos trens das duas linhas, propiciando melhorias de desempenho e de qualidade aos serviços prestados.

"Estamos felizes com o lance vencedor e mais felizes ainda pela participação dos demais licitantes. Teremos neste ano ainda mais leilões de mobilidade: travessias, aeroportos e rodovias, com mais oportunidades. O leilão de hoje mostra a confiança do investidor no nosso Estado, que tem estabilidade jurídica e sistemas regulatórios consolidados com projetos bem estruturados", declarou o Vice-Governador Rodrigo Garcia, que também é Secretário de Governo.

Juntas, as linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda da CPTM transportam mais de 1 milhão de pessoas diariamente, de acordo com a demanda anterior à pandemia. Pelo contrato, a concessionária terá que investir R$ 3,2 bilhões para reforma de 30 estações, ampliação de outras seis – Pinheiros, Antônio João, General Miguel Costa, Osasco, Jardim Silveira e Imperatriz Leopoldina – e construção de um novo terminal.

O Secretário dos Transportes Metropolitanos Alexandre Baldy destacou que o investimento de R$ 3,2 bilhões na nova concessão é mais um passo para elevar "a CPTM a uma condição de transporte cada vez mais qualificada, ao que o Governador chamou de padrão Metrô, com menores intervalos, estações cada vez mais novas e acessibilidade."

A concessão também prevê modernização e implantação de novos sistemas de telecomunicação, repotencialização do sistema de energia e adequações nos sistemas de via permanente. A lista das obrigações ainda inclui a aquisição de 34 trens novos, a renovação do pátio de Presidente Altino e investimentos para transferir as atividades de manutenção da CPTM para um novo espaço.

Para operar as duas linhas, a concessionária vai precisar implementar um Centro de Controle Operacional (CCO) próprio, uma vez que as duas linhas atualmente são controladas pelo CCO da CPTM no Brás.

A transferência da operação e manutenção das linhas para a iniciativa privada terá impacto importante na gestão financeira da CPTM, permitindo a priorização dos recursos públicos nas demais linhas de trens metropolitanos.

Continua a cargo do Governo do Estado concluir as obras de extensão de 4,5 km da linha 9-Esmeralda, com duas novas estações – Mendes-Vila Natal e Varginha. Além disso, o poder público também vai entregar as adequações das estações Morumbi (integração com a futura Estação Morumbi da linha 17-Ouro), Santo Amaro (integração com linha 5-Lilás) e Carapicuíba (ligação com Boulevard da Prefeitura).

Atualmente, a linha 8-Diamante atende a seis municípios, com 41 km de extensão e 22 estações. Já a linha 9-Esmeralda atende dois municípios em 31,8 km de extensão e 18 estações, sendo três delas em construção.

Transportes Metropolitanos

A Secretaria dos Transportes Metropolitanos cuida diariamente (em tempos normais) do transporte de cerca de 10 milhões de passageiros que usam os ônibus gerenciados pela EMTU, além dos trens do Metrô, da CPTM e das linhas 4-Amarela e 5-Lilás, concedidas à iniciativa privada.

A Estrada de Ferro Campos do Jordão, no interior do Estado, também é responsabilidade da STM, assim como o Parque Capivari, igualmente em Campos do Jordão e concedido à iniciativa privada.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (SÃO PAULO)

Sobre Covid 19, a coluna tá a disposição dos médicos vereadores Bezerra Jr. (PSDB), George Hato (MDB), Milton Ferreira (Podemos), Frange (PTB), Sandra Tadeu (DEM), o veterinário Goulart (PSD) e do dentista Marcelo Messias (MDB) ...

.

PREFEITURA (SÃO PAULO)

Quem continua sendo tratado de um câncer é o reeleito Bruno Covas (PSDB). Embora despachando no hospital, vale registrar a dedicação dia e noite do vice Ricardo Nunes (MDB) em relação as operações (Covid 19) por toda a cidade ...

.

ASSEMBLEIA (SÃO PAULO)

Deputados e deputadas estão bastante preocupados com a falta da 2ª dose da vacina Coronavac - que o Butantã tá fabricando de acordo com a chegada dos insumos do laboratório chinês. Idosos e idosas tão tomando AstraZeneca ...

.

GOVERNO (SÃO PAULO)

João Doria (PSDB 'liberal de centro') tá enfrentando acusações sobre ter dito - em março 2020 - que o médico David Uip foi quem recomendou o uso de Cloroquina ao então ministro (Saúde) Mandetta. Vão usar isso na CPI (Covid 19) ?

.

CONGRESSO (BRASIL)

Sobre a nota de ontem das CPIs - que culminaram nos grandes roubos de grupos políticos via 'Mensalão'/'Petrolão', a ideia foi lembrar que tiveram grande repercussão; mas nenhuma tinha um fator ainda mais mortal como a Covid 19

.

PRESIDÊNCIA (BRASIL)

Jair Bolsonaro falou o que o mundo queria ouvir, com imprensa internacional registrando. Disse também que o Brasil não é o maior poluidor e que cumprirá as metas de preservação da natureza até 2030 e a 'salvação da Terra' até 2050 ...

.

JUSTIÇA (BRASIL)

... O então juiz Moro - e a 'Lava Jato' de Curitiba - foram julgados suspeitos, mesmo com 'provas' inválidas uma vez que foram roubadas de celulares (inclusive de ministros do Supremo). Os processos continuarão na Justiça Federal de Brasília ...

.

MÍDIAS

A coluna diária de política do jornalista **Cesar Neto** vem sendo publicada na imprensa (São Paulo - Brasil) desde 1993. Via Internet desde 1996, www.cesarneto.com foi se tornando referência da liberdade possível. Twitter **@CesarNetoReal** ... Email **cesar@cesarneto.com**

cesar@cesarneto.com

Superamos marca de 10 milhões de doses de vacinas contra COVID-19 aplicadas

O Estado de São Paulo ultrapassou na quinta-feira (22) a marca de 10 milhões de doses de vacinas contra COVID-19 aplicadas na população.

Até às 9h41 da manhã de quinta-feira,, já foram aplicadas 10.026.656 doses, somando 6.579.146 de primeira dose e 3.447.510 da segunda, número que equivale ao total de pessoas já têm esquema vacinal completo.

Os dados são do Vacinômetro, ferramenta digital, que permite a qualquer pessoa acompanhar em tempo real o número de vacinados no estado.

O Estado divulga com transparência as estatísticas da campanha de imunização no link vacinaja.sp.gov.br/vacinometro/. O Vacinômetro aponta, em tempo real, quantas pessoas já receberam a primeira e a segunda dose da vacina, inclusive com dados individualizados para cidade cada cidade. Além disso, a ferramenta também disponibiliza o quantitativo de doses enviadas aos municípios.

O cronograma de vacinação dos públicos-alvo da campanha está disponível no no site Vacina Já.

Pré-cadastro virtual

Quem faz parte dos públicos-alvo da campanha pode realizar um pré-cadastro também no Vacina Já. O preenchimento do formulário leva de um a três minutos e economiza até 90% do tempo de atendimento nos postos de vacinação. O cadastramento online não é obrigatório, mas facilita a rotina das equipes da saúde e dos pacientes.

Há também a possibilidade de agendamento do Whatsapp, por meio de parceria entre as Secretarias de Comunicação e da Saúde. Há um assistente virtual que oferece as informações necessárias para o pré-cadastro. O chatbot também oferece informações confiáveis sobre o programa de imunização estadual, incluindo o calendário de vacinação atualizado, dados sobre o Plano São Paulo e tira-dúvidas sobre o coronavírus.

Para acessar o serviço no WhatsApp, basta adicionar o número +55 11 95220-2923 à lista de contatos e enviar um "oi" ou clicar no link wa.me/5511952202923?text=oi.

Prefeitura vai procurar quem não tomou segunda dose de vacina

A Prefeitura de São Paulo vai entrar em contato com as pessoas que receberam a primeira dose da vacina contra o novo coronavírus, mas não foram receber a segunda dose, necessária para completar a imunização, no prazo estipulado. Segundo a Secretaria Municipal de Saúde, mais de 81 mil pessoas estão nessa situação.

A partir das informações cadastrais das pessoas, as unidades básicas de saúde e os agentes comunitários de saúde de cada região vão entrar em contato para saber os motivos do atraso. A secretaria aponta que podem existir diversas razões para isso, como a mudança de endereço, a espera de um acompanhante para comparecer ao local de vacinação ou esquecimento.

A pasta acrescenta que o sistema VaciVida já faz a comunicação via celular quando é a hora de tomar a segunda dose da vacina. Até o momento, na capital paulista, foram aplicadas 2,8 milhões de doses da vacina, sendo 984 mil da segunda dose.

Estado

Em todo o estado de São Paulo, de acordo com a Secretaria Estadual de Saúde, 270,8 mil pessoas não foram tomar a segunda dose do imunizante. A pasta destaca que no caso da vacina do Instituto Butantan (CoronaVac) o retorno para segunda dose deve ser feito em até 28 dias, enquanto os que receberam a vacina Astrazeneca devem receber a segunda dose em até 12 semanas.

Em todo o estado de São Paulo foram aplicadas mais de 10 milhões de doses de vacinas contra o novo coronavírus, sendo 3,4 milhões da segunda dose. (Agência Brasil)

Conselho de Enfermagem apura denúncias de fraude na vacinação

O Conselho de Enfermagem do Estado de São Paulo (Coren-SP) está apurando 51 denúncias de fraude na vacinação contra a covid-19 no estado de São Paulo. Segundo a entidade, para todos os casos, foram abertas sindicâncias para investigação, que estão em andamento sob sigilo processual.

Alegando que haveria quebra do sigilo, o Coren-SP não detalhou as condutas que podem configurar fraude, mas afirmou que as denúncias se referem ao procedimento da administração da vacina. Casos noticiados pela imprensa e divulgados em redes sociais já levantaram dúvidas sobre a presença de imunizante na vacina ou sobre sua correta aplicação.

As cidades que mais tiveram denúncias no conselho foram São Paulo, com 21 casos, Jacareí, com três, e Cotia, Franco da Rocha, Santos e Taboão da Serra, com duas cada.

"Após a averiguação dos fatos, se forem constatados indícios de infração ética pelo Coren-SP, será instaurado um processo ético-profissional. O profissional envolvido será notificado para manifestar a sua versão do fato, garantido o direito de defesa", informou o conselho.

Em caso de confirmação da infração denunciada, os envolvidos podem receber advertência, multa, censura, suspensão temporária ou cassação do exercício profissional. (Agência Brasil)

SP inicia a produção de mais 5 milhões de doses da vacina do Butantan

O Instituto Butantan, ligado ao Governo de São Paulo, iniciou a produção de mais 5 milhões de doses da vacina contra o novo coronavírus, a partir de matéria-prima recebida no último dia 19 da biofarmacêutica Sinovac.

Os 3 mil litros de Insumo Farmacêutico Ativo (IFA) chegaram a São Paulo na última segunda-feira (19).

Além do envase, que trabalha 24 horas por dia e 7 dias por semana para atender à demanda atual, os insumos também passarão pelos processos de rotulagem, embalagem e um rígido processo controle de qualidade dos frascos.

As entregas das novas doses ao PNI (Programa Nacional de Imunizações) do Ministério da Saúde deverão ser retomadas na primeira semana de maio.

Desde 17 de janeiro o Instituto Butantan já enviou 41,4 milhões de doses ao PNI. Somente em abril foram disponibilizadas 5,2 milhões de vacinas. Em março foram 22,7 milhões, em fevereiro, 4,85 milhões e, em janeiro, 8,7 milhões de unidades. Com a nova produção iniciada nesta terça-feira o total de doses entregues aumentará para 46,4 milhões.

Um segundo carregamento de matéria-prima, com mais 3 mil litros – correspondentes a outras 5 milhões de doses -, aguarda autorização para embarque e deve chegar nas próximas semanas a São Paulo.

Etapas de produção

O primeiro passo, a partir do recebimento da matéria-prima, é armazená-la em câmara fria e contêiner de aço inox. Depois, o contêiner é encaminhado para a sala de tanques para transferência do composto para a bolsa de agitação e, daí, para o tanque pulmão, onde ocorre o processo de envase.

Durante o processo de envase os frascos-ampola são lavados e esterilizados por meio de ar seco quente, passam automaticamente para a entrada da máquina envasadora e, por meio de esteiras automáticas, são posicionados nas agulhas que despejam o produto dentro dos frascos via bomba dosadora. Os frascos-ampola já com o produto são entregues pela esteira automática à Recravadora, para recebimento do selo de alumínio.

Uma terceira fase é a inspeção visual manual, rotulagem e checagem dos rótulos e, por fim, embalagem dos frascos-ampola.

Por último, após o conteúdo envasado, são feitos testes de qualidade por amostragem, incluindo aspecto, pH, volume extraível, volume médio, teor de alumínio, teste de vedação, osmolalidade, identidade, conteúdo antigênico, toxicidade, esterilidade e endotoxina.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Micro e pequenas empresas podem pagar Simples com Pix

A partir da quinta-feira(22), mais de 16 milhões de micro e pequenas empresas e de micro-empreendedores individuais (MEI) poderão usar o Pix, plataforma de pagamentos instantâneos do Banco Central (BC), para recolher os tributos do Simples Nacional, regime especial para os negócios de menor porte que unifica o pagamento de tributos federais, estaduais e municipais.

Com a nova tecnologia, o Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS) terá um código QR (versão avançada do código de barras). Basta o contribuinte abrir o aplicativo da instituição financeira, escolher a função Pix e fotografar o código com a câmera do celular para fazer o pagamento.

A solução tecnológica foi desenvolvida pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), que implementou melhorias no Portal do Simples Nacional para inserir o Código QR na emissão das DAS.

O Pix também está disponível para os contribuintes que renegociaram débitos com o Simples Nacional. Segundo o Serpro, a novidade facilita o pagamento das parcelas a qualquer hora e qualquer dia da semana, em qualquer banco que ofereça a ferramenta.

Atualmente, segundo a Receita Federal, existem 5 milhões de micro e pequenas empresas e 11 milhões de MEI inscritos no Simples Nacional. O regime especial existe desde 2006 e unifica, numa guia única, o recolhimento de sete tributos federais, mais o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), administrado pelos estados, e o Imposto sobre Serviços (ISS), administrado pelos municípios.

A extensão do Pix ao Simples Nacional vinha sendo prometida pela Receita Federal e pelo Banco Central desde o fim do ano passado. Em dezembro, o novo sistema de pagamentos foi incorporado ao pagamento de alguns tributos e obrigações por empresas de médio e grande porte.

No mesmo mês, a novidade foi estendida aos empregadores domésticos, que passaram a recolher o e-Social por meio do novo sistema. Em fevereiro, o Pix começou a ser usado para a quitação de tributos estaduais e municipais, num projeto conjunto desenvolvido pelo Banco do Brasil e por governos locais. (Agencia Brasil)

Lei que altera LDO em favor de programas emergenciais é publicada

O presidente Jair Bolsonaro sancionou a alteração na Lei de Diretrizes Orçamentária de 2021 que permite a abertura de crédito extraordinário destinado a programas emergenciais para redução de salário e de jornada de trabalhadores da iniciativa privada e apoio a micro e pequenas empresas. A medida foi publicada na quarta-feira (21) em edição extra do Diário Oficial da União para viabilizar, este ano, as medidas de enfrentamento à pandemia de covid-19 e as suas consequências econômicas.

Pelo texto, que foi aprovado pelo Congresso na segunda-feira (19), os créditos extraordinários com ações e serviços públicos de saúde que sejam especificamente voltados para o enfrentamento à crise sanitária não serão computados na meta de resultado primário. Da mesma forma serão excluídos da meta as despesas com o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e com o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm), que deve ser retomado neste ano.

A meta estabelecida no projeto de lei do Orçamento da União para 2021 é um déficit de R$ 247,1 bilhões. A Lei Orçamentária Anual (LOA) indica a estimativa da receita e a fixação de quanto pode ser gasto, apresentando a política econômica e financeira e o programa de trabalho do governo. O texto também deve ser sancionado na quinta-feira (22) pelo presidente Bolsonaro.

A estimativa do governo é destinar até R$ 15 bilhões para os dois programas destinados à iniciativa privada.

No ano passado, por meio do BEm, empresas puderam realizar acordos de redução de jornada e salário ou de suspensão de contratos de trabalho, garantindo ao trabalhador uma porcentagem do seguro-desemprego a que teria direito se fosse demitido. O benefício foi pago com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). De acordo com o governo, o programa preservou o emprego e a renda de cerca de 10,2 milhões de trabalhadores em 1,5 milhão de empresas.

O Pronampe é uma linha de crédito criada para auxiliar financeiramente os pequenos negócios e, ao mesmo tempo, manter empregos durante a pandemia. As empresas beneficiadas assumiram o compromisso de preservar o número de funcionários e puderam utilizar os recursos para financiar a atividade empresarial, como investimentos e capital de giro para despesas operacionais. De acordo com o governo, o programa disponibilizou mais de R$ 37 bilhões em financiamentos para quase 520 mil micro e pequenos empreendedores em 2020.

O texto ainda autoriza que o Executivo faça o bloqueio das dotações orçamentárias de despesas discricionárias (gastos facultativos, que não são legalmente obrigatórios) no montante necessário a cobrir as despesas obrigatórias (gastos que são obrigatórios por lei). "Essa medida permitirá a recomposição das dotações orçamentárias da Previdência Social e de outros gastos obrigatórios que não possuíam cobertura orçamentária suficiente no Autógrafo da lei orçamentária, o que auxiliará no aperfeiçoamento do orçamento de 2021", explicou a Secretaria-Geral da Presidência, em nota.

Ainda de acordo com a nova lei, após o atendimento das despesas obrigatórias, as prioridades e as metas da administração pública federal são a agenda para a primeira infância, as despesas do Programa Casa Verde e Amarela para municípios até 50 mil habitantes, outros programas emergenciais criados em meio à pandemia e os investimentos previsto no Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023.

A pedido do Ministério da Economia, Bolsonaro vetou o dispositivo que permitia a assinatura de contratos e a realização de transferências e doações para municípios com até 50 mil habitantes em situação de inadimplência com a União. "Embora a intenção do legislador seja louvável, a medida enfraqueceria o controle das contas públicas e a fiscalização do correto emprego dos valores transferidos pela União", diz a nota.

De acordo com o governo, os municípios com menos de 50 mil habitantes representam cerca de 88% dos municípios brasileiros, o que, combinado com as exceções já existentes, "tornaria os instrumentos de controle e de boa gestão fiscal ineficazes". (Agencia Brasil)

BC aprova obrigatoriedade de bancos ofertarem Pix por agendamento

A partir de 1º de setembro, as instituições financeiras serão obrigadas a oferecer o serviço do Pix Agendado, que é a possibilidade de o usuário pagador marcar o procedimento para uma data futura com o uso da chave Pix ou dados bancários de quem vai receber o dinheiro. A Diretoria Colegiada do Banco Central (BC) aprovou a nova alteração no Regulamento do Pix, anexo à Resolução nº 1, de 2020.

Desde o lançamento do Pix, o serviço de transferência instantânea do BC, em 16 de novembro de 2020, essa é uma funcionalidade facultativa. De acordo com o BC, o prazo de 1º de setembro é razoável para que todas as instituições façam os ajustes necessários no sistema e interfaces (aplicativos e internet banking). Tal medida visa ampliar ainda mais a comodidade dos pagadores, garantindo que todos os usuários, independentemente da instituição em que tenham conta, possam agendar um Pix, explicou o BC, em comunicado.

As instituições bancárias também ganharam mais prazo para se adequar ao Pix Cobrança, que será lançado em 14 de maio. A ferramenta permitirá cobranças com vencimento em datas futuras por meio da geração de um QR Code (versão avançada do código de barras).

A regra estabelece que as instituições participantes do Pix que não conseguirem proporcionar a experiência completa de pagamento (leitura do QR Code e pagamento em data futura) no período de 14 de maio a 30 de junho, terão que, no mínimo, possibilitar a leitura e o pagamento na data da leitura do código, com todos os encargos e abatimentos calculados corretamente. De acordo com o BC, será um período transitório, que dará às instituições tempo adicional para finalizar as alterações nos sistemas.

A partir de 1º de julho, então, todos os participantes precisarão ser capazes de fazer a leitura do QR Code e também possibilitar o pagamento deste para data futura.

O BC destacou que, desde o lançamento do Pix é possível fazer a leitura de QR Code para pagamentos imediatos. "Já a oferta do Pix Cobrança (geração das cobranças com Pix e demais funcionalidades associadas a gestão das cobranças) é facultativa aos participantes, sendo obrigatória apenas a oferta de serviço de geração de QR Code estático aos usuários recebedores pessoa natural", explicou o BC.

A implementação do Pix Cobrança já foi adiada em outras ocasiões.

O BC também definiu que, a partir de 30 de abril, recursos recebidos do auxílio emergencial 2021 poderão ser movimentados por Pix. A única exceção será para os casos de transferência para conta de mesma titularidade. Segundo a instituição, tal excepcionalidade é necessária para a proteção dos usuários, uma vez que esses recursos não podem ser objeto de descontos ou de compensações que impliquem a redução do valor do auxílio.

Sistema de pagamentos instantâneos do BC, o Pix permite a transferência de recursos entre contas bancárias 24 horas por dia. As transações são executadas em até 10 segundos, sem custo para pessoas físicas. Para usar o Pix, o correntista deve ir ao aplicativo da instituição financeira e cadastrar as chaves eletrônicas, que podem seguir o número do celular, o e-mail, o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), para pessoas físicas ou o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), para empresas.

O usuário também pode gerar uma chave aleatória, com um código de até 32 dígitos ou mesmo usar os dados da conta. Cada chave eletrônica está associada a uma conta bancária. Pessoas físicas podem ter até cinco chaves por conta. Para pessoas jurídicas, o limite sobe para 20. (Agencia Brasil)

Produção do setor mineral cresce 15% no primeiro trimestre

A produção comercializada do setor mineral no Brasil alcançou 227 milhões de toneladas no primeiro trimestre deste ano, com aumento de 15% na comparação com o mesmo período de 2020. De janeiro a março de 2021, o setor faturou R$ 70 bilhões, o que representa alta de 95% frente aos R$ 36 bilhões obtidos no primeiro trimestre do ano passado. Os dados foram divulgados na quinta-feira (22) pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), entidade que reúne as maiores mineradoras que atuam no país.

Segundo o presidente do Conselho Diretor do Ibram, Wilson Brumer, três fatores explicam o bom desempenho do setor, mesmo em meio à pandemia de covid-19. "As principais razões desse aumento substancial no faturamento são o crescimento da China, a alta dos preços no mercado internacional, de uma maneira geral, e a desvalorização do real."

As exportações de minérios, em dólar, aumentaram 102%. A moeda norte-americana era cotada em março deste ano a R$ 5,65. No terceiro mês de 2020, valia R$ 4,88.

Ao mesmo tempo, o preço médio da tonelada de minério de ferro teve variação de 87,6% na comparação do primeiro trimestre deste ano e do ano passado. O Brasil é, depois da Austrália, o maior produtor mundial dessa comodity (produto primário com cotação em mercados internacionais). O minério de ferro responde por 70% do faturamento total do setor mineral brasileiro de janeiro a março deste ano. Em seguida, aparecem o ouro, que respondeu por 11%, o cobre, por 5%, e a bauxita, por 2%.

No recorte por estados, Pará e Minas Gerais, que concentram a maior fatia da produção do país, registraram os melhores resultados. Em Minas, o faturamento, de R$ 28 bilhões, representa alta de 118% e, no Pará, que alcançou R$ 31 bilhões, aumentou 94%, Os estados da Bahia, com R$ 2 bilhões, e de Mato Grosso, com R$ 1,4 bilhão, embora com produções mais modestas, também tiveram crescimento acima de 90%.

Ainda de acordo com o Ibram, 92 projetos integram o portfólio das mineradoras para receber aportes no total aproximado de US$ 38 bilhões entre 2021 e 2025. São empreendimentos minerários que, conforme a entidade, contribuirão para movimentar a economia a longo prazo em 81 municípios de estados variados. Bahia, Pará e Minas Gerais concentram 52 dos 92 projetos.

Como reflexo do alto faturamento, o recolhimento de tributos dobrou. O setor recolheu no primeiro trimestre deste ano R$ 24,2 bilhões. No mesmo período do ano passado, foram R$12 bilhões.

Neste montante, inclui-se a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), conhecido como o royalty cobrado das mineradoras. O recolhimento da compensação financeira saltou mais de 100% na comparação entre os primeiros trimestres de 2020 e 2021, saindo de R$ 1 bilhão para R$ 2,1 bilhões. "Tivemos 2.388 municípios no país beneficiados pela arrecadação de CFEM", afirmou o diretor-presidente do Ibram, Flávio Ottoni Penido. (Agencia Brasil)

INTERNACIONAL

Índia sofre com recorde de novos casos de covid-19 e falta de oxigênio

A Índia registrou na quinta-feira (22) 314.835 infecções novas de covid-19, a maior taxa do mundo. Uma nova onda da pandemia criou novos temores sobre a capacidade de reação dos serviços de saúde que estão em colapso.

Autoridades de saúde do norte e do oeste do país, incluindo a capital, Nova Delhi, disseram estar em crise, já que a maioria dos hospitais está lotada e ficando sem oxigênio.

Alguns médicos estão aconselhando os pacientes a ficar em casa, e um crematório de Muzaffarpur, uma cidade do leste indiano, informou que está sobrecarregado de corpos e que familiares enlutados têm que esperar a sua vez.

"Neste momento, não há leitos, não há oxigênio. Todo o resto é secundário", disse Shahid Jameel, virologista e diretor da Escola de Biociências Trivedi da Universidade Ashoka, à Reuters. "A infraestrutura está desmoronando".

Alguns hospitais de Nova Delhi ficaram sem oxigênio, e autoridades de estados vizinhos estão impedindo que suprimentos sejam levados à capital para preservá-los para suas próprias necessidades, disse o vice-ministro-chefe da cidade, Manish Sisodia.

O total de casos na Índia está agora em 15,93 milhões. As mortes aumentaram em 2.104 e chegaram a 184.657, de acordo com os dados mais recentes do Ministério da Saúde.

O recorde anterior de aumento diário de casos era dos Estados Unidos, que tiveram 297.430 casos novos em um dia de janeiro, mas desde então esse número diminuiu consideravelmente.

A televisão mostrou imagens de pessoas com cilindros de oxigênio vazios lotando instalações, na tentativa de salvar parentes hospitalizados.

Em Ahmedabad, cidade do oeste indiano, um homem atado a um cilindro de oxigênio se deitava na traseira de um carro diante de um hospital à espera de um leito, como mostrou uma foto da Reuters.

"Nunca pensamos que uma segunda onda nos atingiria tão duramente", escreveu Kiran Mazumdar Shaw, presidente executivo da provedora de saúde Biocon & Biocon Biologics, no jornal Economic Times.

A Índia lançou um programa de vacinação, mas só uma fração minúscula da população já foi imunizada. As autoridades anunciaram que as vacinas estarão disponíveis para todos acima de 18 anos a partir de 1º de maio, mas o país não terá doses suficientes para os 600 milhões de habitantes habilitados, dizem especialistas. (Agencia Brasil)

Cúpula do Clima: Guterres defende ação imediata dos líderes mundiais

O secretário-geral das Nações Unidas (ONU), António Guterres, defendeu na quinta-feira (22), em reunião virtual da Cúpula do Clima, que é preciso mobilizar as lideranças políticas para superar as mudanças climáticas e acabar com a guerra contra a natureza.

"A mãe natureza não está esperando. A última década foi a mais quente já registrada. Gases de efeito estufa perigosos estão em níveis nunca vistos em 3 milhões de anos. As temperaturas globais já subiram 1,2 grau Celsius, chegando a esse limiar da catástrofe", disse, na cúpula, por videoconferência.

Ele ressaltou que o nível do mar está cada vez mais alto, as temperaturas estão escaldantes, há ciclones tropicais devastadores e incêndios florestais épicos. "Precisamos de um planeta verde, mas o mundo está em alerta vermelho. Estamos à beira do abismo, devemos dar o próximo passo", ressaltou.

Para Guterres, os líderes mundiais devem construir uma coalizão global para emissões líquidas zero até meados do século, com envolvimento de "todos os países, todas as regiões, todas as cidades, todas as empresas e todos os setores". "Todos os países, começando com os principais emissores, devem apresentar novas e mais ambiciosas medidas e contribuições para mitigação, adaptação e financiamento, definindo ações e políticas para os próximos 10 anos, alinhadas com as emissões líquidas zero até 2050. Precisamos traduzir esses compromissos em ação imediata concreta", enfatizou.

China - O presidente da China, Xi Jinping, disse que o país começará a reduzir o consumo de carvão no período 2026-2030, como parte de seus esforços para reduzir as emissões de gases de efeito estufa que causam o aquecimento do clima. A China pretende se tornar neutra em carbono até 2060.

Estados Unidos - O governo do presidente dos Estados Unidos (EUA), Joe Biden, prometeu na quinta-feira (22) cortar as emissões de gases de efeito estufa do país entre 50% e 52% até 2030, em comparação com os níveis de 2005. Com a nova meta, espera induzir outros grandes emissores a mostrarem mais ambição no combate à mudança climática.

Reino Unido - O primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, considerou o compromisso do presidente dos Estados, Joe Biden, um divisor de águas.

"Estou realmente emocionado com o anúncio de mudança de jogo que Joe Biden fez", disse Johnson, elogiando Biden "por devolver os Estados Unidos à linha de frente da luta contra a mudança climática."

Na terça-feira (21), Johnson disse que a Grã-Bretanha cortaria as emissões de carbono em 78% até 2035, a meta mais ambiciosa de mudança climática do mundo, que colocará o país no caminho para a emissão neutra. (Agencia Brasil)

Confiança da indústria cai 1,1 ponto na prévia de abril, diz FGV

O Índice de Confiança da Indústria recuou 1,1 ponto na prévia de abril, na comparação com o resultado consolidado de março. Segundo os dados divulgados na quinta-feira (22) pela Fundação Getulio Vargas, o indicador chegou a 103,1 pontos. Essa é a quarta queda do indicador desde agosto de 2020, quando atingiu o menor nível (98,7 pontos). O índice vai de 0 a 200 e acima de 100 indica otimismo.

A queda da confiança dos empresários brasileiros foi puxada principalmente pela avaliação sobre a situação atual, que recuou 2,3 pontos e atingiu 109,1 pontos. O Índice de Expectativas, que mede a confiança dos empresários no futuro, manteve-se em 97,1 pontos.

O dado preliminar do Nível de Utilização da Capacidade Instalada da indústria mostra queda de 2,7 pontos percentuais, para 75,6%, menor nível desde agosto de 2020 (75,3%). (Agencia Brasil)

Bolsonaro promete fim das emissões de gases de efeito estufa até 2050

O presidente Jair Bolsonaro se comprometeu, na quinta-feira (22), a alcançar, até 2050, a neutralidade zero de emissões de gases de efeito estufa no país, antecipando em dez anos a sinalização anterior, prevista no Acordo de Paris. "Entre as medidas necessárias para tanto, destaco aqui o compromisso de eliminar o desmatamento ilegal até 2030, com a plena e pronta aplicação do nosso Código Florestal. Com isso, reduziremos em quase 50% nossas emissões até essa data", disse Bolsonaro em discurso na Cúpula de Líderes sobre o Clima.

A neutralidade zero (ou emissões líquidas zero) é alcançada quando todas as emissões de gases de efeito estufa que são causadas pelo homem alcançam o equilíbrio com a remoção desses gases da atmosfera, que acontece, por exemplo, restaurando florestas. De acordo com Bolsonaro, "como detentor da maior biodiversidade do planeta e potência agroambiental", nos últimos 15 anos o Brasil evitou a emissão de mais de 7,8 bilhões de toneladas de carbono na atmosfera.

Durante seu discurso, além de definir metas e compromissos, o presidente apontou as iniciativas realizadas pelo Brasil para a preservação do meio ambiente, como projetos nas áreas de geração de energia limpa e de desenvolvimento tecnológico na agricultura. "O Brasil participou com menos de 1% das emissões históricas de gases de efeito estufa, mesmo sendo uma das maiores economias do mundo. No presente, respondemos por menos de 3% das emissões globais anuais", disse.

Segundo o presidente, para alcançar as metas de desmatamento, é preciso, além de medidas de ações e controle, promover o desenvolvimento sustentável da região amazônica, que, segundo ele, é a mais rica do país em recursos naturais, mas que apresenta os piores índices de desenvolvimento humano. "Devemos aprimorar a governança da terra, bem como tornar realidade a bioeconomia, valorizando efetivamente a floresta e a biodiversidade. Esse deve ser um esforço que contemple os interesses de todos os brasileiros, inclusive indígenas e comunidades tradicionais", argumentou.

Bolsonaro disse ainda que é fundamental contar com os recursos financeiros de países, empresas, entidades e pessoas "dispostos a atuar de maneira imediata, real e construtiva na solução desses problemas".

Os artigos 5º e 6º do Acordo de Paris tratam sobre os procedimentos financeiros para alcançar a redução das emissões, tema que deverá ser debatido na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática, a COP26, que será realizada em novembro em Glasgow, na Escócia.

"Os mercados de carbono são cruciais como fonte de recursos e investimentos para impulsionar a ação climática, tanto na área florestal quanto em outros relevantes setores da economia, como indústria, geração de energia e manejo de resíduos. Da mesma forma, é preciso haver justa remuneração pelos serviços ambientais prestados por nossos biomas ao planeta, como forma de reconhecer o caráter econômico das atividades de conservação", disse Bolsonaro.

Em carta enviada ao presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, na semana passada, o presidente Bolsonaro já havia se comprometido a acabar com o desmatamento ilegal até 2030. Ele, inclusive, reconheceu o aumento das taxas de desmatamento a partir de 2012 e afirmou que o Estado e a sociedade precisam aperfeiçoar o combate a esse crime ambiental. No documento, ele também reafirmou a necessidade de apoio econômico.

A Cúpula de Líderes sobre o Clima foi organizada pelo presidente americano Joe Biden. O encontro virtual vai até esta sexta-feira (23) e é considerado uma preparação para a COP26.

Foram convidados 40 líderes mundiais para o encontro com o objetivo de discutir a crise climática, ações coordenadas para combater os impactos sobre o clima e os benefícios econômicos dessas medidas. Também haverá debates sobre as reduções das emissões de gases de efeito estufa, necessárias para manter o aquecimento global abaixo de 1,5 ºC, uma das metas estabelecidas no Acordo de Paris.

Durante a abertura do evento, o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, também se comprometeu a cortar as emissões de gases de efeito estufa do Estados Unidos entre 50% e 52% até 2030, em comparação aos níveis de 2005. Com a nova meta, espera induzir outros grandes emissores a mostrarem mais ambição no combate à mudança climática.

A cúpula reunirá ainda o fórum das grandes economias sobre energia e clima, que é liderado pelos Estados Unidos e reúne 17 países responsáveis por aproximadamente 80% das emissões globais e da riqueza global. Um pequeno número de líderes empresariais e da sociedade civil também participa do evento. (Agencia Brasil)

Governo dobra recursos para combater desmatamento na Amazônia, diz Salles

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, disse na quinta-feira (22) que o governo vai dobrar o orçamento deste ano para ações de combate ao desmatamento ilegal na Amazônia. Salles não citou, entretanto, os valores, que, segundo ele, ainda estão pendentes na negociação do orçamento.

"O número preciso dos recursos não é possível estabelecer agora, porque nesta semana se está definindo o Orçamento junto ao Congresso Nacional. Porem, é possível dizer que o que houver de disponibilidade, o presidente vai dobrar o recurso", disse o ministro.

Salles concedeu entrevista, após a fala do presidente Jair Bolsonaro na Cúpula de Líderes sobre o Clima. Em discurso, Bolsonaro se comprometeu a, além de zerar o desmatamento ilegal até 2030, alcançar, até 2050, a neutralidade zero de emissões de gases de efeito estufa no país, antecipando em dez anos a sinalização anterior, prevista no Acordo de Paris.

De acordo com Salles, o governo desencadeará as ações de comando e controle contra o desmatamento ilegal a partir do dia 1º de maio. O ministro disse que, com a duplicação dos recursos, o governo poderá arcar com os custos de apoio de órgãos como as polícias Federal e Rodoviária Federal, equipes da Força Nacional e também do apoio logístico das Forças Armadas.

"Isso [duplicação dos recursos] é importante porque dá sustentação a esse pagamento das equipes da Força Nacional, que podem aumentar substancialmente e que se somam ao que já tem de equipes e logística do Ibama e ICMBio, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade", afirmou.

Durante a entrevista coletiva, Salles disse ainda que espera recursos de países e empresas estrangeiras para antecipar as metas de desmatamento zero. Segundo o ministro, essa participação pode se dar no apoio do Orçamento para as ações de comando e controle e também no incentivo econômico da região.

"O presidente Jair Bolsonaro determinou a manutenção dos compromissos já assumidos e foi mais além: ao assumir o compromisso de eliminação do desmatamento ilegal em 2030, ele reforçou o Orçamento e pode, com essas ações, dar espaço para que o prazo de 2030 seja antecipado na prática. Isso será tão mais fortemente feito quanto a gente possa receber recurso tangíveis, volumosos e imediatos dos países e empresa estrangeiras", acrescentou.

Salles também defendeu a regulamentação de dispositivos do Acordo de Paris que tratam do mercado de carbono. O tema será tratado na próxima Conferência Internacional sobre Mudança Climática, a COP-26, prevista para novembro, na Escócia.

Segundo o ministro, a regulamentação do Artigo 6 do Acordo de Paris, que prevê a monetização dos créditos de carbono, é um dos elementos-chave do debate climático. Ele disse que, se os mecanismos já estivessem regulamentados, seria mais fácil o país receber recursos de empresas e países estrangeiros para compensar a emissão de gases do efeito estufa.

"O principal mecanismo para fruição de recursos no mundo inteiro será o mercado de carbono construído sob as regras do Artigo 6° do Acordo de Paris. Este é o elemento-chave para os mecanismos de carbono. O Brasil tem todo interesse e vem incentivando ao máximo que seja elaborada essa implementação", afirmou. (Agencia Brasil)

BRASILIANA

MAURICIO PICAZO GALHARDO

Então olhei para o campo e ví o Brasil ...
- Quero saber apresenta:

"... a ministra Tereza Cristina, escreveu em sua conta no Instagram que participou, da 3ª Reunião Hemisférica de Ministros e Secretários de Agricultura das Américas, onde falou sobre a importância de evitar a consolidação de visões restritivas e excludentes sobre os sistemas alimentares que comprometam a segurança alimentar e nutricional da população mundial ...

* O desafio é incluir, não excluir?
* Você lembra do Comunidade Solidária?
* A fome afeta 42,5 milhões de pessoas na América Latina e Caribe?

NA AMÉRICA LATINA E CARIBE CERCA DE 42,5 MILHÕES DE PESSOAS SOFREM FOME - FOTO: MAURICIO DE ALMEIDA - TV BRASIL

A América Latina e o Caribe, fortemente afetados pela pandemia do Sars-Cov-2, devem ultrapassar este ano a marca de 83 milhões de pessoas na pobreza extrema, segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Você lembra do programa Comunidade Solidária criado em 1995 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que em dezembro de 2002, foi substituído pelo Programa Fome Zero. Segundo a ministra da Agricultura do governo do presidente Jair Messias Bolsonaro... " nós não podemos deixar ninguém para trás, devemos erradicar a fome do mundo na próxima década..." Realmente é um desafio colocar em prática a inclusão. Oferecer alimento barato é atitude humanitária excelente. Devemos sim aumentar a oferta de alimentos no mundo para baixar os preços para os mais pobres. O pobre tem que pagar barato seu sustento e manutenção aqui na terra. Quando colocamos no mercado abundância de produtos, aumentando a oferta, os preços abaixam. Nós graças à Deus temos no Brasil bastante terra e espaço para plantar. Fazendo isso estamos alimentando nosso povo e a humanidade. Diminuir o custo de vida é uma obrigação para todos que estão no poder; assim estamos realmente fazendo justiça social e praticando a paz, o sossego a tranquilidade, que é o bem mais precioso da humanidade.

- Por hoje é isto. Boa semana e, até a próxima com uma palavra Brasiliana. Todos pelo Brasil.

Ministério envia lote de 3,5 milhões de doses de vacina a estados e DF

O Ministério da Saúde enviou na quinta-feira (22) mais um lote com 3,5 milhões de doses de vacinas covid-19 produzidas no Brasil com matéria-prima importada. De acordo com a pasta, 2,8 milhões de doses são da vacina da Astra-Zeneca/Oxford, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e 700 mil da Coronavac, do Instituto Butantan.

As doses são destinadas à vacinação de idosos entre 60 e 69 anos e agentes das forças de segurança e salvamento e Forças Armadas que atuam na linha de frente do combate à pandemia.

"A divisão entre os estados e Distrito Federal é feita de forma proporcional, pactuada com o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), conforme o quantitativo recebido pela pasta e a ordem dos públicos prioritários", esclarece o ministério.

Em nota, o ministério informou que o intervalo entre a primeira e a segunda doses é de quatro semanas para a vacina do Butantan; e de 12 semanas para as doses da Fiocruz. (Agencia Brasil)

Conass aponta falhas no combate à covid-19 e pede recursos ao Senado

O presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Carlos Eduardo de Oliveira Lula, avaliou na quinta-feira (22) que desde o início da pandemia há um grande conflito federativo no Brasil. "A gente não conseguiu unir os esforços da União aos de estados e municípios para ter uma condução unificada e coerente das medidas que precisavam ser implementadas. Agente sabe que muitas medidas, do ponto de vista sanitário, são complexas e difíceis e trazem consequências econômicas e sociais, mas a dicotomia entre economia e saúde é uma dicotomia falsa", avaliou durante audiência pública na Comissão Temporária da Covid -19 no Senado.

Além da falta de uma coordenação nacional para as ações, Carlos Eduardo disse que o Brasil esbarra em uma baixa cobertura vacinal, por causa da falta de imunizantes para atender o mercado mundial e no financiamento insuficiente da saúde. "A gente já estimava, Conass e Conasems, Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde, que haveria uma diminuição no final de abril para meados de maio, e isso é verdade, só que essa diminuição do número de óbitos ocorreu num processo muito mais lento do que a gente esperava", disse.

Segundo Lula, as novas variantes da covid-19 - são 92 em circulação - sendo a mais comum no Brasil a descoberta em Manaus, têm afetado de maneira muito mais grave a população mais jovem, o que tem estabilizado a doença "em um patamar muito alto". "Isso quer dizer que a gente continua com um número muito alto de internados e deve continuar, infelizmente, com um número muito alto de óbitos por essa razão", avaliou. Outro problema destacado pelo Conass aos senadores foi a falta de financiamento adequado da saúde.

Antes da pandemia, o presidente do Conass disse que entre leitos adultos e pediátricos havia um déficit histórico de, pelo menos, 13 mil vagas de UTI a serem financiados pelo Ministério da Saúde. "Ainda há esse déficit. A gente tem 19 mil leitos e tem pouco mais de dez mil que o ministério [da Saúde] hoje financia. Há nove mil leitos ainda a serem financiados. Isso aqui da forma mais transparente possível, colocando o que a gente tem de dados publicados no Diário Oficial da União", pontuou. (Agencia Brasil)

Discurso de Presidente em Cúpula do Clima repercute entre entidades

A participação na quinta-feira (22) do presidente Jair Bolsonaro na Cúpula do Clima, realizada por iniciativa do presidente americano, Joe Biden, repercutiu entre entidades que atuam em defesa do meio ambiente, representantes do setor produtivo e políticos. No discurso, Bolsonaro disse que o Brasil alcançará, até 2050, a neutralidade zero de emissões de gases de efeito estufa no país, antecipando em dez anos a sinalização anterior, prevista no Acordo de Paris.

Durante seu discurso no evento, o presidente também prometeu o fim das emissões de gases de efeito estufa até 2050 (com redução de 50% até 2030) e o fim do desmatamento ilegal no país até 2030. Ele disse ainda que dobrou os recursos destinados às ações de fiscalização ambiental e que é fundamental contar com a ajuda financeira de outros países, empresas, entidades e pessoas para promover a bioeconomia e o desenvolvimento sustentável na Amazônia.

Para o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), o Brasil perdeu o protagonismo internacional na área do meio ambiente e as ações do governo "se chocam com o que se espera dos países, ou seja, o controle das mudanças climáticas". Além disso, para o instituto, a falta de planos e práticas consistentes pode dificultar o envio de recursos por outros entes para proteção das florestas.

"Faltam medidas contra a grilagem em florestas públicas e apoio a ações de comando e controle no campo, as emissões de gases estufa têm aumentado com o desmatamento e há um sistemático ataque a comunidades tradicionais e à sociedade civil", acrescentou o Ipam, em comunicado.

Em comunicado, o Observatório do Clima avaliou que o Brasil deve ficar de fora da corrida que as potências globais (Estados Unidos, China e União Europeia) devem começar a travar rumo à recuperação verde e à descarbonização econômica.

Também em comunicado, o Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental (Proam) afirmou que, no evento, o governo brasileiro ficou "ainda mais isolado" e "dissociado de praticamente todos os segmentos da sociedade".

Já para o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, o discurso de Bolsonaro na Cúpula do Clima foi muito positivo, com a reafirmação do compromisso brasileiro com um futuro mais sustentável, "alinhado às preocupações globais, aberto ao diálogo e à cooperação internacional".

Skaf frisou ainda a necessidade de regulamentar os mercados de carbono, previsto nos artigos 5º e 6º do Acordo de Paris, como citado por Bolsonaro durante o evento. "Este mercado é fundamental para a promoção do desenvolvimento sustentável e do bem comum. É de suma importância que seja regulamentado o mais breve possível", afirmou, em comunicado.

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, também se manifestou, nesta quinta-feira, sobre as questões ambientais, sem citar diretamente a participação brasileira na Cúpula do Clima. Para ele, apesar das leis robustas e modernas na área de meio ambiente, o Brasil ainda tem o desafio tecnológico, logístico e financeiro de fiscalizar e monitorar "o último continente verde".

"Para esta tarefa, o Brasil está aberto para todo o apoio global", escreveu em publicação nas redes sociais, pedindo apoio e cooperação das nações mais desenvolvidas. "AAmazônia e todos os nossos biomas são ativos globais. Mas são patrimônio do povo brasileiro. Fica aqui nosso compromisso com a preservação, utilizando as suas riquezas de forma sustentável e equilibrada", afirmou.

Sobre a meta do governo de dobrar os recursos destinados às ações de fiscalização ambiental, em publicação nas redes sociais, o Greenpeace Brasil questionou a aprovação do "menor recurso dos últimos 21 anos para as agências ambientais".

A organização destacou que essa semana, mais de 600 servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) se manifestaram contra a Instrução Normativa Conjunta n° 01, publicada no dia 14 de abril, que alterou o processo de apuração de crimes ambientais e cobrança de multas. Na avaliação do grupo, a norma, que foi construída sem consulta à área técnica, tira autonomia dos fiscais e cria prazos impossíveis de serem cumpridos. Entre as mudanças, os servidores agora são obrigados a apresentar relatórios antes de uma ação fiscalizatória, e não depois, como ocorria até então, além de, em casos de flagrante, ser obrigado a emitir um relatório antes de lavrar a multa, que deverá ser submetido para aprovação de um "superior hierárquico", que são pessoas indicadas pela atual gestão.

Em entrevista à imprensa após a fala do presidente Jair Bolsonaro na cúpula,o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, informou que o governo desencadeará ações de comando e controle contra o desmatamento ilegal a partir do dia 1º de maio. O ministro disse que, com a duplicação dos recursos, o governo poderá arcar com os custos de apoio de órgãos como as polícias Federal e Rodoviária Federal, equipes da Força Nacional e também do apoio logístico das Forças Armadas. (Agencia Brasil)

ASSOCIAÇÃO UNIÃO BENEFICENTE DAS IRMÃS DE SÃO VICENTE DE PAULO DE GYSEGEM

Rua Dona Inácia Uchoa, 96, Vila Mariana, São Paulo - SP, CEP 04110.020
CNPJ.: 61.000.683/0001-71

Relatório da Diretoria

Senhores (as) A Diretoria da Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem, submete à apreciação as Demonstrações Contábeis Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Balanço Patrimonial (Em Reais)

Ativo	Nota Explicativa	2020	2019
Circulante	04 (J)	**20.596.338**	**18.827.876**
Caixa e Equivalentes de Caixa	04 (a)	**12.657.967**	**12.244.386**
Caixa.	04 (a1)	59.548	48.001
Bancos Conta Movimento(s/restrição)	04 (a1)	3.822.122	3.541.198
Bancos Conta Movimento(c/restrição)	04 (a2)	138.224	7.702
Bancos Conta Aplicações c/prazo(s/restr.)	04 (a1)/ (b)	7.248.705	7.374.876
Bancos Conta Aplicações c/prazo(c/restr.)	04 (a2)/ (b)	1.389.368	1.272.609
Clientes e Outros Recebíveis		**1.976.382**	**1.498.698**
Anuidades à Receber	04 (c)	7.408.334	5.878.782
(-) Provisão Créditos e Liquidação Duvidosa	04 (d)	(5.431.952)	(4.380.084)
Estoques		**389.422**	**847.441**
Estoques	04 (e)	389.422	847.441
Outros Ativos Circulantes	04 (f)	**5.572.567**	**4.237.352**
Outros Valores e Bens		2.750.613	2.202.313
Convênios e Subvenções		1.247.208	5.250
Impostos a Recuperar		118.267	52.775
Despesas Antecipadas		871.020	135.984
Adiantamentos Funcionários		85.320	447.836
Cursos Extra Curriculares/Mat.Didático		887.568	1.661.616
(-) Provisão Créditos e Liquidação Duvidosa	04 (d)	(387.429)	(268.423)
Não - Circulante		**305.117.043**	**311.341.305**
Realizável a Longo Prazo	04 (g)	**5.939.323**	**6.078.882**
Aluguéis		68.888	227.040
Depósitos Judiciais		5.582.292	5.607.912
Contratos		288.144	243.930
Investimentos	06	**4.839.678**	**4.965.254**
Direitos de Uso de Telefone		-	-
Propriedades para Investimento - Terrenos		3.257.762	3.257.762
Propriedades para Investimento - Edificações		2.608.300	2.608.300
(-) Depreciação Investimento - Edificações		(1.026.384)	(900.808)
Imobilizado	04 (h) / 07	**294.265.955**	**300.124.660**
Bens em Uso		**294.265.955**	**300.124.660**
Terrenos		190.998.238	191.024.238
Edificações		127.268.356	127.901.746
Móveis e Utensílios		11.729.583	11.692.908
Máquinas e Equipamentos		3.573.958	3.465.267
Veículos		1.267.412	1.303.176
Biblioteca		1.874.966	1.874.966
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		2.262.212	2.262.212
Imóveis em Comodato		7.174.670	7.174.670
Computadores em Comodato		310.277	-
(-) Depreciação Acumulada		(51.061.292)	(45.531.140)
(-) Amortização Imóveis de Terceiros		(709.909)	(620.866)
(-) Impairment		(422.518)	(422.518)
Intangível	8	**72.087**	**172.509**
Direitos Autorais		3.882.344	3.882.344
(-) Amortização Acumulada		(3.810.257)	(3.709.836)
Total do Ativo		**325.713.380**	**330.169.181**
Contas Extra Patrimoniais	26	**25.747.748**	**31.641.670**
Bolsas de Estudo Lei 12.101/09- 100%		1.744.026	1.872.754
Bolsas de Estudo Lei 12.101/09 - 50%		946.109	923.585
Bolsa Lei 12.101/09 - Tempo Integral 100%		6.704.575	11.054.114
Apoio Aluno Bolsista-Benefícios Complem.		132.514	125.718
Gratuidades de Assistência Social		10.869.278	12.315.928
Bolsa Convenção Coletiva		5.351.247	5.349.571

Passivo	Nota Explicativa	2020	2019
		22.367.718	**22.182.458**
Circulante	04 (j)	**22.367.718**	**22.182.458**
Obrigações Trabalhistas		2.308.387	2.426.267
Obrigações Fiscais e Sociais a Recolher		6.556.944	6.807.685
Fornecedores		406.233	1.089.496
Outras Obrigações a Pagar		5.438.921	3.595.596
Provisões Trabalhistas	04 (k)	2.309.220	3.178.147
Receitas Antecipadas	9	5.348.013	5.085.268
Não - Circulante	04 (i)	**1.497.734**	**1.234.755**
Provisão para Contingência	13	833.625	833.625
Aluguéis		59.244	157.200
Contratos		294.588	243.930
Computadores em Comodato		310.277	-
Patrimônio Líquido	10	**301.847.928**	**306.751.966**
Patrimônio Social		117.063.914	126.469.316
Ajuste de Avaliação Patrimonial Imóveis		189.153.632	190.887.013
Ajustes de Avaliação Patrimonial Móveis		534.421	658.705
Resultado Exercícios Anteriores	11	(53.690)	(30.332)
Deficit do Exercício	04 (m)	(4.850.348)	(11.232.735)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**325.713.380**	**330.169.181**
Contas Extra Patrimoniais	26	**25.747.748**	**31.641.670**
Bolsas de Estudo Lei 12.101/09- 100%		1.744.026	1.872.754
Bolsas de Estudo Lei 12.101/09 - 50%		946.109	923.585
Bolsa Lei 12101/09 - Tempo Integral 100%		6.704.575	11.054.114
Apoio Aluno Bolsista-Benefícios Complem.		132.514	125.718
Gratuidades de Assistência Social		10.869.278	12.315.928
Bolsa Convenção Coletiva		5.351.247	5.349.571

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Findos em 31 de Dezembro (Em Reais)

Contas Especificações	Patrimônio Social	Superavit do Exercício	Reserva de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Resultado Ex. Anterior	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**129.101.494**	**(7.051.784)**	**-**	**195.978.074**	**(12.750)**	**318.015.033**
Transferido p/ Patrimônio	(7.051.784)	7.051.784	-	-	12.750	12.750
Resultado Exercício Anterior	(12.750)	-	-	-	(30.332)	(43.082)
Déficit /Superavit de 2019	-	(11.232.735)	-	-	-	(11.232.735)
Ajuste Patrimonial Imóveis	4.141.778	-	-	(4.141.778)	-	-
Ajuste Patrimonial de Móveis	290.579	-	-	(290.579)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**126.469.316**	**(11.232.735)**	**-**	**191.545.718**	**(30.332)**	**306.751.967**
Transferido p/ Patrimonio	(11.232.735)	11.232.735	-	-	30.332	30.332
Resultado Exercício Anterior	(30.332)	-	-	-	(53.690)	(84.022)
Déficit/ Superavit de 2020	-	(4.850.348)	-	-	-	(4.850.348)
Ajuste Patrimonial Imóveis	1.733.381	-	-	(1.733.381)	-	-
Ajuste Patrimonial de Móveis	124.284	-	-	(124.284)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**117.063.914**	**(4.850.348)**	**-**	**189.688.053**	**(53.690)**	**301.847.929**

Demonstrações do Valor Adicionado (D.V.A.)

	2020	%	2019	%
Receitas	**83.177.637**		**98.880.027**	
Receitas de Atividades Área Educacional	58.170.828		64.282.006	
Bolsas de Estudos (12.101/09)	9.394.709		13.850.453	
Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva)	5.351.247		5.349.571	
Receitas de Atividade Meio	5.819.904		8.279.825	
Devolução Material Pedagógico/ Anuidades	(709.127)		(173.781)	
Receitas Contribuições (Estatuto do Idoso)	737.558		768.174	
Receitas Patrimoniais	(203.035)		20.615	
Outras Receitas	4.615.552		6.503.166	
Insumos Adquiridos de Terceiros	**(14.174.261)**		**(21.630.227)**	
CMV	(3.181.068)		(3.236.939)	
Custos de Manutenção das Atividades	(10.993.193)		(18.393.288)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-		-	
Valor Adicionado Bruto	**69.003.376**		**77.249.800**	
Depreciações / Amortizações	(5.991.427)		(6.187.862)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	**63.011.949**		**71.061.938**	
Valor Adicionado Recebido em Transferência	**3.118.259**		**3.676.120**	
Doações / Subvenções	2.572.653		2.708.333	
Receitas Financeiras	545.606		967.788	
Valor Adicionado Total a Distribuir	**66.130.208**	%	**74.738.059**	%
Distribuição do Valor Adicionado				
Colaboradores	45.102.594	68,20	54.174.970	72,49
Bolsas de Estudos (12.101/09)	9.394.709	14,21	13.850.453	18,53
Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva)	5.351.247	8,09	5.349.571	7,16
Gratuidade Assistência Social	10.869.278	16,44	12.315.928	16,48
Apoio Aluno Bolsista	132.514	0,20	125.718	0,17
Governo	130.214	0,20	154.155	0,21
Déficit do Exercício	(4.850.348)	(7,33)	(11.232.735)	(15,03)
Valor Adicionado Total Distribuído	**66.130.208**	100,00	**74.738.059**	100,00

Demonstração do Resultado do Período (Em Reais)

Receita Bruta Serviços (Atividades Fins)	Nota Explicativa	2020	2019
1 - Receita Bruta Prestação Serviço Educacional:		**57.474.380**	**64.062.161**
(+) Anuidades Escolares	14	58.170.828	64.282.006
(+) Bolsas de Estudo (12.101/09)	14/26	9.394.709	13.850.453
(+) Bolsas de Estudo Convenção Coletiva	14	5.351.247	5.349.571
(-) Deduções s/ Anuidades		(696.447)	(219.844)
(-) Bolsas de Estudo Lei 12.101/09- 100%		(1.744.026)	(1.872.754)
(-) Bolsas de Estudo Lei 12.101/09 - 50%		(946.109)	(923.585)
(-) Bolsas de Estudo Convenção Coletiva		(5.351.247)	(5.349.571)
(-) Bolsa Lei 12101/09 - Tempo Integral 100%		(6.704.575)	(11.054.114)
Outras Receitas		**5.078.685**	**7.057.820**
(+) Atividades Extra Curriculares	14	1.063.487	1.048.391
(+) Outras Receitas Educacionais (serviços de secretaria e outros)	14	1.981.742	2.215.223
(+) Subvenções	14	18.586	54.700
(+) Apoio Aluno Bolsista			
(+) Donativos e Contribuições	14/ 17	81.610	125.734
(+) Receitas Diversas	14	782.627	2.067.769
(+) Trabalho Voluntário	4 (n) /14	786.927	833.454
(+) Receitas Financeiras	14	363.705	700.549
(+) Receitas Ativo Imobilizado		-	12.000
2 - Receita Bruta Prestação de Serviços de Assistência Social		**4.430.878**	**4.567.191**
(+) Contribuições - (Estatuto do Idoso)	14	737.558	768.174
(+) Subvenção Governamental de Assistência Social	14	1.412.229	1.165.380
(+) Donativos e Contribuições	14/ 17	1.047.812	1.203.852
(+) Receitas Diversas	14	150.252	182.495
(+) Trabalho Voluntário	4 (n) / 14	1.273.594	1.176.722
(+) Receitas Financeiras	14	12.467	70.567
(+) Receitas Ativo Imobilizado		(203.035)	-
3 - Receitas de Atividade Meio		**2.523.155**	**5.349.799**
(+) Material Pedagógigo	14	5.422.096	5.908.930
(+) Mercadorias/Produtos	14	378.744	2.221.363
(+) Prestação de serviço - impressões	14	19.064	149.532
(-) CMV		(3.181.068)	(3.236.939)
(-) ICMS		(12.000)	(73.112)
(-) Devolução Material Pedagógico		(251.038)	(54.461)
(-) Cancelamento de Venda		-	-
(+) Receitas Diversas	14	66.839	280.952
(+) Trabalho Voluntário	4 (n) / 14	19.473	18.545
(+) Donativos e Contribuições	14/ 17	8.380	90.518
(+) Receitas Financeiras	14	52.666	44.471
(+) Receitas Ativo Imobilizado		-	-
4 - Receitas Institucionais		**1.119.816**	**1.345.300**
(+) Donativos e Contribuições	14/ 17	4.043	68.149
(+) Receitas Diversas	14	570.605	708.336
(+) Trabalho Voluntário	4 (n) / 14	428.400	408.000
(+) Receitas Financeiras	14	116.768	152.200
(+) Receitas Ativo Imobilizado		-	8.615
Receita Bruta		**70.626.914**	**82.382.270**
1- Despesas Área Educacional		**(59.848.944)**	**(74.557.131)**
(-) Despesas com Pessoal		(39.187.569)	(47.264.886)
(-) Manutenção		(1.228.671)	(1.864.400)
(-) Depreciação/Amortização		(4.115.580)	(4.192.542)
(-) Material de Consumo		(1.226.728)	(4.230.596)
(-) PCLD		(1.273.037)	(819.157)
(-) Despesas Financeiras		(6.337.683)	(5.193.444)
(-) Despesas c/ Subvenção		(24.583)	(54.712)
(-) Trabalho Voluntário	4 (n)	(784.493)	(833.454)
(-) Programa de Apoio ao Aluno Bolsista		(132.514)	(125.718)
2 - Despesas de Assistência Social		**(12.277.268)**	**(13.473.508)**
(-) Despesas com Pessoal		(5.121.080)	(5.795.883)
(-) Manutenção		(151.935)	(294.315)
(-) Depreciação/Amortização		(675.141)	(715.088)
(-) Material de Consumo		(1.426.750)	(1.772.092)
(-) Despesas Financeiras		(34.271)	(24.987)
(-) Despesas c/ Subvenção		(1.407.990)	(1.157.580)
(-) Trabalho Voluntário	4 (n)	(1.263.094)	(1.176.722)
(-) Outras Despesas		(2.197.006)	(2.536.842)
3 - Despesas de Atividades Meio		**(2.535.698)**	**(3.970.366)**
(-) Despesas com Pessoal		(1.122.034)	(1.401.714)
(-) Manutenção		(69.454)	(132.268)
(-) Depreciação/Amortização		(181.149)	(247.683)
(-) Material de Consumo		(290.764)	(429.653)
(-) Despesas Financeiras		(73.260)	(81.138)
(-) Trabalho Voluntário	4 (n)	(19.473)	(18.545)
(-) Outras Despesas		(779.565)	(1.659.365)
4 - Despesas Atividades Institucionais		**(815.352)**	**(1.613.999)**
(-) Despesas com Pessoal		328.089	287.513
(-) Manutenção		(218.222)	(208.464)
(-) Depreciação		(1.019.558)	(1.032.549)
(-) Material de Consumo		(1.148)	(4.089)
(-) Despesas Financeiras		(4.219)	(3.342)
(-) Outras Despesas		528.107	(245.068)
(-) Trabalho Voluntário	4 (n)	(428.400)	(408.000)
Total das Despesas		**(75.477.262)**	**(93.615.005)**
Superavit Educacional		2.704.121	(3.437.151)
Deficit Assistencial		(7.846.390)	(8.906.318)
Superavit Atividades Meio		(12.543)	1.379.433
Deficit Institucionais		304.463	(268.700)
Deficit do Exercicio	04 (m)	**(4.850.348)**	**(11.232.735)**

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Fluxo de Caixa das Atividades	2020	2019
1 - Atividades Operacionais		
Déficit do Exercício	(4.850.348)	(11.232.735)
Depreciação	5.801.963	5.858.452
Amortização	189.464	252.832
PCLD	1.388.264	617.646
Provisão para Contigência	-	833.626
Perdas Diversas / Mensalidades / Apostilas	131.487	40.396
Provisões não Desembolsadas (férias, 1/3 e encargos)	(250.268)	208.014
Resultado Exercício Anterior	(53.690)	(30.332)
Apoio ao Aluno Bolsista	-	-
Receitas não Embolsadas (Recuperação de Créditos, Reversões)	(895.305)	(984.570)
Superávit do Exercício Ajustado	**1.461.566**	**(4.436.672)**
Atividades Operacionais		
Aumento nas Anuidades a Receber	(1.529.553)	99.627
Aumento em Adiantamentos Diversos	275.947	-
Diminuição nos Créditos Diversos	-	-
Aumento de Estoques	458.019	(1.021)
Aumento das Despesas Antecipadas	(735.035)	3.348
Aumento nas Obrigações Trabalhistas	(117.880)	(14.233)
Aumento nas Obrigações Fiscais e Sociais a Recolher	(250.741)	364.225
Aumento de Fornecedores a Pagar	(683.263)	466.420
Aumento de Outras Obrigações a Pagar	1.843.326	(813.802)
Aumento de Receitas Antecipadas (Anuidades Escolares)	262.746	639.733
Diminuição Valores a Recuperar	(65.492)	5.855
Aumento dos Alugueis a Longo Prazo	158.152	(550.200)
Aumento de Outros Ativos	(929.340)	800.290
Aumento Depositos Judiciais	25.620	(423.269)
Total Geração Operacional de Caixa	**(1.287.495)**	**576.972**
2 - Das Atividades de Investimentos		
Baixas de Depreciação	-	-
Adições Computadores em Comodato	(310.277)	-
Adições a Imóveis em Comodato	-	-
Adições a Instalações e Benfeitorias	-	-
Adições a Móveis e Utensílios	(145.366)	(269.205)
Adições a Veículos	-	-
Adições Biblioteca	-	-
Adições Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	-	-
Adições a Softwares	-	-
Adições Direitos Autorais	-	-
Baixa em imobilizado	695.153	-
Baixas em Investimento	-	-
Total das Atividades de Investimentos	**239.510**	**(269.205)**
3 - Das Atividades de Financiamentos		
(+) Empréstimo obtido	-	-
(+) Doações Patrimoniais	-	-
Doações Incorporadas ao Patrimônio	-	-
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos	**-**	**-**
(1+2+3) Variação das Disponibilidades	**413.581**	**(4.128.905)**
Saldo Inicial das Disponibilidades Em 01/01/2020	12.244.386	16.373.290
Variação Ocorrida No Período	**413.581**	**(4.128.905)**
Disponibilidade no Final do Ano	12.657.967	12.244.386

Demonstrações de Origens e Aplicações dos Recursos Findos em 31 de Dezembro (Em Reais)

	2020	2019
Origem dos Recursos:		
Superavit Do Exercício	-	-
Depreciação	5.655.728	5.858.452
PCLD	-	-
Baixa Do Imobilizado	695.153	85.315
Amortização	189.464	252.832
Investimentos	-	-
Aumento do Passivo Longo Prazo	262.978	-
Redução do Ativo Real. Longo Prazo	139.559	527.355
Total das Origens	**6.942.882**	**6.723.955**
Aplicação dos Recursos:		
Déficit do Exercício	4.850.348	11.232.735
Resultado Exercicio Anterior	53.690	30.332
Aquisições Imobilizado	145.367	269.205
Aquisições Computadores em Comodato	310.275	-
Aumento do Ativo Intangivel	-	-
Aumento do Ativo Real. Longo Prazo	-	145.319
Redução do Passivo Longo Prazo		
Total das Aplicações de Recursos	**5.359.680**	**11.677.591**
Variação no Patrimônio Circulante	**1.583.202**	**(4.953.637)**
Demonstração da Variação dos Recursos Circulantes Líquidos		
Ativo Circulante Líquido (Inicio Exercicio)	18.827.876	22.926.623
Ativo Circulante Líquido (Final Exercicio)	20.596.338	18.827.876
Variação do Ativo Circulante Líquido	**1.768.461**	**(4.098.747)**
Passivo Circulante Líquido (Inicio Exercicio)	22.182.459	21.327.569
Passivo Circulante Líquido (Final Exercicio)	22.367.718	22.182.459
Variação do Passivo Circulante Líquido	**(185.260)**	**(854.890)**
Variação dos Recursos Circulantes Líquidos	**1.583.202**	**(4.953.637)**

Notas Explicativas Demonstrações Contábeis Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

Nota 01 - Contexto Operacional: A **Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem,** com sede na cidade de São Paulo, à Rua Dona Inácia Uchoa, 96, Vila Mariana, CEP: 04110-020, inscrita no CNPJ/MF. sob nº 61.000.683/0001-71, pessoa jurídica de direito privado, do tipo "**Associação**", sem fins lucrativos, de natureza religiosa, caráter confessional, educacional, beneficente e de assistência social, com atividade preponderante na área da EDUCAÇÃO. Considerada de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto nº 60.914 de 30/06/1967, de Utilidade Pública Estadual, conforme Decreto nº 40.028 de 30/04/1962 e de Utilidade Pública Municipal, conforme Decreto nº 10.629 de 28/08/1973. **Registrada** no Conselho Municipal de Educação nas cidades de São Paulo, Jundiaí, Pindamonhangaba e Rio de Janeiro; no Conselho Estadual de Educação de São Paulo; no Conselho Municipal de Assistência Social, nas cidades de São Paulo, Jundiaí, Laranjal Paulista e Pindamonhangaba; no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente nas cidades de São Paulo, Jundiaí, Laranjal Paulista e Pindamonhangaba e no Conselho Municipal do Idoso na cidade de Jundiaí. Possui **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS),** renovado pela Portaria do MEC/MDS/MS Nº 235 de 21/05/2019 publicado no dia 27/05/2019 página 22, no Diário Oficial da União, exarada nos autos do processo nº 23000.009908/2012-26 que certificou a entidade pelo período de 01/01/2013 a 31/12/2015 e com protocolos de renovação nºs.23.000.023380/2015-41 de 15/12/2015, na qual encontra-se em análise e 23000.040097/2018-26 de 11/12/2018 no aguardo de análise. Tem por finalidade a educação, o ensino, a cultura, e a assistência social como instrumento de defesa, proteção e promoção da infância, da adolescência, da juventude e de adultos em sintonia com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Idoso. Conforme artigo 8º de seu Estatuto Social, para atendimento de suas finalidades, ASSOCIAÇÃO envida esforços, dentro de suas possibilidades e especialidades no sentido de: I - oferecer e desenvolver a educação básica constituída pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio em consonância com o Plano Nacional de Educação - PNE na forma do art. 214 da Constituição Federal; II - oferecer e desenvolver a educação para o exercício da cidadania e inclusão social tendo como meio, o ensino, a assistência social, educação religiosa, e formação humana integral; III - promover atividades culturais; IV - promover atividades de promoção social através da educação, de atividades esportivas, culturais, religiosas e de comunicação social, inclusive com a promoção de cursos, encontros, palestras, congressos, seminários, simpósios e conferências; V - promover ações de Proteção Social, Básica e Especial às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VI - desenvolver atividades de atendimento de forma continuada, permanente e planejada, através de prestação de serviços, execução de programas ou projetos e concessão de benefícios de proteção básica e especial, para as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VII - promover assistência, amparo e defesa das crianças, dos adolescentes, dos jovens e dos idosos em situação de vulnerabilidade e risco social e econômico; VIII - promover ações de proteção à família, à infância, à adolescência; IX - amparar e assistir pessoas socialmente excluídas e/ou em situação de vulnerabilidade e risco social e econômico; X- Realizar atividades meio com a finalidade de geração de recursos e rendas que garantam a sua sustentabilidade, tais como, locação de bens móveis e imóveis, promoção de cursos, palestras, eventos, venda de artigos recebidos em doação, comercialização de bens e serviços, incluindo a comercialização de livros, serviços gráficos, atividades de editora de livros, atividades de cantina, atividades educacionais, de cultura, lazer, esporte, dentre outras atividades geradoras de recursos. **A Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem, é composta pelas seguintes unidades**: 1) Editora Vicentinos; 2) Colégio João e Raphaela Passalacqua; 3) Centro de Convivência São Vicente de Paulo; 4) Colégio São Vicente de Paulo; 5) Colégio Santo Antônio de Lisboa; 6) Núcleo de Formação e Promoção São Vicente de Paulo; 7) Lar Nossa Senhora das Graças; 8) Colégio São Vicente de Paulo - Jundiaí - Unidade 2; 9) Educandário São Vicente de Paulo - Casa Pia Cônego Tobias; 10) Ingredientes ABCD; 11) Colégio Francisco Telles; 12) Recanto Vicentino; 13) Ingredientes ABCD - Unidade 2; 14) Colégio São Vicente de Paulo - Penha; 15) Núcleo Infantil Nossa Senhora dos Pobres; 16) Centro Promocional Dino Bueno; 17) Centro Comunitário Nossa Senhora de Fátima; 18) Sede Administrativa. **Nota 02 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2020, foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil e, em atendimento as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade. A Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº. 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, especialmente Resolução nº. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução Nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1409/12, que aprovou a ITG 2002, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros. **Nota 03 - Formalidade Da Escrituração Contábil Resolução 1.330/11 (Nbc Tg 2000):** A Associação utiliza o Processo eletrônico de escrituração uniforme de seus atos e fatos administrativos. Os registros contábeis contêm números de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no "Diário" da Entidade. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **Nota 04 - Principais Práticas Contábeis Adotadas:** As principais práticas contábeis adotadas pela Entidade são: **4.1) Declaração de conformidade:** A emissão das demonstrações foi autorizada pela Assembleia Geral realizada em 05 de abril de 2021. **4.2) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **4.3) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas Demonstrações Contábeis são mensurados usando a moeda do único ambiente econômico no qual a Entidade atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda oficial do país sem os centavos. **a) Caixa e Equivalentes de Caixa**: **a.1) Caixa e Equivalentes de Caixa (s/restrição):** Conforme determina a Resolução do CFC Nº 1.296/10 (NBC TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC Nº 1.376/11 (NBC TG 26) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. Os valores referem-se ao somatório de várias contas correntes, todas devida e regularmente conciliadas;

	2020	2019
Caixa e Equivalentes de Caixa	**11.130.375**	**10.964.075**
Caixa	59.548	48.001
Bancos Conta Movimento (s/Restrição)	3.822.122	3.541.198
Bancos Conta Aplicações c/Prazo (s/restrição)	7.248.705	7.374.876

a.2) Equivalentes de Caixa (c/restrição): Referem-se a recursos recebidos de subvenções e não dispendidos em 2020; e a valores pertencentes aos usuários (idosos) abrigados no Lar Nossa Senhora das Graças (**Instituição de Longa Permanência para Idosos**). Este numerário possui controle individualizado.

	2020	2019
Caixa e Equivalentes de Caixa	**1.527.592**	**1.280.311**
Bancos Conta Movimento (c/Restrição)	138.224	7.702
Bancos Conta Aplicações c/Prazo (c/restrição)	1.389.368	1.272.609

b) Aplicações de Liquidez Imediata: As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço;

	2020	2019
Bancos Conta Aplicações c/Prazo (s/restrição)	7.248.705	7.374.876
Bancos Conta Aplicações c/Prazo (c/restrição)	1.389.368	1.272.609

c) Ativos circulantes - Contas a receber de clientes: Refere-se ao montante a receber de clientes (alunos) e de usuários conforme Estatuto do Idoso, vencidos até a data do balanço.

	2020	2019
Anuidades a Receber	7.408.334	5.878.782

d) Provisão p/ Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD): Esta provisão foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. Esta provisão foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela Entidade (média de inadimplência dos últimos três anos), e assim atendendo a Resolução CFC Nº Parecer de Orientação da CVM 21/90. No ano de 2020 foi considerado também os valores referente a outros ativos circulantes.

	2020	2019
(-) Provisão Créditos e Liquidação Duvidosa	(5.819.381)	(4.648.507)

e) Estoques Resolução CFC Nº 1.170/09 (NBC TG 16): Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos (material pedagógico) da filial "Editora Vicentinos" e mercadorias e produtos das filiais "Ingredientes ABCD" e "Ingredientes ABCD - Unidade 2 "em 31 de dezembro de 2020.

	2020	2019
Estoques	389.422	847.441

f) Outros Ativos Circulantes: Este grupo é composto pelos seguros, assinaturas contratadas, (despesas do exercício seguinte), convênios e subvenções não recebidas, impostos a recuperar, despesas antecipadas, adiantamento a funcionários, e outros valores a receber das atividades sustentáveis, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte e estão representadas pelo seu valor nominal.

	2020	2019
Outros Ativos Circulantes	**5.572.567**	**4.237.352**
Outros Valores e Bens	2.750.613	2.202.313
Convênios e Subvenções	1.247.208	5.250
Impostos a Recuperar	118.267	52.775
Despesas Antecipadas	871.020	135.984
Adiantamentos Funcionários	85.320	447.836
Cursos Extra Curriculares /Taxas / Material Didático	887.568	1.661.616
PCLD	(387.429)	(268.423)

g) Realizável a Longo Prazo: Este grupo está composto por valores a receber e recuperar. Consiste de valores cujo vencimento ultrapassa o exercício subsequente.

	2020	2019
Realizável a Longo Prazo	**5.939.323**	**6.078.882**
Aluguéis	68.888	227.040
Depósitos Judiciais	5.582.292	5.607.912
Contratos	288.144	243.930

h) Imobilizado (Ativo não Circulante): Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido a depreciação, e leva em consideração a vida útil e a utilização dos bens (Resolução CFC nº 1.177/09 NBC TG 27), as contas de móveis, utensílios, máquinas e equipamentos, veículos foram consideradas a valor presente desde o ano de 2013:

	2020	2019
Imobilizado	**294.265.955**	**300.124.660**
Terrenos	190.998.238	191.024.238
Edificações	127.268.356	127.901.746
Móveis e Utensílios	11.729.583	11.692.908
Máquinas e Equipamentos	3.573.958	3.465.267
Veículos	1.267.412	1.303.176
Biblioteca	1.874.966	1.874.966
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	2.262.212	2.262.212
Imóveis em Comodato	7.174.670	7.174.670
Computadores em Comodato	310.277	-
(-) Depreciação Acumulada	(51.061.292)	(45.531.140)
(-) Amortização Imóvel de Terceiros	(709.909)	(620.866)
(-) Impairment	(422.518)	(422.518)

i) Passivo Circulante e Não Circulante: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis. Quando aplicável, são registrados com os encargos incorridos até a data do balanço patrimonial com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação**.** Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de fornecedores em geral, obrigações fiscais e empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais.

	2020	2019
Circulante	**22.367.718**	**22.182.458**
Obrigações Trabalhistas	2.308.387	2.426.267
Obrigações Fiscais e Sociais a Recolher	6.556.944	6.807.685
Fornecedores	406.233	1.089.496
Outras Obrigações a Pagar	5.438.921	3.595.596
Provisões Trabalhistas	2.309.220	3.178.147
Receitas Antecipadas	5.348.013	5.085.268
Não Circulante	**1.497.734**	**1.234.756**
Provisão para Contigência	833.625	833.625
Aluguéis	59.244	157.200
Contratos	294.588	243.930
Computadores em Comodato	310.277	-

j) Prazos: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes. **k) Provisão de Férias, 13º Salário e Encargos:** Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido, foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos funcionários até a data do balanço. Os valores referem-se a férias acrescidos de terço constitucional e seus encargos.

	2020	2019
Provisões Trabalhistas	2.309.220	3.178.147

l) As Despesas e as Receitas: Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. **m) Apuração do Resultado - (Déficit do Exercício):** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado. O déficit do exercício de 2020 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002 em especial no item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

	2020	2019
Resultado do Exercício	**(4.850.348)**	**(11.232.735)**
Déficit do Exercício	(4.850.348)	(11.232.735)

n) Trabalho voluntário: Em atendimento a NBC TG 2002, o trabalho voluntário de acordo com a Lei 9.608/98, foi contabilizado em contas de resultado, e os contratos de adesão arquivados. O trabalho voluntário foi realizado pelas associadas em praticamente todas as unidades e nas unidades de assistência social o trabalho foi destinado a atividades de diversão e jogos.

	2020	2019
Trabalho Voluntário	2.508.394	2.436.721

Nota 05 - Estimativas Contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis, Ativos e Passivos sujeitos a essas premissas incluem o valor residual do Ativo Imobilizado, Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências de Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e a premissas anualmente. **Nota 06 - Ativo não Circulante - Investimentos:** Conforme determinação da Resolução do CFC Nº 1.178/09 (NBC TG 28) - Propriedades para Investimentos, este grupo está composto por bens (terrenos e imóveis) mantidos pela Entidade para auferir renda, e estes são registrados pelo valor de aquisição ou custo de construção e desde 2012 pelo custo atribuído nas contas de terrenos e edificações. A Entidade adotou o critério de mensuração pelo método do custo da NBC TG 27 - Ativo Imobilizado.

Descrição Do Bem	Valor Bruto Contábil 2019	Adições	Baixas	Valor Bruto Contábil 2020	Deprec. Acum.	Valor Líquido Contábil
Terrenos	3.257.762	-	-	3.257.762	-	3.257.762
Edificações	2.608.300	-	-	2.608.300	(1.026.384)	1.581.916
Total Investimentos	**5.866.062**	**-**	**-**	**5.866.062**	**(125.577)**	**4.839.678**

Nota 07 - Ativo Não Circulante - (Imobilizado): Os ativos Imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção. A partir de 2013 pelo custo atribuído, deduzidos da depreciação e do impairment do período, originando o valor líquido contábil. O valor de recuperação dos bens e direitos do imobilizado **são periodicamente avaliados** para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios das taxas de depreciação, as quais foram consideradas adequadas, com a finalidade de atender a Lei Nº 11.638/07. Deliberação CVM Nº 583/2009, Deliberação CVM Nº 644/2010, Resolução do CFC Nº 1.177/2009 (NBC TG 27) e Resolução do CFC Nº 1.330/10 (NBC TG 04) e ITG 10. A reavaliação dos imóveis (terrenos e edificações) foi efetuada em outubro de 2012, e a dos móveis e utensílios foi efetuada em junho de 2013 pela empresa Stima Engenharia LTDA CNPJ/MF 06.932.665/0001-10, utilizando o método comparativo direto, ou seja, efetuado pesquisa sobre valores de venda e locação mensal de terrenos comparáveis e situados na mesma região geoeconômica dos terrenos avaliados, bem como dos móveis e utensílios, apropriando as taxas de depreciação de acordo com a vida útil de cada item individualizado.

Quadro Demonstrativo do Imobilizado em 31/12/2020

Descrição Do Bem	Valor Bruto Contábil em 2019	Entradas	Saídas e Transferencias	Valor Bruto Contábil em 2020	Deprec. Amortiz. Acumul.	Impairment	Valor Líquido Contábil
Terrenos	191.024.238	-	(26.000)	190,998,238	-	-	190,998,238
Edificações	127.901.746	-	(633.390)	127.268.356	(34.252.166)	-	93.016.190
Móveis e Utensílios + Máquinas e Equipamentos	15.158.175	145.366	-	15.303.541	(11.450.881)	(312.180)	3.540.480
Veículos	1.303.176	-	(35.763)	1.267.413	(1.147.286)	(110.338)	9.789
Biblioteca	1.874.966	-	-	1.874.966	(1.874.273)	-	693
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	2.262.212	-	-	2.262.212	(709.909)	-	1.552.303
Terrenos em Comodato	3.841.000	-	-	3.841.000	-	-	3.841.000
Edificações em Comodato	3.333.670	-	-	3.333.670	(2.336.685)	-	996.985
Computadores em Comodato	-	310.277	-	310.277	-	-	310.277
Total Imobilizado	**346.699.183**	**455.643**	**(695.153)**	**346.459.673**	**(51.771.200)**	**(422.518)**	**294.265.955**

Nota 08 - Intangível - Ativo Não Circulante: Os ativos intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização do período, originando o valor líquido contábil. O valor de recuperação dos bens e direitos do intangível **são periodicamente avaliados** para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios das taxas de amortização, conforme Lei Nº 11.638/07, Deliberação CVM Nº 583/2009, Deliberação CVM Nº 644/2010, Resolução do CFC Nº 1.177/2009 (NBC TG 01) e Resolução do CFC Nº 1.330/10 (NBC TG 04) e (ITG 10).

Quadro Demonstrativo do Intangível em 31/12/2020

Descrição Do Bem	Valor Bruto Contábil em 2019	Adições	Baixas	Valor Bruto Contábil em 2020	Amortização	Valor Líquido Contábil Em 2020
Direitos Autorais	3.882.344	-	-	3.882.344	-	-
Total do Intangível	**3.882.344**	**-**	**-**	**3.882.344**	**(3.810.257)**	**72.087**

Nota 09 - Receitas Antecipadas: As receitas antecipadas estão lançadas no Passivo Circulante, na qual engloba as receitas das anuidades escolares do exercício de 2021. Estas receitas possuem obrigação de devolução por parte da Entidade. As mesmas serão alocadas nas contas de resultado do exercício de 2021 pelo regime de competência.

	2020	2019
Receitas Antecipadas	5.348.013	5.085.268

Nota 10 - Patrimônio Líquido: O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do exercício ocorrido, os bens recebidos através de doações patrimoniais e o ajuste de avaliação patrimonial enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado.

	2020	2019
Patrimônio Social	117.063.914	126.469.316
Ajustes Patrimoniais	189.688.053	191.545.717
Resultado Exercício Anterior	(53.690)	(30.332)
Déficit do Exercício	(4.850.348)	(11.232.735)
Patrimônio Líquido	**301.847.928**	**306.751.966**

Nota 11 - Resultado dos Exercícios Anteriores: Em atendimento a Resolução CFC 1.179/09 que aprova a NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, foram lançadas nesta conta valores referentes a Receitas e Despesas do ano de 2019, que não foram reconhecidos no referido período. Assim lançados no decorrer do ano de 2020.

	2020	2019
Resultado Exercício Anterior	(53.690)	(30.332)

Nota 12 - Subvenções e/ou Convênios Públicos - Resolução CFC nº 1.305/10 (NBC TG 07) e ITG 2002: São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. Para a contabilização das subvenções governamentais, a Entidade, atendeu a Resolução nº. 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC que aprovou a NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002. A entidade recebeu no decorrer do período as seguintes subvenções do Poder Público Federal, Estadual e Municipal.

Exercício	Concedente	Convênio	Valor Contrato	Valor Recebido	Valor Realizado
2019	Prefeitura do Municipio de Laranjal Paulista	Termo de Fomento-Transferência de Recursos Financeiros	62.999	0	52.499
2019	Fórum da Comarca de Laranjal Paulista	Recursos oriundos da Aplicação de Pena de Prestação Pecuniária	7.173	0	7.173
2019	Prefeitura do Municipio de Jundiai	1º Aditivo do Termo de Colaboração nº 02/2018	1.084.529	0	996.369
2019	Prefeitura do Municipio do Rio de Janeiro	PNAE - programa Nacional de Alimentação Escolar	64.842	0	17.546
2019	3º Ofício Criminal da Comarca de Jundiaí	Recursos oriundos da Aplicação de Pena de Prestação Pecuniária	22.353	0	10.581
2020	Prefeitura do Municipio de Laranjal Paulista	Termo de Fomento-Transferência de Recursos Financeiros	65.714	65.714	65.714
2020	Fórum da Comarca de Laranjal Paulista	Recursos oriundos da Aplicação de Pena de Prestação Pecuniária	2.248	2.248	2.248
2020	Prefeitura do Municipio de Jundiai	Aditamento II - Termo de Colaboração Nº 02/2018	2.494.416	1.247.208	1.251.701
2020	Prefeitura do Municipio de Jundiai	Aditamento III - Termo de Colaboração Nº 02/2018	13.500	13.500	13.500
2020	Prefeitura do Municipio do Rio de Janeiro	PNAE - programa Nacional de Alimentação Escolar	64.842	64.842	0,00
2020	Prefeitura do Municipio de Jundiaí	Termo de Colaboração 02/2020	53.468	53.468	0,00
2020	Governo Federal	Auxilio Emergencial para ILPI	143.951	143.951	5.900

Nota 13 - Provisão para Contingências (Resolução CFC Nº 1.180/09 NBC TG 25): Em atendimento a Resolução CFC 1.180/09, e respaldado por documentos recebidos da Assessoria Jurídica, constando os processos administrativos e/ou judiciais (trabalhistas e/ou tributários e/ou cível), a respectiva provisão para contingencia foi considerada pela probabilidade de perdas de alguns processos que estão em andamento. No fechamento do balanço existe a provável perda em processos no montante de R$ 833.625,00, os quais foram contabilizados devida a possibilidade de pagamento.

Contingências	2020	2019
Educação	833.625	833.625

Nota 14 - Receitas (Resolução NBC TG 47): Em atendimento a Resolução NBC TG 47, as receitas (fontes de recursos) da Entidade oriundas das atividades fins (educação), conforme art. 71 do Estatuto Social, são mensuradas pelo valor da vaga da contraprestação recebida ou a receber, e formalizada pelo contrato de prestação de serviços educacionais. Outras receitas também seguem o mesmo critério, ou seja, reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade. Segue abaixo os montantes de cada categoria significativa (relevante) de receita reconhecida durante o período:

Receitas	2020	2019
Anuidades Escolares	58.170.828	64.282.006
Material Pedagógico/ Mercadorias /Impressão	5.819.904	8.279.825
Subvenções Municipais Assistência Social	1.412.229	1.165.380
Donativos e Contribuições	1.141.845	1.488.253
Outras Receitas Educacionais	1.981.742	2.215.223
Receitas Diversas	1.570.323	3.239.552
Atividades Extras Curriculares	1.063.487	1.048.391
Rendimentos Financeiros	545.606	967.787
Subvenções Municipais Educacionais	18.586	54.700
Receitas Ativo Imobilizado	-	20.615
Contribuições - Estatuto do Idoso	737.558	768.174
Trabalho Voluntário	2.508.394	2.436.721
Apoio Aluno Bolsista	-	-
Bolsa de Estudo (Lei 12.101)	9.394.709	13.850.453
Bolsa de Estudo Convenção Coletiva	5.351.247	5.349.571
Total das Receitas	**89.716.458**	**105.166.651**

Nota 15 - Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC): A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO. Abaixo as atividades de investimentos.

Das Atividades de Investimentos	2020	2019
Baixas de Depreciação	-	-
Adições a Instalações e Benfeitorias	-	-
Adições a Móveis e Utensílios	(145.366)	(269.205)
Adições Direitos Autorais	-	-
Baixa em Imobilizado	695.153	-
Baixas em Investimento	-	-
Adições Moveis em Comodato	(310.277)	-
Total das Atividades de Investimentos	**239.510**	**(269.205)**

Nota 16 - Cobertura de Seguros: Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros de veículos em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil da Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **Nota 17 - Doações e Contribuições Recebidas:** Eventualmente a Entidade recebe doações e/ou contribuições de pessoas físicas e/ou jurídicas, previstas no seu Estatuto Social, artigo 71, item VII e VIII, conforme demonstrativo em anexo:

Donativos	2020	2019
Doações de Pessoas Físicas	211.951	542.720
Doações de Pessoas Jurídicas	60.196	64.844
Donativos em Espécie	869.699	880.688
Total das Doações	**1.141.846**	**1.488.252**

Nota 18 - Imunidade Tributária: A entidade é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988. **Nota 19 - Característica da Imunidade:** A **Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem** é uma entidade sem fins lucrativos, de natureza religiosa, caráter confessional, educacional, beneficente e de assistência social com atividade preponderante na área da **Educação**. No atendimento de suas finalidades institucionais, a **Associação** em sua ação de assistência social educacional concede Gratuidades Educacionais e outras na forma da Lei, objetivando a promoção de seus usuários e destinatários, da coletividade e do bem comum. As atividades de assistência social foram realizadas de forma 100% gratuitas a seus usuários, respeitadas as condições do Estatuto do Idoso. As gratuidades de educação atenderam todos os requisitos da Lei 12.101/09. **Nota 20 - Requisitos Para Imunidade Tributária:** A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN), em seu artigo 14. Estes requisitos estão previstos no Estatuto Social da Entidade e podem ser vistos na operacionalização de suas atividades. A Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem, atende todos os requisitos da imunidade tributária, os quais podem ser observados em seu Estatuto Social e nos livros Diário e Razão conforme abaixo: a) Não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (artigo17, parágrafo único do Estatuto Social); b) Aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (artigo 72 do Estatuto Social); c) Mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão (art. 78 do Estatuto Social). **Nota 21 - Isenção Tributária:** A entidade é isenta à incidência das Contribuições Sociais por força da Lei Nº 9.532/97, Lei Nº 12.101/09, Lei Nº 12.868/2013 e regulamentada pelo Decreto Federal 8.242/2014, nos seguintes percentuais: **Contribuições Sociais Usufruídas:** • 20% sobre folha de salários e serviços de autônomos e individuais; • RAT/SAT (1%); • **Terceiros** (4,5% - Educação, 5,8%- Assistência Social); • COFINS (3%). Em 2015 foram contabilizadas em contas de resultado, e em virtude da Resolução 1.409/12 item 9B em 2016 deixaram de ser contabilizadas pois não se enquadram no conceito de subvenções previsto na NBC TG 07, não sendo mais consideradas como contas de resultado. (*texto incluído pela* ITG 2002 (R1)). Demonstramos apenas os valores apurados no exercício de 2019 e 2020.

Contribuições	2020	2019
Isenção Usufruída Cota Patronal	10.303.611	12.016.762
Isenção Usufruída COFINS	2.183.885	2.254.202
Total	**12.487.496**	**14.270.964**

Nota 22 - Requisitos para Manutenção da Isenção Tributária: A **Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem**, é uma entidade beneficente de assistência social (possui CEBAS) e para usufruir da Isenção Tributária determinada pelo artigo 29 da Lei Nº 12.101/09, cumpri os seguintes requisitos **Estatutários**: • não percebem seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos (artigo17, parágrafo único do Estatuto Social); • aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais; • não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto (artigo 72 do Estatuto Social); • atende o princípio da universalidade do atendimento, onde **não** direciona suas atividades exclusivamente para suas associadas; (art. 11 do Estatuto Social); • tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidade sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas (art.89 e 90 do Estatuto Social); • consta em seu Estatuto Social a natureza, objetivos e público-alvo compatíveis com a Lei Nº 8.742/93 (LOAS) e Decreto Nº 6.308/07 (art.07 do Estatuto Social); **Operacionais e Contábeis:** • possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; • mantêm sua escrituração contábil regular que registra as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade; • conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial; • cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária; • elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado no Conselho Regional de Contabilidade. **Nota 23 - Segregação Contábil por Área de Atuação (art. 33 da Lei 12.101/2009 e art. 12 do Decreto Federal 8.242/2014):** A entidade apresenta sua escrituração contábil segregada por área de atuação, de modo a evidenciar seu patrimônio, as suas receitas, os custos e as despesas de cada área de atuação, conforme demonstrativo.

Balanço Segregado

Ativo	Educação 2020	Assist. Social 2020	Institucional 2020	Atividade Meio 2020	Total 2020	Educação 2019	Assist. Social 2019	Institucional 2019	Atividade Meio 2019	Total 2019
Circulante	**10.683.107**	**3.800.422**	**3.377.411**	**2.735.397**	**20.596.338**	**10.564.722**	**2.265.269**	**3.083.449**	**2.914.436**	**18.827.876**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**7.239.503**	**2.283.934**	**2.898.354**	**236.176**	**12.657.967**	**7.499.314**	**1.961.784**	**2.657.799**	**125.488**	**12.244.386**
Caixa	32.173	9.835	10.517	7.022	59.548	29.070	5.440	7.544	5.948	48.001
Bancos Conta Movimento(s/restrição)	3.474.282	64.518	79.041	204.281	3.822.122	3.271.649	84.974	81.521	103.054	3.541.198
Bancos Conta Movimento(c/restrição)	172	138.052	-	-	138.224	319	7.383	-	-	7.702
Bancos Conta Aplicações C/Prazo(s/restr.)	3.732.876	682.161	2.808.796	24.872	7.248.705	4.198.276	591.379	2.568.734	16.487	7.374.876
Bancos Conta Aplicações C/Prazo(c/restr.)	-	1.389.368	-	-	1.389.368	-	1.272.609	-	-	1.272.609
Clientes e Outros Recebíveis	**1.909.445**	**66.937**	**-**	**-**	**1.976.382**	**1.439.050**	**59.648**	**-**	**-**	**1.498.698**
Anuidades à Receber	7.341.397	66.937	-	-	7.408.334	5.819.133	59.648	-	-	5.878.782
(-) Provisão Créditos e Liquidação Duvidosa	(5.431.952)	-	-	-	(5.431.952)	(4.380.084)	-	-	-	(4.380.084)
Estoques	**-**	**-**	**-**	**389.422**	**389.422**	**-**	**-**	**-**	**847.441**	**847.441**
Estoques	-	-	-	389.422	389.422	-	-	-	847.441	847.441
Outros Ativos Circulantes	**1.534.159**	**1.449.552**	**479.057**	**2.109.800**	**5.572.567**	**1.626.358**	**243.836**	**425.650**	**1.941.507**	**4.237.352**
Outros Valores e Bens	455.044	163.951	408.774	1.722.844	2.750.613	466.095	147.352	352.599	1.236.267	2.202.313
Convênios e Subvenções	-	1.247.208	-	-	1.247.208	-	5.250	-	-	5.250
Impostos a Recuperar	15.497	4.578	51.408	46.784	118.267	420	947	51.408	-	52.775
Despesas Antecipadas	842.530	6.528	18.874	3.088	871.020	115.012	7.564	10.628	2.780	135.984
Adiantamentos Funcionários	59.906	20.787	-	4.628	85.320	336.431	82.724	11.015	17.666	447.836
Cursos Extra Curriculares/Mat.Didático	194.040	6.500	-	687.028	887.568	735.076	-	-	926.540	1.661.616
(-) Provisão Créditos e Liquidação Duvidosa	(32.856)	-	-	(354.573)	(387.429)	(26.677)	-	-	(241.747)	(268.423)
Não - Circulante	**209.810.318**	**46.077.087**	**41.488.427**	**7.741.211**	**305.117.043**	**213.621.017**	**47.161.260**	**42.499.038**	**8.059.988**	**311.341.305**
Realizável A Longo Prazo	**283.267**	**38.690**	**5.410.191**	**207.174**	**5.939.323**	**303.825**	**10.890**	**5.406.237**	**357.930**	**6.078.882**
Aluguéis	30.444	-	32.000	6.444	68.888	-	-	69.840	157.200	227.040
Depósitos Judiciais	235.005	10.890	5.336.397	-	5.582.292	260.625	10.890	5.336.397	-	5.607.912
Contratos	17.819	27.800	41.794	200.730	288.144	43.200	-	-	200.730	243.930
Investimentos	**-**	**-**	**4.839.678**	**-**	**4.839.678**	**-**	**-**	**4.965.254**	**-**	**4.965.254**
Propriedades para Investimento - Terrenos	-	-	3.257.762	-	3.257.762	-	-	3.257.762	-	3.257.762
Propriedades para Investimento - Edificações	-	-	2.608.300	-	2.608.300	-	-	2.608.300	-	2.608.300
(-) Depreciação Investimento - Edificações	-	-	(1.026.384)	-	(1.026.384)	-	-	(900.808)	-	(900.808)
Imobilizado	**209.527.051**	**46.038.397**	**31.238.558**	**7.461.949**	**294.265.955**	**213.317.192**	**47.150.370**	**32.127.547**	**7.529.550**	**300.124.660**
Bens em Uso	**209.527.051**	**46.038.397**	**31.238.558**	**7.461.949**	**294.265.955**	**213.317.192**	**47.150.370**	**32.127.547**	**7.529.550**	**300.124.660**
Terrenos	140.218.238	35.719.000	15.061.000	-	190.998.238	140.218.238	35.745.000	15.061.000	-	191.024.238
Edificações	89.539.907	14.541.027	23.187.423	-	127.268.356	89.539.907	15.174.417	23.187.423	-	127.901.746
Móveis e Utensílios	8.554.244	1.410.624	1.226.273	538.441	11.729.583	8.539.083	1.405.529	1.222.981	525.314	11.692.908
Máquinas e Equipamentos	2.372.439	643.113	227.381	331.025	3.573.958	2.372.439	536.122	225.681	331.025	3.465.267
Veículos	534.501	301.472	321.234	110.205	1.267.412	534.501	337.235	321.234	110.205	1.303.176
Biblioteca	1.874.966	-	-	-	1.874.966	1.874.966	-	-	-	1.874.966
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	2.154.415	-	-	107.797	2.262.212	2.154.415	-	-	107.797	2.262.212
Imóveis em Comodato	-	-	-	7.174.670	7.174.670	-	-	-	7.174.670	7.174.670
Computadores em Comodato	310.277	-	-	-	310.277	-	-	-	-	-
(-) Depreciação Acumulada	(35.123.142)	(6.489.129)	(8.726.504)	(722.517)	(51.061.292)	(31.093.739)	(5.960.222)	(7.832.523)	(644.656)	(45.531.140)
(-) Amortização Imóveis de Terceiros	(684.160)	-	-	(25.749)	(709.909)	(597.983)	-	-	(22.882)	(620.866)
(-) Impairment	(224.635)	(87.710)	(58.249)	(51.924)	(422.518)	(224.635)	(87.710)	(58.249)	(51.924)	(422.518)
Intangível	**-**	**-**	**-**	**72.087**	**72.087**	**-**	**-**	**-**	**172.509**	**172.509**
Direitos Autorais	-	-	-	3.882.344	3.882.344	-	-	-	3.882.344	3.882.344
(-) Amortização Acumulada	-	-	-	(3.810.257)	(3.810.257)	-	-	-	(3.709.836)	(3.709.836)
Total do Ativo	**220.493.425**	**49.877.510**	**44.865.838**	**10.476.608**	**325.713.380**	**224.185.740**	**49.426.529**	**45.582.487**	**10.974.425**	**330.169.181**
Contas Extra Patrimoniais	**14.878.470**	**10.869.278**	**-**	**-**	**25.747.748**	**19.325.742**	**12.315.928**	**-**	**-**	**31.641.670**
Bolsas de Estudo Lei 12.101/09- 100%	1.744.026	-	-	-	1.744.026	1.872.754	-	-	-	1.872.754
Bolsas de Estudo Lei 12.101/09 - 50%	946.109	-	-	-	946.109	923.585	-	-	-	923.585
Bolsa Lei 12101/09 - Tempo Integral 100%	6.704.575	-	-	-	6.704.575	11.054.114	-	-	-	11.054.114
Apoio Aluno Bolsista-Benefícios Complem.	132.514	-	-	-	132.514	125.718	-	-	-	125.718
Gratuidades de Assistência Social	-	10.869.278	-	-	10.869.278	-	12.315.928	-	-	12.315.928
Bolsa Convenção Coletiva	5.351.247	-	-	-	5.351.247	5.349.571	-	-	-	5.349.571
Passivo	**11.449.943**	**3.823.096**	**6.030.322**	**2.153.420**	**23.865.452**	**12.749.821**	**2.525.073**	**6.189.975**	**1.909.145**	**23.417.215**
Circulante	**10.568.055**	**3.823.096**	**6.030.322**	**1.946.246**	**22.367.718**	**11.916.195**	**2.525.073**	**6.189.975**	**1.551.215**	**22.182.459**
Obrigações Trabalhistas	1.888.253	293.392	87.455	39.287	2.308.387	1.968.674	319.294	105.623	32.676	2.426.267
Obrigações Fiscais e Sociais a Rec	1.037.703	117.283	5.378.494	23.464	6.556.944	1.255.220	127.229	5.393.627	31.610	6.807.685
Fornecedores	182.962	118.609	87.078	17.585	406.233	865.296	87.234	122.277	14.688	1.089.496
Outras Obrigações a Pagar	516.611	2.835.573	326.824	1.759.913	5.438.921	500.606	1.406.783	364.470	1.323.737	3.595.596
Provisões Trabalhistas	1.624.372	444.713	150.471	89.663	2.309.220	2.296.544	564.149	203.978	113.476	3.178.147
Receitas Antecipadas	5.318.154	13.526	-	16.334	5.348.013	5.029.855	20.384	-	35.028	5.085.268
Não - Circulante	**881.888**	**-**	**-**	**207.174**	**1.497.734**	**833.626**	**-**	**-**	**357.930**	**1.234.756**
Realizável a Longo Prazo	**881.888**	**-**	**-**	**207.174**	**1.497.734**	**876.826**	**-**	**-**	**-**	**1.234.756**
Provisão para Contingência	833.625	-	-	-	833.625	833.626	-	-	-	833.626
Alugueis a Pagar	30.444	-	28.800	-	59.244	-	-	-	157.200	157.200
Contratos a Pagar	17.819	27.800	41.794	207.174	294.588	43.200	-	-	200.730	243.930
Computadores em Comodato	310.277	-	-	-	310.277					
Patrimônio Líquido	**213.922.661**	**38.580.588**	**47.468.415**	**1.876.264**	**301.847.928**	**216.477.113**	**39.494.134**	**47.785.269**	**2.995.451**	**306.751.967**
Patrimônio Social	82.889.618	10.632.683	21.669.529	1.872.083	117.063.914	90.694.448	12.355.325	21.824.717	1.594.826	126.469.316
Ajustes de Avaliação Patrimonial Imóveis	128.376.242	35.726.785	25.050.605	-	189.153.632	129.214.523	35.940.782	25.731.708	-	190.887.013
Ajustes de Avaliação Patrimonial Móveis	-	66.357	449.538	18.526	534.421	16.365	119.653	496.785	25.902	658.705
Resultado Exercícios Anteriores	(47.321)	1.153	(5.720)	(1.802)	(53.690)	(11.072)	(15.308)	759	(4.711)	(30.332)
Deficit do Exercício	2.704.121	(7.846.390)	304.464	(12.543)	(4.850.348)	(3.437.151)	(8.906.318)	(268.700)	1.379.434	(11.232.735)
Total do Passivo	**225.372.603**	**42.403.684**	**53.498.737**	**4.029.685**	**325.713.380**	**229.226.934**	**42.019.207**	**53.975.245**	**4.904.596**	**330.169.181**
Contas Extra Patrimoniais	**14.878.470**	**10.869.278**	**-**	**-**	**25.747.748**	**19.325.742**	**12.315.928**	**-**	**-**	**31.641.670**
Bolsas de Estudo Lei 12.101/09- 100%	1.744.026	-	-	-	1.744.026	1.872.754	-	-	-	1.872.754
Bolsas de Estudo Lei 12.101/09 - 50%	946.109	-	-	-	946.109	923.585	-	-	-	923.585
Bolsa Lei 12101/09 - Tempo Integral 100%	6.704.575	-	-	-	6.704.575	11.054.114	-	-	-	11.054.114
Apoio Aluno Bolsista-Benefícios Complem.	132.514	-	-	-	132.514	125.718	-	-	-	125.718
Gratuidades de Assistência Social	-	10.869.278	-	-	10.869.278	-	12.315.928	-	-	12.315.928
Bolsa Convenção Coletiva	5.351.247	-	-	-	5.351.247	5.349.571	-	-	-	5.349.571

Nota 24 - Obrigações da Educação para Fins de CEBAS: A prestação de Serviços Educacionais desenvolvidos pela Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem são nas modalidade de: Berçário, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Em atendimento aos artigos 13, da Lei nº 12.101/09, artigos 12 e 13 da Lei nº 12.868/13, artigo 30 § 1º, do Decreto Nº 8.242/2014 e do Artigo 29 da Portaria Normativa 15/2017 para manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) e, a Entidade cumpriu as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação (PNE) vigente na forma do artigo 214 da Constituição Federal, conforme a descrição abaixo: **Meta 1 - Educação Infantil: Até 2016, todas as crianças de 4 a 5 anos de idade devem estar matriculadas na pré-escola. A meta estabelece, também que a oferta de Educação Infantil em creches deve ser ampliada de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE. Ações desenvolvidas pela Associação com base na META 1: -** A Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem destaca-se por oferecer às famílias uma proposta de Educação Infantil que atende desde o Berçário, na primeira infância em fase de Creche e, na segunda fase, com a Educação Infantil, tendo como referência a BNCC que norteia todo trabalho desenvolvido com esse segmento, esses norteadores do processo pedagógico e educacional confirmam a consonância do projeto com a Base Nacional. A fase de Creche e de Berçário tem como objetivo atender a demanda das famílias que necessitam não só de um lugar seguro e tranquilo para seus filhos, mas que prezam também por uma proposta pedagógica diferenciada que estimule as crianças, propiciando um crescimento saudável e propicie aos alunos pleno desenvolvimento. A avaliação do trabalho realizado na Educação Infantil é considerada um avanço para essa fase, pois, por meio de registros de acompanhamento e de observação, os quais são compilados em boletim descritivo, no qual os professores e toda equipe multidisciplinar, orientados pela Direção da escola, tenham condições de demonstrar os resultados alcançados com os alunos e norteiam as tomadas de decisão para planejamento e replanejamento das atividades dessa faixa etária. A meta da Instituição não se resume apenas em aumentar o número de crianças atendidas, mas acima de tudo, cumprir com o objetivo de que toda criança possa crescer e se desenvolver em harmonia com a sociedade e com a natureza que a cerca, por meio do desenvolvimento de competências e habilidades socioemocional. Quanto aos Objetivos e Metas do Plano Nacional de Educação, a Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem tem se dedicado com ênfase nessa faixa etária para oferecer às crianças da Educação Infantil um espaço seguro, acolhedor, rico e motivador para despertar o interesse dos pequenos pela iniciação da vida acadêmica. A escola atende às exigências da legislação específica para a Educação Infantil no acolhimento das crianças no que tange à questão estrutural e pedagógica. Salas amplas e arejadas com espaço de 1m e 50 cm por criança, salas ambientes para o desenvolvimento dos programas com salas de leitura adequadas a faixa etária, laboratório de informática, brinquedoteca, sala de educação tecnológica (iniciação à Robótica e interatividade), salas de dança, salas para judô, salas para capoeira, salas de música, salas de repouso, parquinho, quadra de esporte, refeitório, área de lazer e mais toda infraestrutura necessária para o bom funcionamento da área reservada para a Educação Infantil nas escolas: a) Toda essa estrutura conta com iluminação adequada, ventilação, visão para o lado externo, instalações elétricas seguras, água acondicionada em bebedouros potáveis; b) Sanitários específicos e adaptados à faixa etária das crianças com vasos e pias ao alcance e espaço para que a criança possa aprender o uso adequado do ambiente, primando pela higiene; uma sala de troca com bancadas e pias adequadas para as crianças menores que não foram desfraldadas pela família; c) Refeitório de uso exclusivo das crianças da Educação Infantil com espaço adequado para a higienização tanto das mãos quanto bucal; d) Mobiliários e equipamentos adequados e adaptados ao tamanho das crianças para atender bem a cada faixa etária; e) Ambiente externo amplo tanto para as atividades físicas quanto para as lúdicas, ao ar livre, para propiciar o espaço de crescimento e desenvolvimento motor das crianças; f) Estrutura do Berçário conta com: sala de repouso para bebês que ainda não possuem a primeira marcha, sala de repouso para os bebês com marcha, sala de estimulação, refeitório, lactário, fraldário, solário, lavanderia, salas temáticas (música, interativa, brinquedoteca, estimulação motora, auditiva, visual e recreação); g) A responsabilidade socioambiental é explicitada no projeto político pedagógico que desenvolve trabalho de conscientização junto aos alunos para que cada criança compreenda a necessidade de preservar a natureza como espaço de convivência coletiva e que a necessidade de preservação vai além das campanhas de conscientização; **Meta 2 - Ensino Fundamental: Até o último ano de vigência do PNE, toda a população de 6 a 14 anos deve ser matriculada no Ensino Fundamental de 9 anos, e pelo menos 95% dos alunos devem concluir essa etapa na idade recomendada.** A Associação a partir dos direcionamentos do Plano Nacional de Educação (PNE), traçou estratégias que permitem o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que asseguram a alfabetização e favorecem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos pautado na BNCC. Consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade e a busca da universalização do direito à educação básica e alfabetização de criança são os anseios não só das instituições de educação como o de toda sociedade. Sendo assim, adotamos como base a BNCC e o desenvolvimento de competências e Habilidades Socioemocionais e o relatório da UNESCO para a educação Global como norteadores da aprendizagem: aprendendo a aprender, aprendendo a conhecer, aprendendo a fazer, aprendendo a ser e a conviver, por meio do conteúdo selecionado e ministrado nas salas de aula. Nos Colégios da Associação, todo trabalho pedagógico e educacional é voltado para o desenvolvimento de competências e habilidades, numa metodologia dialógico-reflexiva que oferece ao educando uma visão aberta de mundo, na qual ele tenha a liberdade para fazer suas escolhas e participar ativamente da vida escolar. A ele é oferecida uma formação global, desde as primeiras etapas do Ensino Fundamental, contando com um currículo enriquecido e motivador como segue na grade horária aprovada pela Delegacia de Ensino. Além da composição curricular, a escola mantém no horário de aula para os primeiros anos do Ensino Fundamental (2º ano ao 5ºano), o curso de Arte / Educação, programa pioneiro que trabalha as quatro vertentes da arte; arte cênica, arte plástica, música e dança sempre a partir da leitura de um clássico da literatura universal ou brasileira. A formação para o mercado de trabalho conta com a eficácia do projeto "mãos na Massa" que se destaca por oferecer aos alunos a superação de desafios e projetos de Intervenção social, preparando os alunos para uma visão ampliada do mundo que o cerca. A formação para o mercado de trabalho é uma das preocupações constantes da escola que tem nas aulas de Maker (1º ano ao 6º ano), seus primeiros passos para tornar a criança e adolescente um empreendedor de novas ideias, a partir da construção de projetos que desafiam o cotidiano. Para uma melhor preparação do espírito empreendedor, o programa de formação para o empreendedorismo é encampado por todos os professores que fazem uso da transversalidade dos conteúdos abordados para formar os estudantes em cidadãos éticos e responsáveis pela vida e pelo planeta. O programa redação nota dez é dirigido aos alunos de 4º e 5º anos para desenvolver e potencializar a preparação para a nova mudança de ciclo com professores especialistas na área de códigos e linguagens no trabalho com o ENEM. O programa de laboratório para pequenos, conta com o projeto cientista mirim desenvolvido com os alunos dos 2º aos 5º anos com aula práticas de laboratório, dando a oportunidade de que o aluno experiencie a ciências do cotidiano aguçando a sua curiosidade para a área de ciências da natureza com profissional especialista em ciências. Os envolvimentos com os programas dirigidos aos alunos são de responsabilidade de todos os profissionais que integram o quadro de docentes. **Objetivos e Metas do Ensino Fundamental:** O colégio contribui com a universalização e o atendimento da clientela que se encontra nessa etapa de formação, oferecendo vagas para os alunos da rede pública por meio do sistema de bolsas educacionais sociais que visam diminuir o desnivelamento de alunos que não tenham condições econômicas para uma formação de qualidade. Atendendo às orientações do PNE com relação as metas a serem atingidas e seguindo as orientações da BNCC, o segundo ciclo do fundamental tem na sua base o direcionamento da educação como formação voltada para o mercado de trabalho com o aprofundamento nas línguas estrangeiras com programas bilíngues e conversation class, programa que dá ao aluno condições de superar as barreiras de comunicação em escala global. O empreendedorismo criativo e educação financeira que fazem parte da formação integradora. 1. A redução da taxa de repetência para índices ainda menores, por meio de grupos de reforço escolar dirigido aos alunos que não acompanham o nível dos demais, extinguindo as repetências nos primeiros anos do Ensino Fundamental. 2. Conhecedores de que a escola básica deve acima de tudo preparar o aluno para o mercado de trabalho, a escola tem no seu currículo o aprofundamento da Língua estrangeira (Inglês), por meio do projeto Conversation Class que possibilita ao aluno a melhora significativa na fruição da língua, por meio da conversação. 3. Aulas práticas de laboratório com as ciências do cotidiano, para que o aluno explore os conhecimentos teóricos exercitando na pratica e assim o aprendizado se torne significativo. 4. Ampliando os conhecimentos nas áreas de português, matemática, história e cartografia com a participação em campeonatos e olimpíadas. 5. Participação nas olimpíadas de química e física para alunos da última série do segundo ciclo. 6. Apoio pedagógico aos alunos que vêm de outros países com relação ao aprendizado da língua, e estrutura adequada para que possam acompanhar o desempenho da turma. 7. Programa de certificação internacional para os alunos dos 9º anos preparando-os para as universidades internacionais. 8. A educação ambiental se dá na conscientização tanto para os jovens quanto por eles à comunidade por meio de palestras, campanhas e projetos de reciclagem de lixo e consumo responsável dos bens naturais. **Meta 3 - Ensino Médio: Até 2016, o atendimento escolar deve ser universalizado para toda a população de 15 a 17 anos. A meta é também elevar, até o final da vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%.** A Associação, oferecendo uma proposta de ensino que atenda à necessidade de formação integral do aluno com um currículo e carga horária enriquecida para poder acompanhar uma formação melhor, voltada para o mercado de trabalho com foco na formação e no resultado do aluno nos melhores vestibulares do pais e internacionalmente. a proposta pedagógica com embasamento na BNCC e o novo ensino médio, traz para os alunos uma proposta inovadora com implantação dos itinerários formativos e matérias eletivas em parcerias com as melhores universidades do estado na busca de uma formação integrada e completa, dando aos alunos a oportunidade de experiência da vivencia acadêmica do Ensino Superior. E no ensino profissionalizante para jovens que tem a necessidade de trabalhar para o sustento próprio quando a complementação do Ensino Médio com qualidade inegável e resultados alcançados nos vestibulares. **Objetivos e Metas para Todo Ensino Médio:** 1. Com infraestrutura física e pedagógica que oferece um tratamento diferenciado, dando aos educandos maior liberdade para poder interagir. A escola é bem equipada do ponto de vista tecnológico, com laboratório de ciências, físicas e biológicas e salas interativas. Todas as salas são equipadas por multimídia. A biblioteca, bem como outros espaços reservados atendem, com qualidade, o Ensino Médio. 2. Oferece ao aluno oportunidade de aprimorar os seus conhecimentos em turmas de aprofundamento com interesse nas áreas de exatas, humanas e em vestibulares específicos, aulas de competência leitora e revisões por módulos para todos os alunos da 3ª série do Ensino Médio, aprofundamentos de competências e objetos de conhecimento, centros dedicados a informações dos vestibulares, centro de preparação para o ENEM e outros exames e reforço para os que têm muita dificuldade com a aprendizagem, ou seja, todos os grupos têm espaço garantido, de acordo com suas necessidades educacionais. 3. Aulas interdisciplinares para que o aluno consiga integrar e conectar as áreas de conhecimento. Aulas hibridas para garantir que todos tenham acesso garantido de aprendizado. 4. As instalações de higiene são de excelente qualidade com destaque para o consumo consciente de água e de energia. 5. Contamos com quadras de esporte para a prática de todas as modalidades esportivas. 6. A comunidade escolar participa da vida escolar por meio das reuniões de pais, fóruns, debates e feiras de forma presencial e virtual. 7. Fóruns e Feiras de profissões e atendimento personalizado oferecido aos responsáveis do aluno por parte da equipe pedagógica da escola. 8. A avaliação do curso se dá de várias formas: por registro de provas dissertativa, objetiva e formativa sempre levando em consideração a qualitativa sobre a quantitativa. 9. O programa de atendimento e apoio ao docente é dado pela equipe pedagógica e coordenadores de área nas reuniões de planejamento anual e bimestral com ênfase na formação e na troca de experiências. 10. Cursos de preparação para os vestibulares e ENEM, extracurricular e gratuito para que todos tenham as mesmas oportunidades de sucesso acadêmico. 11. Atendimento diferenciado, por meio da tutoria de ensino que acompanha o projeto de vida do aluno desde a 1ª série do médio até a termino do curso. 12. A educação ambiental se dá na conscientização tanto para os jovens quanto por eles à comunidade por meio de palestras, campanhas e projetos de reciclagem de lixo e consumo responsável dos bens naturais. Buscamos adequar o Ensino à realidade das necessidades da formação da juventude para orientá-la, dando a ela espaço para participação efetiva da vida escolar e ampla formação com bases na LDB e outras orientações para que o jovem esteja preparado para a etapa superior que ele irá trilhar. Avaliar constantemente o curso do Ensino Médio é concluir que os alunos, que nos procuram nessa fase, querem da escola espaço aberto para que possam buscar melhores oportunidades em um ambiente seguro e acolhedor e que os ajudem na mudança e na transformação da sociedade em espaço que dê oportunidades para todos. **Meta 4 - Educação Especial/Inclusiva: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.** A proposta da educação inclusiva baseia-se não somente na adaptação estrutural como também na curricular, realizada por meio da ação de uma equipe multidisciplinar que oferece suporte tanto ao professor quanto ao portador de necessidades especiais, por meio do acompanhamento, estudo e pesquisa de modo a inseri-lo e mantê-lo na escola em classes regulares de ensino em todos os níveis de escolaridade. A concretização da escola inclusiva baseia-se na defesa de princípios e valores éticos, nos ideais de cidadania e justiça para todos, em contraposição aos sistemas hierarquizados de inferioridade e desigualdade. Com base nesse parâmetro, é que os Colégios se inserem, trabalhando com a inclusão tanto pedagógica quanto social.

continua»

continuação

ASSOCIAÇÃO UNIÃO BENEFICENTE DAS IRMÃS DE SÃO VICENTE DE PAULO DE GYSEGEM - CNPJ.: 61.000.683/0001-71

Partindo desse pressuposto de inclusão, a escola se converte em espaço democrático, atendendo a todos os alunos independentemente de suas diferenças. Postura clara e definida que reflete em seu projeto pedagógico, currículo, metodologia de ensino, avaliação e atitude dos educadores, ações que favorecem a integração social, adaptando-os e oferecendo serviço educativo de qualidade para todos os que a procuram. Temos clareza de que processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais causa extremas mudanças e, por vezes, desconforto na sala de aula. Sendo assim, não apenas os professores precisam estar capacitados para enfrentar esse novo desafio, mas principalmente, alunos, pais e comunidade que devem compreender como a convivência com alunos incluídos poderá enriquecer a formação humana de seus membros. Para isso, faz-se necessário um período de adaptação, para que essas concepções sejam incorporadas, adaptadas e valorizadas pelos membros da comunidade. A integração de professores generalistas e especialistas com outros profissionais como: pedagogos, psicólogos, psicopedagogos, intérpretes de língua de sinais e assistentes sociais leva à capacitação dessa equipe colaborativa em serviço, e contribui para uma mudança na qualidade da escola que trabalha com a inclusão. **Objetivos e Metas da Educação Inclusiva:** A inclusão é tanto pedagógica quanto social, atendendo à necessidade específica de aprendizagem do aluno. Os professores são constantemente capacitados para atender todas as dificuldades. A classe que recebe um aluno de inclusão é preparada para acolhê-lo de forma transparente e conhecedora da deficiência para que os alunos se insiram no processo e colaborem com o portador da necessidade especial e o mesmo ocorre com os responsáveis pelos alunos. A estrutura física passa por modificação sempre que necessário, procurando atender à necessidade especial do aluno. A equipe multidisciplinar acompanha a família no processo de adaptação. Buscamos na tecnologia instrumentos que facilitem a vida escolar desse aluno. **Meta 5 - Alfabetizar Todas as Crianças, no Máximo, Até o Final do 3º (Terceiro) Ano do Ensino Fundamental:** A Associação alfabetiza 100% dos alunos até o final do 3º (terceiro) ano de ensino. **Meta 6 - Oferecer Educação em Tempo Integral em, no Mínimo, 50% (Cinquenta por Cento) das Escolas Públicas, de Forma a Atender, pelo Menos, 25% (Vinte e Cinco por Cento) dos (As) Alunos (As) da Educação Básica:** Em atendimento a esta meta a Associação disponibiliza em todos os seus colégios educação em tempo integral para crianças matriculadas da educação infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental. O ensino médio tem carga horaria de 1200 horas para atender ao fomento de que a educação deve ser integral com aprofundamento em cursos de preparação para os vestibulares. **Meta 7 - Fomentar a Qualidade da Educação Básica em Todas as Etapas e Modalidades, com Melhoria do Fluxo Escolar e da Aprendizagem, de Modo a Atingir as Seguintes Médias Nacionais para o IDEB: 6,0 Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; 5,5 Nos Anos Finais do Ensino Fundamental; 5,2 No Ensino Médio:** A Associação por meio de seus colégios faz a verificação do rendimento escolar através da apuração da assiduidade e a avaliação do aproveitamento. A avaliação do desempenho do aluno compreendida com um conjunto de atuações, com função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica, é contínua e cumulativa com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, tendo por objetivo: 1. Diagnosticar e registrar os progressos do aluno e suas dificuldades; 2. Possibilitar ao aluno a auto avaliação das aprendizagens; 3. Orientar o aluno quanto aos esforços necessários para superar as dificuldades; 4. Possibilitar o controle de aprendizagem por parte do professor, coordenação de área e orientação pedagógica; 5. Analisar o trabalho docente; 6. Fornecer dados que permitam ao estabelecimento a análise crítica de seus objetivos e o embasamento do replanejamento; 7. Possibilitar ao aluno a elaboração da síntese de seu aprendizado. A avaliação do aproveitamento, operacionalizada na proposta pedagógica e no plano escolar, deve incidir sobre o desempenho do aluno nas diferentes experiências de aprendizagem, levando em consideração os objetivos e aplicados a todos os componentes curriculares, independente do tratamento metodológico. As sínteses bimestrais dos resultados de avaliação do aproveitamento são expressas numa escala de zero a dez, graduada de cinco em cinco décimos, desprezando-se os centésimos. O professor de cada disciplina, área de estudos ou atividade, entrega à secretaria, em datas previamente fixadas pela direção, a nota e a frequência do aluno obtidas em cada bimestre letivo. A média bimestral é decorrente da média aritmética ponderada das três notas que tem pesos diferentes. a) Nota da avaliação dissertativa, valendo peso 5. b) Nota da avaliação objetiva, valendo peso 3. c) Nota da avaliação formativa, valendo peso 2. A média anual, calculada pelo centro de processamento de dados, é expressa numa escala de zero a dez, graduada de um em um décimo, desprezando-se os centésimos. Exceto as áreas de Educação Física, Ensino Religioso, Prática de laboratórios (Ciências, Química, Interativa, Línguas Estrangeiras, Maker e Artes) tem instrumentos de avaliação diferenciados, por meio de registros de observação dos professores e alunos, trabalhos e apresentações. A promoção do aluno será em função de frequência às aulas e do aproveitamento apresentado durante o ano letivo e após a recuperação final, quando for o caso. Considera-se promovido o aluno que obtiver: a) Média anual igual ou superior a 6.0 (seis) em todos os componentes curriculares; b) Frequência igual ou superior a 75% das aulas dadas em cada componente curricular, independente do tratamento metodológico. c) Considera-se retido sem estudos finais de recuperação o aluno que obtiver: c.1) Média anual inferior a 6.0 (seis) em mais de quatro disciplinas nos cinco primeiros anos do Ensino Fundamental e mais de cinco disciplinas nos quatro últimos anos do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. c.2) Frequência inferior a 75% do total das aulas dadas em qualquer componente curricular, independente do tratamento metodológico. **Meta 8 - Elevar a Escolaridade Média da População de 18 (Dezoito) a 29 (Vinte e Nove) Anos, de Modo a Alcançar, no Mínimo, 12 (Doze) Anos de Estudo no Último Ano de Vigência deste Plano, para as Populações do Campo, da Região de Menor Escolaridade no País e dos 25% (Vinte e Cinco por Cento) mais Pobres, e Igualar a Escolaridade Média entre Negros e não Negros Declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):** A Associação atende esta meta, quando oportuniza Ensino Médio Vespertino no Colégio São Vicente de Paulo - Penha. Todos os alunos alcançam 12 anos de estudo na Associação. **Meta 9 - Elevar a Taxa de Alfabetização da População com 15 (Quinze) Anos ou Mais para 93,5% (Noventa e Três Inteiros e Cinco Décimos por Cento) Até 2015 e, Até o Final da Vigência deste PNE, Erradicar o Analfabetismo Absoluto e Reduzir em 50% (Cinquenta por Cento) a Taxa de Analfabetismo Funcional:** A Associação não tem como alvo a alfabetização de jovens e adultos, mas oferece Ensino Médio Vespertino no Colégio São Vicente de Paulo - Penha. **Meta 10 - Oferecer, no Mínimo, 25% (Vinte e Cinco por Cento) das Matrículas de Educação de Jovens e Adultos, nos Ensinos Fundamental e Médio, na Forma Integrada à Educação Profissional**: A Associação não tem como alvo a alfabetização de jovens e adultos, mas oferece Ensino Médio Vespertino no Colégio São Vicente de Paulo - Penha. **Meta 11 - Triplicar as Matrículas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Assegurando a Qualidade da Oferta e pelo Menos 50% (Cinquenta por Cento) da Expansão no Segmento Público:** A Associação em 2020, atua na educação profissional técnica de ensino médio, dando aos seus alunos a oportunidade não somente de formação técnica, mas o curso técnico bilíngue preparando de forma integral para o mercado de trabalho, nas áreas de comercio exterior, administração e secretariado bilíngue na Unidade do Colégio São Vicente de Paulo - Penha. Embasados na BNCC com cursos que possibilitem aos alunos fazer o técnico e completar o Ensino Médio. **Meta 12 - Elevar a Taxa Bruta de Matrícula na Educação Superior para 50% (Cinquenta por Cento) e a Taxa Líquida para 33% (Trinta e Três por Cento) da População de 18 (Dezoito) a 24 (Vinte e Quatro) Anos, Assegurada a Qualidade da Oferta e Expansão para, pelo Menos, 40% (Quarenta por Cento) das Novas Matrículas, no Segmento Público:** A Associação não atua no segmento da educação superior. O índice de aprovação nos exames vestibulares é satisfatório, para os alunos que concorrem a vagas nas universidades, após o término do ensino médio. A concessão de bolsas de estudo para o Ensino Médio oportuniza ensino de qualidade para os que buscam o ingresso em universidades públicas. **Meta 13 - Elevar a Qualidade da Educação Superior e Ampliar a Proporção de Mestres e Doutores do Corpo Docente em Efetivo Exercício no Conjunto do Sistema de Educação Superior para 75% (Setenta e Cinco por Cento), Sendo, do Total, no Mínimo, 35% (Trinta e Cinco por Cento) Doutores:** A Associação não atua no segmento da educação superior. **Meta 14 - Elevar Gradualmente o Número de Matrículas na Pós-Graduação Stricto Sensu, de Modo a Atingir a Titulação Anual de 60.000 (Sessenta Mil) Mestres e 25.000 (Vinte e Cinco Mil) Doutores**: A Associação não atua no segmento de pós-graduação stricto sensu. **Meta 15 - Garantir, em Regime de Colaboração entre a União, Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no Prazo de 1 (Um) Ano de Vigência deste PNE, Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação de que Tratam os Incisos I, II e III do Caput do Art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, Assegurado que Todos os Professores e as Professoras da Educação Básica Possuam Formação Específica de Nível Superior, Obtida em Curso de Licenciatura na Área de Conhecimento em que Atuam:** Todos os professores da Associação possuem formação específica de nível superior e uma grande porcentagem pós-graduados, mestrado e doutorado, nas áreas de conhecimento em que atuam. **Meta 16 - Formar, em Nível de Pós-Graduação, 50% (Cinquenta por Cento) dos Professores da Educação Básica, até o Último Ano de Vigência deste PNE, e Garantir a Todos (as) os (as) Profissionais da Educação Básica Formação Continuada em sua Área de Atuação, Considerando as Necessidades, Demandas e Contextualizações dos Sistemas de Ensino**: Com a preocupação de ter em seu corpo docente profissionais que tenham como foco principal a formação competente de seus alunos, a Associação é extremamente rígida no processo de contratar professores com formação superior e pós-graduados, mestres e doutores, ampliando o horizonte na qualidade dos profissionais. Os cursos de atualização contínua são exaustivamente oferecidos, contando com temas de interesse em todas as reuniões pedagógicas, conforme calendário escolar devidamente aprovado pelas Diretorias de Ensino. **Meta 17 - Valorizar os (as) Profissionais do Magistério das Redes Públicas de Educação Básica de Forma a Equiparar seu Rendimento Médio ao dos (as) Demais Profissionais com Escolaridade Equivalente, Até o Final do Sexto Ano de Vigência Deste PNE:** A Associação pertence à rede privada de ensino, mas valoriza seus professores com: a) Boa remuneração financeira, por meio de salários que são atrativos para a classe. b) Reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo professor e excelente ambiente para que desenvolva sua aula. **Meta 18 - Assegurar, no Prazo de 2 (dois) Anos, a Existência de Planos de Carreira para os (as) Profissionais da Educação Básica e Superior Pública de Todos os Sistemas de Ensino e, para o Plano de Carreira dos (as) Profissionais da Educação Básica Pública, Tomar como Referência o Piso Salarial Nacional Profissional, Definido em Lei Federal, nos Termos do Inciso VIII do Art. 206 da Constituição Federal**: A Associação pertence à rede privada de ensino. **Meta 19 - Assegurar Condições, no Prazo de 2 (Dois) Anos, para a Efetivação da Gestão Democrática da Educação, Associada a Critérios Técnicos de Mérito e Desempenho e à Consulta Pública à Comunidade Escolar, no Âmbito das Escolas Públicas, Prevendo Recursos e Apoio Técnico da União para Tanto:** A Associação pertence à rede privada de ensino, mas mantém; • Equipes de apoio pedagógico e educacional com pedagogos capacitados a fim de dar ao educador todas as ferramentas para uma boa atuação. • Assistência aos professores para que possam criar junto aos alunos uma relação de vínculo que facilite o seu trabalho com as turmas nas quais leciona. • Subsidia a sua prática pedagógica com um conjunto de materiais didáticos e de apoio como ferramentas e tecnologia para que possam reestruturar suas aulas com abordagens novas. • Ambiente harmônico para que sua prática seja bem-sucedida. • Professores com clareza de sua missão educativa e, dono dessa lucidez, ser capaz de transpor os portões da escola, ser um professor formador, não somente um transmissor de conteúdo. Os educadores que entendem o seu trabalho como missão, conseguem transpor tais barreiras e redescobrir o gostar de ver seus alunos em pleno desenvolvimento. • Promover ambiente seguro e acolhedor para o professor é uma das metas mais importantes nesse processo, pois aqueles que se sentem seguros são capazes de fortalecer o seu compromisso e vínculo com os alunos. A respeitabilidade deve ser um fator trabalhado com os alunos para que reconheçam o papel exercido pelo professor. **Meta 20 - Ampliar o Investimento Público em Educação Pública de Forma a Atingir, no Mínimo, o Patamar de 7% (Sete por Cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º (Quinto) Ano de Vigência desta Lei e, no Mínimo, o Equivalente a 10% (Dez por Cento) do PIB ao Final do Decênio:** A Associação pertence à rede privada de ensino. **Nota 25 - Demonstrativo do Cumprimento do Mínimo de Bolsas Integrais:** Em atendimento ao artigo 13 da Lei 12.101/09 (Educação Básica), alterado pela Lei 12.868/2013 a instituição concedeu 1 bolsa integral para cada 5 alunos pagantes.

Educação Básica	2020	2019
Alunos Matriculados	3.741	4.706
Alunos Pagantes	2.598	3.170
Alunos Necessários (relação 1X5)	520	634
Bolsas de Estudo Lei 12.101/09 - (100%)	79	87
Bolsas de Estudo Lei 12.101/09 - (50%)	87	89
Bolsas Integrais (convenção coletiva)	260	295
Bolsas Lei 12.101/09 - Tempo integral 100%	593	938
Alunos oriundos de Convênio Público	211	216

Nota 26 - Demonstrativo da Composição de Gratuidade sobre Receita - Educação Básica

Educação Básica	2020	2019
Bolsas de Estudo Lei 12.101/09 - (100%)	1.744.026	1.872.754
Bolsas de Estudo Lei 12.101/09 - (50%)	946.109	923.585
Bolsas Lei 12.101/09 - Tempo integral 100%	6.704.575	11.054.114
Total de Bolsa de Estudo - Lei 12.101/09	**9.394.709**	**13.850.453**
Apoio a Alunos Bolsistas - Benefícios Complementares	132.514	125.718
Total de Apoio a Aluno Bolsista	**132.514**	**125.718**
Gratuidades de Assistência Social	10.869.278	12.315.928
Total de Gratuidades de Assistência Social	**10.869.278**	**12.315.928**

Nota 27 - Da Concessão dos Recursos em Assistência Educacional - Educação Básica: A entidade, em conformidade com o artigo 13 da Lei 12.868/2013 ofereceu bolsas educacionais para alunos hipossuficientes, na forma da Lei. Aos alunos matriculados da educação infantil ao 3º ano do ensino médio, foram contemplados com bolsas de 100%. A entidade não cobrou custeio do material didático. Na concessão de bolsas educacionais a Entidade utilizou o seguinte critério de renda: • A bolsa de estudo integral - 100% - foi concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não excedeu o valor de 1 1/2 (um e meio) salário mínimo. • A bolsa de estudo parcial - 50% - foi concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não excedeu o valor de 3 (três) salários mínimos. **Nota 28 - Obrigações da Área Assistência Social para Fins de CEBAS:** Conforme determinação do artigo 40 da Lei Nº 12.101/09 e alterada pela 12.868/2013 e regulamentada pelo Decreto Federal Nº 8.242/2014 a Entidade procedeu o recadastramento no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A Entidade de Assistência Social já efetuou o recadastramento no Conselho Municipal de Assistência Social nas cidades de São Paulo, Jundiaí, Laranjal Paulista e Pindamonhangaba, conforme determina a Resolução CNAS Nº 16/2010, este procedimento é o reconhecimento público das ações realizadas pela Entidade no âmbito da Política de Assistência Social. Os serviços de assistência social desenvolvidos pela Entidade são atividades de proteção social na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Decreto Nº 6.308/07, Resolução do CNAS Nº 109/09 e Resolução CNAS Nº 16/10, e por este motivo está inserida no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e como consequência, por elas, regulamentada. A Entidade possui vínculo à rede SUAS e para isso teve como requisitos: 1. prestar serviços, projetos, programas ou benefícios gratuitos, continuados e planejados, sem qualquer discriminação; 2. quantificar e qualificar suas atividades de atendimento, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social; 3. demonstrar potencial para integrar-se à rede socioassistencial, ofertando o mínimo de sessenta por cento da sua capacidade ao SUAS; e 4. disponibilizar esses serviços nos territórios de abrangência dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, realizado nos municípios de São Paulo, Jundiaí e Laranjal Paulista. **Nota 29 - Formalização dos Programas de Assistência Social:** A Entidade no desenvolvimento de suas ações socioassistenciais formaliza *para* cada programa um plano com: os objetivos, origem de recursos, infraestrutura, tipificando os serviços a serem executados (conforme Resolução do CNAS Nº 109/09 e Decreto Nº 6.308/07); com público-alvo, capacidade de atendimento, recursos financeiros utilizados, recursos humanos envolvidos, abrangência territorial e demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas para esta participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento do programa. **Nota 30 - Tipificação das Ações Assistenciais, Custos Envolvidos e Forma de Contabilização:** A entidade em atendimento a Resolução do CNAS nº 109/09 e Decreto nº 6.308/07 tipificou suas atividades, executou suas ações, projetos e programas de forma continuada, gratuita e relacionados com o desenvolvimento (objetivos institucionais) aos usuários em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal, obedecendo o Plano São Paulo de combate ao Coronavírus. A Entidade em atendimento a Lei Nº 12.101/09, Lei 12.868/13 Decreto Federal nº 8.242/2014 e Resolução CNAS nº 16/10 na realização de suas atividades de assistência social, demonstra os resultados qualitativos e quantitativos de cada ação social: **30.1) Proteção Social Básica: a) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: a.1) Programa Sócio Assistencial para Crianças e Adolescentes de 06 a 15 Anos:** Desenvolvido na seguinte unidade: - **• Núcleo de Promoção e Formação São Vicente de Paulo (Laranjal Paulista - SP)**

Ano	Código Contábil	Rubrica Contábil	Público Alvo	Usuários Atendidos	Custos Envolvidos	Gratuidades Concedidas	Recursos Humanos em 31/12
2020	4.1.02 e 4.2.02	Assistência Social	Crianças Adolescentes	269 Ano	2.335.212	2.258.786	35 funcionários + 5 voluntários
2019	4.1.02 e 4.2.02	Assistência Social	Crianças Adolescentes	343 Ano	2.851.918	2.781.965	40 funcionários + 7 voluntários

a.2) Programa Sócio Assistencial para Crianças e Adolescentes de 06 a 14 Anos e 11 Meses: Desenvolvido na seguinte unidade.
• Centro Comunitário Nossa Senhora de Fátima - (Jardim Gaivotas - São Paulo - SP)

Ano	Código Contábil	Rubrica Contábil	Público Alvo	Usuários Atendidos	Custos Envolvidos	Gratuidades Concedidas	Recursos Humanos em 31/12
2020	4.1.02 e 4.2.02	Assistência Social	Crianças Adolescentes	215 Ano	1.565.020	1.565.020	30 funcionários + 2 voluntários
2019	4.1.02 e 4.2.02	Assistência Social	Crianças Adolescentes	300 Ano	2.246.432	2.246.432	34 funcionários + 1 voluntário

a.3) Resultado das Ações Assistenciais (Indicadores) - dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: Mesmo diante da Pandemia, os usuários não deixaram de ser atendimento e tiveram: - • Acolhimento das demandas de interesses das crianças e adolescentes, diante de suas necessidades e possibilidades; • Efetivação dos direitos socioassistenciais e prevenção de risco e vulnerabilidade social; • Ambiente acolhedor; com oferta de serviços de acordo com as necessidades; • Fortalecimento da convivência familiar, comunitária e social; • Reconhecimento das potencialidades e ampliação do universo informacional, cultural e artístico; • Elevação da autoestima, descoberta de talentos e potencialidades e ampliação do universo informacional e cultural; • Desenvolvimento da autoestima, autonomia e sustentabilidade; • Exercício da cidadania; • Diminuição de situações de violação de direitos e riscos de vulnerabilidade social; • Diminuição da evasão escolar, da ociosidade e da exploração do trabalho infantil, bem como da drogadição; • Prevenção da institucionalização e a segregação de crianças e adolescentes. • Suporte com alimentação e outras necessidades às famílias, crianças e adolescentes conforme disponibilidade financeira da entidade. **30.2) Proteção Social Especial de Média Complexidade: Núcleo de Convivência para Adultos em Situação de Rua:** Desenvolvido na seguinte unidade.
• Centro de Convivência São Vicente de Paulo - (Bairro de Campos Elíseos - São Paulo - SP)

Ano	Código Contábil	Rubrica Contábil	Público Alvo	Usuários Atendidos	Custos Envolvidos	Gratuidades Concedidas	Recursos Humanos em 31/12
2020	4.1.02 e 4.2.02	Assistência Social	Adultos, Idosos e Famílias	582	1.834.614	1.834.614	21 funcionários + 3 voluntários
2019	4.1.02 e 4.2.02	Assistência Social	Adultos, Idosos e Famílias	600	1.965.373	1.965.373	21 funcionários + 5 voluntários

a) Resultado das Ações Assistenciais (Indicadores) - dos Núcleo de Convivência para Moradores em Situação de Rua: Mesmo diante da Pandemia, os usuários não deixaram de ser atendimento e tiveram: • Acolhimento dos usuários com dignidade; • Minimização de danos por violência e abusos; • Preservação de sua identidade e história de vida; • Acesso a alimentação adequada; • Fortalecimento do convívio social e comunitário; • Orientação, encaminhamentos e acompanhamentos para obtenção de documentos pessoais, consultas médicas e aquisição de medicamentos e óculos; • Exercício da Cidadania; • Redução das violações dos direitos socioassistenciais; • Melhora na autopromoção, respeito e responsabilidade; • Proteção social a famílias e indivíduos; • Suporte com alimentação, material de higiene, roupas e outras necessidades aos moradores em situação de rua e moradores do entorno da entidade conforme disponibilidade financeira. **30.3) Proteção Social Especial de Alta Complexidade Instituição de Longa Permanência para Idosos:** Desenvolvido na seguinte unidade
• Lar Nossa Senhora das Graças - (Jundiaí - SP)

Ano	Código Contábil	Rubrica Contábil	Público Alvo	Usuários Atendidos	Custos Envolvidos	Gratuidades Concedidas	Recursos Humanos em 31/12
2020	4.1.02 e 4.2.02	Assistência Social	Idosos	79 ano	6.542.422	5.210.858	72 funcionários + 1 voluntária
2019	4.1.02 e 4.2.02	Assistência Social	Idosos	80 ano	6.435.154	5.322.159	79 funcionários + 53 voluntários

a) Resultado das Ações Assistenciais (Indicadores) - Instituição de Longa Permanência para Idosos: • Acolhimento institucional com condições de higiene, acessibilidade, habitabilidade, segurança e conforto e local de referência; • Preservação da história de vida preservada; • Alimentação nutricional; • Espaço de Convivência, com direito a espaços reservados; • Acesso a serviços socioassistenciais e demais serviços públicos; • Melhora do convívio familiar, social e comunitário; • Vivências pautadas ao respeito a si próprio e aos outros; • Acesso a atividades, de acordo com suas necessidades, interesses e impossibilidades; • Desenvolvimento das capacidades e ampliação do universo cultural e informacional; • Desenvolvimento do protagonismo e da autonomia; • Efetivação dos direitos socioassistenciais; • Redução da violação de direitos; • Prevenção de risco e vulnerabilidade social; • Aumento da autoestima e do autocuidado; • Melhora na qualidade de vida; • Proteção contra o Coronavírus, conforme as normas pré-estabelecidas.
Nota 31 - Demonstrativo dos Valores Aplicados em Gratuidades em Assistência Social

	2020	2019
Gratuidades de Assistência Social	**10.869.278**	**12.315.928**
Total de Gratuidades de Assistencia Social	**10.869.278**	**12.315.928**

Estas notas explicativas referem-se as demonstrações contábeis findas em 31/12/2020.
São Paulo, 31 dezembro de 2020.

Helena Ghiraldi - Diretora Presidente - CPF 860.722.508-15 | **Isabel da Conceição** - Tesoureira - CPF 854.619.388-68 | **Neide do Carmo Calandrin Ferreira dos Santos** - CPF 108.146.018-04 - CRC 1SP 182.379/0-1

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da **Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa e das Origens e Aplicações de Recursos, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 12 de abril de 2021.

AUDISA
Audisa Auditores Associados
CRC/SP 2SP 024298/O-3

Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior
Contador
CRC/RS "S" - SP - 058.252/O-1
CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04

Bideford Equities Brasil S/A - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ nº 10.140.389/0001-24

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais, exceto o lucro por ação)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, Cumprindo a legislação vigente e as normas estabelecidas em nossos Estatutos Sociais, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da **Bideford Equities Brasil S/A - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros** do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Balanços patrimoniais	Nota	2020	2019
Ativo / Circulante		**85.318.258**	**98.735.807**
Caixa e equivalentes de caixa	5	30.965	3.677.114
Aplicações financeiras	6	10.793.026	742.017
Vendas a receber	7	23.443.999	–
Direitos Creditórios Adquiridos	8	50.483.771	93.705.375
Impostos a recuperar	9	566.497	611.301
Não circulante		**655.280**	**–**
Vendas a receber	7	655.280	–
Total do ativo		**85.973.538**	**98.735.807**

Balanços patrimoniais	Nota	2020	2019
Passivo e patrimônio líquido / Circulante		**27.253.719**	**38.138.394**
Contas a pagar	10	27.253.134	38.137.835
Obrigações sociais e previdenciárias	11	585	559
Patrimônio líquido	12	**58.719.819**	**60.597.413**
Capital social		63.005.979	57.583.060
Reservas de Lucros		(4.286.160)	3.014.353
Total do passivo e patrimônio líquido		**85.973.538**	**98.735.807**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reservas de Lucros / Prejuízos Acumulados	Total
Em 31/12/2018	**56.233.099**	**3.084.790**	**59.317.889**
Aumento de capital	1.349.961	–	–
(Prejuízo líquido) do exercício	–	(70.437)	(70.437)
Em 31/12/2019	**57.583.060**	**3.014.353**	**60.597.413**
Aumento de capital	5.422.919	–	–
(Prejuízo líquido) do exercício	–	(7.300.513)	(7.300.513)
Em 31/12/2020	**63.005.979**	**(4.286.160)**	**58.719.819**

Demonstrações de resultados

Operações continuadas	Nota	2020	2019
Receita líquida de serviços prestados	13	1.071.795	2.967
Lucro bruto		**1.071.795**	**2.967**
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	15	(368.962)	(277.618)
Lucro operacional		**702.833**	**(274.651)**
Receitas financeiras		99.620	267.116
Despesas financeiras		(8.102.966)	(62.902)
Resultado Financeiro Líquido	14	**(8.003.346)**	**204.214**
Lucro (Prejuízo) antes do IR e CS		(7.300.513)	(70.437)
Impostos de renda e contribuição social	16	–	–
Lucro líquido (Prejuízo líquido) do exercício		**(7.300.513)**	**(70.437)**
Quantidade de ações ao final do exercício		63.005.979	57.583.060
Lucro líquido (Prejuízo líquido) por Ação do capital social no fim do exercício - R$		(0,11587016)	(0,00122322)

Demonstrações de resultados abrangentes	2020	2019
Lucro líquido (Prejuízo líquido) do exercício	(7.300.513)	(70.437)
Total de resultados abrangentes	**(7.300.513)**	**(70.437)**

Demonstrações dos fluxos de caixa

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2020	2019
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	(7.300.513)	(70.437)
Variações nos ativos e passivos: Clientes	(24.099.279)	–
Direitos creditórios adquiridos	43.221.604	(36.144.248)
Impostos a recuperar	44.804	(38.048)
Empréstimos	–	14.461.612
Contas a pagar	(10.884.701)	19.879.645
Obrigações trabalhistas	26	25
Caixa proveniente das atividades operacionais	981.941	(1.911.451)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	(10.051.009)	111.179
Aumento de capital	5.422.919	1.349.961
Caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades de investimentos	(4.628.090)	1.461.140
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.677.114	4.127.425
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	30.965	3.677.114
Diminuição do saldo de caixa e equivalentes de caixa	3.646.149	450.311

Demonstrações dos Valores Adicionados

	2020	2019
Receitas: Vendas líquidas de serviços	1.071.795	2.967
Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços de terceiros e outros	(368.962)	(277.618)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	702.833	(274.651)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	99.620	267.116
Valor adicionado total a distribuir	**802.453**	**(7.535)**
Distribuição do valor adicionado		
Impostos taxas e contribuições	–	–
Remuneração de capitais de terceiros		
Despesas financeiras	8.102.966	62.902
Remuneração de capitais de próprios		
Retenção de lucros	(7.300.513)	(70.437)
	802.453	**(7.535)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto Operacional: A Companhia com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 01/07/2008 sob a denominação de **Bideford Equities Brasil S.A. Securitizadora de Créditos**. Em sessão de 13/12/2011 foi deliberado alteração do nome empresarial para **Bideford Equities Brasil S/A - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros.** A companhia tem como objeto social a Securitização de créditos. **2. Resumo das Principais Políticas Contábeis:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas Internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As principais políticas e práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **3. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei 6.404/76 alteradas pela Lei 11.638/07 e pela MP 449/08, nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com base no PME (R1). **4. Resumo das Principais Práticas Contábeis Adotadas:** As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **4.1** - Caixa e equivalente de caixa - São recursos bancários, em espécie ou aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que são sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **4.2** - Contas a receber - são representados por direitos creditórios e duplicatas adquiridos de operação de cessão sem coobrigação do cedente. **4.3** - A provisão para o imposto de renda, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240.000,00, e a provisão para a Contribuição Social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa:	31/12/2020	31/12/2019
Descrição: Caixa e saldo em bancos	30.965	3.677.114

6. Aplicações Financeiras: As aplicações financeiras estão sendo classificadas no ativo circulante por possuírem prazo para resgate não superior a 360 dias, contados da data da aplicação, porém fora do grupo "Caixa e equivalentes de caixa" por possuírem carência para resgate superior a três meses e haver risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

Banco	Tipo de aplicação	31/12/2020	31/12/2019
Itaú Unibanco S.A.	CDB	3.819	1.625
Itaú Unibanco S.A.	FICFI	636.618	740.392
Banco Industrial	Renda Fixa	10.152.589	–
Total		**10.793.026**	**742.017**

7. Vendas a Receber:	31/12/2020	31/12/2019
Descrição: Vendas a receber - circulante	23.443.999	–

Vendas parceladas de contratos de cessão e lotes.	31/12/2020	31/12/2019
Descrição: Vendas a receber - não circulante	594.167	–
Encargos a receber	61.113	–
Total	**655.280**	**–**

Vendas parceladas de contratos de cessão e lotes, vincendas após 31/12/2021 com incidência de encargos. **8. Direitos Creditórios Adquiridos**: refere-se a contratos de recebíveis, sendo apresentada:

Descrição:	31/12/2020	31/12/2019
Contratos de recebíveis	50.483.771	93.705.375

9. Tributos a Recuperar/Compensar:	31/12/2020	31/12/2019
Descrição: Antecipação de IRPJ/CSLL	566.497	611.301

10. Contas a Pagar:	31/12/2020	31/12/2019
Descrição: Juros sobre empréstimos	59.183	59.183
Contratos de Cessão a pagar	27.193.951	38.078.652
Total	**27.253.134**	**38.137.835**

11. Obrigações Previdênciárias:	31/12/2020	31/12/2019
Descrição: INSS a recolher	585	559

12. Patrimônio Líquido:	31/12/2020	31/12/2019
Descrição: Capital Social	63.005.979	57.583.060

O Capital Social em 31/12/2020 é representado por 63.005.979 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado. Em 2020 houve aumento de capital de 5.422.919 ações ordinárias.

13. Receita de Serviços Prestados: Descrição:	31/12/2020	31/12/2019
Receita com operações de Securitização	1.124.064	3.410
Impostos e contribuições incidentes sobre a receita	(52.269)	(443)
Total	**1.071.795**	**2.967**

14. Resultado Financeiro Líquido: Descrição:	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízos com operações de Securitização	(8.079.403)	–
Rendimento de aplicações financeiras	85.577	41.085
Rendimento juros Selic	14.043	30.567
Juros sobre empréstimos	–	195.464
Juros sobre pagamentos em atraso	–	(24)
Tarifas e despesas bancárias	(2.954)	(2.049)
IOF	(20.609)	(60.829)
Total	**(8.003.346)**	**204.214**

15. Despesas Gerais e Administrativas:	31/12/2020	31/12/2019
Descrição: Serviços	151.082	115.860
Impostos, taxas e contribuições	119.094	77.310
Condomínio	54.710	43.890
Pró-labore	30.708	29.341
Propaganda e publicidade	7.800	7.800
Despesas gerais	5.568	3.417
Total	**368.962**	**277.618**

16. Impostos de Renda e Contribuição Social: Ausência de despesa de IRPJ e CSLL em função do prejuízo contábil e fiscal em 2020 e 2019. **17. Contingências:** A Companhia não tem conhecimento de ser parte envolvida em quaisquer processos, sejam de natureza trabalhista ou cível, que devessem estar registrados nas demonstrações financeiras em 31/12/2020 e 2019.

Marcos Ribeiro Barbosa - Diretor
Antonio Wadih Batah Filho - Contador CRC 1SP248156/O-1

EDITAL DE INTIMAÇÃO Processo Digital nº: 1006905-70.2016.8.26.0704 Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Locação de Imóvel Requerente: Renata Kabarite Djekeim Macedo Requerido: Alexandre Antonio Mattos Messias de Toledo EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1006905-70.2016.8.26.0704 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional XV - Butantã, Estado de São Paulo, Dr(a). Monica Lima Pereira, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a ALEXANDRE ANTONIO MATTOS MESSIAS DE TOLEDO, CPF 093.496.868-30, RG 179188069, que Renata Kabarite Djekeim Macedo lhe ajuizou uma Ação Procedimento Comum Cível, onde para os termos da decisão como segue:"Vistos. Homologo a desistência da ação em face do correquerido Antonio Brilhante, nos termos do artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Tendo em vista que o corréuAlexandre foi devidamente citado, conforme certidão do Oficial de Justiça de fls 39, porém ainda não constituiu procurador nos autos, INTIME-SE o pessoalmente na forma do artigo 335, §2º do CPC. E estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, onde, no qual, havendo ausência de manifestação, prosseguirá o feito em seus ulteriores termos da lei e cominações. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 13/10/2020.

EDITAL DE INTIMAÇÃO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Processo Digital nº: 0001797-95.2021.8.26.0609 Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Condomínio Exequente: Residencial Bosque do Taboão - Condomínio Pitangueira I Executado: José Fernandes dos Santos EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0001797-95.2021.8.26.0609 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro de Taboão da Serra, Estado de São Paulo, Dr(a). Ruslaine Romano, na forma da Lei, FAZ SABER a JOSÉ FERNANDES DOS SANTOS que, por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida pelo Residencial Bosque do Taboão - Condominio Pitangueira I. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 36.659,40, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de Taboão da Serra, aos 15 de abril de 2021.

Jornal ODIASP

Cooperativa de Trabalho Produção e Prestação de Serviços dos Catadores Autônomos de Materiais Reaproveitáveis Coopere- Centro
C.N.P.J 07.012.957/0001-05
Edital de Convocação

Cooperativa de Trabalho Produção e Prestação de Serviços dos Catadores Autônomos de Materiais Reaproveitáveis Coopere- Centro vem através desta pelo seu representante legal, abaixo assinado, convocar os Cooperados para Assembléia Geral Extraordinária que se realizara no dia 02/05/2021, em sua sede, em primeira chamada as 15:00Hs em segunda chamada as 16:00 Hs para a seguinte Pauta. 1º)- Eleição e Posse do Conselho de Administração (12/05/2021 a 11/05/2024). São Paulo, 20 de Abril de 2.021.
João Luiz Domingos Campos – Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SINDICATO DAS ENTIDADES MANTENEDORAS DO ENSINO MÉDIO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO **– SEMEM -,** CONVOCA SEUS ASSOCIADOS, PARA PARTICIPAREM DA **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA,** QUE SE REALIZARÁ NO DIA 29 DE ABRIL 2021, EM 1ª CHAMADA ÀS 10H00 E EM 2ª CHAMADA ÀS 11H00, NA SEDE DO SINDICATO SITUADA NA RUA SETE DE ABRIL, Nº 140, SALA 31-B, REPÚBLICA, EM SÃO PAULO, CAPITAL, NOS TERMOS DO ESTATUTO REGENTE, ESPECIALMENTE DO ART. 22, SENDO CONVOCADA COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 3 DIAS POR MEIO DE PUBLICAÇÃO EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NA BASE TERRITORIAL DO SINDICATO, OBSERVANDO OS PROTOCOLOS SANITÁRIOS EMANADOS DAS AUTORIADADES PÚBLICAS PARA CONTER A PANDEMIA DE COVID-19, PARA DELIBERAREM QUANTO A: 1 – PRESTAÇÃO DE CONTAS; 2 – RENÚNCIAS DO PRESIDENTE E TESOUREIRO; 3 – ASCENSÃO DE CARGOS VACANTES, NA FORMA ESTATUTÁRIA; 4 – PROPOSTA DE REMANEJAMENTO DE CARGOS NA FORMA ESTATUTÁRIA; 5 – PROPOSTA DE PRORROGAÇÃO DOS MANDATOS, EM FACE DA PANDEMIA DO COVID-19. SÃO PAULO, 23 DE ABRIL DE 2021. PRESIDENTE – MARCO CÉSAR SPINOSA.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SINDICATO DAS ENTIDADES MANTENEDORAS DO ENSINO TÉCNICO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO **– SEMET -,** CONVOCA SEUS ASSOCIADOS, PARA PARTICIPAREM DA **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA,** QUE SE REALIZARÁ NO DIA 29 DE ABRIL 2021, EM 1ª CHAMADA ÀS 10H00 E EM 2ª CHAMADA ÀS 11H00, NA SEDE DO SINDICATO SITUADA NA RUA SETE DE ABRIL, Nº 140, SALA 31-A, REPÚBLICA, EM SÃO PAULO, CAPITAL, NOS TERMOS DO ESTATUTO REGENTE, ESPECIALMENTE DO ART. 22, SENDO CONVOCADA COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 3 DIAS POR MEIO DE PUBLICAÇÃO EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NA BASE TERRITORIAL DO SINDICATO, OBSERVANDO OS PROTOCOLOS SANITÁRIOS EMANADOS DAS AUTORIADADES PÚBLICAS PARA CONTER A PANDEMIA DE COVID-19, PARA DELIBERAREM QUANTO A: 1 – PRESTAÇÃO DE CONTAS; 2 – RENÚNCIAS DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE; 3 – ASCENSÃO DE CARGOS VACANTES, NA FORMA ESTATUTÁRIA; 4 – PROPOSTA DE REMANEJAMENTO DE CARGOS NA FORMA ESTATUTÁRIA; 5 – PROPOSTA DE PRORROGAÇÃO DOS MANDATOS, EM FACE DA PANDEMIA DO COVID-19. SÃO PAULO, 23 DE ABRIL DE 2021. PRESIDENTE - STALIN CHAMMAS.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SINDICATO DAS ENTIDADES MANTENEDORAS DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO **– SEMEF -,** CONVOCA SEUS ASSOCIADOS, PARA PARTICIPAREM DA **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA,** QUE SE REALIZARÁ NO DIA 29 DE ABRIL 2021, EM 1ª CHAMADA ÀS 10H00 E EM 2ª CHAMADA ÀS 11H00, NA SEDE DO SINDICATO SITUADA NA RUA SETE DE ABRIL, Nº 140, SALA 32, REPÚBLICA, EM SÃO PAULO, CAPITAL, NOS TERMOS DO ESTATUTO REGENTE, ESPECIALMENTE DO ART. 22, SENDO CONVOCADA COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 3 DIAS POR MEIO DE PUBLICAÇÃO EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NA BASE TERRITORIAL DO SINDICATO, OBSERVANDO OS PROTOCOLOS SANITÁRIOS EMANADOS DAS AUTORIADADES PÚBLICAS PARA CONTER A PANDEMIA DE COVID-19, PARA DELIBERAREM QUANTO A: 1 – PRESTAÇÃO DE CONTAS; 2 – RENÚNCIAS DO PRESIDENTE; 3 – ASCENSÃO DE CARGOS VACANTES, NA FORMA ESTATUTÁRIA; 4 – PROPOSTA DE REMANEJAMENTO DE CARGOS NA FORMA ESTATUTÁRIA; 5 – PROPOSTA DE PRORROGAÇÃO DOS MANDATOS, EM FACE DA PANDEMIA DO COVID-19. SÃO PAULO, 23 DE ABRIL DE 2021. PRESIDENTE - NILZA SILVA FERREIRA.

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE WALDICE FALEIROS BONOLDI, REQUERIDO POR OSWALDO BONOLDI - PROCESSO Nº **109635806.2020.8.26.0100** O MM.Juiz de Direito da 6ªVara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr. Homero Maion, na forma da Lei, etc.FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 15/03/2021, POSTO ISSO, JULGO PROCEDENTE o pedido para decretar a interdição de Waldice Faleiros Bonoldi, RG nº 1.559.681-3, CPF/MF nº 413.261.058-68, para todos os atos da vida civil,nomeando-lhe como curador o Sr. Oswaldo Bonoldi, RG nº 1.396.754, CPF/MF nº 006.257.368-34. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de março de 2021. [**23**]

EDITAL DE INTIMAÇÃO. Processo Digital nº: 0000864-31.2021.8.26.0704. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços. Exequente: Fundação São Paulo. Executado: Fernando Almeida Santos e outro. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0000864-31.2021.8.26.0704. A MM. Juíza de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional XV - Butantã, Estado de São Paulo, Dra Luciane Cristina Silva Tavares, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a FERNANDO ALMEIDA SANTOS, CPF 216.131.058-51 e MANOEL MESSIAS DOS SANTOS, CPF 699.246.438-87, que o mandado monitório, expedido nos autos da Ação Monitória, ajuizada por Fundação São Paulo, entidade mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, converteu-se em mandado executivo, constituindo-se título executivo judicial da quantia de R$ 110.496,05 (03/2021). Estando os executados em lugar ignorado, foi deferida a INTIMAÇÃO por EDITAL, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetuem o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Ficam as partes executadas advertidas de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresentem, nos próprios autos, suas impugnações. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. SP, 05/04/2021. 21 e 23 / 04 / 2021

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1021717-50.2020.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 15ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Vanessa Vaitekunas Zapater, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) CLEYDE GIMENEZ, Brasileira, CPF 042.127.498-07, em local incerto e não sabido, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein, alegando em síntese: ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 10.621,48 (maio de 2020), decorrente da Nota Fiscal de Serviço nº 07943689, originada de serviços hospitalares prestado pela requerente. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial . Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 09 de abril de 2021. 21 e 23 / 04 / 2021

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1037240-39.2019.8.26.0002 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 14ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). ALEXANDRE BATISTA ALVES, na forma da Lei, etc. Faz saber a corré Eunice Francisca da Silva, CPF 38.325.728-05 que, Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU, lhe ajuizou ação de Reintegração/Manutenção de Posse, objetivando a Rescisão de Contrato Cumulada com Reintegração de Posse do imóvel situado à Rua Manoel da Conceição, NR:S/N - C:03 P:10 AP:43, Jd. Macedônia, Conjunto Habitacional Santo Amaro-D, São Paulo-SP, CEP 05894-370, alegando que os réus descumpriram o contrato entabulado entre as partes, caracterizando inadimplência financeira e ocupação irregular do imóvel. A autora requereu a rescisão do contrato e a consequente reintegração de posse. Estando a corré supramencionada em local ignorado, foi deferida sua citação por edital, para que no prazo de 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, conteste o feito, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos alegados. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de abril de 2021.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1006701-92.2016.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). ANDERSON CORTEZ MENDES, na forma da Lei, etc. Faz saber a Tecnoplac Componentes Eletrônicos Ltda, CNPJ 08.604.466/0001-08, na pessoa de seu representante legal e a Rodney Vanderley Guessada de Barros, CPF 086.181.698-62 e a Maria de Oliveira Barros, CPF 107.184.918-23 que, Banco do Brasil S/A, lhes ajuizou ação de Execução de Título Extrajudicial, para cobrança de R$ 75.911,69 (31/12/2015), referente Cédula de Crédito Bancário nº 508.700.112, de 15/07/2013. Estando os executados em local ignorado, foi deferida a citação por edital, para efetuar o pagamento da dívida no prazo de 03 dias, caso em que os honorários serão reduzidos pela metade; sem pagamento proceda-se imediata penhora e avaliação de bens; com ou sem penhora, intime-se do prazo legal de 15 dias para oposição de embargos; no mesmo prazo, reconhecendo seu débito, os devedores poderão depositar 30% do montante do principal e acessórios e requerer pagamento do restante em 6 parcelas mensais com juros e correção monetária. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 09 de abril de 2021.

EDITAL DE CITACAO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO N. 1001746-57.2017.8.26.0011. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5 Vara Civel, do Foro Regional XI - Pinheiros, Estado de Sao Paulo, Dr(a). Andre Salomon Tudisco, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) BRUNO CASTRO LUCIA RODRIGUES, Brasileiro, CPF 334.520.308-14, que lhe foi proposta uma acao de Execucao de Titulo Extrajudicial por parte de Banco Bradesco S/A. Encontrando-se o reu em lugar incerto e nao sabido, foi determinada a sua INTIMACAO por EDITAL, do bloqueio parcial do valor do credito em execucao (R$ 606,29 à Caixa Economica Federal) e transferencia do valor bloqueado, bem como sua efetivacao em penhora, nos termos da decisao de fls.219. Sera o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Sao Paulo, aos 16 de julho de 2020. 21 e 23 / 04 / 2021

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0008165-38.2020.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Raphael Garcia Pinto, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) AHMAD ABBAS, Libanês, CPF 237.803.438-51, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., CNPJ sob o nº 90.400.888/0001-42. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 228.208,70, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 21 e 23 / 04 / 2021

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1002819-22.2017.8.26.0704. Classe: Assunto: Monitória - Pagamento Requerente: Fundação Getulio Vargas. Requerido: Flavia dos Reis Alves. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1002819-22.2017.8.26.0704. A MM. Juíza de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional XV - Butantã, Estado de São Paulo, Dra Luciane Cristina Silva Tavares, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a FLAVIA DOS REIS ALVES, CPF 220.998.538-27, que Fundação Getúlio Vargas lhe ajuizou Ação Monitória, para cobrança da quantia de R$ 31.947,06 (maio/2017) decorrente do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a CITAÇÃO por EDITAL, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito ficando isenta de custas processuais, acrescido de honorários advocatícios equivalentes a 5% do valor do débito (artigo 701 do CPC), ou ofereça embargos, sob pena de converter-se o mandado inicial em mandado executivo. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito, nos moldes do artigo 257, IV do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, 04/03/2021. 21 e 23 / 04 / 2021

1ª Vara de Registros Públicos-SP. EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 1084223-06.2013.8.26.0100 (Usuc.1376) A Doutora Ana Claudia Dabus Guimarães e Souza, MM. Juiza de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a herdeiros de Waldemar Santisi, Terezinha do Menino Jesus Santisi, Attilio Santisi, Antenor Santisi, Ivete Roso Santisi, Christina Lizzadro Santisi, Attilio Santisi Filho, Angelina Santisi, Cleide Santisi Noschese, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que Emilia de Franco, Luiz de Franco Neto, Ma dalena Tereza de Franco Faccio, Paulo Faccio Neto e Pedro Alberto Demeter ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio do apartamento número 1310-H-4, localizado no 13º andar ou 14º pavimento, e dos boxes de garagem nº 8 e 9, localizados no subsolo, todos do Edifício Saint Charles, na Rua Martins Fontes, São Paulo - SP., contribuintes ns. 006.013.0762-3, 006.013.0610-4 e 006.013.0611-2, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias úteis, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo-SP. J – 22 e 23/04

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 12ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Daniel Serpentino, na forma da Lei, etc. PROCESSO Nº 1034113-95.2016.8.26.0100 FAZ SABER a(o)Aureliano Pinto Ribeiro Neto Me e Aureliano Pinto Ribeiro Neto, CNPJ: 04.442.872/0001-60, CPF: 598.207.994-49, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Pan S.a, CNPJ: 59.285.411/0001-13, objetivando o recebimento da quantia de R$196.242,05 (abril/2016), representado pelas 12 (doze) parcelas vencidas e não pagas, todas decorrentes do contrato de instrumento particular de confissão de dívida nº 75629, firmado entre as partes em 25/05/2015. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 3 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague(m) o débito atualizado, acrescida(s) dos honorários advocatícios da parte exequente arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do débito, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue(m) ou reconheça(m) o crédito do(a)(s) exequente(s), comprovando-se o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora e avaliação de bens. Decorridos os prazos acima consignados, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. 21 e 23/04

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.PROCESSO Nº 1125846-74.2018.8.26.0100O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 32ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). FABIO DE SOUZA PIMENTA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o)D. A. & ASSOCIADOS PUBLICIDADE E MULTICOMUNICAÇÃOLTDA., CNPJ 04.875.245/0001-13, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Lumiar Producoes Multimidia Ltda Me, visando o recebimento da quantia de R$ 278.000,00 (junho/2016), representado pelas notas fiscais nºs 51, 59, 61, 65, 66, 67 e 71, todas emitidas e não pagas, decorrentes de contratos firmado entre as partes, tendo vista as prestações de serviços de publicidades e propagandas. . Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. 21 e 23/04

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROC. Nº 1046859-97.2013.8.26.0100O(A) MM. Dr(a). Marcos Roberto de Souza Bernicchi, Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital/SP.FAZ SABER aos correqueridos COMPANHIA SÃO PAULO DE HOTÉIS E IMÓVEIS (qualificação ignorada) e LABORATÓRIO PAULISTA DE BIOLOGIA S/A(qualificação ignorada) na pessoa de seus representantes legais, que CLARICE VERALDI DE TOLEDO, ajuizou uma AÇÃO DE ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA, PELO PROCEDIMENTO COMUM, também contra MAXIMUS COMERCIAL E ADMINISTRADORA S/A, objetivando que seja a presente ação julgada procedente, valendo a sentença como título para transcrição do imóvel designado como: loja nº 26 do passeio paris 2ª sobreloja do centro metropolitano de compras ou 5º pavimento de todo o prédio, localizada na Praça Dom José Gaspar, Centro, São Paulo/SP. Contribuinte nº 006.007.0603-6. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos correqueridos para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias supra, apresentem respostas. Não sendo contestada a ação, os correqueridos serão considerados revéis, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. 21 e 23/04

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS.PROCESSO Nº 1007644-70.2019.8.26.0564O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 7ª Vara Cível, do Foro de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, Dr(a). FERNANDO DE OLIVEIRA DOMINGUES LADEIRA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o)PRIME ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONDOMÍNIOS E IMÓVEIS LTDA. – ME, CNPJ 22.557.846/0001-60, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Condomínio Marco Zero Prime, que a empresa é administradora de condomínios e foi contratada no dia 24/04/2018 através de contrato firmado entre as partes, tendo em vista os serviços de administração do cond. autor, no inicio de suas atividades desempenhou um trabalho satisfatório em suas atividades, porém a partir do mês de outubro de 2018, simplesmente deixou de pagar várias contas do cond. autor. No mês de outubro de 2018, o cond. autor passou a receber avisos de cobranças de corte de empresas de fornecimento de bens essências tais como SABESP, COMGÁS e ELETROPAULO, como se não bastasse o não pagamento das contas de ordem básica do cond. autor, a empresa ré se apoderou dos valores pagos à titulo de quotas condominiais, não restituído nenhum valor ao cond. autor, ou seja, a empresa ré deteve o valor de R$ 68.683,39 de propriedade do cond. autor. Objetivado o cond. autor que seja a presente ação julgada totalmente procedente para que seja declarado rescindindo o contrato firmado entre as partes por justa causa, com base no artigo 476 do Código Civil, bem como para que a empresa ré, seja condenada a restitui os valores que não é de sua propriedade ao cond. autor, valor este que deverá ser corrigido monetariamente e acrescido de juros de 1% ao mês, bem como ainda para que a empresa ré seja condenada ao pagamento das custas processuais, honorários advocatícios e nas demais cominações legais. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. 21 e 23/04

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

CNPJ nº 61.351.532/0001-68 - Companhia Aberta

Instituição Financeira Depositária das Ações Escriturais - BANCO ITAÚ S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cumprindo disposições legais e estatutárias, a Administração submete aos Acionistas as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020, assim como o Relatório dos Auditores Independentes.

1. BREVE HISTÓRICO: A Companhia iniciou em dezembro de 2019 um processo de restruturação planejado e financiado pela sua controladora, Rocket Empreendimentos e Participações S.A., e executado pela atual Administração. Inicialmente, a Administração buscou equacionar o passivo tributário por meio da reinclusão da Companhia no Programa de Recuperação Fiscal REFIS - I, instituído pela Lei 9.964 de 10 de abril de 2000, pedido este que foi deferido pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, em fevereiro de 2020. A partir da sua reinclusão no REFIS, a Companhia manteve sua regularidade fiscal, tendo renovado sua Certidão Negativa de Débitos Tributários Federais recentemente. Finalizada esta etapa, a Companhia apresentou, junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, um Plano Prévio de Liquidação de Execuções Trabalhistas (PPLE). O PPLE da Companhia consiste no pagamento de 36 parcelas mensais crescentes, bem como na comercialização ou desenvolvimento imobiliário do Lote I, terreno de propriedade da Companhia, localizado em Pirituba, SP, medindo 55.568,39 m² e que, além de garantir o recebimento do crédito trabalhista, assegura a viabilidade da liquidação do mesmo, tendo sido avaliado pela Justiça do Trabalho em R$ 75.000.000,00. Com isso, a Companhia logrou regularizar sua situação junto à Justiça do Trabalho, requisito essencial à consecução de suas atividades operacionais. Em agosto de 2020, quando foi homologado o PPLE da Companhia, a mesma obteve Certidão de Regularidade da Justiça do Trabalho, que vem sendo mantida desde então. Após a obtenção de regularidade fiscal e trabalhista, a Companhia focou seus esforços na reestruturação de seu passivo com bancos e fornecedores. Em outubro de 2020, apresentou proposta para aumento privado de capital social, por meio do qual seus credores e acionistas puderam capitalizar créditos e dinheiro até o limite de R$ 43.200.000,00 (quarenta e três milhões e duzentos mil reais). O aumento de capital proposto pelo Conselho de Administração da Companhia foi homologado na sua totalidade em dezembro de 2020. Como consequência direta do aumento de capital, a Companhia reduziu aproximadamente R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) de sua dívida com bancos e fornecedores. Adicionalmente, a parcela do aumento de capital social integralizada em dinheiro permitiu à Companhia reforçar seu caixa operacional para financiar o início das obras conquistadas durante o exercício de 2020.

2. CENÁRIO ATUAL: No ano de 2020 foi aprovado pelo Congresso Nacional o Marco Regulatório do Saneamento Básico, cujo principal objetivo é universalizar e qualificar a prestação de serviços do setor. A meta do Governo Federal é alcançar a universalização até 2033, garantindo que 99% da população tenha acesso a água potável e 90% à coleta e tratamento de esgoto. São previstos investimentos entre R$ 500 e R$ 700 bilhões em 10 anos, incluindo investimentos públicos e privados. Também no ano de 2020 foi aprovada a Nova Lei do Gás Natural, que é fundamental, ainda mais no cenário pós pandemia, para gerar desenvolvimento, emprego e crescimento no Brasil. De acordo com estimativas da Confederação Nacional da Indústria (CNI), com a nova Lei, a indústria brasileira tem potencial para se tornar uma grande consumidora de gás natural, com possibilidade de triplicar a demanda até 2030 e os investimentos no setor poderão chegar a R$ 150 bilhões nesse período. No setor de Óleo e Gás, o mercado segue atento às privatizações das refinarias de Petróleo da Petrobrás, bem como à venda de campos maduros de produção de óleo e gás. No caso das refinarias, deverão surgir demandas de revitalização desses ativos e, no dos campos maduros, oportunidades de descomissionamento devem totalizar investimentos superiores à US$ 15 bilhões. Neste sentido, a Azevedo & Travassos se posiciona estrategicamente para participar de forma relevante em todos os mercados e oportunidades acima descritos, seja em razão da sua recuperação financeira, seja graças à sua comprovada capacidade técnica e operacional exercida na implantação de grandes empreendimentos de saneamento, construção de dutos e montagens eletromecânicas de instalações de óleo e gás. Atualmente, a Companhia possui os seguintes contratos já assinados/homologados: • Vale: Contrato de Empreitada total para construção do sistema de captação e adução de água do Rio Paraopeba - Brumadinho/MG consistindo de uma adutora de 1,5m de diâmetro e 11 km de extensão com 6 bombas de 2.750 CV na adução e 6 bombas de 550 CV na captação, dispositivos de tratamento de água e subestação elétrica. • Petrobras: Contrato semi integrado, por preço global, para fornecimento de bens e prestação de serviços relativos a projeto de engenharia, construção, montagem e comissionamento para ampliação e adequação das instalações de recebimento e entrega de hidrocarbonetos da Unidade do Terminal de Campos Elíseos da Planta Industrial do TECAM. • Nari: Serviços de construção civil, montagens elétricas, eletromecânicas e fornecimento de materiais para construção da Subestação GIS, e sua interligação ao sistema de suprimento de energia local CODESP. • Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes/SP: Execução, sob regime de empreitada por preço global, de projeto executivo, melhoria e ampliação de Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Leste de Mogi das Cruzes/SP.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO - 2020

3.1. Receita: a) Companhia (ATSA): A Receita Bruta da ATSA refere-se a serviços prestados à PMSP que ainda não haviam sido faturados e à locação de imóvel. Em 2020, a Receita Bruta da Companhia alcançou o valor de R$ 178 mil (R$ 844 mil em 31/12/19). O quadro adiante apresenta a evolução da Receita Bruta nos 5 últimos anos:

Receita Bruta ATSA - R$ mil Em 31 de dezembro				
2016	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**
4.541	16.510	24.506	844	178

b) Consolidado: A Receita Bruta, em 2020, foi de R$ 27.876 mil, contra R$ 2.276 mil em 2019. O quadro adiante apresenta a evolução da Receita Bruta do Consolidado nos 5 últimos anos:

Receita Bruta Consolidada - R$ mil Em 31 de dezembro				
2016	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**
139.362	73.348	64.562	2.276	27.876

3.2. Resultados: a) Companhia (ATSA): O resultado, no período de janeiro a dezembro/20, correspondeu a um prejuízo de R$ 36.869 mil, ante um resultado também negativo de R$ 35.783 mil ocorrido em 2019. O resultado desfavorável no exercício de 2020 deve-se principalmente a: • Equivalência Patrimonial: Influência desfavorável da Equivalência Patrimonial (essencialmente advindo da controlada ATE) no valor de R$ 19.979 mil (valor também negativo de R$ 40.085 mil em 2019). • Despesas Financeiras: As despesas financeiras no período alcançaram R$ 5.181 mil (R$ 2.823 mil em 31/12/19). • Outras receitas e (despesas) operacionais: Apurados R$ 5.940 de despesas, versus um valor de R$ 12.551 de receitas em 2019. • Efeitos Positivos: Apesar do prejuízo apresentado, já foi possível verificar o início da recuperação das atividades, ao termos reduzido o prejuízo advindo das empresas controladas (equivalência patrimonial). **b) Consolidado:** No período de janeiro a dezembro/20, apresentou um prejuízo de R$ 36.869 mil, ante um resultado também negativo de R$ 35.783 mil ocorrido em 2019. • Despesas Financeiras: As despesas financeiras foram de R$16.756 mil em 31/12/20, contra R$ 13.967 mil em 31/12/19. • Lucro Bruto Operacional: Em 31/12/20 a Companhia apresentou no Consolidado, um lucro bruto de R$ 1.628, ante um prejuízo bruto de R$ 6.977 em 31/12/19. Para 2021 espera-se um resultado ainda maior vis-à-vis a expectativa de faturamento crescente, com os novos contratos celebrados pela Companhia. **3.3. Endividamento: a) Companhia** (ATSA): Os débitos fiscais relativos ao Programa de Recuperação Fiscal REFIS - I no valor de R$ 47.388 (R$ 46.930 mil em 31/12/19) são os passivos mais relevantes da Companhia. Em 31/12/20, a ATSA não tinha nenhum endividamento bancário. **b) Consolidado:** No Consolidado outros valores relevantes se referiam a Empréstimos e Financiamento e a Fornecedores, sendo que com a conversão de alguns valores relevantes em capital a somatória dessas rubricas passou de R$ 63.700 em 31/12/19 para R$ 41.947 em 31/12/20. **3.4. Patrimônio Líquido:** Com o aumento do capital social e início da recuperação já foi possível ver uma recuperação do Patrimônio Líquido, passando seu saldo negativo de R$ 246.370 em 31/12/19 para R$ 240.014 em 31/12/20. **3.5. LAJIDA:** O quadro a seguir mostra a LAJIDA do Consolidado da ATSA nos anos de 2020 e 2019.

CONSOLIDADO - R$ mil	2020	2019
Lucro / Prejuízo (antes do IR e CSLL)	(36.707)	(35.325)
Despesas Financeiras	16.756	13.967
Receitas Financeiras	(16)	(25)
Depreciação e Amortização	1.530	2.780
LAJIDA	**(18.437)**	**(18.603)**

4. INVESTIMENTOS: Em janeiro de 2020 a Administração da Companhia aumentou o Capital Social da sua subsidiária Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. em R$ 9.834. No exercício de 2021, são previstos novos investimentos para constituição de subsidiárias integrais focadas na exploração de oportunidades de geração de energia e desenvolvimento imobiliário.

5. GESTÃO DE QUALIDADE, SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE E RESPONSABILIDADE SOCIAL: O Sistema de Gestão de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde - QSMS é aplicado nas obras, acompanhando rigorosas exigências do mercado e normas nacionais e internacionais de referência. A preocupação com a qualidade é pautada na satisfação do Cliente, na conformidade e na evolução de desempenho da empresa. A questão ambiental é voltada para a prevenção da poluição e de danos à natureza e ao uso racional de recursos naturais. Aos seus profissionais são proporcionados procedimentos e condições para segurança do trabalho, bem como orientações para aperfeiçoamento profissional. A empresa também tem por princípio atuar de modo socialmente responsável, tomando por referência os indicadores de sustentabilidade recomendados pelo *GRI - Global Reporting Initiative*, Instituto ETHOS, dentre outros.

6. CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA: O Conselho de Administração aprovou em julho/15, o Código de Ética e Conduta da Azevedo & Travassos, o qual está disponibilizado na INTRANET e nos sites da Companhia e da B3. O Código de Ética tem por escopo uma maior transparência com os acionistas, mercado, clientes, fornecedores e órgãos governamentais, amplificando-se, portanto, a Governança e *Compliance* da Companhia.

7. INSTRUÇÃO CVM 381/03: Conforme a Instrução CVM 381/03, a BDO RCS Auditores Independentes não efetuou outros serviços para a Companhia, além do exame das demonstrações contábeis.

8. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA: Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07/12/2009, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras e as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2020. A Administração agradece aos que colaboraram durante o exercício findo e conta com o empenho e determinação de sua equipe para superar os desafios do ano de 2021.

São Paulo, 31 de março de 2021.

BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Notas	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	4.426	-	4.583	46
Clientes	7	11	32	2.360	478
Estoques	8	29	44	959	1.192
Estoque de terrenos	9	-	-	18.301	18.301
Adiantamento a fornecedores		563	-	1.712	-
Impostos a recuperar		60	60	2.329	312
Despesas antecipadas		-	-	2	17
Outras contas a receber	10	89	36	9.466	909
		5.178	**172**	**39.712**	**21.255**
Ativo não circulante					
Estoque de terrenos	9	4.215	4.215	4.215	4.215
Outras contas a receber	10	36.989	3.403	5.429	11.641
		41.204	**7.618**	**9.644**	**15.856**
Investimentos	11	19.196	21.892	-	-
Imobilizado	12	11.173	11.622	14.344	18.093
Intangível	13	-	-	22	101
		30.369	**33.514**	**14.366**	**18.194**
Total do Ativo		**76.751**	**41.304**	**63.722**	**55.305**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	22.696	34.027
Fornecedores	16	5.140	7.443	19.251	29.673
Salários, provisão para férias e encargos sociais	17	9.264	13.792	44.733	56.859
Obrigações tributárias - REFIS Lei 9.964/2000	18.1	2.148	4.141	2.148	4.141
Obrigações tributárias - PERT Lei 13.496/2017	18.2	-	-	-	36.996
Obrigações tributárias - outros impostos	18.2	13.089	11.149	64.836	26.513
Juros sobre o capital próprio a pagar		36	36	36	36
Dividendos a pagar		6	6	6	6
Outras contas a pagar	19	1.616	3.760	3.987	30.065
		31.299	**40.327**	**157.693**	**218.316**
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	-	-
Salários, provisão para férias e encargos sociais	17	11.612	963	53.861	2.276
Obrigações tributárias - REFIS Lei 9.964/2000	18.1	45.240	42.789	45.240	42.789
Obrigações tributárias - outros impostos	18.2	-	-	30	-
Provisão para passivo a descoberto de controladas	11	211.705	190.842	-	114
Provisão para obrigações legais	20	5.031	4.705	30.312	34.580
Imposto de renda e contribuição social - reserva de reavaliação	25	3.580	3.600	3.580	3.600
Outras contas a pagar	19	8.298	4.449	13.020	-
		285.466	**247.348**	**146.043**	**83.359**
Patrimônio líquido	21				
Capital social		71.247	28.047	71.247	28.047
Reserva de reavaliação		6.964	6.988	6.964	6.988
Prejuízos acumulados		(318.225)	(281.406)	(318.225)	(281.405)
		(240.014)	**(246.371)**	**(240.014)**	**(246.370)**
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**76.751**	**41.304**	**63.722**	**55.305**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais, exceto pelo lucro por ação)

	Notas	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Receita líquida de venda de produtos e dos serviços prestados	22	165	686	25.536	1.753
Custos na venda de produtos e dos serviços prestados	23	(30)	(1.446)	(23.908)	(8.730)
Lucro/Prejuízo bruto		**135**	**(760)**	**1.628**	**(6.977)**
Receita (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	23	(5.281)	(3.485)	(6.171)	(5.581)
Honorários dos administradores	14.c	(623)	(826)	(630)	(826)
Outras receitas e (despesas) operacionais	23	(5.940)	12.551	(14.794)	(7.885)
Equivalência patrimonial	11.b	(19.979)	(40.085)	-	(114)
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos		**(31.688)**	**(32.605)**	**(19.967)**	**(21.383)**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	24	-	-	16	25
Despesas financeiras	24	(5.181)	(2.823)	(16.756)	(13.967)
		(5.181)	**(2.823)**	**(16.740)**	**(13.942)**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(36.869)**	**(35.428)**	**(36.707)**	**(35.325)**
Imposto de renda e contribuição social	25	-	(356)	(162)	(458)
Prejuízo do exercício		**(36.869)**	**(35.784)**	**(36.869)**	**(35.783)**
Atribuído aos acionistas controladores		-	-	(36.869)	(35.784)
Atribuído aos acionistas não controladores		-	-	-	(1)
Prejuízo por ação - R$		(0,0019)	(0,0066)	(0,0019)	(0,0066)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais)

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Prejuízo do exercício	(36.869)	(35.784)	(36.869)	(35.783)
Outros resultados abrangentes				
Realização reserva de reavaliação	49	3.514	49	3.514
Total do resultado abrangente do exercício	**(36.820)**	**(32.270)**	**(36.820)**	**(32.269)**
Atribuível a				
Acionistas controladores	-	-	(36.820)	(32.269)
Acionistas não controladores	-	-	-	(1)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais)

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(36.869)	(35.428)	(36.707)	(35.325)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício ao caixa proveniente das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	356	356	1.530	2.780
Efeito líquido da baixa de imobilizado	102	(5.984)	2.298	(4.620)
Resultado de equivalência patrimonial (nota 11.b)	19.979	40.085	-	114
Provisão para obrigações legais	326	2.397	(4.268)	20.578
Provisão REFIS (nota 23)	-	(8.219)	-	(8.219)
Juros a pagar a longo prazo - parcelamento	-	-	10.738	6.790
Diferimento de impostos	(20)	(1.195)	(20)	(1.195)
	(16.126)	(7.988)	(26.429)	(19.097)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Clientes	21	87	(1.882)	969
Estoques	15	22	233	733
Impostos a recuperar e outros créditos	(2.991)	(1.414)	(4.298)	2.673
Adiantamento a fornecedores	(563)	-	(1.712)	1.136
	(3.518)	(1.305)	(7.659)	5.511
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(855)	342	(1.976)	70
Salários, provisão férias e encargos sociais	8.766	2.903	43.401	4.402
Obrigações tributárias - Refis e outros impostos	2.374	4.155	1.629	7.598
Outras contas a pagar	4.859	1.893	1.154	3.044
	15.144	9.293	44.208	15.114
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	**(4.500)**	**-**	**10.120**	**1.528**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de ativos investimentos, imobilizado e intangível	(9)	-	-	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	**(9)**	**-**	**-**	**-**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos	-	-	(14.518)	(1.575)
Aumento de capital social	8.935	-	8.935	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	**8.935**	**-**	**(5.583)**	**(1.575)**
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**4.426**	**-**	**4.537**	**(47)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-	46	93
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.426	-	4.583	46
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**4.426**	**-**	**4.537**	**(47)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas controladores: Capital Social	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**28.047**	**9.307**	**(249.135)**	**(211.781)**	**(2)**	**(211.783)**
Imposto sobre reserva de reavaliação	-	1.195	-	1.195	-	1.195
Realização reserva de reavaliação (Nota nº 12)	-	(3.514)	3.514	-	-	-
Prejuízo líquido do período	-	-	(35.784)	(35.784)	2	(35.782)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**28.047**	**6.988**	**(281.405)**	**(246.370)**	**-**	**(246.370)**
Aumento de capital social	43.200	-	-	43.200	-	43.200
Imposto sobre reserva de reavaliação	-	25	-	25	-	25
Realização reserva de reavaliação (Nota nº 12)	-	(49)	49	-	-	-
Prejuízo líquido do período	-	-	(36.869)	(36.869)	-	(36.869)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**71.247**	**6.964**	**(318.225)**	**(240.014)**	**-**	**(240.014)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais)

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Receitas				
Vendas de produtos e serviços	178	844	27.876	2.276
	178	**844**	**27.876**	**2.276**
Insumo adquiridos de terceiros				
Custo venda de produtos e serviços.	(5.935)	12.394	(22.505)	(8.217)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.376)	(1.537)	(10.542)	(4.565)
	(9.311)	**10.857**	**(33.047)**	**(12.782)**
Valor adicional bruto	**(9.133)**	**11.701**	**(5.171)**	**(10.506)**
Depreciação e amortização	(356)	(356)	(1.530)	(2.780)
Valor adicionado líquido produzido pela sociedade	**(9.489)**	**11.345**	**(6.701)**	**(13.286)**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(19.979)	(40.085)	-	(114)
Receitas financeiras	-	-	16	25
Valor adicionado total a distribuir	**(29.468)**	**(28.740)**	**(6.685)**	**(13.375)**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal - salários e encargos	1.680	2.888	14.231	6.471
Impostos, taxas e contribuições	540	1.333	(803)	1.970
Remuneração de capitais de terceiros	5.181	2.823	16.756	13.967
Remuneração de capitais próprios				
Prejuízo do período	(36.869)	(35.784)	(36.869)	(35.784)
Participação dos não controladores nos prejuízos acumulados	-	-	-	1
Valor adicionado distribuído	**(29.468)**	**(28.740)**	**(6.685)**	**(13.375)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: 1.1. Atividades das empresas do Grupo: A **Azevedo & Travassos S.A.** ("ATSA" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Rua Vicente Antônio de Oliveira, 1.050, São Paulo - SP. As demonstrações contábeis da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias, conjuntamente referidas como "Grupo". A controladora ATSA bem como as suas controladas Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. ("ATE" ou "Empresa") e Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. ("ATI") têm como atividades principais o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia civil, compra, venda e incorporação de imóveis, bem como participação em outras sociedades. A Companhia negocia suas ações na B3 (antiga BM&FBOVESPA), sob as siglas AZEV3 (ON) e AZEV4 (PN). **1.2. Relação de entidades controladas e coligadas:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 incluem as operações da ATSA e das seguintes controladas, cuja participação percentual na data do balanço está assim resumida:

	31/12/2020 %	31/12/2020 Controle	31/12/2019 %	31/12/2019 Controle
Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.	100,00	Direto	100,00	Direto
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.	100,00	Direto	100,00	Direto
Consórcio Água Paraopeba	35,00	Indireto	35,00	Indireto
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto I Ltda. **(i)**	-	-	100,00	Indireto
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto II Ltda. **(i)**	-	-	100,00	Indireto
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto III SPE Ltda. **(i)**	-	-	100,00	Direto/indireto

(i) Em dezembro de 2020, todas as empresas com a formatação de Sociedade de Propósito Específica (SPE) da ATSA e ATE, que são a Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto I Ltda., a Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto II Ltda. e a Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto III SPE Ltda. foram encerradas. • Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. ("ATE" ou "Empresa"): sociedade empresarial limitada com capital fechado e atuação nos segmentos de: (i) planejamento e execução de projetos, obras e serviços de engenharia civil, mecânica, hidráulica e elétrica, públicas ou privadas, por conta própria ou de terceiros, em qualquer das modalidades econômicas previstas em lei; (ii) importação, comercialização, exportação e industrialização; (iii) locação e transporte de equipamentos; (iv) perfuração e construção de poços em geral; (v) compra, venda e incorporação de imóveis; (vi) transporte de cargas; e, (vii) participação em outras sociedades como sócia - cotista ou acionista: • Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. ("ATI" ou "Empresa"): sociedade empresarial limitada com capital fechado e atuação nos voltada ao atendimento de demanda de obras e serviços na área de infraestrutura, concessões e privatizações; • Consórcio Água Paraopeba ("Consórcio"): foi criado com o objetivo de execução de montagem eletromecânica para implantação da nova captação e adução de água no Rio Paraopeba, de propriedade da COPASA e localizada no município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais. **1.3. Estratégia operacional:** Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo apresentou prejuízo de R$36.869 (R$ 35.783 em 2019), Capital Circulante Líquido (CCL) negativo de R$117.981 (R$ 197.061 em 2019) e patrimônio líquido negativo em R$240.014 (R$246.371 em 2019). Estes números refletem as negociações e alinhamento dos passivos trabalhistas, tributários e cíveis da Companhia, que ao final de 2020, estavam em sua maioria negociados e refletidos nas demonstrações contábeis. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, como primeiro ano após a assunção do controle pela Rocket Empreendimentos e Participações S.A. ("Rocket"), foram adotadas inúmeras medidas que estão colocando a Companhia em novo rumo e num novo ciclo de crescimento e fortalecimento, reposicionando-se no mercado mediante a catalisação de sua reestruturação financeira e operacional. O Grupo tem utilizado diversas estratégias operacionais para melhoria do seu fluxo de caixa e retomada da sua lucratividade. As principais medidas são: **(i)** Ao longo de 2020, a Rocket e a Companhia celebraram contrato de mútuo e respectivos aditivos (sendo o último de 05/10/2020, conforme detalhado no Comunicado ao Mercado de mesma data), através dos quais a Rocket disponibilizou à Companhia uma quantia de até R$8.000, sendo que o valor efetivamente tomado foi convertido em capital social durante Aumento de Capital homologado pela Companhia em dezembro de 2020; **(ii)** Em 01/12/2020, a Rocket disponibilizou nova linha de crédito para a Companhia no valor de R$5.000, conforme detalhado no Comunicado ao Mercado de 11/12/2020; **(iii)** A Companhia segue buscando, com o apoio da Rocket, alternativas de mercado para financiamento de seu capital de giro de curto e médio prazo, especialmente aquele necessário para suportar as demandas de caixa das obras; **(iv)** Gerenciar as adversidades decorrentes da Pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), tomando medidas para conter o avanço da mesma entre seus colaboradores; **(v)** Persistir na racionalização de sua estrutura organizacional, com ênfase na agilidade de implantações de medidas estratégicas por parte da alta Administração e na redução de custos, se adequando ao atual patamar de faturamento tendo em vista o crescimento do mercado no curto prazo; **(vi)** Continuar seu trabalho de alongamento de seus passivos para adequá-los a um perfil de médio e longo prazo para que sejam pagos com recursos oriundos do faturamento de serviços, capitalizações e da desmobilização de ativos; **(vii)** Executar as obras que estão contratadas e a serem contratadas dentro das margens orçadas; **(viii)** Redobrar o esforço da Diretoria Comercial em obter novos contratos, que permitam voltar à receita bruta consolidada aos patamares anteriores; **(ix)** Prosseguir com a ação de cobrança ajuizada para receber os créditos referentes a serviços realizados e não pagos pelo Metrô nos contratos da Ciclovia e Estações da Linha 15 - Prata; **(x)** Prosseguir com as tratativas administrativas visando receber os créditos referentes ao saldo da PMSP (visto uma parte ter sido recebida em 2020); **(xi)** Permanecer no Programa de Recuperação Fiscal ("REFIS") instituído pela Lei nº 9.964/2000; **(xii)** Prosseguir com ação de cobrança ajuizada contra o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), objetivando a cobrança de créditos decorrentes de contrato celebrado; **(xiii)** Prosseguir com as ações ajuizadas, atualmente, no Tribunal Regional Federal da Terceira Região, objetivando a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e da Cofins. Referidas ações foram sobrestadas até julgamento do Supremo Tribunal Federal - STF RE 592.616/RS; **(xiv)** Prosseguir com ação judicial objetivando a exclusão da Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta (CPRB) da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS, tendo em vista o julgamento do STF que concluiu pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS; **(xv)** Prosseguir com as ações ajuizadas objetivando afastar a exigência das contribuições a terceiros (SESI, SENAI, SEBRAE ao INCRA e ao FNDE), em limite superior ao estabelecido pelo artigo 4º, parágrafo único, da Lei nº 6.950/81 (20 salários-mínimos vigentes); **(xvi)** Prosseguir com as ações ajuizadas em nome da ATINFRA objetivando: (i) afastar a exigência das contribuições a terceiros (SESI, SENAI, SEBRAE ao INCRA e ao FNDE), em limite superior ao estabelecido pelo artigo 4º, parágrafo único, da Lei nº 6.950/81 (20 salários-mínimos vigentes); (ii) a exclusão do ISSQN da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS; (iii) a exclusão do ISS na base de cálculo da CPRB; (iv) a exclusão das contribuições ao PIS e à COFINS de suas próprias bases de cálculo; e **(xvii)** Manter em dia os principais acordos trabalhistas, quais sejam: (a) PPLE; (b) Sindicato I; e (c) Sindicato II; conforme detalhados nas notas explicativas 27.3, 27.4 e 27.5. Adicionalmente, o Relatório da Administração complementa estas Notas Explicativas sobre a estratégia operacional do Grupo.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: 2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e IFRS): As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração da sua gestão. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da ATSA para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram autorizadas para emissão e divulgação, de acordo com a aprovação dos membros do Conselho de Administração da Companhia, em 31 de março de 2021. **2.2. Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)**: A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **2.3. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC):** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). **2.4. Base de consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Azevedo & Travassos S.A. ("ATSA") e de suas controladas Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. ("ATE") e Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. ("ATI"). O controle sobre essas empresas é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar suas políticas financeiras e operacionais e tem a capacidade para auferir benefícios e estar exposta aos riscos de suas atividades. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Empresa obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que o controle deixe de existir. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as controladas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior, e o exercício social dessas empresas coincide com o da Empresa. Os saldos de ativos e passivos e as receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre partes relacionadas, são eliminados por completo, quando aplicável. Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido. O resultado do exercício e cada componente dos outros resultados abrangentes, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo. **2.5. Moeda funcional e moeda de apresentação**: Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em R$ (Reais), que é a moeda funcional do Grupo e, também, a moeda funcional das demais controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e apresentação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário: **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **3.2. Instrumentos financeiros: 3.2.1. Ativos financeiros: Reconhecimento e mensuração:** O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultadolíquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento: O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **3.2.2. Passivos financeiros: Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento:** O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.3. Estoques de mercadorias e terrenos:** Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos ou de baixa movimentação. Os estoques de terrenos são avaliados ao custo de aquisição, ou valor de realização, dos dois o menor. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. **3.4. Imobilizado**: Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos das depreciações e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia e suas controladas. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão. Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes na venda ou baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. **3.5. Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. **3.6. Investimentos e base de consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: • Tem poder sobre a investida; • Está exposta, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; • Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente. Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo: • A dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto; • Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; • Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores. A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras. Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas. Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia as informações contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. **3.7. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada individualmente por cada entidade do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. Algumas investidas são tributadas pelo lucro presumido. Qualificam-se para o regime de lucro presumido as sociedades cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R$78.000. No regime de lucro presumido, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas de venda de imóveis e 32% sobre as receitas de prestação de serviços para ambos os tributos. **3.8. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto sobre a renda diferido ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável, nem o lucro contábil. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados, considerando a apuração por entidade, apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e o Grupo pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **3.9. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **3.10. Ativos, passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **(ii)** Passivos contingentes são provisionados, quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; **(iii)** Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. **3.11. Distinção entre ativos e passivos circulantes e não circulantes:** A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo. A norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. A Companhia e suas controladas adotam o prazo de 12 meses como ciclo operacional. **3.12. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no dividendo mínimo definido no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **3.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. **3.14. Reconhecimento da receita: Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção:** A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro. O estágio de conclusão é avaliado pela referência física ou financeira dos trabalhos realizados. O critério a ser adotado depende dos termos de cada contrato e de todos os fatos e circunstâncias relacionadas. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

4. Estimativas e premissas contábeis significativas: Na aplicação das práticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis: **4.1. Reconhecimento das receitas:** As receitas e as despesas das operações são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência de exercício, levando em consideração o registro das receitas de serviços prestados, de acordo com o estágio de conclusão do contrato, tendo como base a acumulação dos custos de construção incorridos apurados pelo regime de competência. **4.2. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota explicativa 20. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados interno e externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **4.3. Vida útil dos bens do imobilizado e intangível:** Quando existe a necessidade, a Companhia revisa a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada período de relatório. **4.4. Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa:** A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é constituída para levar as contas a receber de clientes ao seu valor de recuperação com base na análise individual dos créditos existentes. A Companhia adota o critério de provisionar a totalidade dos créditos considerados de difícil realização, e reconhecem imediatamente como perda no resultado aqueles considerados como incobráveis. **4.5. Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, o mesmo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, taxa de juros, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **4.6. Impostos:** Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. O Grupo está sujeito, no curso normal dos nossos negócios, a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias tributária e trabalhista. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que seja movido contra a Empresa, esta pode ser adversamente afetados, independentemente do respectivo resultado final.

5. Novos pronunciamentos técnicos adotados: 5.1. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidas recentemente: As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB e entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020. **Estrutura conceitual:** Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros, substituindo a versão anterior, emitida em 2010. As principais mudanças foram: • Aumento da proeminência da gestão no objetivo da preparação de relatórios financeiros; • Restabelecimento da prudência como um componente de neutralidade; • Definição de entidade; • Revisão das definições de ativo e passivo; • Remoção do parâmetro de probabilidade para reconhecimento e inclusão de orientações sobre desreconhecimento; • Inclusão de orientações sobre bases diferentes de mensuração; e • Afirmação de que o resultado é o principal indicador de desempenho e que, em princípio, as receitas e despesas em outros resultados abrangentes deveriam ser reciclados quando isso aprimorar a relevância ou a apresentação fiel das demonstrações contábeis. Nenhuma mudança será feita nas normas atuais. Contudo, as entidades que utilizarem a Estrutura Conceitual para determinar suas políticas contábeis para transações, eventos ou condições que não sejam abordados por nenhuma norma específica deverão aplicar a Estrutura Conceitual revisada a partir de 1º de janeiro de 2020. As entidades devem considerar se suas políticas contábeis continuam adequadas de acordo com a Estrutura Conceitual revisada. **Alterações ao IAS 1 "*Presentation of Financial Statements*" e IAS 8 "*Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*":** Em outubro de 2018, o IASB emitiu a definição de "material" e fez alterações pertinentes no IAS 1 e IAS 8, cuja versão revisada possui data efetiva de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020. A definição de "material" ajuda as entidades a determinarem se as informações sobre um item, transação ou um outro evento qualquer, devem ser fornecidas aos usuários das demonstrações contábeis. No entanto, nem sempre essa definição é objetiva, sendo necessário fazer julgamentos sobre a materialidade na preparação das demonstrações contábeis. As alterações efetuadas alinham a redação da definição de material em todas as normas do IFRS, incluindo a Estrutura Conceitual. **Alterações ao IFRS 3 "*Business Combinations*":** Em outubro de 2018, o IASB emitiu alteração ao IFRS 3 sobre a definição de "negócio", que possui data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2020. A alteração efetuada (i) confirma que um negócio deve incluir inputs e processos relevantes, que em conjunto contribuem de forma significativa para a criação de outputs; (ii) disponibiliza teste que auxilia na análise sobre se uma empresa adquiriu um grupo de ativos e não um negócio; e (iii) estreita as definições de outputs, cujo foco passa a ser geração de retorno por meio de produtos fornecidos e serviços prestados a clientes, excluindo geração de retornos sob a forma de redução de custos e outros benefícios econômicos. **Revisão do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** Em maio de 2020, o IASB emitiu alterações à IFRS 16 - Arrendamentos referentes às concessões concedidas por arrendadores aos arrendatários em contratos de arrendamento em decorrência dos efeitos da redução da atividade econômica causados pela Covid-19. Em 7 de julho de 2020, a CVM, através da Deliberação nº 859/20, aprovou alterações no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos, correlacionada com a IFRS em questão. A referida Deliberação aplica-se aos exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2020. Como expediente prático, o arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício concedido em um contrato de arrendamento, relacionado ao Covid-19, é uma modificação do contrato de arrendamento e, assim, contabilizar as mudanças resultantes nos pagamentos de arrendamento no resultado do exercício. O Grupo adotou, a partir de 1º de janeiro de 2020, a interpretação técnica, porém, sem efeitos relevantes nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **5.2. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidas recentemente:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2020. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **Alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros", IFRS 4 "Contratos de Seguro" e IFRS 16 "Arrendamentos":** As alterações previstas na Fase 2 da reforma IBOR abordam questões que podem afetar as demonstrações contábeis durante a reforma de uma taxa de juros de referência, incluindo os efeitos das mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa (questões de substituição). A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2021. Os contratos do Grupo vinculados a LIBOR estão sendo revistos entre as partes e serão atualizados pelas respectivas taxas alternativas divulgadas, acrescidas de spread. A administração estima que os fluxos de caixa atualizados serão economicamente equivalentes aos originais, e não tem expectativa de impactos materiais relacionados a essa substituição. **Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado":** Em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022. **Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes":** Em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022. **Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios":** Emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022. **Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:** Em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022: • IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros. • IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. • IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis do Grupo.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Caixa	-	-	2	9
Banco conta movimento	4.426	-	4.431	33
Aplicações financeiras	-	-	150	4
	4.426	**-**	**4.583**	**46**

O saldo de caixa e bancos compreendem os depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato e os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações do Grupo.

7. Clientes: A rubrica é representada por clientes nacionais, sendo medições a faturar o registro das receitas auferidas pelos serviços prestados pela Companhia, com base nas medições realizadas durante a execução das obras.

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Contas a receber	-	-	2.087	244
Serviços e locações executados e não faturados	11	32	273	234
	11	**32**	**2.360**	**478**

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia, após análise dos

continua...

continuação

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A. - CNPJ nº 61.351.532/0001-68 - Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - (Em milhares de Reais)

créditos em aberto, entendeu que não há necessidade de constituição de provisão da Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). A composição consolidada dos clientes a receber está demonstrada a seguir:

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
A vencer	**11**	**32**	**597**	**268**
Vencidas				
1 a 60 dias	-	-	301	70
61 a 180 dias	-	-	618	28
Acima de 180 dias	-	-	844	112
Total contas a receber	**11**	**32**	**2.360**	**478**

8. Estoques

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Material de construção e peças de manutenção	29	44	959	1.192
	29	**44**	**959**	**1.192**

9. Estoques de terrenos: Os terrenos adquiridos para comercialização são inicialmente reconhecidos pelos custos de aquisição (custo histórico) e posteriormente mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Azevedo & Travassos S.A.	4.215	4.215	4.215	4.215
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.	-	-	18.301	18.301
	4.215	**4.215**	**22.516**	**22.516**
Circulante	**-**	**-**	**18.301**	**18.301**
Não circulante	**4.215**	**4.215**	**4.215**	**4.215**

A seguir estão demonstrados os detalhes e metragens dos terrenos:

	M²	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Azevedo & Travassos S.A.			
Lote 7 **(i) (iv)**	18.144	2.204	2.204
Lote 8 **(i) (iv)**	17.207	2.011	2.011
	58.350	**4.215**	**4.215**
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.			
Lote Elísio **(ii) (iv)**	22.999	9.835	9.835
Lote 3 **(iii)**	5.465	3.165	3.165
Lote 4 **(iii)**	4.343	2.851	2.851
Lote 5 **(iii)**	1.348	1.139	1.139
Lote 6	1.536	1.311	1.311
	35.691	**18.301**	**18.301**
Total	**94.041**	**22.516**	**22.516**

(i) Em virtude de ainda não se ter uma previsão de concretização da venda dos lotes 7 e 8, os valores estão contabilizados no ativo não circulante. **(ii)** Em 30 de dezembro de 2019, a Controladora ATSA subscreveu e integralizou o capital social da subsidiária ATI mediante a conferência do terreno situado na Avenida Elísio Teixeira Leite, atribuindo o valor de R$9.835, correspondente ao valor referência atribuído pela Prefeitura Municipal de São Paulo em 27 de dezembro de 2019. **(iii)** Em 31 de dezembro de 2020, devido a restrições, os lotes 3, 4 e 5 foram dados em garantia ao empréstimo do Banco do Brasil (vide Nota Explicativa nº 15). **(iv)** Em 31 de dezembro de 2020, os lotes 7, 8 e Elísio estão arrolados no REFIS Federal - Lei nº 9.964/2000 (vide Nota Explicativa 18.1). Em caso de venda de algum dos terrenos a Administração avaliará outras garantias aceitas em processos semelhantes.

10. Outras contas a receber

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Partes relacionadas (Nota 14)	34.202	2.019	-	-
Depósito judicial	1.287	1.314	3.930	4.049
Cessão precatório	-	104	-	104
Caução	-	2	-	38
Venda de ativo fixo	31	-	1.127	720
Outras contas a receber	1.558	-	9.838	7.639
	37.078	**3.439**	**14.895**	**12.550**
Circulante	**89**	**36**	**9.466**	**909**
Não circulante	**36.989**	**3.403**	**5.429**	**11.641**

11. Investimentos: Os investimentos permanentes estão enquadrados como controladas com influência significativa e, portanto, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

(a) Composição dos investimentos

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019
Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.	(211.705)	(190.842)
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.	19.196	18.618
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto III SPE Ltda.	-	3.274
Total investimento	**(192.509)**	**(168.950)**
Ativo não circulante	19.196	21.892
Passivo não circulante	(211.705)	(190.842)

(b) Contexto operacional das empresas investidas: Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.: A Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. ("ATE"), sociedade empresarial do tipo limitada com capital fechado, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Rua Vicente Antônio de Oliveira, 1.050, Vila Mirante, e cujo objeto social é o de (i) planejamento e execução de projetos, obras e serviços de engenharia civil, mecânica, hidráulica e elétrica, públicas ou privadas, por conta própria ou de terceiros, em qualquer das modalidades econômicas previstas em lei; (ii) importação, comercialização, exportação e industrialização; (iii) locação e transporte de equipamentos; (iv) perfuração e construção de poços em geral; (v) compra, venda e incorporação de imóveis; (vi) transporte de cargas; e, (vii) participação em outras sociedades como sócia - cotista ou acionista. O capital social, subscrito e integralizado da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. é composto, em 31 de dezembro de 2020, de 16.410.500 cotas. **Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.:** A Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. ("ATI"), sociedade empresarial do tipo limitada com capital fechado, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Rua Vicente Antônio de Oliveira, 1.050, Vila Mirante, e cujo objeto social é o de (i) planejamento execução de projetos, obras, serviços de construção civil, engenharia civil mecânica, sob origem de empreitada administração ou outros admitidos; (ii) instalações técnicas de engenharia civil, montagens industriais consultoria, planejamento assessoria estudos técnicos nas especialidades de engenharia civil mecânica; (iii) compra, venda, incorporação de imóveis; (iv) prática de outras atividades econômicas, conexas ou decorrentes das atividades referidas nas alíneas anteriores, inclusive as de locação compra venda de equipamentos, importação e exportação; e (v) participação em outras sociedades como sócia cotista ou acionista. O capital social, subscrito e integralizado da Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. é composto, em 31 de dezembro de 2020, de 8.330.983 cotas.

(c) Movimento dos investimentos

Controladora	ATE	ATI	ATD III	Total
Saldo final em 31/12/2018	**(150.504)**	**8.516**	**3.288**	**(138.700)**
Resultado de equivalência patrimonial	(40.338)	267	(14)	(40.085)
Aumento de capital com terreno	-	9.835	-	9.835
Saldo final em 31/12/2019	**(190.842)**	**18.618**	**3.274**	**(168.950)**
Resultado de equivalência patrimonial	(20.525)	578	306	(19.641)
Baixa de investimento por dissolução	-	-	(3.580)	(3.580)
Saldo final em 31/12/2020	**(211.367)**	**19.196**	**-**	**(192.171)**

(d) Informações sobre as empresas investidas:

	ATE 31/12/2020	ATE 31/12/2019	ATI 31/12/2020	ATI 31/12/2019	ATD-III 31/12/2020	ATD-III 31/12/2019
Participação	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	99,95%
Ativo	15.178	19.141	24.910	19.650	-	3.579
Passivo	226.883	209.983	5.714	1.032	-	303
Patrimônio líquido	(211.705)	(190.842)	19.196	18.618	-	3.276
Lucro/(prejuízo) do exercício/período	(20.863)	(40.338)	578	265	306	(14)

12. Imobilizado: Os saldos e movimentações ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão demonstrados abaixo:

Controladora

Descrição	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e e equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos	Reavaliação de terrenos	Total
Custo:							
Saldo em 31/12/2018	**6.507**	**733**	**-**	**521**	**522**	**7.815**	**16.098**
Adições	-	-	-	-	-	-	-
Transferência	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2019	**6.507**	**733**	**-**	**521**	**522**	**7.815**	**16.098**
Adições	-	9	-	-	-	-	9
Baixa	-	(733)	-	(210)	-	-	(943)
Saldo em 31/12/2020	**6.507**	**9**	**-**	**311**	**522**	**7.815**	**15.164**
Depreciação acumulada:							
Percentual de depreciação / ano	**4%**	**10%**	**10%**	**10%**	**-**	**-**	
Saldo em 31/12/2018	**(2.377)**	**(660)**	**-**	**(344)**	**-**	**(739)**	**(4.120)**
Despesa de depreciação no exercício	(259)	-	-	(38)	-	(59)	(356)
Transferência	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2019	**(2.636)**	**(660)**	**-**	**(382)**	**-**	**(798)**	**(4.476)**
Despesa de depreciação no exercício	(262)	-	-	(36)	-	(58)	(356)
Baixa	-	660	-	181	-	-	841
Saldo em 31/12/2020	**(2.898)**	**-**	**-**	**(237)**	**-**	**(856)**	**(3.991)**
Imobilizado líquido em 31/12/2019	**3.871**	**73**	**-**	**139**	**522**	**7.017**	**11.622**
Imobilizado líquido em 31/12/2020	**3.609**	**9**	**-**	**74**	**522**	**6.959**	**11.173**

Consolidado

Descrição	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e e equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos	Reavaliação de terrenos	Total
Custo:							
Saldo em 31/12/2018	**6.566**	**19.941**	**13.033**	**7.794**	**522**	**7.815**	**55.671**
Adições	-	-	-	-	3.851	-	3.851
Baixas	-	(3.900)	(821)	(374)	(3.851)	-	(8.946)
Transferência	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2019	**6.566**	**16.041**	**12.212**	**7.420**	**522**	**7.815**	**50.576**
Transferência	-	91	(91)	-	-	-	-
Baixa	-	(9.092)	(1.778)	(3.606)	-	-	(14.476)
Saldo em 31/12/2020	**6.566**	**7.040**	**10.343**	**3.814**	**522**	**7.815**	**36.100**
Depreciação acumulada:							
Percentual de depreciação / ano	**4%**	**10%**	**10%**	**10%**	**-**	**-**	**-**
Saldo em 31/12/2018	**(2.427)**	**(15.691)**	**(8.834)**	**(5.894)**	**-**	**(739)**	**(33.585)**
Despesa de depreciação no exercício	(261)	(899)	(945)	(464)	-	(59)	(2.628)
Baixas	-	2.786	621	323	-	-	3.730
Saldo em 31/12/2019	**(2.688)**	**(13.804)**	**(9.158)**	**(6.035)**	**-**	**(798)**	**(32.483)**
Despesa de depreciação no exercício	(263)	(351)	(400)	(382)	-	(58)	(1.454)
Baixas	-	7.684	1.267	3.230	-	-	12.181
Saldo em 31/12/2020	**(2.951)**	**(6.471)**	**(8.291)**	**(3.187)**	**-**	**(856)**	**(21.756)**
Imobilizado líquido em 31/12/2019	**3.878**	**2.237**	**3.054**	**1.385**	**522**	**7.017**	**18.093**
Imobilizado líquido em 31/12/2020	**3.615**	**569**	**2.052**	**627**	**522**	**6.959**	**14.344**

13. Intangível

	Taxa anual de amortização %	Custo	Amortização	Líquido 31/12/2020	Líquido 31/12/2019
Softwares	20	1.890	(1.868)	22	101
Total		**1.890**	**(1.868)**	**22**	**101**

A movimentação do saldo dos intangíveis ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 está demonstrada abaixo:

Consolidado	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020
Softwares	3.505	-	(1.615)	1.890
(-) Amortização acumulada	(3.404)	(76)	1.612	(1.868)
Total	**101**	**(76)**	**(3)**	**22**

14. Transações com partes relacionadas: Trata-se substancialmente de empréstimos e adiantamentos financeiros mantidos entre a Controladora e suas subsidiárias para liquidação de passivos e manutenção do caixa administrativo ou transações com acionistas. As transações com partes relacionadas, respeitando as condições de mercado, estão divulgadas abaixo:

(a) Transações entre partes relacionadas reconhecidos no ativo e no passivo

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Outras contas a receber (Nota 10)				
Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.	33.475	2.019	-	-
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.	727	-	-	-
	34.202	**2.019**	**-**	**-**
Outras contas a pagar (Nota 19)				
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto III SPE Ltda.	-	(3.579)	-	-
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.	-	(870)	-	-
Consórcio Água Paraopeba	-	-	-	(144)
	-	**(4.449)**	**-**	**(144)**
Mútuos financeiros passivos com acionistas (Nota 17)				
Acionistas controladores	(6.582)	(821)	(7.040)	(821)
Acionistas não controladores	(1.675)	-	(2.290)	(3.798)
	(8.257)	**(821)**	**(9.330)**	**(4.619)**
	25.945	**(3.251)**	**(9.330)**	**(4.763)**

(b) Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado: Com base nas transações existentes não existiram impactos no resultado do ano de 2020 e 2019, bem como não se espera perdas com relação aos saldos em aberto. **(c) Remuneração da Administração**: Em 31 de dezembro de 2020, as despesas com a remuneração do pessoal-chave da Administração, o que inclui o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, reconhecidas no resultado do período, totalizam R$623 (R$826 em 2019).

15. Empréstimos e financiamentos

Moeda nacional	Encargos	Vencimentos	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Capital de giro	CDI + 3,90% AA	2018 a 09/2024	22.696	33.633
Finame	9% a.a.	01/2018 a 03/2019	-	68
Financiamento CDC	1,15% a.m.	01/2018 as 04/2019	-	326
FIDC	1% a.m.	07/2020 a 12/2020	-	-
Total			**22.696**	**34.027**
Circulante			**22.696**	**34.027**

Os empréstimos estão garantidos por notas promissórias mais aval dos diretores, direitos creditórios, alienação fiduciária dos bens e imóveis correspondentes aos lotes 3, 4 e 5 da ATI (Banco do Brasil). Os empréstimos do Grupo estão em fase de cobranças judiciais e estão sendo atualizados de acordo com as expectativas de perdas dos processos, com base na opinião de seus assessores legais e de maneira anual. **Cláusulas contratuais restritivas (*covenants*):** Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui cláusulas restritivas (*covenants*) vinculadas a índices financeiros.

16. Fornecedores: Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui na rubrica de fornecedores o montante de R$5.140 e R$19.251 nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, respectivamente (R$7.443 e R$29.673 em 31 de dezembro de 2019). O saldo de fornecedores é composto por fornecedores nacionais, principalmente, de materiais de consumo e locações para utilização nas execuções das obras. A Companhia está gerenciando seu passivo para com fornecedores, tomando todas as medidas administrativas e judiciais cabíveis, sempre em consideração dos interesses da Companhia e de seus acionistas e o cronograma de amortização da dívida está descrito abaixo:

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
A vencer	-	-	-	7
Vencidos				
Vencidos de 1 a 180 dias	372	181	522	1.041
Vencidos de 181 a 365 dias	471	262	503	1.186
Vencidos de 1 a 2 anos	167	5.895	2.096	14.843
Vencidos de 2 a 3 anos	3.351	675	7.391	7.746
Acima 3 anos	779	430	8.739	4.850
Total dos fornecedores a pagar	**5.140**	**7.443**	**19.251**	**29.673**

17. Salários, provisões para férias e encargos sociais

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Salários, férias, 13º salário e quitações a pagar	1.818	8.251	14.635	31.768
Provisão para férias	166	186	1.165	1.319
Encargos sociais **(i)**	7.423	6.318	30.391	26.048
Acordos trabalhistas **(ii)**	11.469	-	52.403	-
	20.876	**14.755**	**98.594**	**59.135**
Circulante	**9.264**	**13.792**	**44.733**	**56.859**
Não circulante	**11.612**	**963**	**53.861**	**2.276**

(i) Referem-se basicamente aos adicionais de 10% do FGTS que estão sendo discutidos em juízo. Tais processos possuem depósitos judiciais. **(ii)** Trata-se dos acordos trabalhistas firmados durante o exercício (vide Nota Explicativa 27.2, 27.3 e 27.4).

18. Obrigações tributárias - REFIS, PERT e outros impostos: 18.1. REFIS Federal - Lei nº 9.964/2000: A Companhia optou pela inclusão de seus débitos fiscais consolidados no Programa de Recuperação Fiscal ("REFIS"), instituído pela Lei nº 9.964/2000 que prevê a liquidação do débito parcelado à razão de 1,2% da receita bruta mensal apurada pelo contribuinte devedor. A partir de junho de 2014, a Companhia, atendendo notificação da Receita Federal, adequou as parcelas da dívida, de tal modo que o prazo para quitação do débito não ultrapassasse 50 anos desde sua adesão ao programa. Deste modo, o prazo máximo ficou estabelecido para 28 de fevereiro de 2050. O valor da parcela está sendo calculado, a partir de 31 de dezembro de 2014, dividindo-se o saldo do extrato da dívida, incluindo a TJLP do mês, pelo número de parcelas faltantes para o prazo final. Face ao atraso de pagamento de parcelas e com a possibilidade de a Companhia vir, eventualmente, ser excluída deste programa de acordo com o artigo 5º, inciso II, da Lei nº 9.964/2000, a Companhia apresentou um manifesto de inconformidade e obteve a decisão favorável proferida pela Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN), que reincluiu a Companhia no programa. A Administração verificou que o saldo atualizado e remanescente da dívida totalizava o montante de R$47.388 (R$46.930 em 2019), e encontra-se adimplente com os pagamentos sendo o cronograma de amortização da dívida de curto e longo está descrito abaixo:

Consolidado	Vencimento das parcelas	Valor total	%
Total passivo circulante	2021	**2.148**	**4,53%**
	2022	1.608	3,39%
	2023	1.608	3,39%
	2024	1.608	3,39%
	A partir de 2025	40.416	85,29%
Total passivo não circulante		**45.240**	**95,47%**
Total		**47.388**	**100,00%**

18.2. Outros impostos e PERT - Lei nº 13.496/2017: Conforme a Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017, posteriormente convertida na Lei nº 13.496/2017, e regulado pela Portaria PGFN nº 690, de 29 de junho de 2017, foi criado o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) que instituiu o parcelamento diferenciado para o pagamento de dívidas fiscais federais e previdenciárias vencidas até abril de 2017. Em 11 de agosto de 2017 a controlada ATE fez a primeira adesão, e em 14 de novembro de 2017 foi feita nova adesão que incorporou a anterior e incluiu, principalmente, débitos relativos a imposto de renda fonte, PIS, COFINS, INSS desoneração e INSS folha. A controlada ATE, por não cumprir as cláusulas estabelecidas na Lei nº 13.496/2017, não teve seu pedido de parcelamento homologado pela Receita Federal do Brasil, e por esse motivo o saldo devedor do passivo não circulante foi transferido para o passivo circulante e em suas respectivas rubricas, e a seguir, estão demonstrados os saldos dos passivos tributários por natureza:

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
PERT - Lei nº 13.496/2017				
INSS a recolher	-	-	-	14.526
PIS e COFINS a recolher	-	-	-	8.260
Impostos retidos na fonte	-	-	-	4.561
Encargos e outros	-	-	-	9.649
	-	**-**	**-**	**36.996**
Outros impostos				
ICMS a recolher	-	-	38	-
ISS a recolher	2.532	1.772	6.959	5.504
INSS	2.771	2.520	23.783	6.914
Impostos retidos na fonte	2.326	2.313	16.957	9.754
PIS e COFINS a recolher	2.174	1.948	13.488	2.205
IRPJ e CSLL a recolher	432	356	1.256	356
Outros	2.854	2.240	2.385	1.780
	13.089	**11.149**	**64.866**	**26.513**
	13.089	**11.149**	**64.866**	**63.509**
Circulante	**13.089**	**11.149**	**64.836**	**63.509**
Não circulante	**-**	**-**	**30**	**-**

19. Outras contas a pagar

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Seguros a pagar	828	33	2.011	363
Partes relacionadas (Nota 14)	8.257	5.270	9.330	4.763
Acordos judiciais **(i)**	-	939	-	20.107
Provisões diversas	87	89	940	1.533
Outras contas a pagar	742	1.878	3.991	3.299
	9.914	**8.209**	**16.272**	**30.065**
Circulante	**1.616**	**3.760**	**3.987**	**30.065**
Não circulante	**8.298**	**4.449**	**12.285**	**-**

(i) Os saldos de acordos judiciais foram reclassificados para o grupo de salários de acordo com as suas naturezas (Nota Explicativa 17).

20. Provisão para contingências - Ações trabalhistas, fiscais e cíveis: A Companhia e suas controladas são parte em processos trabalhistas e cíveis em andamento na esfera judicial, e processos tributários em andamento nas esferas judicial e administrava. As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Com suporte da opinião de seus assessores jurídicos, foram constituídas provisões para cobertura das prováveis perdas relacionadas a essas demandas, conforme demonstrado abaixo:

Controladora	Causas trabalhistas	Causas tributárias	Causas cíveis	Total
Saldo em 31/12/2018	**1.284**	**445**	**579**	**2.308**
Adições/(reversões)	2.124	(217)	490	2.397
Saldo em 31/12/2019	**3.408**	**228**	**1.069**	**4.705**
Adições/(reversões)	(2.023)	1.384	965	326
Saldo em 31/12/2020	**1.385**	**1.612**	**2.034**	**5.031**

Consolidado	Causas trabalhistas	Causas tributárias	Causas cíveis	Total
Saldo em 31/12/2018	**10.144**	**1.878**	**1.980**	**14.002**
Adições/(reversões)	17.720	(132)	2.990	20.578
Saldo em 31/12/2019	**27.864**	**1.746**	**4.970**	**34.580**
Adições/(reversões)	(10.106)	2.133	3.705	(4.268)
Saldo em 31/12/2020	**17.758**	**3.879**	**8.675**	**30.312**

Além dos casos classificados como prováveis, a Companhia e suas controladas possuem outros processos, cuja probabilidade de perda é considerada pelos administradores e seus assessores jurídicos como possível, e para as quais, portanto, não são constituídas provisões. Os valores dos processos classificados como possíveis na controladora em 31 de dezembro de 2020 são de R$28.965 e R$53.480 no consolidado (R$20.430 na controladora e R$52.032 no consolidado em 2019). **Depósitos judiciais:** Em 31 de dezembro de 2020, em razão dos processos em andamento, a Companhia e suas controladas mantinham depósitos judiciais no montante total de R$3.930 (R$4.049 em 31 de dezembro de 2019).

21. Patrimônio líquido (passivo a descoberto): Capital social: Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia encontra-se subscrito e integralizado no montante de R$71.247, divididos em 6.600.000 ações ordinárias e 13.200.000 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 19.800.000 ações (em 31 de dezembro de 2019 o montante subscrito e integralizado era de R$28.047, divididos em 1.800.000 ações ordinárias, 3.600.000 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 5.400.000 ações). Em Reunião do Conselho de Administração realizada na data 23 de dezembro de 2020, dando continuidade ao Fato Relevante e Aviso aos Acionistas realizado no dia 19 de outubro de 2020, e ao Comunicado ao Mercado realizado em 9 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia homologou o aumento de capital social da Companhia dentro do limite autorizado. Esse aumento de capital foi integralmente subscrito e integralizado mediante a capitalização de créditos ou integralização em moeda corrente nacional, sendo que os créditos capitalizados serão destinados à redução do saldo devedor da Companhia e/ou suas subsidiárias integrais perante seus credores, diminuindo assim seu passivo e alavancagem financeira consolidada sem a necessidade de desembolso de caixa. Os valores integralizados em moeda corrente nacional vêm sendo destinados para fins corporativos gerais da Companhia, conforme recomendação da administração. **Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Não houve distribuição de dividendos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Para todas as classes de ações está previsto o pagamento de dividendo mínimo anual obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da legislação societária. **Reserva legal:** Deverá ser constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

22. Receita líquida de vendas e serviços

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Receita bruta				
Receita bruta de produtos e serviços	178	844	27.876	2.276
	178	**844**	**27.876**	**2.276**
Deduções				
Impostos sobre as receitas	(13)	(158)	(2.340)	(481)
Cancelamentos e abatimento	-	-	-	(42)
	(13)	**(158)**	**(2.340)**	**(523)**
Receita líquida	**165**	**686**	**25.536**	**1.753**

23. Gastos por natureza

Controladora

	31/12/2020 Custos	31/12/2020 Despesas gerais e administrativas	31/12/2020 Outras receitas e despesas	31/12/2020 Total	31/12/2019 Custos	31/12/2019 Despesas gerais e administrativas	31/12/2019 Outras receitas e despesas	31/12/2019 Total
Salários e encargos	(9)	(1.163)	-	(1.172)	(42)	(2.156)	-	(2.198)
Serviços contratados de terceiros	(5)	(2.689)	-	(2.694)	(186)	(1.211)	-	(1.397)
Provisão para obrigações legais	-	-	(326)	(326)	-	-	(2.397)	(2.397)
Revenda	-	-	-	-	(204)	-	-	(204)
Provisão REFIS	-	-	-	-	-	-	8.219	8.219
Ganho/(Perda) na alienação do ativo imobilizado	-	-	(11)	(11)	-	-	5.984	5.984
Materiais	(16)	-	-	(16)	-	-	-	-
Acordos trabalhistas (i)	-	-	(5.603)	(5.603)	-	-	-	-
Outras despesas	-	(1.429)	-	(1.429)	(1.014)	(118)	745	(387)
	(30)	**(5.281)**	**(5.940)**	**(11.251)**	**(1.446)**	**(3.485)**	**12.551**	**7.620**

Consolidado

	31/12/2020 Custos	31/12/2020 Despesas gerais e administrativas	31/12/2020 Outras receitas e despesas	31/12/2020 Total	31/12/2019 Custos	31/12/2019 Despesas gerais e administrativas	31/12/2019 Outras receitas e despesas	31/12/2019 Total
Provisão para obrigações legais	-	-	4.268	4.268	-	-	(20.578)	(20.578)
Salários e encargos	(16.430)	2.563	-	(13.867)	(2.771)	(3.101)	-	(5.872)
Serviços contratados de terceiros	(2.855)	(5.343)	-	(8.198)	(1.279)	(1.727)	-	(3.006)
Outras provisões e despesas	-	342	1.862	2.204	-	-	(2.182)	(2.182)
Materiais	(7.551)	-	-	(7.551)	(642)	-	-	(642)
Processos judiciais	-	-	-	-	-	-	(1.070)	(1.070)
Revenda	(35)	-	-	(35)	(129)	-	-	(129)
Ganho/(Perda) na alienação do ativo imobilizado	-	-	2.614	2.614	-	-	5.984	5.984
Provisão REFIS	-	-	-	-	-	-	8.219	8.219
Acordos trabalhistas (i)	-	-	(23.538)	(23.538)	-	-	-	-
Outras despesas	2.963	(3.733)	-	(770)	(3.909)	(753)	1.742	(2.920)
	(23.908)	**(6.171)**	**(14.794)**	**(44.873)**	**(8.730)**	**(5.581)**	**(7.885)**	**(22.196)**

(i) Trata-se dos valores relativos aos custos dos acordos relativos ao Plano de Liquidação Planejada de Execuções Trabalhistas (PPLE) e Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Simões Filho/BA.

24. Receitas e (despesas) financeiras

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	-	-	16	25
	-	**-**	**16**	**25**
Despesas financeiras				
Encargos de empréstimos e financiamentos	-	-	(10.738)	(6.790)
Juros passivos (tributos, fornecedores e outros)	(5.181)	(2.823)	(6.018)	(7.177)
	(5.181)	**(2.823)**	**(16.756)**	**(13.967)**
Resultado financeiro líquido	**(5.181)**	**(2.823)**	**(16.740)**	**(13.942)**

25. Imposto de renda e contribuição social: A conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão demonstrados a seguir:

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(36.869)**	**(35.428)**	**(36.707)**	**(35.325)**
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	**12.535**	**12.046**	**12.480**	**12.011**
Itens de conciliação para determinação da taxa efetiva:				
Resultado de equivalência patrimonial	(6.793)	(13.629)	-	(39)
Despesas não dedutíveis	(111)	2.247	1.451	(4.459)
Outras (adições) exclusões	(5.631)	155	(14.093)	(6.796)
Imposto de renda e contribuição social apurados	**-**	**(356)**	**(162)**	**(458)**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	(356)	(162)	(458)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**-**	**(356)**	**(162)**	**(458)**

Os créditos e débitos tributários diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, entre a base fiscal de ativos e passivos, e seu respectivo valor contábil, bem como para refletir os créditos fiscais decorrentes da reavaliação de ativos e, encontram-se distribuídos da seguinte forma:

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Passivos				
Reavaliação de bens	(3.580)	(3.600)	(3.580)	(3.600)
Passivo fiscal diferido	**(3.580)**	**(3.600)**	**(3.580)**	**(3.600)**

26. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração. A Companhia não possui instrumentos financeiros que possam ser caracterizados por operações com derivativos, conforme Instrução CVM nº 235/95. **26.1. Fatores de risco financeiro:** Os principais riscos inerentes às operações da Companhia e a forma de controle e mitigação, quando aplicáveis, são assim descritos. **Risco de taxa de juros (risco de mercado):** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando mitigar esse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não apresentou exposição relevante ao risco de taxa de juros para que fosse apresentada uma análise de sensibilidade. **Riscos de liquidez:** Risco de a Companhia não possuir recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria. **Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia restringe sua exposição a riscos de créditos associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

27. Outras informações: 27.1. Ações judiciais ativas: Limitação da base de cálculo das contribuições destinadas aos terceiros: Foram propostas ações em nome da Companhia e controladas objetivando a afastar a exigência das contribuições a terceiros (SESI, SENAI, SEBRAE ao INCRA e ao FNDE), em limite superior ao estabelecido pelo artigo 4º, parágrafo único, da Lei nº 6.950/81 (20 salários-mínimos vigentes). As ações ajuizadas pela ATSA tiveram concedida a medida liminar para autorizar o recolhimento das contribuições vincendas, observando o valor limite de vinte salários-mínimos. A ação ajuizada pela ATInfra foi suspensa até julgamento dos Recursos Especiais nºs 1.898.532 e 1.905.870 (Tema 1079) sob o rito dos recursos repetitivos. **27.2. Deferimento de Requerimento de Liquidação Planejada de Execuções Trabalhistas:** A Companhia tem honrado com os compromissos assumidos quando da homologação do PPLE, em 16 de setembro de 2020, e vêm obtendo êxito no afastamento de novos bloqueios judiciais de suas contas e recebimentos, trazendo nova tranquilidade para a condução de seus compromissos financeiros e gestão de seu fluxo de caixa. Ainda haverá uma audiência com a possibilidade de redução do total devido, sendo que neste momento, não é possível a mensuração do possível benefício patrimonial final. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia já havia pagado as primeiras 04 parcelas de um total de 36. **27.3. Acordo I - Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Simões Filho/BA:** Em 29 de julho de 2020 a Companhia firmou acordo judicial com o Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Simões Filho/BA, pondo fim a 92 (noventa e duas) reclamações trabalhistas e com sucesso negociando o pagamento parcelado dessa dívida em 16 (dezesseis) parcelas mensais, em montantes condizentes com sua previsão de fluxo de caixa, afastando o risco de bloqueios judiciais com relação às mesmas. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia já havia pagado as primeiras 04 parcelas de um total de 16. **27.4. Acordo II - Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Simões Filho/BA:** Em 13 de outubro de 2020 a Companhia firmou acordo judicial com o Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Simões Filho/BA, pondo fim a 173 (cento e setenta e três) reclamações trabalhistas e com sucesso negociando o pagamento parcelado dessa dívida em 20 (vinte) parcelas mensais e escalonadas, em montantes condizentes com sua previsão de fluxo de caixa, afastando o risco de bloqueios judiciais com relação às mesmas, ficando a primeira parcela programada para 10 de janeiro de 2021. **27.5. Mútuos com Rocket Empreendimentos e Participações S.A.:** O mútuo junto à Rocket, que em 05 de outubro de 2020 foi objeto do quarto Aditamento, para aumentar a linha de crédito para R$8.000, acabou sendo convertido em capital. Adicionalmente, em 01 de dezembro de 2020, a Rocket disponibilizou à Companhia um novo mútuo até o valor de R$5.000, sendo que até 31 de dezembro de 2020 a Companhia não solicitou qualquer valor sob o mesmo. Sobre o valor efetivamente desembolsado, incidirão encargos financeiros correspondentes à 100% da variação do CDI entre a data do desembolso e a data da liquidação a serem pagos em até 24 meses. **27.6. Mudança do controle final da Companhia:** Conforme Fato Relevante divulgado em 19 de outubro de 2020, o acionista controlador da Azevedo & Travassos S.A., Rocket Empreendimentos e Participações S.A. sofreu alteração de sua base acionária através de aumento de Capital Social, por meio do qual a Nemesis Brasil Participações S.A. passou a deter 57,96% de seu Capital Social e votante. **27.7. Efeitos da pandemia do Coronavírus nas atividades da Companhia:** A Companhia segue com suas obras em andamento e seus escritórios trabalhando normalmente (parte dos colaboradores in loco e parte de "home-office"), sempre com medidas preventivas e protetivas. Segundo apurado pela Administração, ao longo de 2020, a Companhia registrou 22 (vinte e dois) confirmações, com o respectivo afastamento, havendo somente 01 (um) caso de internação, mas sem óbito. Em resposta ao possível impacto econômico advindo da evolução do Covid-19, a Administração obteve êxito na negociação dos necessários ajustes financeiros em seus contratos junto aos seus clientes, reequilibrando os mesmos. Adicionalmente está tomando medidas imediatas para preservar sua posição financeira, tais como: preservação do caixa, contenção de despesas e negociação de dívidas. Apesar de até o presente momento não ser possível uma mensuração exata dos possíveis impactos do Covid-19 no ambiente econômico, a Administração entende que não foram observados impactos que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2020. Devido à complexidade sobre a economia global, a Companhia prosseguirá monitorando, diariamente, os impactos desta pandemia no desenvolvimento dos seus negócios.

28. Eventos subsequentes: Alteração Acionária do Controlador Final da Companhia: Conforme divulgado em Comunicado ao Mercado, de 05 de janeiro de 2021, a empresa Nêmesis Brasil Participações S.A., mediante negociações realizadas durante o aumento de capital homologado em 23 de dezembro de 2020, passou a deter 9,326% das ON e 24,442% das PN, equivalente a 19,404% do novo capital social. Posteriormente, conforme divulgado em Comunicado ao Mercado, de 01 de março de 2021, a empresa Nêmesis Brasil Participações S.A., mediante negociações realizadas, passou a deter 8,084% das ON e 18,937% das PN, equivalente a 15,319% do novo capital social. **Obtenção de Certidão Relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União:** Conforme divulgado em Comunicado ao Mercado de 28 de janeiro de 2021, a Companhia obteve com êxito a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federa do Brasil (CND). **Formalização de Novo Contrato de Empreitada:** Conforme divulgado em Comunicado ao Mercado, de 10 de fevereiro de 2021, a Companhia celebrou contrato de empreitada com Nari Brasil Holding Ltda., no montante total de R$9.732. **Apresentação de Carta Proposta para Aquisição de uma Unidade Produtiva Isolada - UPI:** Conforme divulgado em Fato Relevante, de 15 de fevereiro de 2021, a Companhia assinou Carta Proposta através da qual se dispõe a apresentar uma proposta-âncora (*stalking horse*) para a aquisição de uma Unidade Produtiva Isolada-UPI no âmbito do processo de recuperação judicial da UTC Participações S.A., composta pela empresa Heftos Óleo e Gás Construções S.A. e ativos a ela relacionados. **Estudos Preliminares Relativos ao potencial Aumento de Capital:** Conforme divulgado em Fato Relevante, de 22 de fevereiro de 2021, a Companhia comunicou que está estudando, no âmbito de seu processo de capitalização, a possibilidade de realizar um novo aumento de seu capital social, mediante a subscrição privada de novas ações ordinárias e preferenciais de sua emissão, a serem integralizadas em moeda corrente nacional e por meio da capitalização de créditos. **Aumento do Capital da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.:** Como resultado do aumento de capital aprovado e homologado na Azevedo & Travassos S.A., bem como por consequência de movimentações contábeis anteriores ao exercício atual, a Companhia fechou o exercício com um saldo intercompany de R$33.475 (trinta e três milhões e quatrocentos e setenta e cinco mil reais) em aberto com a sua subsidiária Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. Desta forma, em março de 2021, foi realizado um aumento de capital de R$34.500.000,00 (trinta e quatro milhões e quinhentos mil de reais) da Azevedo & Travassos S.A. na Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., aumentando seu capital social de R$16.410.500,00 (dezesseis milhões, quatrocentos e dez mil e quinhentos reais) para R$50.910.500,00 (cinquenta milhões, novecentos e dez mil e quinhentos reais). **Venda da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.:** Conforme divulgado ao mercado via Fato Relevante em 25/03/2021, a Companhia celebrou um Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, por meio do qual alienou a totalidade de sua participação societária detida na Azevedo & Travassos Engenharia Ltda (ATE). Uma vez que as atividades operacionais da ATE estavam suspensas desde 2018, a alienação desta subsidiária não impacta o desenvolvimento das operações da Companhia e de sua outra subsidiária, Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda., que continuará desempenhando suas atividades operacionais normalmente. A venda da ATE, ora consolidada, permitirá à Companhia anular o impacto negativo da consolidação de seu resultado na Companhia. O Comprador garantiu que possui plena capacidade para celebrar a aquisição da ATE, assim como possui recursos suficientes para cumprir com todas suas obrigações financeiras assumidas em contrato, especialmente a obrigação de manter a Companhia indene de passivos da ATE não assumidos pela Companhia.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Gabriel Antonio Soares Freire Junior - Presidente

Ricardo de Almeida Pimentel Mendes - Conselheiro

Guilherme Pimentel Mendes de Carvalho - Conselheiro

DIRETORIA

Ivan de Carvalho Junior - Diretor Presidente

Bernardo Negredo Mendonça de Araujo - Diretor Executivo e de Relações com Investidores

Bernardino de Almeida Pimentel Mendes - Diretor Executivo

CONTADOR

Fabio Roberto Benvindo - CRC 1SP 255684/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Azevedo & Travassos S.A. - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Azevedo & Travassos S.A. ("Companhia")**, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Azevedo & Travassos S.A.** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accouting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Continuidade operacional:** As demonstrações contábeis da Companhia apresentam saldos negativos de capital circulante negativo e patrimônio líquido (passivo a descoberto) por conta dos prejuízos apurados nos últimos exercícios. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.3 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia está reestruturando suas atividades e as principais ações estão descritas na referida nota. Este assunto foi considerado significativo para nossa auditoria tendo em vista que a análise do pressuposto de continuidade no cenário atual é bastante sensível. **Resposta da auditoria sobre o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Reuniões com a administração da Companhia para entendimento das ações que estão sendo tomadas para a sua reestruturação; • Obtenção de representação formal dos controladores quanto a eventuais necessidades de caixa; e • Avaliação quanto a preparação e divulgação efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em relação às regras aplicáveis. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos adequados os registros contábeis e as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Provisão para contingências e obrigações tributárias:** De acordo com a Nota Explicativa nº 20 às demonstrações contábeis, a Companhia e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista e tributária, que surgem no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui registrados a título de provisão os valores de R$ 5.031 mil e R$ 30.312 mil na controladora e no consolidado, respectivamente. As situações em que as perdas são consideradas possíveis são objeto de divulgação e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas. No exercício de 2020, a Companhia realizou diversos acordos trabalhistas que estão refletidos nessa mesma rubrica. Adicionalmente, conforme Nota Explicativa nº 18, a Companhia possui diversas obrigações tributárias em atraso, que resultaram em parcelamentos REFIS e PERT. Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos, além do julgamento na avaliação das estimativas. **Resposta da auditoria ao assunto:** Considerando a relevância dos valores envolvidos e a necessidade de julgamento crítico em relação à probabilidade de perda nas discussões judiciais, qualquer mudança de prognóstico e/ou julgamento pode trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia. Nossos procedimentos de auditoria incluíram: • Obtenção de confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia para os processos em andamento, bem como a respectiva avaliação de valores e probabilidade de perda; • Envolvimento dos nossos especialistas das áreas tributária e trabalhista para recálculo e validação dos parcelamentos existentes e acordos realizados; • Avaliação da adequação das divulgações na nota explicativa. No decorrer de nossa auditoria, identificamos certos ajustes que foram registrados nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas, considerando a incerteza inerente a questões legais, determinamos que as provisões estão apropriadas. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado (DVA):** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2021.

BDO **BDO RCS Auditores Independentes SS** - **CRC 2 SP 013846/O-1**

Julian Clemente - **Contador CRC 1 SP 197232/O-6**

Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A.

CNPJ nº 42.591.651/0001-43

Relatório da Administração 2020

DESTAQUES

- As vendas comparáveis do Sistema Arcos Dourados tiveram uma queda de apenas 21,8% no total do ano quando comparado a 2019, mesmo após os efeitos da pandemia Covid-19 que inclui quedas acima de 40% em abril e maio, início do processo de *lockdown* e quarentena.

- Estas vendas foram alavancadas pelos segmentos de *Drive-Thru* e *Delivery*, que tiveram crescimento sobre o ano anterior nos duplos e triplos dígitos, respectivamente.

- A Plataforma Digital representou praticamente a metade das vendas do ano, com forte crescimento nos pedidos por meio de aplicativos, no segmento de *Delivery* e *Marketing* Digital.

- Implementamos o Programa McProtegidos rapidamente em todos nossos restaurantes no país, fortalecendo nossos reconhecidos procedimentos de higiene e segurança alimentar, visando assegurar ainda mais a proteção dos nossos funcionários e clientes.

- Além de cuidar das nossas pessoas implementamos um plano de redução de custos, despesas e investimentos, bem como iniciativas de gestão de caixa para proteger a viabilidade do negócio.

- Dada a necessidade de redução das saídas de caixa, reduzimos nossas despesas com investimentos de R$564,6 milhões em 2019, para R$214,4 milhões em 2020, com o objetivo de conservar caixa para a Companhia.

- Em 2020, tivemos um prejuízo líquido de R$218,2 milhões, comparado a um lucro líquido de R$34,2 milhões em 2019.

	2020	2019	Variação
Destaques Financeiros (em R$ mil)			
Receita Operacional Líquida	4.016.237	5.062.219	(1.045.982)
Resultado Operacional	178.182	481.825	(303.643)
Lucro Líquido	(218.205)	34.202	(252.407)
Destaques Operacionais			
Total de Restaurantes próprios	**610**	**612**	**(2)**
Restaurantes *In Store + Free Standing*	341	342	(1)
Restaurantes *Food Court + Mall Store*	269	270	(1)
Total de Restaurantes Franqueados	**410**	**411**	**(1)**
Restaurantes *In Store + Free Standing*	212	212	–
Restaurantes *Food Court + Mall Store*	198	199	(1)
Vendas comparáveis (mesmos restaurantes)	**(21,8)%**	**9,7%**	**(31,6)pp**

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Iniciamos 2020 com um desempenho excepcional e um ritmo de vendas fortíssimo no primeiro bimestre, mas cuja sequência foi impactada pela pandemia. Os meses seguintes, dentro do primeiro semestre, serviram para aplicarmos nossos ajustes e nos reposicionarmos diante de um cenário imprevisível e surpreendente, no qual focamos em proteger o negócio e nossas pessoas. Assim, com nosso programa de prevenção chamado McProtegidos e com apoio maciço de nossos Franqueados e Fornecedores, conseguimos seguir operando (dentro das possibilidades e restrições impostas pelos governos de cada região) de forma segura e entregando uma comida de qualidade, controlando as finanças e mantendo os empregos.

Buscamos ser parte ativa da busca por uma solução. Por essa razão, por meio do McObrigado, fizemos mais de 100 mil doações de alimentos para profissionais da saúde e forças de segurança. Também entregamos mais de 50 toneladas de ingredientes como pão, tomate, ovos e carne para entidades que combatem a fome.

Vale ressaltar também que otimizamos nosso menu, criamos formas de relacionamento e pagamento que facilitaram a vida dos consumidores, apresentamos novas propostas de sabor e, com isso, conseguimos, gradualmente, recuperar as finanças no segundo semestre. Nossa operação focada nas "3 D's"- *Drive-Thru, Delivery e Digital* - foi de extrema relevância e se mostrou uma grande fortaleza para manter a Companhia saudável.

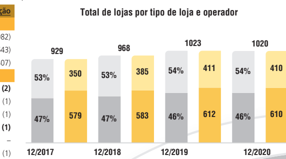
Chegamos ao final do ano mais fortes e preparados para os próximos desafios, com os resultados financeiros consolidando nossa recuperação e comprovando que tomamos as melhores decisões possíveis, mesmo diante das adversidades impostas pelo cenário mundial.

VENDAS E REDE DE RESTAURANTES

Conforme reportado, em 2020 tivemos uma redução de receita em 20,2%, devido ao impacto da pandemia COVID-19. As vendas comparáveis em todo o sistema diminuíram 21,8%, com uma forte melhora sequencial ao longo do ano, começando em maio. Trimestralmente, tivemos vendas comparáveis de (6,0)%, (46,3)%, (26,2)% e (10,6)%, em ordem cronológica. Comparados com os valores para o mesmo período do Instituto Foodservice Brasil (IFB), que já incluem os resultados da Companhia foram de (5,9)%, (49,3)%, (27,5)% e (13,6)%. Tanto nesta comparação, como em diversas outras, podemos notar uma recuperação mais acelerada da Companhia em relação ao mercado, fruto dos esforços comentados anteriormente.

Em 2020, tivemos que pausar nosso plano de expansão, dadas as condições adversas. Desta forma, diminuímos o número de aberturas planejado, o que implica na situação demonstrada no gráfico ao lado. Como podemos observar, nossa situação neste período de incertezas foi suportada pela grande participação de lojas *In Store* e *Free Standing* (54%, ou 553 lojas). Destes, grande maioria deles retornou a um crescimento comparável positivo nos últimos meses do ano.

Total de lojas por tipo de loja e operador



Em relação aos restaurantes localizados em shoppings (denominados *Food Court + Mall Stor*es*), dadas as restrições locais de cada estado e município, durante boa parte do ano, estes ficaram não operacionais, chegando a perdas significativas sobre as vendas do ano anterior.

Fomos fortemente impulsionados pelos nossos avanços em vendas por meios digitais em 2020, como *Delivery*, com a implementação de novas funcionalidades, como a capacidade de interagir com a marca pelo *WhatsApp* ("MéquiZap"), e o "Méqui sem Fila", permitindo a compra e pagamento adiantados do pedido, para retirada em loja. Este movimento colaborou para melhorar o nível de vendas durante os meses iniciais da pandemia, e a alcançarmos os níveis de recuperação comentados anteriormente nos meses finais do ano de 2020.

CMV, CUSTOS COM VENDAS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Neste ano, nosso CMV chegou a 35,3% das vendas, uma melhora de 1,6pp quando comparado a 2019 fruto da boa gestão da cadeia de suprimentos, um programa de *hedging* de exposição às moedas nos produtos importados, a simplificação do menu dentre outras medidas.

Neste mesmo período, nossas despesas com venda alcançaram 33,3% das vendas, um crescimento de 1,9pp quando comparado aos valores de 2019 (31,5%). Este impacto ocorre pela grande queda das vendas, o que aumentou a participação das despesas fixas dentro das despesas com vendas. Este efeito foi reforçado por uma maior participação do segmento *Delivery* no total das vendas, e por consequência, uma maior despesa com a taxa dos operadores deste segmento.

Já nossas despesas gerais e administrativas totalizaram R$995 milhões, uma queda de R$60,8 milhões, ou de 5,8%, quando comparado a 2019. Esta queda foi resultado dos planos para redução de despesas, como citado anteriormente, e as medidas adicionais de contenção de despesas que tivemos este ano de 2020.

ENDIVIDAMENTO

Com todo o contexto deste ano, o endividamento da Companhia aumentou no ano de 2020, dada a necessidade de caixa para a superação do momento inicial da pandemia, no segundo trimestre. Desta forma, e considerando em conjunto os endividamentos com instituições financeiras e *Intercompany*, o endividamento total foi de R$1.497 milhões em 2019, para R$1.959 milhões em 2020, um aumento de R$462 milhões, ou 30,9%.

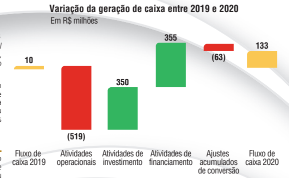
INVESTIMENTOS

Como comentado anteriormente, dado todo o contexto de 2020 e a necessidade de controlar o caixa da Companhia, nosso plano de expansão foi adiado, diminuindo o número de aberturas para 4, comparado com 56 em 2019. Desta forma, nossos investimentos caíram de R$564,6 milhões em 2019, para R$214,4 milhões em 2020. Mesmo com esta redução, já aproveitando os sinais positivos recebidos do mercado no último trimestre de 2020, estamos trabalhando na retomada do nosso plano de expansão, com um mínimo de 32 aberturas, principalmente no formato *Free Standing*, já planejadas para 2021.

FLUXO DE CAIXA

No ano de 2020, tivemos uma geração de caixa de R$133,3 milhões comparado a uma geração de caixa de R$10,2 milhões em 2019. Esta movimentação tem origem principalmente em uma forte redução nos resultados operacionais, com uma redução na geração de caixa de R$519 milhões em 2020, decorrente dos pontos comentados anteriormente, entre fechamentos temporários de lojas, e reduções no nível médio do consumo. Para efeitos de caixa, esses valores são compensados e superados com uma redução de R$350 milhões nas saídas de caixa relacionadas a investimentos, e a captação de R$497 milhões de empréstimos com partes relacionas, comparado a uma captação de R$60 milhões a este título em 2019. O gráfico abaixo explica as variações ocorridas no fluxo de caixa entre 2019 e 2020.

Variação da geração de caixa entre 2019 e 2020
Em R$ milhões



GLOSSÁRIO

CMV: Custo de Mercadoria Vendida.

Delivery: Segmento de vendas, por meio de aplicativo próprio ou de terceiros (iFood, Rappi, Uber Eats, B2W e 99), onde o cliente define o ponto de entrega do pedido.

Drive-Thru: Segmento de vendas onde o cliente faz e recebe o pedido diretamente do seu veículo.

IFB: Sigla para Instituto Foodservice Brasil, união que representa empresas do mercado de Alimentação fora do lar.

Tipos de Lojas: Caracterização das lojas, baseada em seus aspectos físicos, conforme lista abaixo:

Food Courts: Loja definida principalmente pela localização, interna a shoppings, supermercados, aeroportos, entre outros, e por não ter presente área própria para refeições, sendo utilizadas mesas compartilhadas com outros restaurantes.

Mall Stores: Loja definida principalmente pela localização interna a shoppings, supermercados, aeroportos, entre outros, e por ter presente área própria para refeições.

Free Standing: Loja com estrutura física externa, e presença de *Drive-Thru*, estacionamento próprio, entre outras comodidades.

In Store: Loja com acesso direto a via pública, espaço interno e próprio para realização de refeições, sem a presença de *Drive-Thru*, ou de estacionamento próprio.

Plataforma Digital: Plataforma de vendas que inclui Vendas pelos Aplicativos (Próprios e de Parceiros), e Quiosques automatizados (*"NGK"*).

Sistema Arcos Dourados: Conjunto dos restaurantes McDonald's operados pela Arcos Dourados, e os restaurantes McDonald's operados pelos sub-franqueados.

Vendas Comparáveis: Métrica chave para análise do nosso resultado, é um indicativo do sucesso de nossas iniciativas, além da economia local, tendências da competição e de nosso consumidor. As vendas comparáveis são impulsionadas por mudanças no tráfego de clientes e ticket médio, que é dependente de mudanças no preço e no mix de produtos. Aumentos ou decaimentos nas vendas comparáveis representam a mudança percentual nas vendas em relação ao ano passado para todos os restaurantes em operação por no mínimo treze meses, incluindo aqueles que ficaram fechados de maneira temporária menos de um ano. Algumas das razões pelas quais um restaurante pode ficar fechado incluem reformas, reconstruções, obras na via de acesso e desastres naturais. Em respeito aos restaurantes que tiveram mudanças em seus operadores, as vendas dos últimos meses são reclassificadas, de acordo com a nova categoria da operação quando reportadas vendas comparáveis. Com isto, podem existir diferenças entre os valores utilizados para o cálculo da venda comparável, e o resultado de operações para o mesmo período. Nós reportamos este valor com base em uma análise de meses, e, portanto, a comparabilidade de um mês pode ser afetada pelo mix de dias. O número de dias úteis, finais de semana, e o *timing* dos feriados em um período pode impactar as vendas comparáveis de maneira positiva ou negativa.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota explicativa	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2019
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	**259.153**	125.845	156.396
Contas a receber	5	**306.639**	241.351	299.701
Estoques	6	**42.346**	48.700	106.175
Tributos a recuperar	7	**88.880**	174.417	223.917
Instrumentos financeiros derivativos	23	**3.648**	–	–
Despesas antecipadas e outros		**39.182**	19.025	34.527
Total do ativo circulante		**739.848**	609.338	820.716
Não circulante				
Partes relacionadas	14	**5.728**	5.414	5.813
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	**227.248**	167.415	77.104
Tributos a recuperar	7	**64.770**	84.548	84.548
Instrumentos financeiros derivativos	23.d	**427.587**	164.960	164.960
Contas a receber	5	**2.025**	1.607	2.350
Adiantamento à fornecedores	6	**38.969**	21.969	29.460
Outros ativos		**618**	829	829
Depósitos judiciais	17	**234.105**	236.776	236.776
Investimentos	10	**540**	119.270	–
Imobilizado	8	**1.840.241**	1.888.740	2.397.880
Intangível	9	**103.056**	113.998	144.854
Direito de uso	3	**2.316.087**	2.039.482	2.116.355
Total do ativo não circulante		**5.260.974**	4.845.008	5.260.929
Total do ativo		**6.000.822**	5.454.346	6.081.645

Passivo	Nota explicativa	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2019
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	11	**11.479**	41.365	55.032
Fornecedores	12	**397.402**	396.348	562.254
Salários e encargos sociais	13	**183.672**	209.168	265.189
Partes relacionadas	14	**52.220**	52.220	52.220
Impostos e contribuições sociais a recolher	15	**179.107**	229.689	252.620
Instrumentos financeiros derivativos	23.d	**7.088**	22.041	22.041
Passivo de arrendamento mercantil	3	**112.362**	92.254	108.422
Outros passivos		**73.073**	25.625	28.714
Total do passivo circulante		**1.016.403**	1.068.710	1.346.492
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	11	**36.615**	42.299	42.299
Partes relacionadas	14	**1.858.577**	1.361.137	1.631.912
Provisão para demandas judiciais	17	**146.207**	126.698	130.944
Instrumentos financeiros derivativos	23.d	**67.864**	14.480	14.480
Passivo de arrendamento mercantil	3	**2.342.666**	2.005.023	2.075.856
Outros Passivos		**42.393**	41.672	45.335
Total do passivo não circulante		**4.494.322**	3.591.309	3.940.826
Patrimônio líquido				
Capital social	19	**358.789**	376.752	376.752
Reserva de lucro	19	**96.688**	406.360	406.360
Outros resultados abrangentes	19	**34.620**	11.215	11.215
Total do patrimônio líquido		**490.097**	794.327	794.327
Total do passivo e patrimônio líquido		**6.000.822**	5.454.346	6.081.645

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota explicativa	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2019
Receita operacional líquida	20	**4.491.057**	5.627.841	7.172.634
Custo dos produtos vendidos	21	**(1.417.722)**	(1.867.861)	(2.430.686)
Lucro bruto		**3.073.335**	3.759.980	4.741.948
(Despesas) receitas operacionais				
Despesas com vendas	21	**(1.338.664)**	(1.593.646)	(2.111.439)
Gerais e administrativas	21	**(995.051)**	(1.055.830)	(1.473.370)
Depreciação e amortização		**(431.269)**	(370.910)	(454.097)
Outros resultados operacionais		**(120.869)**	(132.632)	(173.153)
Resultado de equivalência patrimonial	10	**(9.300)**	(125.137)	–
		(2.895.153)	(3.278.155)	(4.212.059)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**178.182**	481.825	529.889
Resultado financeiro líquido	22	**(443.172)**	(342.951)	(346.441)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos		**(264.990)**	138.874	183.448
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	16	**46.785**	(104.672)	(149.246)
Lucro líquido do exercício		**(218.205)**	34.202	34.202

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	Controladora e Consolidado 2020	Controladora e Consolidado 2019
Lucro líquido do exercício	**(218.196)**	34.202
Outros resultados abrangentes:		
Valor justo de *Hedge* de fluxo de caixa	**(35.754)**	(14.224)
Ajustes acumulados de conversão	–	1.699
Efeito de imposto de renda e contribuição social diferidos	**12.349**	4.836
Resultado abrangente do exercício	**(241.601)**	26.513

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Controladora e Consolidado	Capital social	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018	376.752	393.718	18.904	–	789.374
Lucro líquido do exercício	–	–	–	34.202	34.202
Juros sobre capital próprio (Nota 19)	–	–	–	(30.698)	(30.698)
Efeitos adoção CPC 47 (01/01/2019)					
Valor justo de *Hedge* de fluxo de caixa	–	–	(9.388)	–	(9.388)
Ajustes acumulados de conversão	–	–	1.699	–	1.699
Efeitos da hiperinflação - CPC 42 - Arcos Dourados Argentina (Nota 10)	–	9.138	–	–	9.138
Transferência para reserva de lucros	–	3.504	–	(3.504)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2019	376.752	406.360	11.215	–	794.327
Lucro líquido do exercício	–	–	–	**(218.205)**	**(218.205)**
Integralização de capital	**128.864**	**(128.864)**	–	–	–
Redução de capital	**(146.827)**	**37.397**	–	–	**(109.430)**
Valor justo de *Hedge* de fluxo de caixa	–	–	**23.405**	–	**23.405**
Transferência para reserva de lucros	–	**(218.205)**	–	**218.205**	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**358.789**	**96.688**	**34.620**	–	**490.097**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

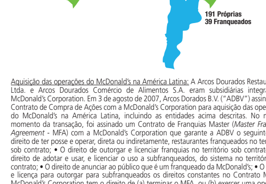
	Nota explicativa	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício		**(218.205)**	34.202	34.202
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	8 e 9	**250.289**	205.565	279.182
Amortização direito de uso (arrendamento)	3	**180.979**	165.345	174.915
Resultado na baixa de imobilizado	8 e 9	**10.647**	13.530	33.696
Registro de imposto de renda diferido	16.1	**(59.833)**	(3.673)	14.839
Provisão para demandas judiciais	17	**86.787**	95.382	98.991
Reversão de provisão para demandas judiciais	17	**(13.109)**	(42.086)	(49.865)
Juros, variações monetárias e AVP sobre arrendamentos	3	**247.242**	211.802	236.822
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	**742**	(88)	(219)
Provisão para obsolescência de brinquedos	6	**213**	186	1.789
Resultado de equivalência patrimonial	10	**9.300**	125.137	–
		495.052	805.302	824.352
(Aumento) redução dos ativos operacionais:				
Contas a receber		**(66.448)**	(38.247)	(39.623)
Estoques		**6.141**	(1.963)	(15.886)
Tributos a recuperar		**105.315**	11.391	12.977
Despesas antecipadas e outros		**(36.946)**	(3.351)	(8.405)
Depósitos judiciais		**2.671**	(16.992)	(16.992)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:				
Fornecedores		**13.994**	46.939	63.664
Salários e encargos sociais		**(25.496)**	18.018	13.148
Obrigações tributárias		**(50.582)**	28.319	30.690
Pagamentos de demandas judiciais	17	**(54.169)**	(64.648)	(64.648)
Instrumentos financeiros derivativos	23.d	**(204.439)**	(23.666)	(23.666)
Outros passivos		**48.169**	(8.771)	(10.539)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais		**233.262**	752.331	765.072
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	8 e 9	**(214.435)**	(564.570)	(720.467)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento		**(214.435)**	(564.570)	(720.467)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Captação/pagamento de empréstimos junto a partes relacionadas		**497.126**	60.149	251.027
Captação/pagamento de empréstimos e financiamentos		**(35.570)**	18.575	32.242
Pagamentos de passivos de arrendamentos		**(347.075)**	(319.351)	(343.814)
Aumento (diminuição) caixa líquido gerado das atividades de financiamento		**114.481**	(240.627)	(60.545)
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa antes dos ajustes acumulados de conversão		**133.308**	(52.866)	(15.940)
Ajustes acumulados de conversão		–	63.092	10.837
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa após os ajustes acumulados de conversão		**133.308**	10.226	(5.103)
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício		**125.845**	115.619	161.499
No final do exercício		**259.153**	125.845	156.396
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		**133.308**	10.226	(5.103)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais (2020 e 2019) e consolidadas (2019).

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A. ("Arcos" ou "Companhia"), localizada na Alameda Amazonas, 253, Barueri, SP, tem como atividade preponderante a comercialização, no varejo, de produtos alimentícios nos restaurantes McDonald's. A Companhia é uma subsidiária da Arcos Dourados Holding Inc., empresa listada na *New York Stock Exchange ("NYSE")*. Em 31 de dezembro de 2020 dispunha de 1.020 lojas no Brasil (1.023 Brasil e 230 Argentina em 2019).



Aquisição das operações do McDonald's na América Latina: A Arcos Dourados Restaurantes Ltda. e Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A. eram subsidiárias integrais da McDonald's Corporation. Em 3 de agosto de 2007, Arcos Dorados B.V. ("ADBV") assinou um Contrato de Compra de Ações com a McDonald's Corporation para aquisição das operações do McDonald's na América Latina, incluindo as entidades acima descritas. No mesmo momento da transação, foi assinado um Contrato de Franquias Master (*Master Franchise Agreement* - MFA) com a McDonald's Corporation que garante a ADBV o seguinte: • O direito de ter posse e operar, direta ou indiretamente, restaurantes franqueados no território sob contrato; • O direito de outorgar e licenciar franquias no território sob contrato; • O direito de adotar e usar, e licenciar o uso a subfranqueados, do sistema no território sob contrato; • O direito de anunciar ao público que é um franqueado da McDonald's; • O direito e licença para outorgar para subfranqueados os direitos constantes no Contrato Master. McDonald's Corporation tem o direito de (a) terminar o MFA, ou (b) exercer uma opção de compra sobre as ações da ADBV, se a ADBV (i) falhar na operação do sistema McDonald's, (ii) ter decretada falência, (iii) falhar com o pagamento de suas dívidas financeiras, (iv) falhar relevantemente no atingimento dos requerimentos de abertura e reinvestimento ou (v) incorrer em outro evento de falta conforme definido no MFA.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro de 2020 e 2019 e consolidado 2019 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e são aplicáveis às informações comparativas de 31 de dezembro de 2019. Em conformidade com a OCPC 07/CTG 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil Financeiros de Propósito Geral, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos, e estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Companhia. Cada entidade da Companhia determina sua própria moeda funcional e, naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o Real na data do fechamento. Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como número de restaurantes, não foram objeto de auditoria, ou revisão por parte de nossos auditores independentes. As demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pela Diretoria em 07 de abril de 2021. **2.2. Efeitos da pandemia Covid-19:** Em 2020 o Mundo passou por um cenário de pandemia Covid-19 e diante disso a Companhia acompanhou e tem acompanhado o tema para tomar as melhores decisões e oferecer bem-estar, segurança para seus colaboradores, clientes, parceiros e cuidados econômico-financeiro. Definimos políticas e ações para proteger nossos colaboradores, clientes e parceiros da disseminação do vírus e adotamos medidas como fechamento temporário do salão de todos os restaurantes no Brasil a partir do dia 23 de março de 2020; atendimento aos clientes exclusivamente pelo *delivery* e *drive-thru*; adaptação das instalações dos restaurantes para dispor de mais espaço e segurança para os clientes que fazem pedidos para viagem; instalação de placas de acrílico nas janelas do *drive-thru*; disponibilização de produtos para higienização das mãos e mochilas dos parceiros de *delivery;* reforço no protocolo de limpeza dos restaurantes e higienização das mãos de nossos colaboradores; distribuição de kits de prevenção (máscaras e álcool gel) e adoção de *home office* para os colaboradores do corporativo. A Companhia acessou linhas de crédito junto aos Bancos (Nota 11), bem como em alinhamento com os governos locais e sindicatos, minimizou seus custos e ao mesmo tempo proporcionou suporte aos seus colaboradores. Renegociou os prazos de pagamento e aumentou a parceria junto a instituição financeira para antecipação de pagamentos aos fornecedores (Nota 12). Para reduzir os custos fixos negociou seus contratos de aluguéis fixos e mínimo para pagamento variável atrelados às vendas dos restaurantes (Nota 3). A reabertura dos restaurantes para o público foi realizada de acordo com a deliberação do governo local, com otimização do cardápio e com metade das mesas vetadas aos clientes para garantir o distanciamento social conforme orientação da OMS. Diante da crise gerada pela pandemia Covid-19 e de seus impactos nos negócios, a Companhia trabalhou e continua trabalhando com foco para superar todas as dificuldades temporárias tendo sempre como prioridade a segurança de seus colaboradores, clientes e parceiros, e o acompanhamento de sua saúde financeira e resultados. Não foram identificados efeitos significativos que coloquem em dúvida a continuidade das operações da Arcos. **2.3. Base para consolidação:** As demonstrações consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2019, sendo estas:

Razão social	País sede	Participação
Arcos Dorados Argentina S.A.	Argentina	99,99%
Arcos Brapa S.A.	Panamá	100%

As controladas foram totalmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta, a data em que a Companhia obtém o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixar de existir. Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da Controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas, individualmente e consolidadas, todas as demonstrações foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os saldos e transações intragrupo e eventuais receitas e despesas não realizadas resultantes de transações intragrupo são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, resultantes de transações com investidas avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na medida da participação detida pela Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas apenas na medida em que não existam evidências de perda no valor recuperável. Os principais procedimentos de consolidação são: • Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; • Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas; e • Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Em março de 2020 foi realizado a redução de capital na participação da Arcos Dourados Argentina S.A. em sua totalidade conforme Ata publicada em 13/03/2020 e as demonstrações financeiras de 2020 passam a ser somente individuais (Notas 10 e 19, item c) e a Arcos Dorados Argentina S.A. passa a reportar diretamente para a LatAm, LLC. **2.4. Conversão de moedas estrangeiras:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. Em junho de 2018, o Instituto Nacional de Estatística e Censos da Argentina (INDEC) publicou os dados do índice de preços no atacado de maio de 2018, o qual tem sido publicado de forma consistente na Argentina e utilizado como base para acompanhamento da inflação no país. Com base na publicação, a qual indicou que a inflação acumulada nos últimos 3 anos ultrapassou 100%, a Argentina passou a ser considerada uma economia hiperinflacionária. Desta forma, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária passou a ser requerida. De acordo com o CPC 42/NBC TG 42/IAS 29 - Contabilidade em Economia Hiperinflacionária, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de controladas que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice de preços ao consumidor. Como consequência do exposto acima, a Companhia aplicou os conceitos do CPC 42/NBC TG 42/IAS 29 para a sua controlada na Argentina. Os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico e o patrimônio líquido da controlada na Argentina foram atualizados pela inflação. **2.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. **2.6. Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes:** Os ativos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de realização ou que se pretenda vender ou consumir no prazo de doze meses a partir das datas dos balanços, são classificados como ativos circulantes. Os passivos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de liquidação no prazo de doze meses a partir das datas dos balanços são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos (inclusive impostos diferidos) são classificados como "não circulantes". Todos os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como ativos ou passivos não circulantes, líquido por entidade consolidada. Outros ativos e créditos são demonstrados pelo custo, incluindo, quando aplicável, atualizações contratuais, líquidas de provisões para refletir os valores de realização, quando necessário. **2.7. Benefícios a empregados:** As participações dos empregados são calculadas com base no acordo do Programa de Participação nos Resultados firmado com o Sindicado dos trabalhadores das empresas de refeições coletivas, refeições rápidas (*fast food*) e afins e é calculada com base em metas de resultado estipuladas em referido acordo. **2.8. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Nas hipóteses em que a Companhia tem a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão como, por exemplo, em virtude de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo à parte, mas somente quando é praticamente certo. A despesa relacionada à eventual provisão é apresentada no resultado líquida do eventual reembolso. **2.9. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas:** A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício. Porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais do valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou os seguintes julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: a) Perda do valor recuperável do ágio: A Companhia testa anualmente se os ágios sofreram alguma perda de acordo com a política contábil descrita na Nota 9 e o CPC 01 (R1)/NBC TG 01 (R4)/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Os valores de recuperação das unidades geradoras de caixa foram apurados com base em projeções e cálculos do valor recuperável e indicadores de mercado. b) Impostos sobre a renda: Existem incertezas quanto à interpretação da complexa regulamentação fiscal e quanto ao valor e momento do lucro real futuro. Em virtude da natureza e complexidade dos negócios da Companhia, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas podem acarretar ajustes futuros nas receitas e despesas de imposto de renda já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas razoáveis, para as eventuais consequências de fiscalizações das autoridades tributárias. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela Companhia contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem referir-se a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da Companhia. São reconhecidos o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável contra o qual os prejuízos possam ser utilizados. A definição do valor do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro futuro real, baseados no plano de negócios aprovados pelos sócios e diretores. A Interpretação ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda, trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32/NBC TG 32 (R4) - Tributos sobre Lucro. A Companhia avaliou cada tratamento tributário incerto separadamente, em conjunto com mais tratamentos tributários e não identificou impactos significativos em decorrência da interpretação uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

3. ARRENDAMENTOS - EFEITOS DO CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)

Política contábil: O CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3) - Arrendamentos, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial. O arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). E devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Companhia possui e reconhece como "ativo de direito de uso", os seus contratos referentes a locação de imóveis operacionais (lojas), escritórios e frota de veículos. E os contratos de arrendamento possuem prazo médio de 10 anos. A taxa de empréstimo incremental (desconto) foi calculada utilizando-se das seguintes premissas: (i) endividamento consolidado do grupo Arcos Dorados; (ii) prazo do contrato; (iii) moeda do país; (iv) curva de juros; e (v) pagamentos mínimos. Essas premissas são calculadas mensalmente e a taxa média aplicada foi de 5,45% a 15,82% considerando os prazos dos contratos. A Companhia reconheceu os ativos e passivos para os seus contratos de arrendamento referentes à locação de imóveis operacionais (lojas), escritórios e frota de veículos considerando o valor bruto de Impostos. Conforme a revisão do CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3) - Arrendamentos, item 46A, como expediente prático, o arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido para arrendatário em contrato de arrendamento, que atenda aos requisitos do item 46B, é uma modificação do contrato de arrendamento. A Companhia optou em não remensurar os contratos de arrendamento que foram renegociados em função da pandemia Covid-19 e adotar o expediente prático permitido pela norma. Com base nas premissas e informações comentadas, apresentamos abaixo a movimentação do direito de uso, obrigações e resultado de arrendamento da Companhia:

	Controladora 2020 Valor	Controladora 2019 Valor	Consolidado 2019 Valor
Direito de uso			
Saldo inicial (i)	**2.039.482**	–	–
Adoção inicial em 01 de janeiro de 2019 (i)	–	1.949.901	2.024.419
Adições de novos contratos e atualizações contratuais (ii)	**457.584**	254.926	266.851
Amortização do direito de uso	**(180.979)**	(165.345)	(174.915)
Saldo final	**2.316.087**	2.039.482	2.116.355
Obrigações de arrendamento			
Saldo inicial (i)	**2.097.277**	–	–
Adoção inicial em 01 de janeiro de 2019 (i)	–	1.949.901	2.024.419
Adições de novos contratos e atualizações contratuais	**457.584**	254.925	266.851
Pagamento de principal e juros	**(347.075)**	(319.351)	(343.813)
Ajuste por inflação	–	–	(11.698)
Diferença de câmbio	–	–	20.649
Juros reconhecidos no exercício de 2020	**247.242**	211.802	227.870
Saldo final	**2.455.028**	2.097.277	2.184.278
Circulante	**(112.362)**	(92.254)	(108.422)
Não Circulante	**(2.342.666)**	(2.005.023)	(2.075.856)

(i) Saldos apresentados líquidos de AVP. (ii) As atualizações dos índices financeiros das obrigações de arrendamento são registradas de acordo com cada contrato ocasionando impactos nas rubricas de AVP de Passivos de arrendamento (passivo) e Ativo de Direito de Uso (ativo).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil: De acordo com o CPC 03 (R2)/NBC TG 03 (R3) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, o caixa e equivalentes de caixa compreendem ao caixa e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores em dinheiro conhecidos e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. ***Composição:***

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2019
Bancos	**17.717**	36.508	49.186
Caixa em poder de transportadoras de valores (i)	**23.131**	39.263	51.871
Aplicações financeiras (ii)	**218.305**	50.074	55.339
	259.153	125.845	156.396

(i) Caixa em poder das transportadoras referentes a recursos em trânsito.
(ii) As aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez diária, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sendo resgatáveis com o próprio emissor. As operações no Brasil são CDB's e operações compromissadas com média de remuneração de 85% do CDI (85% em 2019 e na Argentina com remuneração de 54,3% para os FCI T+0 em 2019).

5. CONTAS A RECEBER

Política contábil: As contas a receber correspondem aos recebíveis das vendas através das administradoras de cartões, convênios refeição e operadoras de *delivery*, bem como provenientes de franquias. ***Composição:*** Os saldos de contas a receber são apresentados líquidos de provisões para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2019
Proveniente de vendas com:			
Administradora com cartões de débito e crédito (i)	**82.819**	97.583	130.533
Administradora com convênios refeição (ii)	**21.783**	26.652	20.625
Meios digitais (iii)	**6.258**	7.219	7.219
Operadoras de *delivery* (iv)	**10.230**	13.639	19.666
	121.090	145.093	178.043
Proveniente de franquias (v):			
Royalties	**66.496**	23.668	25.910
Propaganda	**10.665**	14.903	33.164
Aluguéis	**108.209**	49.420	49.420
	185.370	87.991	108.494
Meios digitais (vi)	–	7.876	7.876
Outras contas a receber (vii)	**3.029**	2.081	7.784
	3.029	9.957	15.660
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	**(825)**	(83)	(146)
	308.664	242.958	302.051
Ativo circulante	**306.639**	241.351	299.701
Ativo não circulante	**2.025**	1.607	2.350

(i) Administradora de cartões de débito e crédito: as vendas no Brasil realizadas com cartões de débito são recebidas nas contas bancárias no próximo dia útil e as vendas realizadas com cartões de crédito são recebidas no prazo médio de 30 dias. Na Argentina, o prazo médio de recebimento de vendas com cartões de débito é de 2 dias e o prazo médio de recebimento de vendas com cartões de crédito é de 25 dias. (ii) Administradora de convênios refeição: as vendas por convênios são recebíveis das empresas administradora de convênios. O prazo médio de recebimento é de 20 dias (20 dias em 2019 e na Argentina é de 15 dias em 2019). (iii) Meios digitais: vendas realizadas através do Mercado Pago, recebidos através de carteira digital *(on-line)* e a crédito em 30 dias; e Sem Parar, recebido em 30 dias. (iv) Operadores de *delivery:* as vendas realizadas pelos aplicativos dos nossos operadores de *delivery* são recebidas da seguinte forma: Ifood e Uber Eats o recebimento é semanal; e Rappi o recebimento é quinzenal. (v) Franqueados: as receitas de *royalties*, propaganda e aluguel são recebíveis dos franqueados. O prazo médio de recebimento é de 20 dias no Brasil e 15 dias na Argentina. (vi) Meios digitais: Temos a receber o montante da Mercado Pago por incentivo de implementação para vendas com carteira digital. (vii) Outras contas a receber: as outras contas a receber referem-se à sublocação de parte de terreno não utilizado pela Companhia, com prazo médio de recebimento de 10 dias e à devolução líquida de mercadorias.
Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão para créditos de liquidação duvidosa é mensurada com base na média histórica de perdas, complementada pelas estimativas das perdas futuras prováveis da Companhia:

continua

Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A.

CNPJ nº 42.591.651/0001-43

continuação

Notas Explicativas

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2019
No início do exercício	**(83)**	(171)	(365)
Constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa	**(3.501)**	(506)	(506)
Reversão por recebimento	**2.759**	594	725
No final do exercício	**(825)**	(83)	(146)

A composição das contas a receber por idade de vencimento é descrita como segue:

	Total	A vencer	Vencidos (i) <30 dias	30-60 dias	61-90 dias	>90 dias
2020	**308.664**	**300.289**	**3.039**	**604**	**253**	**4.479**
2019	242.958	239.721	441	20	–	2.776

Consolidado

	Total	A vencer	Vencidos (i) <30 dias	30-60 dias	61-90 dias	>90 dias
2019	302.051	298.477	579	44	–	2.951

(i) Inclui valores a receber de franqueados referentes a *royalties*, propagandas e aluguéis, sobre os quais é constituída provisão após 30 dias do título vencido.

Demonstramos abaixo a composição por franqueado dos títulos que não compõe a provisão para crédito de liquidação duvidosa:

Franqueados com dívida negociada (i)	Controladora e Consolidado 2020	2019
Gran Rio Comércio de Alimentos Ltda.	621	278
America MMD Comércio de Alimentos Ltda.	880	815
Mantiqueira SJB Comércio de Alimentos Ltda.	846	935
Allianca Comércio de Alimentos Ltda.	675	400
Total dívida negociada	**3.022**	**2.428**
Circulante	781	821
Não circulante	2.241	1.607

(i) Títulos vencidos há mais de 90 dias negociados para pagamento parcelado

6. ESTOQUES

Política contábil: Os estoques estão demonstrados ao custo ajustado do valor realizável líquido, quando este for menor que o custo. O custo dos estoques adquiridos diretamente pelos restaurantes é demonstrado ao preço da última aquisição, que se aproxima do critério Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Quando necessário, os estoques também são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação.

Composição:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2019
Alimentos	**28.391**	34.553	63.102
Embalagens	**7.865**	7.191	9.308
Brinquedos	**6.668**	7.321	36.381
Provisão para obsolescência de brinquedos	**(578)**	(365)	(2.616)
Adiantamento a fornecedores	**38.969**	21.969	29.460
	81.315	70.669	135.635
Curto prazo	**42.346**	48.700	106.175
Longo prazo	**38.969**	21.969	29.460

A movimentação da provisão para obsolescência de brinquedos está demonstrada conforme a seguir:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2019
No início do exercício	**(365)**	(179)	(827)
Constituição da provisão para obsolescência	**(1.726)**	(1.479)	(3.368)
Reversão	**1.513**	1.293	1.579
No final do exercício	**(578)**	(365)	(2.616)

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2019
Imposto de renda retido na fonte	**1.619**	432	1.653
PIS e COFINS (i)	**98.190**	135.959	172.877
INSS a recuperar (ii)	**25.443**	52.168	52.168
Anistia a recuperar (iii)	**8.718**	9.798	9.798
Imposto de renda	**11.079**	41.164	52.525
Contribuição social	**2.939**	14.666	14.666
ICMS antecipado a recuperar	**3.230**	2.857	2.857
Outros impostos a recuperar	**2.432**	1.921	1.921
	153.650	258.965	308.465
Ativo circulante	**88.880**	174.417	223.917
Ativo não circulante	**64.770**	84.548	84.548

(i) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Em 2017 foi declarada a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS. A administração com base na decisão transitada em julgado reconheceu os valores em seu ativo o qual espera-se que sua maior parte seja utilizado ao longo do ano de 2020 e o montante de R$3.905 seja utilizado em longo prazo. Adicionalmente a Companhia registrou em seus ativos outros créditos de PIS/COFINS decorrente de sua operação. (ii) Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - A Companhia possui liminar, desde março de 2011, que suporta o não recolhimento em folha de pagamento dos encargos (INSS) sobre as seguintes verbas trabalhistas: 1/3 de férias, 15 dias de licença médica e aviso prévio indenizado. Tal liminar está vinculada a processo que iniciou em setembro de 2009. Em 2014, considerando a decisão favorável obtida e o fato de que a tese de não incidência da contribuição previdenciária sobre referidas verbas foi julgada favoravelmente aos contribuintes no STJ, de forma vinculante, conforme REsp nº 1.230.957-RS e pelo STF nos RE nº 593.068 e ARE nº 745.901, a Companhia reconheceu crédito dos valores pagos indevidamente entre o período de outubro de 2004 a setembro de 2009 (período de 5 anos anteriores à entrada da ação). De acordo com a legislação atual, a Companhia somente poderá iniciar a compensação desses créditos após o trânsito em julgado de sua própria ação. Por não haver previsão de quando ocorrerá esse trânsito em julgado por parte do Poder Judiciário, referidos créditos estão classificados como ativo não circulante. Em agosto de 2020 o STF declarou constitucional a incidência de contribuição previdenciária patronal sobre terço constitucional de férias gozadas. Atualmente, o tema ainda pende de análise pelo STF por meio dos Embargos de Declaração em que se pede a modulação dos efeitos da decisão. Considerando a insegurança jurídica revelada em virtude da decisão do STF que, declarou constitucional a incidência de contribuição previdenciária patronal sobre terço constitucional de férias gozadas, a Companhia decidiu pela realização da provisão contábil do montante referente a esta verba (terço constitucional de férias gozadas) registrado como ativo. (iii) Anistia a recuperar - Em 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento REFIS estabelecido pela Lei 11.941/2009. Para registrar os débitos tributários no Sistema da Receita Federal era exigida a inclusão dos débitos integrais, sendo desconsiderados os valores dos débitos depositados judicialmente e/ou reduzidos em virtude de decisões que julgaram parcialmente procedente os pedidos da Companhia. Tendo em vista esta questão operacional do sistema de adesão ao Programa de Parcelamento, a Companhia teve pedido de habilitação de uma parte do montante deferido perante a Receita Federal e deverá recuperar, o restante, conforme processos administrativo e/ou judicial, na totalidade dos valores reconhecidos indevidamente pelo REFIS. A Administração está tomando providências para que esses créditos registrados como Anistia sejam recuperados até o fim do exercício social de 2023.

8. IMOBILIZADO

Política contábil: O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, líquido da depreciação acumulada e das perdas por não recuperação acumuladas, se houver. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear e pelas taxas apresentadas a seguir:

Categoria do ativo	% de depreciação anual
Edifícios	4%
Benfeitorias e melhorias	5%
Equipamentos de processamento de dados	20%
Instalações	10%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Veículos	20%

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Composição: Controladora

Custo	Terrenos	Edifícios, benfeitorias e melhoramentos	Equipamentos	Imobilizado em andamento e adiantamentos (i)	Total do imobilizado
Saldos em 31 de dezembro de 2018	161.121	1.412.461	1.192.455	52.472	2.818.509
Adições	341	214.871	317.105	17.868	550.185
Baixas	–	(2.225)	(23.232)	(186)	(25.643)
Transferências	–	88.217	(30.516)	(58.113)	(412)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	161.462	1.713.324	1.455.812	12.041	3.342.639
Adições	**–**	**80.074**	**86.637**	**23.803**	**190.514**
Baixas	**(32)**	**(7.918)**	**(10.430)**	**(214)**	**(18.594)**
Transferências	**–**	**3.083**	**(1.432)**	**91**	**1.742**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**161.430**	**1.788.563**	**1.530.587**	**35.721**	**3.516.301**
Depreciação					
Saldos em 31 de dezembro de 2018	–	(672.959)	(606.437)	–	(1.279.396)
Depreciação no exercício	–	(73.657)	(113.127)	–	(186.784)
Baixas	–	1.088	11.133	–	12.221
Transferências	–	(231)	291	–	60
Saldos em 31 de dezembro de 2019	–	(745.759)	(708.140)	–	(1.453.899)
Depreciação no exercício	**–**	**(87.616)**	**(142.516)**	**–**	**(230.132)**
Baixas	**–**	**3.724**	**4.261**	**–**	**7.985**
Transferências	**–**	**21**	**(35)**	**–**	**(14)**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**–**	**(829.630)**	**(846.430)**	**–**	**(1.676.060)**
Valor líquido					
Saldos em 31 de dezembro de 2019	161.462	967.565	747.672	12.041	1.888.740
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**161.430**	**958.933**	**684.157**	**35.721**	**1.840.241**

(i) Refere-se a projetos de aberturas de novas lojas. A Administração possui a expectativa de ativação dos itens de acordo com cronograma de abertura de lojas.

Consolidado

Custo	Terrenos	Edifícios, benfeitorias e melhoramentos	Equipamentos	Imobilizado em andamento e adiantamentos (i)	Outros	Total do imobilizado
Saldos em 31 de dezembro de 2018	378.262	1.635.445	1.469.997	5.194	16.744	3.505.642
Adições	397	264.449	398.873	18.280	814	682.813
Baixas	(65)	(3.791)	(33.178)	(1.773)	(96)	(38.903)
Transferências	–	88.217	(30.516)	(58.113)	–	(412)
Impairment	–	(36.869)	(19.285)	–	–	(56.154)
Efeitos da hiperinflação - CPC 42 (ii)	2.459	38.111	(42.905)	54.233	7.118	59.016
Saldos em 31 de dezembro de 2019	381.053	1.985.562	1.742.986	17.821	24.580	4.152.002
Depreciação						
Saldos em 31 de dezembro de 2018	–	(795.043)	(709.595)	–	(12.794)	(1.517.432)
Depreciação no exercício	–	(106.387)	(143.384)	–	(1.151)	(250.922)
Baixas	–	2.086	12.025	–	61	14.172
Transferências	–	(232)	292	–	–	60
Saldos em 31 de dezembro de 2019	–	(899.576)	(840.662)	–	(13.884)	(1.754.122)
Valor líquido						
Saldos em 31 de dezembro de 2019	381.053	1.085.986	902.324	17.821	10.696	2.397.880

(i) Refere-se a projetos de aberturas de novas lojas. A Administração possui a expectativa de ativação dos itens de acordo com cronograma de abertura de lojas. (ii) A Companhia utilizou o custo histórico, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do CPC 42/NBC TG 42 - Contabilidade em Economia Hiperinflacionária, deduzido das respectivas depreciações, à exceção dos terrenos, que não são depreciados.

9. INTANGÍVEL

Política: Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são contabilizados pelo custo, deduzidas a amortização acumulada e as eventuais perdas acumuladas de valor recuperável. Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de *software*, não são capitalizados, e os gastos são refletidos no resultado quando incorridos. A amortização é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear e pelas taxas apresentadas a seguir:

Categoria do ativo	% de amortização média anual
Licença de uso	**4%**
Direitos readquiridos de franquias	**12%**
Software	**20%**

O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento de cada exercício. Anualmente, a Companhia avalia, nas datas dos balanços, se há indícios de que um ativo possa não ser recuperável. A Companhia considera cada restaurante como sua menor unidade geradora de caixa ("UGC"), e submete-as ao teste de valor recuperável (*impairment*). As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado em linha de despesas consistentes com a função do ativo não recuperável.

Composição: Controladora

Custo	Licença de uso (iii)	Direitos readquiridos de franquias	Ágio	*Softwares*	Total do ativo intangível
Saldos em 31 de dezembro de 2018	17.798	22.210	45.275	134.153	219.436
Adições (i)	2.687	–	–	17.521	20.208
Baixas	(263)	–	–	(126)	(389)
Transferências	442	–	–	(31)	411
Saldos em 31 de dezembro de 2019	20.664	22.210	45.275	151.517	239.666
Adições (i)	**88**	**–**	**–**	**10.894**	**10.982**
Baixas	**(77)**	**–**	**–**	**(106)**	**(183)**
Transferências	**–**	**–**	**–**	**(1.743)**	**(1.743)**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**20.675**	**22.210**	**45.275**	**160.562**	**248.722**
Amortização					
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(6.534)	(11.507)	–	(89.067)	(107.108)
Amortização do exercício	(1.217)	(4.917)	–	(12.647)	(18.781)
Baixas	118	–	–	163	281
Transferências	–	–	–	(60)	(60)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(7.633)	(16.424)	–	(101.611)	(125.668)
Amortização do exercício	**(1.415)**	**(4.917)**	**–**	**(13.825)**	**(20.157)**
Baixas	**36**	**–**	**–**	**109**	**145**
Transferências	**–**	**–**	**–**	**14**	**14**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**(9.012)**	**(21.341)**	**–**	**(115.313)**	**(145.666)**
Valor líquido					
Saldos em 31 de dezembro de 2019	13.031	5.786	45.275	49.906	113.998
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**11.663**	**869**	**45.275**	**45.249**	**103.056**

Consolidado

Custo	Licença de uso	Direitos readquiridos de franquias	Ágio	*Softwares*	Total do ativo intangível
Saldos em 31 de dezembro de 2018	25.789	26.503	47.568	214.381	314.241
Adições (i)	2.687	8.217	–	32.925	43.829
Baixas	(263)	(5.154)	–	(6.836)	(12.253)
Impairment	–	–	–	(1.697)	(1.697)
Efeitos da hiperinflação - CPC 42 (ii)	–	–	1.735	(80)	1.655
Saldos em 31 de dezembro de 2019	28.213	29.566	49.303	238.693	345.775
Amortização					
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(6.420)	(19.555)	(1.165)	(145.989)	(173.129)
Amortização no exercício	(1.217)	(4.917)	–	(22.126)	(28.260)
Baixas	118	140	–	210	468
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(7.519)	(24.332)	(1.165)	(167.905)	(200.921)
Valor líquido					
Saldos em 31 de dezembro de 2019	20.694	5.234	48.138	70.788	144.854

(i) As adições referem-se ao projeto McXimus referente a novos sistemas transacionais nos restaurantes *(software)* para aprimorar as informações e construir modelo de crescimento sustentável. (ii) A Companhia utilizou o custo histórico, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do CPC 42/NBC TG 42 - Contabilidade em Economia Hiperinflacionária, deduzido das respectivas amortizações. (iii) A marca compreende os direitos de uso de marca pagos à McDonald's Corporation pela abertura de cada loja própria e sublicenciada. O prazo de amortização destes ativos é o período remanescente entre a data de inauguração do restaurante e o vencimento do MFA (à expirar em 2027). Ágio: O saldo remanescente do ágio no montante de R$45.275 refere-se aos ágios formados pelas incorporações de restaurantes, os quais foram amortizados até 2008, com base nas projeções de rentabilidade que os determinaram. A partir de 2009, essa amortização ficou vedada. A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios com base no seu valor de uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa. As premissas chave foram estimadas considerando o desempenho histórico da Companhia e com base em premissas macroeconômicas razoáveis e consistentes com fontes externas de informações fundamentadas em projeções de mercado financeiro, documentadas e aprovadas pelos órgãos da Administração da Companhia. De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos. Os fluxos de caixas futuros estimados foram descontados à taxa de desconto de 11,4% em 31 de dezembro de 2020 (17% em 31 de dezembro de 2019). O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas visto que o valor estimado de uso excede o seu valor líquido contábil na data da avaliação.

10. INVESTIMENTOS

Política: A Companhia possui participações em controladas que estão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Com base nisso, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial ao custo de aquisição e adicionado as variações após a aquisição da participação societária das controladas. Em março de 2020 foi realizado a redução de capital na participação da Arcos Dorados Argentina S.A. em sua totalidade conforme Ata publicada em 13/03/2020 (vide Nota 19, item c).

Composição:

	2020 Arcos Dorados Argentina S.A.	2020 Arcos Brapa S.A.	2019 Arcos Dorados Argentina S.A.	2019 Arcos Brapa S.A.
Em 31 de dezembro				
Em R$				
Total do ativo	–	**703**	845.811	553
Total do passivo	–	**4**	727.092	3
Patrimônio líquido	–	**709**	244.402	4
Lucro (Prejuízo) do exercício	–	**(10)**	(125.683)	546
Moeda funcional	Pesos	Dólar	Pesos	Dólar
Quantidade de ações	–	23.425.000	1.949.936	23.425.000
Capital votante	–	100%	99,99%	100%

Movimento - R$	2020 Arcos Dorados Argentina S.A.	2020 Arcos Brapa S.A.	2019 Arcos Dorados Argentina S.A.	2019 Arcos Brapa S.A.
Saldo inicial	**118.720**	**550**	235.265	61.397
Equivalência patrimonial	**(9.291)**	**(10)**	(125.683)	546
Baixa de investimento	**(109.429)**	**–**	–	–
Efeitos de hiperinflação	**–**	**–**	9.138	–
Outros	**–**	**–**	–	(61.393)
Saldo final	**–**	**540**	118.720	550

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Composição: Controladora

	Moeda/Index.	Vencimento	2020	2019
Financiamento - Banco Itaú (i)	Reais	julho/24	**5.777**	7.389
Financiamento - Banco Itaú (i)	Reais	agosto/24	**9.726**	12.379
Financiamento - Banco Itaú (i)	Reais	setembro/24	**9.502**	12.036
Financiamento - Banco Itaú (i)	Reais	novembro/24	**6.605**	8.290
Financiamento - Banco Itaú (i)	Reais	dezembro/24	**10.690**	13.362
Capital de giro - Banco Bradesco (ii)	Reais	abril/20	**–**	30.000
Financiamento Locador (iii)	Reais	março/22	**5.473**	–
Juros a pagar			**321**	208
			48.094	83.664
Passivo circulante			**11.479**	41.365
Passivo não circulante			**36.615**	42.299

Consolidado

	Moeda/Index.	Vencimento	2019
Financiamento - Banco Itaú (i)	Reais	julho/24	7.389
Financiamento - Banco Itaú (i)	Reais	agosto/24	12.379
Financiamento - Banco Itaú (i)	Reais	setembro/24	12.036
Financiamento - Banco Itaú (i)	Reais	novembro/24	8.290
Financiamento - Banco Itaú (i)	Reais	dezembro/24	13.362
Capital de giro - Banco Bradesco (ii)	Reais	abril/20	30.000
Capital de Giro - Banco Ciudad (ii)	Pesos	janeiro/20	13.667
Juros a pagar			208
			97.331
Passivo circulante			55.032
Passivo não circulante			42.299

(i) Os empréstimos e financiamentos estão indexados por taxas fixas (ao ano). (ii) Taxa específica negociada para empréstimo de curto prazo. (iii) Empréstimo com Locador para construção de Loja.

Os empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante possuem o desembolso esperado por ano conforme demonstrado abaixo:

2022	**16.630**
2023	**11.157**
2024	**8.828**
	36.615

Cláusula restritiva: A Companhia possui cláusula restritiva (*covenants*) no contrato de financiamento com o Banco Itaú, que possui vencimento em dezembro de 2024, que pode requerer o vencimento antecipado caso a Companhia não cumpra com a cláusula, sendo ela: a) a razão entre a dívida líquida e o Ebitda da Companhia deverá ser menor ou igual a 2,5 vezes (dois inteiros e 5 décimos de vezes), até a liquidação do contrato. No exercício de 2020 não houve violação dos *covenants* financeiros.

12. FORNECEDORES

Composição:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2019
Fornecedores exclusivos (i)	**68.182**	66.879	66.879
Fornecedores conveniados (ii)	**44.504**	4.281	4.281
Fornecedores diversos (iii)	**284.716**	325.188	491.094
	397.402	396.348	562.254

(i) Fornecedores exclusivos: como fornecedores exclusivos entendem-se os fornecedores parceiros e responsáveis pelo abastecimento de carnes, pães, serviços de propaganda e *marketing* e principais itens de manutenção. (ii) A Companhia possui passivos financeiros junto a fornecedores, que receberam antecipadamente por intermédio de instituições financeiras. Avaliamos o valor financeiro em potencial embutido e não identificamos valores significativos para maior detalhamento. (iii) Fornecedores diversos: como fornecedores diversos são classificados os demais fornecedores que não são exclusivos para a atividade da Companhia.

13. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

Composição:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2019
Salários a pagar	**46.497**	31.191	42.120
Provisão para participação nos lucros	**32.113**	67.559	80.728
Provisão para férias	**54.012**	63.540	78.353
Provisão de encargos sociais sobre férias	**19.343**	18.243	24.278
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	**24.977**	21.993	33.068
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	**6.730**	6.642	6.642
	183.672	209.168	265.189

14. PARTES RELACIONADAS

Composição:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2019
Ativo não circulante			
Arcos Dorados Restaurantes de Chile Ltda. (i)	**296**	15	15
Arcos SerCal Inmobiliaria (i)	**2.242**	1.736	1.736
Arcos Dorados Colombia Ltda. (i)	**2.205**	1.312	1.312
McDonald's (ii)	**–**	2.213	2.612
Outros (i)	**985**	138	138
	5.728	5.414	5.813
Passivo circulante			
Juros sobre capital próprio, líquido	**52.220**	52.220	52.220
	52.220	52.220	52.220
Passivo não circulante			
LatAm, LLC (iii)	**11.779**	35.304	66.787
Arcos Dorados Development (iv)	**1.672.572**	1.255.111	1.495.409
Arcos Dorados Development (v)	**4.354**	2.395	37.061
Arcos Dorados Argentina (vi)	**34.847**	34.525	–
McDonald's (vii)	**135.002**	31.490	39.428
Arcos Dorados Holding	**23**	2.312	(7.234)
Outros	**–**	–	461
	1.858.577	1.361.137	1.631.912
Total Passivo	**1.910.797**	1.413.357	1.684.132
Resultado			
Variação cambial	**(7.780)**	6.952	6.952
Custos corporativos (viii)	**(71.116)**	(84.905)	(13.455)

(i) Contas a receber proveniente a reembolsos de despesas relacionadas à operação; (ii) Contas a receber proveniente de reembolso de gastos ocorridos na Arcos Dourados e de responsabilidade do McDonald's Corporation; (iii) Refere-se a despesas de custos corporativos sendo valores cobrados pela matriz em funções administrativas sem incidência de juros e não há vencimento; (iv) Empréstimos junto a ADBV, sem garantias, com juros anuais renegociados de 13% para 8% pagamentos de juros semestrais em março e setembro, com vencimento contratual em setembro de 2023. Durante 2017 foram captados dois empréstimos em moeda estrangeira (Dólar) no montante de USD100.000 cada (R$811.347 em 31 de dezembro de 2019 e R$780.929 em 31 de dezembro de 2018), com taxa de juros de 5,87% + IR, e pagamentos de juros semestrais em junho e dezembro para o contrato com vencimento em setembro de 2023; e março e setembro para o contrato com vencimento em abril de 2027. Esses empréstimos possuem instrumentos financeiros derivativos atrelados com taxa média pré-fixada de 12,4%. O valor justo está demonstrado na Nota 23.d.; (v) Refere-se a despesa com o Projeto McXimus, não há incidência de juros e não há vencimento definido; (vi) Valores referem-se as despesas ocorridas na Argentina que são de responsabilidade do Brasil. Não há incidência de juros e não há data de vencimento; (vii) Refere-se a pagamentos à McDonald's Corporation de obrigações firmadas no MFA referente à abertura de novas lojas. Em 2020, devido a pandemia Covid-19 foram prorrogados os prazos para pagamento de *royalties* que serão pagos no decorrer do 1º semestre de 2021; (viii) Custos Corporativos são valores cobrados pela matriz por conta de funções administrativas.

Remuneração da Administração: Além dos benefícios usuais previstos pela legislação brasileira, a Companhia tem como prática a adoção de assistência médica, seguro de vida e participação nos lucros, como benefícios adicionais. Os benefícios concedidos ao "pessoal estratégico da administração" compreendem nos benefícios usuais e adicionais concedidos pela Companhia. O valor da remuneração e benefícios ao pessoal estratégico da administração na respectiva área de competência no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$26.638 (R$32.033 no Brasil e R$17.882 na Argentina em 31 de dezembro de 2019). A Companhia considerou como "pessoal estratégico da administração", conforme Resolução do CFC nº 1.193/2009, os integrantes da sua diretoria executiva.

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

Política: As receitas de vendas e serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS às alíquotas vigentes em cada região e são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não-cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização (Nota 7).

Composição:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2019
Impostos sobre vendas	**20.244**	24.258	42.439
Imposto de renda sobre *royalties* e distribuição de lucros	**23.660**	6.439	10.324
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	**123.540**	185.489	185.489
Outros impostos e contribuições	**11.663**	13.503	14.368
	179.107	229.689	252.620

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

Política: *Imposto de renda e contribuição social correntes:* O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, referentes ao período atual e a períodos anteriores, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, nas datas dos balanços. A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL. A tributação das controladas segue as leis dos países nos quais estão localizadas. As taxas estatutárias são:

Controladas	País sede	Taxas estatutárias
Arcos Dorados Argentina S.A.	Argentina	30%
Arcos Brapa S.A.	Panamá	25%

Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, nas datas dos balanços, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos referentes a todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto quando o passivo fiscal diferido resultar do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. Com relação às diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em subsidiárias, são reconhecidos o imposto de renda e contribuição social diferidos somente na medida em que seja provável que as diferenças temporárias serão revertidas em um futuro previsível e que haverá um lucro tributável contra o qual se possa utilizar as diferenças temporárias. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados segundo as alíquotas previstas para ser aplicadas no exercício em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, com base nas alíquotas (e leis tributárias) em vigor ou substancialmente em vigor nas datas dos balanços. Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. O imposto de renda e contribuição social diferido ativos e passivos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais de imposto de renda, e os impostos diferidos se referirem à mesma empresa contribuinte e à mesma autoridade tributária. **16.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** ***Composição:*** A Companhia possui saldo de prejuízo fiscal de R$150.240 e base negativa de contribuição social de R$7.682 em 31 de dezembro de 2020 (R$190.803 referente a prejuízo fiscal e R$16.465 referente a base negativa de contribuição social em 31 de dezembro de 2019). Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 32/NBC TG 32 (R4) - Tributos sobre o lucro, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Com base em estudos de cenários e projeções de geração de resultados tributáveis futuros, preparados anualmente pela Companhia, foram registrados créditos tributários ativos no limite da capacidade de aproveitamento do crédito fiscal constituído, levando-se em consideração o limite de 30% de aproveitamento anual do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, conforme abaixo:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2019
Ativo não circulante			
Crédito tributário por prejuízos fiscais	**38.252**	49.183	49.183
Diferenças temporárias	**188.996**	118.232	139.263
Imposto de renda diferido e contribuição social diferido ativo	**227.248**	167.415	188.446
Passivo não circulante			
Constituição/realização do diferido passivo	**–**	–	(31.975)
Hiperinflação Argentina	**–**	–	(79.367)
Imposto de renda diferido e contribuição social diferido passivo	**–**	–	(111.342)
	227.248	167.415	77.104

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada abaixo:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2019
No início do exercício	**167.415**	163.742	91.943
Despesa de imposto reconhecida no resultado	**47.484**	(1.187)	(27.647)
Despesa de imposto reconhecida no patrimônio líquido (*Hedge* de fluxo de caixa)	**12.349**	4.836	4.836
Imposto de renda diferido sobre ajuste de hiperinflação - Argentina	**–**	–	7.948
Outros	**–**	24	24
	227.248	167.415	77.104

O valor contábil e a realização do crédito tributário são revisados anualmente pela Companhia. Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

	Valor
2021	**(41.643)**
2022	**(40.242)**
2023 a 2026	**(58.233)**
2026 a 2032	**(87.130)**
	(227.248)

A movimentação do imposto de renda e contribuição social não possui valores a serem recuperados em períodos posteriores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as provisões para imposto de renda e contribuição social foram calculadas como segue:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**(264.981)**	138.874	183.448
Alíquota nominal	**34%**	34%	34%
Imposto de renda e contribuição pela taxa nominal	**90.094**	(47.217)	(62.372)
Diferenças permanentes:			
- Pagamentos de *royalties*	**(26.483)**	(19.047)	(20.892)
- Ajuste de preço de transferência	**–**	–	(1.294)
- Despesas com veículos de dirigentes	**(245)**	(201)	(757)
- Doações e gratificações	**(3.149)**	(1.558)	(2.344)
- Despesas não dedutíveis - *Share based compensation*	**(525)**	–	–
- Multas	**(506)**	(1.167)	(1.182)
- Gastos não faturados	**–**	–	(5.081)
- AXI impositivo	**–**	–	(17.677)
- EIP	**–**	–	107
- VPP	**–**	–	1.043
- Outras	**(6.946)**	(3.520)	(6.615)
Baixa de ativo imobilizado	**(1.561)**	(1.122)	(1.122)
Juros sobre empréstimos - indedutível	**(1.327)**	–	–
Resultado de equivalência patrimonial	**(3.159)**	(42.547)	–
Ajustes acumulados de conversão	**–**	–	(42.799)
Ajuste de juros sobre capital próprio	**–**	10.437	10.437
Outros ajustes diferidos	**–**	(32)	–
Ajuste imposto diferido RTT	**–**	1.092	1.092
Imposto de renda e contribuição social diferido de períodos anteriores	**592**	210	210
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**46.785**	(104.672)	(149.246)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(25.397)**	(1.187)	(44.868)
Imposto de renda e contribuição social correntes	**72.182**	(103.485)	(104.378)
Alíquota efetiva	**18%**	75%	81%

17. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

Política: A Companhia adota os conceitos estabelecidos conforme o CPC 25/NBC TG 25 (R2) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo litígios e contingências. A provisão para demandas judiciais é constituída com amparo em pareceres de assessores jurídicos em montantes suficientes para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Composição: Movimentação da provisão para demandas judiciais:

Controladora

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	19.469	81.783	36.798	138.050
Constituída durante o exercício	5.618	79.150	10.614	95.382
Pagamentos	(946)	(63.702)	–	(64.648)
Reversão durante o exercício	(7.863)	(29.458)	(4.765)	(42.086)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	16.278	67.773	42.647	126.698
Constituída durante o exercício	**4.430**	**69.419**	**12.938**	**86.787**
Pagamentos	**(338)**	**(53.831)**	**–**	**(54.169)**
Reversão durante o exercício	**(4.911)**	**(7.983)**	**(215)**	**(13.109)**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**15.459**	**75.378**	**55.370**	**146.207**

Consolidado

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	20.346	86.914	39.206	146.466
Constituída durante o exercício	5.651	82.954	10.387	98.992
Pagamentos	(946)	(63.702)	–	(64.648)
Reversão durante o exercício	(8.076)	(37.025)	(4.765)	(49.866)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	16.975	69.141	44.828	130.944

a) *Tributárias:* As demandas tributárias federais são indexadas pela SELIC (Sistema Especial de Liquidação de Custódia) 2,34% em 2020 e 5,79% em 2019 e estão sujeitas, quando aplicável, a multas. Os referidos juros e multas, quando aplicáveis, foram computados sobre valores não pagos e integralmente provisionados. I) *CPMF:* A Companhia está contestando a aplicabilidade da lei vigente em relação ao recolhimento de referida contribuição provisória, mantendo o valor não recolhido sob a forma de provisão para demandas tributárias, cujo montante era de R$6.539 (R$6.487 em 31 de dezembro de 2019). II) *Exclusão do Imposto de renda retido na fonte (IRRF) da base de cálculo da CIDE sobre os royalties:* A Companhia constituiu provisão referente a exclusão do IRRF da base de cálculo da CIDE sobre os *royalties*. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui registrado o montante de R$32.189 (R$25.834 em 31 de dezembro de 2019). III) *PIS e COFINS sobre aquisição de imobilizado:* A Companhia realizou um trabalho de revisão de créditos tomados de PIS e COFINS sobre aquisição de ativo imobilizado referente ao período de 2009 a 2017, cujo resultado demonstrou uma exposição junto aos órgãos fiscais. Devido a este fato, a Companhia constituiu uma provisão de R$8.193, no qual a administração julga que o montante é suficiente e está tomando as medidas necessárias para a regularização desta discussão. IV) *IOF sobre contratos de câmbio:* Em 2018, a Companhia possuía saldo referente a provisão do processo que discutia a incidência do IOF no câmbio sobre operações de empréstimo e refinanciamento. Foi realizado depósito judicial para garantia integral do débito, que atualizado até março de 2019 monta o valor de R$4.091. Em abril de 2019, em virtude de decisão definitiva desfavorável, o depósito judicial realizado pela Companhia foi convertido em renda em favor da União Federal, quitando-se o débito tributário. Por tal motivo, a provisão foi revertida. V) *Outras:* As causas tributárias com possível risco de perda somam o montante de R$1.730.067 em 31 de dezembro de 2020 (R$1.349.784 em 31 de dezembro de 2019) na controladora e no consolidado. Do montante apresentado em 2020 o valor de R$22.540 é de responsabilidade integral do McDonald's Corporation de acordo com o Contrato de Franquias Master (MFA) (R$55.646 em 2019). b) *Trabalhistas:* A Companhia é parte em diversos processos trabalhistas relacionadas ao contrato de trabalho mantido com os empregados. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha uma provisão de R$75.378 (R$67.773 em 31 de dezembro de 2019) para contingências relacionadas a processos trabalhistas. A Administração, com o auxílio de seus assessores jurídicos, avalia essas contingências registrando provisões para perdas prováveis com base na média de perda histórica dos últimos 24 meses frente ao total de processos em aberto, excluindo itens para qual são efetuadas provisões específicas. O montante de depósitos judiciais vinculados é de R$42.243 (R$51.033 em 31 de dezembro de 2019). As causas trabalhistas com possível risco de perda somam o montante de R$19.270 em 31 de dezembro de 2020 e R$22.056 em 31 de dezembro de 2019. c) *Cíveis:* As contingências cíveis são compostas por demandas diversas, geralmente envolvendo baixos valores. As demandas com provável risco de perda totalizam R$15.459 em 31 de dezembro de 2020 e R$16.278 em 31 de dezembro de 2019. As demandas com risco possível de perda montam em R$41.835 em 31 de dezembro de 2020 e R$36.371 em 31 de dezembro de 2019. d) *Depósitos recursais e judiciais:* A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos para recursos (vinculados) de montantes equivalentes pendentes das decisões legais finais, bem como depósitos em caução relacionados com as provisões para processos judiciais. Os depósitos judiciais são os seguintes:

Controladora e Consolidado

	Trabalhistas	Fiscais ICMS	Fiscais IRPJ e CSLL prejuízo	Fiscais IRPJ sobre *royalties*	Outras	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	52.529	52.629	19.109	75.908	19.609	219.784
Constituída durante o exercício	86.153	–	–	17.327	296	103.776
Atualização	–	2.338	615	3.257	1.363	7.573
Baixas no exercício por encerramento de processos	(87.649)	–	–	(40)	(6.668)	(94.357)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	51.033	54.967	19.724	96.452	14.600	236.776
Constituída durante o exercício	**52.558**	**332**	**50**	**3.444**	**–**	**56.384**
Atualização	**–**	**7.597**	**5.534**	**1.504**	**1.966**	**16.601**
Baixas no exercício por encerramento de processos	**(61.348)**	**(6.765)**	**(5.295)**	**–**	**(2.248)**	**(75.656)**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**42.243**	**56.131**	**20.013**	**101.400**	**14.318**	**234.105**

18. PLANO DE APOSENTADORIA - MCPREV

A Companhia possui um plano de aposentadoria de contribuição definida chamado McPrev como benefício a seus empregados. A Companhia faz contribuições mensais ao plano em nome dos beneficiários de acordo com o serviço prestado e não tem obrigações adicionais a reconhecer como resultado do plano. As contribuições feitas em 2020 totalizaram R$1.750 (R$2.561 em 2019) e contribuições feitas pelos participantes totalizaram R$4.219 (R$4.179 em 2019). O Plano tinha 379 participantes em 2020 (387 participantes em 2019).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado em 31 de dezembro de 2020 por 358.789 ações ordinárias (376.752 em 31 de dezembro de 2019), todas nominativas e sem valor nominal. b) Aumento e integralização de Capital Social: Em 27 de fevereiro de 2020, as sócias de comum acordo, aumentaram o capital social da Sociedade de R$376.752 para R$505.616, com um aumento efetivo de R$128.865 e a consequente criação de 128.864.581 (cento e vinte oito milhões, oitocentas e sessenta e quatro mil, quinhentas e oitenta e uma) novas quotas, no valor de R$1,00 (um real) cada uma. O aumento de capital ora aprovado é totalmente subscrito e integralizado mediante a capitalização da totalidade do saldo da reserva de lucros acumulados da Sociedade na subsidiária Arcos Dorados Argentina, no valor de R$128.865, apurada com base no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2018. As 128.864.581 (cento e vinte oito milhões, oitocentas e sessenta e quatro mil, quinhentas e oitenta e uma) novas quotas, foram distribuídas proporcionalmente entre as sócias com base nas respectivas participações no capital social da Sociedade. c) Redução de Capital Social: Em 06 de março de 2020, a Sociedade aprovou por unanimidade a redução do capital social no montante de R$146.827, nos termos dos artigos 1.082, II, e 1.084 do Código Civil, mediante o cancelamento de 146.827.389 (cento e quarenta e seis milhões, oitocentas e vinte sete mil, trezentas e oitenta e nove) de quotas da Sociedade, na proporção das respectivas participações das sócias no capital social da Sociedade, conforme: (i) cancelamento de 139.871.031 (cento e trinta e nove milhões, oitocentas e setenta e uma mil e trinta e uma) quotas de emissão da Sociedade detidas pela sócia Arcos Dorados Development B.V; e (ii) cancelamento de 6.956.358 (seis milhões, novecentas e cinquenta e seis mil, trezentas e cinquenta e oito) quotas de emissão da Sociedade detidas pela sócia LatAm, LLC. Essa redução refere-se à participação na Arcos Dorados Argentina S.A. em sua totalidade. d) Transformação do tipo jurídico: As sócias Arcos Dorados Development B.V e LatAm, LLC resolveram transformar o tipo jurídico de Sociedade Limitada para Sociedade por Ações. Em novembro de 2020 a Arcos Dourados Comércio de Alimentos Ltda. passa a adotar a denominação "Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A.". e) Distribuição de lucros: A distribuição de lucros é reconhecida, com base nas distribuições de lucros requeridas e aprovadas em ata de reunião dos representantes da Administração e quotistas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não realizou distribuição de juros sobre capital próprio (R$30.698 distribuídos em 2019). f) Outros resultados abrangentes: Referem-se aos efeitos decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de suas controladas para a moeda funcional da Companhia, líquido do efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos, bem como valores referentes a *hedge* de fluxo de caixa.

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Política: As receitas são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de mercadorias e serviços. As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta. As receitas com franqueados envolvem valores de licença para publicidade, aluguel e *royalties* com base em um percentual das receitas.

Composição:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2019
Receitas com vendas	**4.397.880**	5.533.287	6.984.107
Impostos sobre vendas	**(381.643)**	(471.068)	(433.975)
Receita líquida de vendas	**4.016.237**	5.062.219	6.550.132
Receita de aluguel	**340.521**	404.061	445.098
Receita de *royalties*	**134.299**	161.561	177.404
Receita total franqueados	**474.820**	565.622	622.502
Receita operacional líquida	**4.491.057**	5.627.841	7.172.634

21. DESPESAS POR NATUREZA

Política: O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Companhia, compreendendo todos os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos depois do recebimento inicial das mercadorias em uma das lojas ou depósitos da Companhia. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição. As despesas com venda compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, *marketing*, ocupação, manutenção e outras. As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras, suprimentos e tecnologia da informação. As outras despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ocorridos durante o período que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado adotada pela Companhia. Em atendimento ao CPC 26 (R1)/NBC TG 26 (R5) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre as despesas operacionais por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Composição:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2019
Custos de alimentos	**(1.179.640)**	(1.576.352)	(2.012.692)
Custos de embalagem	**(123.442)**	(150.899)	(197.406)
Custos de brinquedos	**(76.212)**	(91.122)	(126.603)
Despesas com fretes	**(38.428)**	(49.488)	(93.985)
Despesas com pessoal	**(1.111.941)**	(1.268.133)	(1.725.725)
Despesas com serviços de terceiros	**(401.387)**	(369.965)	(537.747)
Despesas com *royalties*	**(236.067)**	(265.638)	(347.917)
Despesas com aluguel (i)	**(2.879)**	(13.344)	(50.912)
Despesas com publicidade	**(133.085)**	(205.396)	(259.849)
Despesas gerais (água, telefonia e etc.)	**(176.083)**	(190.495)	(231.792)
Despesas com manutenção e reparos	**(32.142)**	(46.512)	(72.166)
Despesas com materiais diversos/suprimentos	**(39.511)**	(41.468)	(59.285)
Despesas com taxas e licenças	**(31.310)**	(28.206)	(63.732)
Despesas com promoções	**(28.114)**	(35.436)	(50.314)
Despesas diversas com *marketing*	**(2.088)**	(7.442)	(10.335)
Despesas com agências de publicidade	**(2.808)**	(2.322)	(11.649)
Outros	**(136.300)**	(175.119)	(163.386)
	(3.751.437)	(4.517.337)	(6.015.495)
Custo dos produtos vendidos	**(1.417.722)**	(1.867.861)	(2.430.686)
Despesas com vendas	**(1.338.664)**	(1.593.646)	(2.111.439)
Despesas gerais e administrativas	**(995.051)**	(1.055.830)	(1.473.370)
	(3.751.437)	(4.517.337)	(6.015.495)

(i) Saldo de despesas com arrendamentos variáveis conforme CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3) - Operações de Arrendamento Mercantil.

22. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Política: As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa e por depósitos judiciais, os descontos em compras obtidos de fornecedores e receitas referentes a descontos. As despesas financeiras incluem todas as despesas geradas pela dívida líquida e por antecipação de recebíveis, compensadas com os juros capitalizados, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sobre demandas judiciais e impostos, bem como ajustes referentes a descontos.

Registra-se uma receita ou despesa de juros referente a todos os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro - ou período menor, conforme o caso - ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

Composição:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2019
Receitas financeiras			
Receitas de aplicações financeiras	**3.307**	1.044	1.044
Descontos obtidos	**–**	–	1.699
Outros	**6.035**	14.205	14.262
	9.342	15.249	17.005
Despesas financeiras			
Juros sobre empréstimos e financiamentos	**(130.034)**	(118.497)	(122.378)
Juros sobre arrendamento	**(247.242)**	(211.802)	(227.870)
Despesas com instrumentos financeiros derivativos - realizado	**(3.001)**	(22.842)	–
Despesas com instrumentos financeiros derivativos - não realizado	**–**	–	(46.103)
	(380.277)	(353.141)	(396.351)
Variação monetária e cambial líquida	**(72.237)**	(5.059)	32.905
	(443.172)	(342.951)	(346.441)

23. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política: As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado, que inclui o risco cambial e de taxa de juros. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando, quando necessário, instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. Os instrumentos financeiros derivativos e equivalentes de caixa são mensurados a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. a) Risco de crédito: O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e financeiras principalmente representados nas rubricas de contas a receber, caixa e equivalentes de caixa e derivativos. *Contas a receber:* As contas a receber da Companhia são substancialmente formadas por recebíveis de cartões e operadora de *delivery*. Os valores são transacionados com as principais bandeiras e prestadoras de serviço de meio eletrônico de pagamentos, sendo assim entendemos que o risco de crédito é baixo nessa operação. *Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro:* O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é o valor registrado, como demonstrado nas Notas 4 e 5. b) Risco de liquidez: A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e aos montantes disponíveis em caixa e equivalentes de caixa. c) Risco de mercado: *Risco cambial:* O risco de câmbio é risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição aos riscos de variações nas taxas de câmbio refere-se basicamente por empréstimos e outros passivos. O risco cambial dos empréstimos é administrado por meio de instrumentos financeiros derivativos, no qual a Companhia realiza operações de *hedge*, para minimizar sua exposição. A seguir, apresentamos quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros considerando oscilações de 25% e 50% na variável de risco (taxa do dólar americano):

continua

Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A.

CNPJ nº 42.591.651/0001-43

continuação

Notas Explicativas

Contrapartes	Dívida em dólares americanos	Dívida em reais em 31 de dezembro de 2020	Dólar expectativa administração	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
Cost sharing - ADBV/LatAm/ Arcos Dorados Argentina/ Arcos Dorados B.V./ Arcos Dorados Holding	13,315	69.194	69.375	86.685	104.127
Royalties - McDonald's	25,945	134.828	135.181	168.910	202.898
Location fee - McDonald's	34	177	177	221	266
Empréstimos e financiamentos - Bancos	242,255	1.258.927	1.262.221	1.577.153	1.894.507
Derivativos - ponta ativa (diversas instituições)	(79,580)	(413.553)	(414.636)	(518.090)	(622.339)
Taxas utilizadas		5,1967*	5,2103**	6,5103	7,8203

Contrapartes	Dívida em dólares americanos	Dívida em reais em 31 de dezembro de 2020	Dólar expectativa administração	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
Cost sharing - ADBV/LatAm/ Arcos Dorados Argentina/ Arcos Dorados B.V./ Arcos Dorados Holding	18,492	74.534	75.817	94.864	113.726
Royalties - McDonald´s	6,969	28.089	28.573	35.751	42.859
Location fee - McDonald´s	294	1.185	1.205	1.508	1.808
Empréstimos e financiamentos - Bancos	207,984	838.300	852.734	1.066.958	1.279.102
Derivativos - ponta ativa (diversas instituições)	(45,125)	(181.881)	(185.013)	(231.491)	(277.519)
Taxas utilizadas		4,0306*	4,1000**	5,1300	6,1500

* Taxa de câmbio efetiva em 31 de dezembro de 2020 e 2019, obtida do Banco Central do Brasil. ** Taxa de câmbio projetada pela Administração.

Risco de taxa de juros: A Companhia também está exposta à variação na taxa de juros, risco que impacta suas aplicações financeiras e seus empréstimos e financiamentos. Com finalidade de verificar a sensibilidade à variação das taxas de juros foram definidos três cenários diferentes. Assim, com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 2,75% para o ano de 2020 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações negativas e positivas de 25% e 50%. *Análise de sensibilidade dos ativos financeiros:* Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi de 31 de dezembro de 2020, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação	2020	Risco	CDI expectativa administração	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
Aplicações financeiras	218.305*	Queda do CDI	2,74%**	2,05%	1,37%
			5.982	4.475	2.991

* Saldos em 31 de dezembro de 2020 aplicados em CDB. ** A Companhia utilizou como expectativa 99,53% do CDI.

Análise de sensibilidade dos passivos financeiros: Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores de dívidas, as quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2020, foram definidos 3 cenários diferentes. Os contratos de dívida pré-fixada são valorizados a taxa média de 9,85% ao ano e taxa referencial (TR) acumulada desde agosto de 2014, e a partir desta calculadas as variações de 25% e 50%. Durante o ano de 2020, não houve atualização da taxa referencial (TR). Os contratos de financiamento com locador são valorizados a taxa de 3,3% a 4,01% e CDI. Para cada cenário foi calculada a "despesa financeira bruta" não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2024. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2020 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade em cada cenário.

Operação	Risco	Controladora: Exposição em Reais*	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Empréstimos e financiamentos	Aumento da TR				
Financiamentos Itaú	9,85%+TR	42.621	4.198	4.198	4.198
Financiamento Locador	3,3% a 4,01% e CDI	5.473	263	279	294

* Saldos em 31 de dezembro de 2020.

d) Instrumentos financeiros derivativos: A carteira de instrumentos financeiros derivativos é composta por contratos de troca de indexadores (*SWAP*). A utilização desses instrumentos visa diminuir os riscos de variação cambial nos contratos de empréstimos com partes relacionadas em moeda estrangeira e financiamentos, respectivamente. Tais derivativos são designados em estruturas de *hedge accounting* com o efeito da sua realização no resultado. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia possuía estruturas de *hedge* sendo *hedges* de fluxo de caixa e *hedges* de valor justo respectivamente. Em um *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parcela inefetiva do *hedge* é reconhecida imediatamente no resultado financeiro. Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afeta o resultado. Em um *hedge* de valor justo, a parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento é reconhecida diretamente no resultado, em conjunto com a variação no valor justo do objeto. De acordo com as políticas de Tesouraria, a Companhia não possui ou emite instrumentos financeiros derivativos para fins de especulação. *Hedge de fluxo de caixa:* Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía contratos de *swap* designados como *hedge* de fluxo de caixa para se proteger do efeito das flutuações das taxas cambiais dos empréstimos com partes relacionadas em moeda estrangeira, os quais possuem vencimentos em setembro de 2023 e abril de 2027. Os valores das operações de *swap* utilizados para proteção de empréstimos são resumidos a seguir:

2020	Valor Nominal (USD)	Diferencial a receber/pagar: Custo Atualizado	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Ativo/Passivo				
USD x PRE - Bank of America	**50,000**	**153.368**	**127.943**	**(25.425)**
USD x PRE - Santander	**50,000**	**115.658**	**108.878**	**(6.780)**
USD x PRE - JP Morgan	**50,000**	**44.107**	**73.692**	**29.585**
USD x PRE - Citibank	**50,000**	**53.198**	**58.483**	**5.285**
USD x PRE - JP Morgan - 20	**30,000**	**(5.278)**	**(5.278)**	**–**
USD x PRE - Itaú	**50,000**	**(7.435)**	**(7.435)**	**–**
Totais	**280,000**	**353.618**	**356.283**	**2.665**
Total Ativo circulante			**3.648**	
Total Ativo não circulante			**427.587**	
Total Passivo circulante			**(7.088)**	
Total Passivo não circulante			**(67.864)**	

2019	Valor Nominal (USD)	Diferencial a receber/pagar: Custo Atualizado	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Ativo/Passivo				
USD x PRE - Bank of America	**50,000**	**19.810**	**31.492**	**11.682**
USD x PRE - Santander	**50,000**	**28.091**	**35.435**	**7.344**
USD x PRE - JP Morgan	**50,000**	**16.454**	**30.194**	**13.740**
USD x PRE - Citibank	**50,000**	**25.098**	**31.318**	**6.220**
Totais	**200,000**	**89.453**	**128.439**	**38.986**
Total Ativo não circulante			**164.960**	
Total Passivo circulante			**(22.041)**	
Total Passivo não circulante			**(14.480)**	

Os termos essenciais dos contratos de *swap* foram negociados para estarem alinhados aos termos dos empréstimos, objetos dos *hedges*. Considerando que todas as transações foram consideradas efetivas, as variações do ajuste a valor justo sobre *hedge* de fluxo de caixa foram registradas na rubrica "Outros resultados abrangentes" em contrapartida da rubrica "Instrumentos financeiros derivativos" passivos ou ativos. Valor justo dos instrumentos financeiros: A seguinte hierarquia é usada para determinar o valor justo de instrumentos financeiros: Nível 1: preços cotados, sem ajustes, nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Ativos mensurados a valor justo	31 de dezembro de 2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações financeiras	218.305	–	218.305	–
Swap de taxa de juros - *hedge* de fluxo de caixa	427.587	–	427.587	–

Passivos mensurados a valor justo	31 de dezembro de 2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Swap de taxa de juros - *hedge* de fluxo de caixa - passivo circulante	(7.088)	–	(7.088)	–
Swap de taxa de juros - *hedge* de fluxo de caixa - passivo não circulante	(67.864)	–	(67.864)	–

Ativos mensurados a valor justo	31 de dezembro de 2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações financeiras	50.074	–	50.074	–
Swap de taxa de juros - *hedge* de fluxo de caixa	164.960	–	164.960	–

Passivos mensurados a valor justo	31 de dezembro de 2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Swap de taxa de juros - *hedge* de fluxo de caixa - passivo circulante	(22.041)	–	(22.041)	–
Swap de taxa de juros - *hedge* de fluxo de caixa - passivo não circulante	(14.480)	–	(14.480)	–

24. COBERTURA DE SEGUROS

A política da Companhia é a de manter cobertura de seguros para todos os bens do imobilizado e estoques sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para cobrir sinistros, considerando a natureza da sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

25. COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia tinha compromissos no montante total de R$182.150 incluindo os contratos serviços de TI, *marketing*, auditoria, TAX, jurídico, tesouraria entre outros. Os compromissos futuros relacionados aos referidos contratos são:

	Valor (i)
2021	146.912
2022	18.696
2023	8.209
2024	8.333
	182.150

(i) Contratos não aplicáveis ao CPC 06 (R2)/NBC TG (R3) - Operações de Arrendamento Mercantil, ou seja, contratos de serviços de TI, *marketing*, auditoria, TAX, jurídico, tesouraria entre outros.

26. PLANO DE REMUNERAÇÃO POR AÇÕES

A Arcos Dorados Holding Inc., controladora indireta da Companhia, implementou um plano de incentivo de longo prazo, em 2008, para premiar funcionários elegíveis, incluindo funcionários da Companhia. De acordo com este plano, a Arcos Dorados Holding Inc. garante anualmente a determinados funcionários a participação em unidades de ações - chamadas "CAD's" - nos termos do qual estes mesmos funcionários têm direito a receber, no momento da concessão, um pagamento em dinheiro igual ao valor justo do prêmio sobre o valor base da ação. As "CAD's" garantem um período de cinco anos, sujeitos ao vínculo com a Companhia no período, da forma que segue: 40% no segundo aniversário da data de concessão do prêmio e 20% em cada um dos três aniversários seguintes. O direito é cumulativo e, uma vez que aplicável, pode ser executado durante uma janela trimestral de forma total ou em partes até a data de liquidação, que ocorre ao quinto aniversário da data de concessão do prêmio. Quaisquer "CAD's" remanescentes na data término da garantia são automaticamente liquidadas. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui registrado no resultado do exercício o valor de R$1.543 (R$3.155 em 31 de dezembro de 2019).

27. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 26 de janeiro de 2021 a Sociedade aprovou, em Assembleia, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições (i) a ratificação dos seguintes créditos a serem pagos aos acionistas, proporcionalmente à participação detida por cada acionista no capital social da Companhia: (a) crédito no valor líquido de R$26.127, referente à declaração de juros sobre o capital próprio da Companhia relativos ao período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de outubro de 2018, conforme aprovado na Reunião de Sócios da Arcos Dourados Comércio de Alimentos Ltda. (antiga denominação da Companhia) realizada em 22 de novembro de 2018; e (b) crédito no valor líquido de R$26.093, referente à declaração de juros sobre o capital próprio da Companhia relativos ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2019, conforme aprovado na Reunião de Sócios da Arcos Dourados Comércio de Alimentos Ltda. (antiga denominação da Companhia) realizada em 19 de novembro de 2019; e (ii) a determinação de que os créditos de que trata o item (i) acima deverão ser pagos pela Companhia até o final do exercício social de 2023, ficando os administradores da Companhia autorizados a tomar todas as providências necessárias para efetivar as deliberações ora tomadas. Em 09 de março de 2021 foi realizado o pagamento juros sobre o capital próprio da Companhia relativos ao período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de outubro de 2018 no valor de R$26.127 conforme aprovação realizada em Assembleia realizada em 22 de novembro de 2018 e 26 de janeiro de 2021. Em 12 de março de 2021 a Companhia tomou ciência de auto infração (PA 15746-720.358/2021-49) pelo qual a Secretaria da Receita Federal do Brasil exige R$68.276, a título de IRPJ, CSLL e multa relativos ao ano calendário de 2016, com base em temas recorrentes, com prognóstico de perda possível, tais como, amortização de ágio, dedução de *royalties* e compartilhamento de custo. O referido auto será objeto de impugnação perante a Receita Federal nos próximos dias.

A DIRETORIA

CONTADOR: Weslley Barroso de Brito - CRC SP - 276041/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A.** - Barueri - SP - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 7 de abril de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC2SP034519/O-6
Pedro Martins Barbosa
Contador - CRC-BA036442/O-9

UHE São Simão Energia S.A.

CNPJ/MF nº 27.352.303/0001-20 - NIRE nº 35.300.502.329
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam os acionistas da **UHE São Simão Energia S.A.** ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada no dia 28 de abril de 2021, às 8h30min (oito horas e trinta minutos), exclusivamente de forma digital, por meio de plataforma a ser disponibilizada pela Companhia, para deliberar sobre as seguintes matérias: (1) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do relatório dos auditores independentes; e (2) deliberar sobre a destinação dos resultados do referido exercício social. Encontram-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social da Companhia, as Demonstrações Financeiras da UHE São Simão Energia S.A., acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. São Paulo, 20 de abril de 2021. A Administração.

Nogueira Patrimonial e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.155.487/0001-82 - NIRE 35.300.386.825
Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária

Convocamos os Senhores acionistas, para reunirem-se no dia 30/04/2021, às 15 horas na sede sito à Rua 15 de Novembro, nº 741, sobreloja - sala 01, Bairro Santo Antônio, na cidade de Itapira/SP, para deliberação na ordem do dia: **(I)** Tomar a contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, relativas ao Exercício Social encerrado em 31/12/2020; **(II)** Deliberar sobre a destinação do lucro do exercício de 2020; **(III)** Deliberar sobre o funcionamento do Conselho Fiscal para o exercício de 2021; **(IV)** Ratificação dos atos da Diretoria anterior e eleição dos novos membros da Diretoria; **(V)** Fixar a remuneração dos diretores para o exercício de 2021. Itapira, 20/04/2021. **Affonso Nogueira de Freitas** - Diretor Presidente - p.p. **Anna Pugina Nogueira** (21,23,24)

AFN Máquinas e Implementos S.A.

CNPJ/MF nº 49.911.654/0001-66 - NIRE 35.300.036.221
Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária

Convocamos os Senhores acionistas, para reunirem-se no dia 30/04/2021, às 10h00min, na sede situada na Cidade de Itapira/SP, na Rua XV de Novembro, nº 741/781, Bairro Santo Antônio, CEP 13974-903, para deliberação na ordem do dia: **(I)** Tomar a contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, relativas ao Exercício Social encerrado em 31/12/2020; **(II)** Deliberar sobre a destinação do lucro do exercício de 2020; **(III)** Deliberar sobre o funcionamento do Conselho Fiscal para o exercício de 2021; **(IV)** Ratificação dos atos da Diretoria anterior e eleição dos novos membros da Diretoria; **(V)** Fixar a remuneração dos diretores para o exercício de 2021. Itapira, 20/04/2021. **Márcio Fernando Nogueira** - Diretor Presidente (21,23,24)

Gold Leilões

PRÓXIMOS LEILÕES ELETRÔNICOS. Do Condutor da Praça- A praça será realizada por MEIO ELETRÔNICO através do Portal: www.canaljudicial.com.br/goldleiloes e será conduzida pelo Gestor Leiloeiro Oficial Uilian Aparecido da Silva- JUCESP 958. Na segunda praça, o valor mínimo para a venda corresponderá a 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação judicial, nos termos do artigo 13 do provimento CSM 1625/2009. Da comissão da Gestora Judicial- O arrematante deverá pagar a Gestora Judicial GOLD, a título de comissão o valor da porcentagem estipulada no edital, sob o preço de arrematação do imóvel. Dos lances- Os lances deverão ser ofertados pela rede internet, através do Portal www.canaljudicial.com.br/goldleiloes. Da responsabilidade do arrematante- Serão de responsabilidade do arrematante todas as providências e despesas relativas a transferência dos imóveis, tais como recolhimento do ITBI, foro, laudêmio, taxas alvarás, certidões, escrituras, registros e outras despesas pertinentes, inclusive dados apurados junto ao INSS oriundos de construção ou reformas não averbadas no Órgão competente e, ainda, dívidas relativas ao condomínio, resguardada a possibilidade de ação regressiva contra o devedor principal, perante ao Órgão competente. Débitos de IPTU- Eventuais débitos de IPTU ficam sub-rogados no valor da arrematação nos exatos termos do art. 130, parágrafo único do Código Tributário Nacional, mediante apresentação do extrato de débitos fiscais apresentado pelo arrematante. Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no Portal www.canaljudicial.com.br/goldleiloes. A alienação obedecerá ao disposto na legislação aplicável, no Provimento CSM nº 1.625/09 do TJSP e o caput do artigo 335, do Código Penal. A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos.

Edital de 1ª e 2ª Praça de parte ideal correspondente a 01/14 (um quatorze avos), de bem imóvel abaixo descrito e para intimações dos executados NETWAN SOLUTIONS SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA (CNPJ nº 07.694.828/0001-36) na pessoa de seus representantes legais: WALTER SHIGUERU TANAKA (CPF nº 447.887.389-53); BENEDICTO EDUARDO DA SILVA (CPF nº 060.265.848-97) e sua esposa na qualidade de coproprietária ANA MARIA DO CARMO PEREIRA SILVA (CPF nº 987.952.958-87), bem como para as intimações dos terceiros interessados e coproprietários: BENEDITA MARCIA DA SILVA HILLST (CPF nº 051.829.868-07) e seu marido EDWIN HILLST (CPF nº 028.469.618-83); CLEOSA MARIA DA SILVA BARBOSA (CPF nº 088.993.108-90) e seu marido JOSÉ BRAZ LUCAS BARBOSA (CPF nº 360.940.488-49); JOÃO IGNÁCIO DA SILVA FILHO (CPF nº 054.265.100-91) e sua esposa MARÍLIA ABRANCHES DA SILVA (CPF nº 116.948.227-96); JOSÉ ROBERTO DA SILVA (CPF nº 886.308.548-04), e sua esposa ROSA MARIA PEREIRA DA SILVA (CPF nº 789.672.528-20); MARCO AURÉLIO ZOUBAREF DA SILVA (CPF nº 333.180.918-71), e sua esposa LARISSA DAMAZIO ZOUBAREF (CPF nº 337.218.528-50), MARIA AUXILIADORA DA SILVA QUINTAS DOS SANTOS (CPF nº 830.633.828-68) e seu marido JOÃO BOSCO QUINTAS DOS SANTOS (CPF nº 073.395.188-00); MARIA FERNANDA ZOUBAREF DA SILVA (CPF nº 413.163.108-33); JOSÉ CARLOS DA SILVA (CPF 541.735.908-49) e sua esposa SUREYYA ZOUBAREF DA SILVA (CPF nº 159.514.608-32); MARCO AURÉLIO ZOUBAREF DA SILVA (CPF 333.180.918-71) e sua esposa LARISSA DAMAZIO ZOUBAREF (CPF 337.218.528-50); e THIAGO ZOUBAREF DA SILVA (CPF nº 333.180.908-08); bem como ainda para a intimação dos demais interessados, expedido nos autos da AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – Proc. nº 1049845-14.2019.8.26.0100, ajuizada pela exequente KAPITAL COBRANÇA E FOMENTO MERCANTIL LTDA (CNPJ nº 29.716.161/0001-68) O Dr. Rodrigo Cesar Fernandes Marinho, Juiz de Direito da 4ª Vara Cível do Foro Central/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 236 de 13.07.2016, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.goldleiloes.com.br) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação no 1º Leilão com início no dia 07/05/2021 às 15:00h, e com término no dia 10/05/2021 às 15:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para o 2º Leilão com início no dia 10/05/2021 às 15:01h, e com término no dia 22/06/2021 às 15:00h, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que o bem será entregue a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 60% (sessenta por cento, conf. decisão de fls. 381/383 dos autos) do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) da matricula abaixo descrita. MATRICULA Nº 38.960 DO CRI DE GUARATINGUETÁ/SP. AVALIAÇÃO ATUALIZADA - 01/14 (UM QUATORZE AVOS): R$ 43.325,23 (quarenta e três mil e trezentos e vinte e cinco reais e vinte e três centavos), atualizada pela tabela do Tribunal de Justiça de São Paulo até (março/2021).

Edital de 1ª e 2ª Praça de bem imóvel e para intimação do executado JOSAINE APARECIDA BILHAR (CPF nº 065.278.618-93) expedido nos autos da AÇÃO DE ALIENAÇÃO JUDICIAL DE BENS, Processo nº. 1007448-61.2015.8.26.0008, ajuizada pelos exequentes JUSSARA MARIA BILHAR LOPES (CPF nº 050.244.828-83) e WILTON MAGALHÃES PEDRO LOPES (CPF nº 064.065.698-65). O Dr. Fábio Rogério Bojo Pellegrino, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível do Foro Regional do Tatuapé/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 236 de 13.07.2016, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.goldleiloes.com.br) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação no 1º Leilão com início no dia 03/05/2021 às 14:00h, e com término no dia 05/05/2021 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para o 2º Leilão com início no dia 05/05/2021 às 14:01h, e com término no dia 24/05/2021 às 14:00h, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) da matricula abaixo descrita. Matrícula 6.324 do 9º CRI da Capital/SP: AVALIAÇÃO: R$ 684.472,56 (seiscentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e dois reais e cinquenta e seis centavos), atualizado pela tabela do Tribunal de Justiça de São Paulo até (fevereiro de 2021).

Edital de 1ª e 2ª Praça de bem imóvel abaixo descrito, e para intimações dos executados PAULO ROBERTO DO AMARAL (CPF nº 708.064.208-63); VIVIAN DO PRADO CUENCA (CPF nº 180.925.848-00), e MARIA HELENA DE LIMA FRANCO, ou MARIA HENELA DE LIMA conf. R.06 da matrícula nº 15.171 (CPF nº 707.724.288-91), bem como para a intimação do terceiro interessado EDIO TOMASI (CPF 074.897.808-96), e demais interessados, expedido nos autos da AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – Proc. nº. 1002754-54.2015.8.26.0071/01, ajuizada pelo exequente EDMILSON SOSSAI RIBEIRO (CPF nº 926.315.098-20). O Dr. Jayter Cortez Junior, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível do Foro da Comarca de Bauru/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 236 de 13.07.2016, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.goldleiloes.com.br) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação no 1º Leilão com início no dia 03/05/2021 às 14:00h, e com término no dia 05/05/2021 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para o 2º Leilão com início no dia 05/05/2021 às 14:01h, e com término no dia 24/05/2021 às 14:00h, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que o bem será entregue a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 60% (sessenta por cento, conf. decisão de fls. 275/277 dos autos) do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) da matricula abaixo descrita. MATRICULA Nº 15.171 DO 2º CRI DE BAURU/SP. AVALIAÇÃO ATUALIZADA: R$ 168.596,67 (cento e sessenta e oito mil e quinhentos e noventa e seis reais e sessenta e sete centavos), atualizada pela tabela do Tribunal de Justiça de São Paulo até (março/2021).

Edital de 1ª e 2ª Praça de bem imóvel e para intimações dos executados ANTÔNIO DE SOUZA (CPF nº 030.840.048-89), e s/mulher na qualidade de coproprietária LIDIA DIAS DA COSTA SOUZA (CPF nº 067.356.318-97), ELISA BENATO (CPF nº 189.160.838-00), GENIVALDO DE SOUZA (CPF nº 222.837.588-82), expedido nos autos do CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, Processo nº 0018478-05.2012.8.26.0077, ajuizada pelo exequente HERMES JORGE (CPF nº 030.926.858-30). O Dr. Fábio Renato Mazzo Reis, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Birigui/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 236 de 13.07.2016, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.goldleiloes.com.br) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação no 1º Leilão com início no dia 03/05/2021 às 14:00h, e com término no dia 05/05/2021 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para o 2º Leilão com início no dia 05/05/2021 às 14:01h, e com término no dia 24/05/2021 às 14:00h caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 60% (sessenta por cento), do valor de avaliação atualizada, nos termos do art. 843 do CPC - Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem. § 1o É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições. § 2o Não será levada a efeito expropriação por preço inferior ao da avaliação na qual o valor auferido seja incapaz de garantir, ao coproprietário ou ao cônjuge alheio à execução, o correspondente à sua quota-parte calculado sobre o valor da avaliação. (Art. 891 parágrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) da matricula abaixo descrita. Matricula nº 33.880 do CRI de Birigui - SP: AVALIAÇÃO ATUALIZADA: R$ 205.937,23 (duzentos e cinco mil e novecentos e trinta e sete reais e três centavos), atualizada pela tabela do Tribunal de Justiça de São Paulo até (março de 2021).

Edital de 1ª e 2ª Praça de bens móveis e para intimações dos executados AAX COMÉRCIO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA (CNPJ nº 12.143.100/0001-56), ARTUR FELIPE SANTA CRUZ RAMOS (CPF nº 733.115.374-91), LUCIANA DE BARROS COSTA RAMOS (CPF nº 891.645.714-91), ALTEX COMÉRCIO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA (CPF nº 11.268.378/0001-97), RNR NEGÓCIOS E REPRESENTAÇÕES LTDA (CNPJ nº 70.066.725/0001-68), bem como terceiro interessado BNT COMERCIO DE PRODUTOS TEXTEIS LTDA NA PESSOA DE ARTUR FELIPE SANTA CRUZ expedido nos autos da Execução de Título Extrajudicial, Processo nº. 1060095-14.2016.8.26.0100, ajuizado pelo exequente BANCO DO BRASIL S.A (CNPJ nº 00.000.000/0001-91). A Dra. Melissa Bertolucci, Juíza de Direito da 27ª Vara Cível do Foro Central/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 236 de 13.07.2016, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.goldleiloes.com.br) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação no 1º Leilão com início no dia 03/05/2021 às 14:00h, e com término no dia 05/05/2021 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para o 2º Leilão com início no dia 05/05/2021 às 14:01h, e com término no dia 24/05/2021 às 14:00h, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 60% (sessenta por cento) do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) dos bens abaixo descritos. LOTE 1: Um veículo I/MMC OUTLANDER 3.0 V6, ano/modelo 2008/2008, placa EBW-1432. AVALIAÇÃO: R$ 32.964,00 (trinta e dois mil e novecentos sessenta e quatro reais) atualizado pela tabela FIPE até março de 2021. LOTE 2: Um veículo I/LR DISCOVERY 3 V8 HSE, ano/modelo 2005/2006, placa KZR-8006. AVALIAÇÃO: R$ 49.164,00 (quarenta e nove mil e cento e sessenta e quatro reais) atualizado pela tabela FIPE até março de 2021.

Edital de 1ª e 2ª Praça de bem imóvel e para intimação dos requeridos AURENITE PEREIRA DOS SANTOS (CPF nº 121.715.688-79 ou 022.730.598-17), e CIRO CARLOS PEREIRA DOS SANTOS (CPF nº 076.518.768-06), expedido nos autos da AÇÃO DE PROCEDIMENTO COMUM - EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO - Processo nº. 1001251-61.2017.8.26.0383, ajuizada pelos requerentes CLARICE DE FATIMA DOS SANTOS (CPF nº 225.360.118-79); ENIDIA PEREIRA DOS SANTOS (CPF nº 022.749.798-80), e ADENITA APARECIDA BARBOSA (CPF nº 121.715.688-79). O Dr. Renato dos Santos, juiz de Direito da Única Vara Cível do Foro da Comarca de Nhandeara/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 236 de 13.07.2016, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.goldleiloes.com.br) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação no 1º Leilão com início no dia 03/05/2021 às 14:00h, e com término no dia 05/05/2021 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para o 2º Leilão com início no dia 05/05/2021 às 14:01h, e com término no dia 24/05/2021 às 14:00h, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que o bem será entregue a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) da matricula abaixo descrita. MATRICULA Nº 4.698 DO CRI DE NHANDEARA/SP: AVALIAÇÃO ATUALIZADA: R$ 146.489,42 (cento e quarenta e seis mil e quatrocentos e oitenta e nove reis e quarenta e dois centavos), atualizada pela tabela do Tribunal de Justiça de São Paulo até (março de 2021).

Edital de 1ª e 2ª Praça de bem imóvel e para intimação do executado LUIS FERNANDO RIBEIRO ROCHA (CPF nº 176.524.538-95) expedido nos autos do CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, Processo nº. 0085672-74.2017.8.26.0100, ajuizado pelo exequente CONDOMÍNIO DOS EDIFÍCIOS APOLO, ALVORADA, GOVERNADOR E ÓPERA - GALERIA DE CENTRO CONJTO. DOM JOSÉ (CNPJ nº 54.283.973/0001-04). A Dra. Luciana Biagio Laquimia, Juíza de Direito da 17ª Vara Cível do Foro Central/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 236 de 13.07.2016, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.goldleiloes.com.br) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação no 1º Leilão com início no dia 03/05/2021 às 14:00h, e com término no dia 05/05/2021 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para o 2º Leilão com início no dia 05/05/2021 às 14:01h, e com término no dia 24/05/2021 às 14:00h, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 70% (setenta por cento) do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) da matricula abaixo descrita. Matrícula nº 74.812 do 5º CRI de São Paulo – SP: AVALIAÇÃO ATUALIZADA: R$ 263.864,25 (duzentos e sessenta e três mil e oitocentos e sessenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), atualizada pela tabela do Tribunal de Justiça de São Paulo até (março de 2021).

Edital de 1ª e 2ª Praça de bens imóveis abaixo descritos, e para intimações dos executados FATO URBANISMO LTDA (atual denominação A. F. URBANISMO LTDA) - EM RECUPEÇÃO JUDICIAL (CNPJ nº 07.437.068/0001-81) na pessoa de seus representantes legais, ANTENOR DE OLIVEIRA (CPF nº 074.865.458-53) e sua mulher ROMILDA TEIXEIRA OLIVEIRA (CPF nº 161.964.788-50); ANTENOR DE OLIVEIRA JÚNIOR (CPF nº 257.149.488-07); FLÁVIO HENRIQUE TEIXEIRA DE OLIVEIRA (CPF nº 137.290.188-41); THIAGO BLAZISSA MARTINI (CPF nº 217.703.488-40); MATHEUS BLAZISSA MARTINI (CPF nº 384.011.718-65) e sua mulher TAMIRIS CRISTIANE STEVANATO MARTINI (CPF nº 395.009.928-09) e demais interessados, expedido nos autos da AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL – Proc. nº. 1001841-67.2018.8.26.0071, ajuizada pelo exequente BANCO DO BRASIL S/A (CNPJ nº 00.000.000/4468-74). O Dr. Arthur de Paula Goncalves, Juiz de Direito da 4ª Vara Cível do Foro da Comarca de Bauru/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 236 de 13.07.2016, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.goldleiloes.com.br) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação no 1º Leilão com início no dia 03/05/2021 às 14:00h, e com término no dia 05/05/2021 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para o 2º Leilão com início no dia 05/05/2021 às 14:01h, e com término no dia 24/05/2021 às 14:00h, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 70% (setenta por cento, conf. decisão de fls. 933/935 dos autos) do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) da matricula abaixo descrita. MATRICULA Nº 1.183 DO CRI DE BARRA BONITA/SP: AVALIAÇÃO ATUALIZADA: R$ 428.676,03 (quatrocentos e vinte e oito mil e seiscentos e setenta e seis reais e três centavos), atualizada pela tabela do Tribunal de Justiça de São Paulo até (março/2021). LOTE 02: MATRICULA Nº 23.242 DO CRI DE BARRA BONITA/SP: AVALIAÇÃO ATUALIZADA: R$ 325.576,75 (trezentos e vinte e cinco mil e quinhentos e setenta e seis reais e setenta e cinco centavos), atualizada pela tabela do Tribunal de Justiça de São Paulo até (março/2021). LOTE 03: MATRICULA Nº 13.258 DO CRI DE BARRA BONITA/SP: AVALIAÇÃO ATUALIZADA: R$ 1.193.781,38 (um milhão e cento e noventa e três mil e setecentos e oitenta e um reais e trinta e oito centavos), atualizada pela tabela do Tribunal de Justiça de São Paulo até (março/2021).

Edital de 1ª e 2ª Praça de bem imóvel abaixo descrito e para intimação do executado EURIPEDES MANTELATO (CPF nº 023.582.258-27) e demais interessados, expedido nos autos da AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - Processo nº. 0000146-80.2019.8.26.0097, oriunda dos autos da AÇÃO DE ALIENAÇÃO JUDICIAL DE BENS - Proc. 1000221-73.2017.8.26.0097, ajuizada pela exequente OSMARI MARGARIDA DA ROCHA (CPF nº 316.732.208-00) O Dr. Marcilio Moreira de Castro, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Buritama/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 236 de 13.07.2016, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.goldleiloes.com.br) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação no 1º Leilão com início no dia 03/05/2021 às 14:00h, e com término no dia 05/05/2021 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para o 2º Leilão com início no dia 05/05/2021 às 14:01h, e com término no dia 24/05/2021 às 14:00h, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que o bem será entregue a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 60% (sessenta por cento, conf. decisão de fls. 53/55 dos autos) do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) da matricula abaixo descrita. MATRICULA Nº 16.996 DO CRI DE BURITAMA/SP: AVALIAÇÃO ATUALIZADA: R$ 122.388,81 (cento e vinte e dois mil e trezentos e oitenta e oito reais e oitenta e um centavos), atualizada pela tabela do Tribunal de Justiça de São Paulo até (março/ 2021).

Edital de 1ª e 2ª Praça de bem imóvel abaixo descrito, e para intimação da executada FRANCISCA ROMANA DA SILVA OLIVEIRA (CPF nº 123.150.408-09) expedido nos autos da AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – Proc. nº 0003523-73.2016.8.26.0191, ajuizada pelo exequente GILBERTO DARY DE OLIVEIRA (CPF nº 066.629.088-19). O Dr. João Walter Cotrim Machado, Juiz de Direito da 3ª Vara Cível do Foro da Comarca de Ferraz de Vasconcelos/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 236 de 13.07.2016, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.goldleiloes.com.br) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação no 1º Leilão com início no dia 03/05/2021 às 14:00h, e com término no dia 05/05/2021 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para o 2º Leilão com início no dia 05/05/2021 às 14:01h, e com término no dia 24/05/2021 às 14:00h, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que o bem será entregue a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 60% (sessenta por cento, conf. decisão de fls. 186/187 dos autos) do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) do contribuinte abaixo descrito. CADASTRADO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS SOB O CONTRIBUINTE Nº 12.0095.0061-000. AVALIAÇÃO ATUALIZADA: R$ 259.036,11 (duzentos e cinquenta e nove mil e trinta e seis reais e onze centavos), atualizada pela tabela do Tribunal de Justiça de São Paulo até (fevereiro/2021).

Edital de 1ª e 2ª Praça dos DIREITOS de bem imóvel e para intimação da executada DAIANA KARINA DE MIRANDA (CPF nº 341.981.268-01), bem como para a intimação da credora e alienante fiduciária CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CNPJ nº 00.360.305/0001-04) e demais interessados, expedido nos autos da AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - Processo nº 0016553-82.2018.8.26.0361, ajuizada pelo exequente CONDOMÍNIO RESIDENCIAL NOVA MOGI I (CNPJ nº 17.914.893/0001-83). O Dr. Carlos Eduardo Xavier Brito, Juiz de Direito da 4ª Vara Cível do Foro da Comarca de Mogi das Cruzes/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 236 de 13.07.2016, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.goldleiloes.com.br) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação no 1º Leilão com início no dia 03/05/2021 às 14:00h, e com término no dia 05/05/2021 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para o 2º Leilão com início no dia 05/05/2021 às 14:01h, e com término no dia 24/05/2021 às 14:00h, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que o bem será entregue a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 70% (setenta por cento, conf. decisão de fls. 195/196 dos autos) do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) da matricula abaixo descrita. MATRICULA Nº 78.955 DO 2º CRI DE MOGI DAS CRUZES/SP: OS DIREITOS: AVALIAÇÃO ATUALIZADA: R$ 217.135,45 (duzentos e dezessete mil, cento e trinta e cinco reais e quarenta e cinco centavos), atualizada pela tabela do Tribunal de Justiça de São Paulo, até (fevereiro/ 2021).

Dafferner Comércio Exterior Ltda

CNPJ: 50.260.884/0001-91- NIRE: 35200757732
Convocação Reunião de Sócios Quotistas

Ficam os Srs **Quotistas** convocados para a **Reunião de Quotistas De Dafferner Comércio Exterior**, em 1ª convocação, a ser realizada no dia 29/04/2021, às 10hs, na sede Rua Iturama, 189, São Paulo/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte **ordem do dia**: a) Exame, discussão e votação do relatório da diretoria, balanço patrimonial e demonstração de resultados relativos ao exercício findo em 31/12/2020; b) destinação e transferência de resultados desse exercício de 2020; c) fixação dos honorários da diretoria para 2021. **Walter Carvalho Dafferner** - Sócio Administrador. (07-16-23)

Dafferner S/A Máquinas Gráficas

CNPJ: 61.074.332/0001-05 – NIRE: 35901112126
Convocação Assembleia Geral Ordinária

Ficam os Srs acionistas convocados a se reunirem em 1ª convocação, a ser realizada no dia 29/04/2021, às 15hs, na Rua Iturama, 189, São Paulo/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte **ordem do dia**: a) Exame, discussão e votação do relatório da diretoria, Balanço Patrimonial e demonstração de resultados relativos ao exercício findo em 31/12/2020; b) destinação e transferência de resultados desse exercício de 2020; c) fixação dos honorários da diretoria. **Walter Carvalho Dafferner** - Diretor Presidente. (07-16-23)

FOSFANIL S.A. - CNPJ/MF nº 33.179.474/0001-00 - NIRE 35.300.036.786 - **Aviso de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária** - Ficam os Senhores Acionistas da Fosfanil S.A. ("Companhia") convocados, na forma de seu Estatuto Social, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a realizar-se no dia 07 de maio de 2021, às 09:00, na sede da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Ibirapuera, 2300, 4º andar, conjuntos 41 e 42, CEP 04029-100, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Exame e aprovação do relatório e do balanço relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2020. b) Consolidação do Estatuto Social da Companhia; A participação do Acionista poderá ser pessoal ou por procurador devidamente constituído. São Paulo, 22 de abril de 2021. **Eric Pierre Paul Schmitt** - Diretor Presidente.

INDÚSTRIAS J.B.DUARTE S/A

CNPJ/MF nº 60.637.238/0001-54
CÓDIGO CVM - 01231-9 - Companhia Aberta
NIRE 35.300.030.257

AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se a disposição dos acionistas na sede social da empresa situada a Avenida Alcântara Machado nº 80, conjunto 31, bairro da Mooca, São Paulo, os documentos relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2020 e anexos, em conformidade com o Artigo 133 da Lei 6404/76. Tais documentos também foram disponibilizados nos sites da CVM- Comissão de Valores Mobiliários, B3 - BRASIL, BOLSA, BALCÃO e no site da Companhia, www.indústriasjbduarte.com.br. São Paulo, 20 de abril de 2021. **Edison Cordaro** - Diretor de Relações com Investidores.

Empreendimentos Imobiliários Caracol S/A

CNPJ: 53.859.120/0001-05 - NIRE: 35300055578
Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os acionistas a se reunirem em às 15hs, do dia 30/04/2021, para deliberar a seguinte ordem do dia: (i) apreciar as contas da diretoria, o balanço patrimonial, o demonstrativo de resultados e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020; (ii) eleger os membros da Diretoria para o mandato de 01 ano (05/2021 a 04/2022) e fixar a respectiva remuneração global mensal para o exercício social de 2022; (iii) tratar de assuntos diversos de interesse geral dos acionistas. Devido a pandemia da Covid-19 o Artigo 9º da Lei nº 14.030/2020, comunicamos que a Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, acessível pelo aplicativo "ZOOM", cujo acesso será disponibilizado pela companhia, através de correio eletrônico, 24 horas antes da realização da Assembleia. Pedreira/SP, 19/04/2021. **Diretores:** Ana Tereza Lopes; Alexandre Magno dos Santos Gouveia; José Eduardo Ruas Dias Mauricio.

Santana Administração de Bens Próprios S/A

CNPJ: 00.278.328/0001-74 - NIRE: 35300511654
Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os acionistas a se reunirem às 14hs, do dia 30/04/2021, para deliberar a seguinte ordem do dia: (i) apreciar as contas da diretoria, o balanço patrimonial, o demonstrativo de resultados e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020; (ii) eleger os membros da Diretoria para o mandato de 01 ano (05/2021 a 04/2022) e fixar a respectiva remuneração global mensal para o exercício social de 2022; (iii) tratar de assuntos diversos de interesse geral dos acionistas. Devido a pandemia da Covid-19 e conforme o Artigo 9º da Lei nº 14.030/2020, comunicamos que a Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, acessível pelo aplicativo "ZOOM", cujo acesso será disponibilizado pela companhia, através de correio eletrônico, 24 horas antes da realização da Assembleia. Pedreira/SP, 19/04/2021. **Diretores:** Ana do Carmo dos Santos Gouveia Lenzi; Mateus Lopes; Sérgio Ruas Dias Maurício.

CONDOMÍNIO GARAGEM AUTOMÁTICA REPÚBLICA

Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Convidamos os senhores condôminos a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 04 de Maio de 2021, às 10.00 horas em primeira convocação e 10:30 horas em segunda convocação à Rua Aurora, 990, pátio da garagem, nesta capital, para tratar da seguinte ordem do dia: **A)** Exame, apreciação e votação das contas e atos do Síndico e Administrador, relativos ao exercício de 2020; **B)** Exame, apreciação e votação do orçamento para o exercício de 2021; **C)** Eleição do Síndico, Subsíndico, administrador e Conselho Consultivo para o biênio de 2021 e 2022; e **D)** Assuntos diversos de interesse do condomínio.

São Paulo, 20 de abril de 2021. **Sabine Maria de Almeida** - Síndica

Aguassanta Participações S.A.

CNPJ nº 07.198.897/0001-59 - NIRE 35.300.320.484

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Pelo presente, ficam convocados os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária da Aguassanta Participações S.A. ("Companhia"), a ser realizada no dia 30 de abril de 2021, às 16:00 horas, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 16º andar, sala 08, Bairro Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04538-132, para deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: (i) Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício; (iii) Fixar a remuneração global anual dos administradores; e (iv) Reeleger os Membros do Conselho de Administração da Companhia. São Paulo (SP), 19 de abril de 2021. **Rubens Ometto Silveira Mello -** Presidente do Conselho de Administração

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1028071-36.2016.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). ADEVANIR CARLOS MOREIRA DA SILVEIRA, na forma da Lei, FAZ SABER a(o) SEBASTIAO MIRANDA DA COSTA, CPF 026.202.138-27, e ARR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI - ME., CNPJ 00.694.180/0001-59, que Santander (Brasil) S/A distribuiu ação de execução de título extrajudicial com lastro na cédula de crédito bancário nº(s).0005053279156001695, que restou inadimplida, objetivando a quantia de R$ 118.744,20 (Agosto/2016). Estando os executados em local incerto e não sabido, foi determinado a CITAÇÃO por EDITAL, para que no prazo de 03 (três) dias a fluir do prazo do presente edital pague a dívida atualizada, acrescido de honorários advocatício de 10% do débito que será reduzido pela metade no caso de pronto pagamento, ou para que no prazo de 15 (quinze) ofereça embargos, podendo ainda reconhecendo reconhecendo o crédito do exequente e mediante depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de 1% (um por cento) ao mês (art. 916 do CPC), nomeando-se em caso de silêncio Curador Especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 23/04/2021

Associação São Francisco de Assis - Irmãs de São Francisco da Providência de Deus

CNPJ 61.011.094/0001-99 - Rua Professor Eduardo Monteiro, 513 - São Paulo - SP

BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (em reais)

ATIVO	NE	2020	2019
Circulante			
Caixa		26.330	10.339
Banco Conta Movimento		74.136	293.560
Aplicações Financeiras		38.018.914	38.912.726
		38.119.380	**39.216.625**
Clientes e Outros Recebíveis			
Mensalidades a Receber		3.863.185	3.366.273
Cheques a Receber		377.736	273.569
Títulos Acordados		2.641.222	2.197.116
Valores a Receber - Cartões de Créditos		2.317.198	1.327.938
	6	**9.199.341**	**7.164.895**
Outros Ativos Circulantes			
Adiantamentos		410.614	532.828
Impostos a Recuperar		3.388	1.194
Despesas Antecipadas		34.180	37.660
Estoques		735.892	535.281
		1.184.074	**1.106.963**
Total do Ativo Circulante		**48.502.795**	**47.488.483**
Não Circulante			
Créditos de Longo Prazo			
Depósitos Judiciais		191.368	133.467
Contas a Receber		224.878	-
		416.246	**133.467**
Investimento			
Consórcios		615.934	388.978
Títulos de Capitalização		279.817	243.439
		895.751	**632.417**
Imobilizado			
Tangíveis		21.685.094	13.512.732
(-) Depreciação/Amortização Acumulada		(7.787.230)	(6.283.459)
	7	**13.897.864**	**7.229.273**
Intangível			
Softwares		565.050	565.050
(-) Amortização Acumulada	8	(536.488)	(524.886)
		28.562	**40.164**
Total do Ativo Não Circulante		**15.238.423**	**8.035.321**
Total do Ativo		**63.741.218**	**55.523.804**

PASSIVO	NE	2020	2019
Circulante			
Fornecedores		2.980.978	2.041.909
Obrigações Fiscais		1.204.252	1.216.198
Obrigações Trabalhistas		1.926.918	1.784.604
Provisões de Férias e Encargos		2.112.228	2.182.021
Adiantamentos de Clientes		4.007.941	7.357.466
Outros Adiantamentos		23.118	77.679
Financiamentos		1.243.513	1.017.164
Contas a Pagar		204.126	-
Total do Passivo Circulante	9	**13.703.074**	**15.677.041**
Não Circulante			
Provisão Contingências	12	1.028.273	624.857
Outras Contas a Pagar		680.420	-
Total do Passivo Não Circulante		**1.708.693**	**624.857**
Total do Passivo		**15.411.767**	**16.301.899**
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social		35.543.938	29.533.921
Superávit dos Exercícios		9.992.293	6.469.325
Ajuste Avaliação Patrimonial		2.793.220	3.218.660
Total do Patrimônio Líquido	11	**48.329.451**	**39.221.906**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**63.741.218**	**55.523.804**

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (em reais)

RECEITA BRUTA	2020	2019
Serviços de Ensino Contratados Onerosamente	73.979.097	67.843.653
Serviços de Ensino Contratados Gratuitamente	10.805.314	10.491.339
(-) B.E Integral - Lei nº 12.101/2009	(5.107.922)	(5.908.229)
(-) B.E. Parcial 50% - Lei nº 12.101/2009	(60.684)	(38.913)
(-) B.E. Empregados	(4.386.017)	(3.819.315)
(-) B.E. Institucionais	(1.250.691)	(724.882)
Receita Prestação de Serviço Ensino - Lei nº 9.870/1999	**73.979.097**	**67.843.653**
Receita Cursos / Extracurriculares	5.878.755	5.570.552
Receitas Atividades Esportivas	121.780	313.844
Receitas de Doações	105.170	295.276
Receitas Patrimoniais	50.392	185.208
Receitas Vendas Mercadorias	2.943.479	618.774
Receitas Eventos e Promoções	328.085	940.905
Outras Receitas	297.310	450.516
Total Receita Bruta	**83.704.069**	**76.218.728**
(-) Deduções Receita Bruta		
- Descontos Incondicionais	(4.933.069)	-
- Devoluções / Cancelamentos	(965.311)	(481.813)
RECEITA LÍQUIDA	**77.805.689**	**75.736.915**
CUSTO SERVIÇOS E MERCADORIAS		
(-) Prestação Serviços de Ensino	(57.033.290)	(59.581.586)
(-) Prestação Serviços Atividades Esportivas	(369.419)	(326.185)
(-) Mercadoria Vendida - CMV	(2.327.956)	(84.019)
	(59.730.665)	**(59.991.790)**
DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS		
Despesas Gerais e Administrativas	(7.368.333)	(9.966.890)
	(7.368.333)	**(9.966.890)**
DESPESAS SOCIAIS		
Benefícios Complementares - Educação	(242.721)	(827.485)
Projeto Obra Social Santa Clara e São Francisco	(774.842)	(1.064.131)
	(1.017.563)	**(1.891.615)**
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas Financeiras	1.639.001	3.498.508
Despesas Financeiras	(1.335.836)	(915.803)
	303.165	**2.582.705**
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	**9.992.293**	**6.469.325**

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (em reais)

	Patrimônio Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Superávit ou Déficit do Exercício	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**25.267.979**	**3.641.022**	**3.818.306**	**32.727.307**
Transferência déficit exercício anterior para patrimônio social	3.818.306	-	(3.818.306)	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	422.362	(422.362)	-	-
Ajuste Exercícios Anteriores	25.274	-	-	25.274
Superávit do Exercício	-	-	6.469.325	6.469.325
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**29.533.921**	**3.218.660**	**6.469.325**	**39.221.906**
Transferência déficit exercício anterior para patrimônio social	5.584.577	-	(6.469.325)	(884.749)
Ajuste Avaliação Patrimonial	425.440	(425.440)	-	-
Superávit do Exercício	-	-	9.992.293	9.992.293
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**35.543.938**	**2.793.220**	**9.992.293**	**48.329.451**

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (em reais)

	2020	2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do Exercício	**9.992.293**	**6.469.325**
Ajustes ao resultado do exercício		
Ajuste Exercícios Anteriores	(884.749)	25.274
Depreciação/Amortização do período	1.515.373	3.287.916
Prov. p/ créditos liquidação duvidosa	112.450	641.650
Prov. p/ contingências	403.416	428.700
Resultado ajustado	**11.138.783**	**10.852.864**
Variações nos Ativos e Passivos		
ATIVO		
(+/-) (Aumento) Redução Mensalidades a Receber	(609.362)	(932.035)
(+/-) (Aumento) Redução Cheques a Receber	(104.167)	(535.281)
(+/-) (Aumento) Redução Outros Ativos Circulantes	(1.510.477)	(618.978)
(+/-) (Aumento) Redução Realizável a Longo Prazo	(282.779)	726.010
PASSIVO		
(+/-) Aumento (Redução) Fornecedores	939.069	526.758
(+/-) Aumento (Redução) Obrigações Fiscais	(11.946)	84.876
(+/-) Aumento (Redução) Obrigações Trabalhistas	142.314	114.726
(+/-) Aumento (Redução) Prov. Férias e Encargos	(69.793)	455.468
(+/-) Aumento (Redução) Contas a Pagar	(3.349.525)	1.290.261
(+/-) Aumento (Redução) Outras Contas a Pagar	884.547	-
(+/-) Aumento (Redução) Adiant. Clientes	(54.561)	12.100
Disponibilidades líquidas geradas nas atividades operacionais	**7.112.102**	**11.976.769**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(+/-) (Acréscimo)/Decréscimo do Imobilizado	(8.172.362)	(4.518.183)
(+/-) (Acréscimo)/Decréscimo do Intangível	-	(21.198)
(+/-) (Acréscimo)/Decréscimo do Consórcio e Título de Capitalização	(263.334)	(232.123)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	**(8.435.696)**	**(4.771.504)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Aumento de financiamento a curto prazo	226.349	433.831
Disponibilidades liquidas aplicadas nas atividades de financiamento	**226.349**	**433.831**
Variação das Disponibilidades	**(1.097.245)**	**7.639.097**
No início do período	39.216.625	31.577.528
No final do período	38.119.380	39.216.625
Variação das Disponibilidades	**(1.097.245)**	**7.639.097**

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL: A Associação São Francisco de Assis - Irmãs de São Francisco da Providência de Deus é uma associação de caráter benemerente, orientada para a formação e promoção da pessoa humana, através da Educação e da Assistência Social. A Associação tem como objetivo, desde sua fundação, promover as políticas públicas em destaque através da manutenção de instituições de ensino e de assistência, valorizando o trabalho de instrução da juventude e o amparo aos excluídos socialmente. Durante o exercício de 2020, a Associação manteve em regular funcionamento, as seguintes unidades: Colégio Franciscano São Miguel Arcanjo, localizado na Vila Zelina, Colégio Franciscano Nossa Senhora do Carmo, localizado na Vila Alpina, Colégio Franciscano Pio XII, localizado no Bairro do Morumbi, todos estes localizados na cidade de São Paulo - SP. Manteve também o Colégio São Francisco de Assis, localizado na periferia da cidade de Barbacena - MG. Todas essas unidades voltadas ao atendimento do ensino em todo o ciclo da Educação Básica. É também mantenedora da Obra Social Santa Clara e São Francisco de Assis, localizada na Vila Alpina, projeto na área de Assistência Social voltado ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco social. Em virtude do surto da pandemia do COVID-19, declarada pela Organização Mundial de Saúde, que afetou a economia mundial e tão consequente nossas atividades devido aos riscos de contaminação em caso de aglomeração de pessoas, e seguindo orientações do Conselho Federal de Contabilidade, IBRACON e CVM, os efeitos da pandemia observados pela Administração da Associação São Francisco de Assis - Irmãs de São Francisco da Providência de Deus, encontram-se contempladas na Nota 16 - Efeitos da Pandemia do Coronavírus. Importante destacar que mesmo diante do cenário caótico imposto pela pandemia do COVID-19, a Administração trabalhou incessantemente na busca de alternativas que permitissem o cumprimento de seu objetivo social.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: Na elaboração das demonstrações contábeis de 2020, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, naquilo que importa às questões contábeis vinculadas às organizações que integram o Terceiro Setor. Nesse sentido, tomou como base de referência as orientações advindas da NBC ITG 2002 (R1) - ENTIDADES SEM FINS DE LUCROS, aprovada pela Resolução CFC Nº 1409/12, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

NOTA 3 - FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO 1.330/11 (NBC ITG 2000 (R1)): Associação mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos por meio de processo eletrônico, considerando os aspectos de controle necessários à evidenciação e arquivo.

NOTA 4 - RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS: O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Associação, a seguir: **4.1 - Regime Contábil:** As transações são efetuadas de acordo com os Princípios de Contabilidade, obedecendo ao regime de competência. **4.2 - Caixa e Equivalente de caixa:** Conforme determina a Resolução do CFC Nº 1.296/10 (NBC -TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC Nº 1.376/11 (NBC TG 26) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste sub-grupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. Os valores representados pelas aplicações financeiras estão registrados ao custo original acrescidos dos rendimentos auferidos até à data de encerramento das demonstrações. **4.3 - Ativo Circulante e Não Circulante - Contas a receber de clientes:** Representado pelo conjunto de valores a receber por parte da Associação, oriundos dos contratos de prestação de serviços de ensino, fruto de sua atividade na área educacional. **4.4 - Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa:** Esta provisão foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos oriundos da prestação de serviço de ensino. Esta provisão foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela Associação considerando a perspectiva do débito em relação à situação individual do devedor. **4.5 - Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor, e representa os valores referem-se à materiais didáticos, livros e uniformes para venda. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de desvalorização, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico. **4.6 - Demais ativos circulantes:** Apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. **4.7 - Depósitos Judiciais:** Os depósitos em juízo, que representam ativos restritos da Entidade, são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a resolução das questões legais relacionadas. Estes depósitos são mensurados pelo custo amortizado. **4.8 - Imobilizado e Intangível:** Corresponde ao conjunto de bens e direitos aplicados diretamente na realização da atividade operacional da entidade. Os ativos imobilizados e intangíveis são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota 7 e leva em consideração a vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC Nº 1.177/09 (NBC - TG 27). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. **4.9 - Passivo Circulante e Não Circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **4.10 - Prazos:** Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes. **4.11 - Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **4.12 - Despesas e Receitas:** Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência. **4.13 - Apuração do Resultado:** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado. **4.14 - Reconhecimento da Receita de Prestação de Serviços de Ensino:** Respeitando-se o princípio da oportunidade, as receitas de prestação de serviço de ensino reconhecida pela Associação têm como premissa a pré-existência de contratação dos serviços para o período letivo em questão. Essas receitas são apropriadas mensalmente, em concomitância com a consecução dos custos desses serviços, mantendo-se a linearidade desse reconhecimento ao longo do período contratado. **4.15 - Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros:** As principais políticas contábeis vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados com o objetivo de melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações financeiras da Entidade, bem como permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações de outras entidades. A Entidade no exercício de 2020 efetuou correções de períodos anteriores, conforme disposição da NBC TG 23 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro) em função de reconciliação de débitos com terceiros, constando a necessidade de registro de contas a pagar anteriormente assumido. A Administração julgou ser impraticável determinar os efeitos da retificação de erro na informação comparativa para os períodos anteriores apresentados, tendo em vista a relação custo-benefício de tal informação.

NOTA 5 - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS: Os recursos gerados pela Associação tiveram origem em suas atividades associativas, estando comprometidos em sua totalidade com esse universo operacional, ainda que destinados a aplicações financeiras com o intuito de manterem o poder de compra da Associação e a respectiva proteção do ativo investido. No decorrer do exercício de 2020, a Associação não recebeu qualquer tipo de recurso originário do Poder Público.

NOTA 6 - COMPOSIÇÃO DE CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS: Esses valores representam a movimentação das operações de contratos de prestação de serviços de ensino (Mensalidades a Receber e Títulos Acordados).

HISTÓRICO	VALOR R$
6.1 - Mensalidades a Receber Ensino Formal	
Mensalidades a receber início exercício 2020	3.366.273
(+) Inadimplência gerada por mensalidades exercício 2020	3.863.185
(-) Provisão para Créditos Liq. Duvidosa	(2.054.862)
(-) Mensalidades exerc. anteriores recebidas exercício 2020	(1.311.411)
(=) Saldo Mensalidades a Receber 31/12/2020	**3.863.185**
6.2 - Títulos Acordados Ensino Formal	
Títulos Acordados a receber início exercício 2020	2.197.986
(+) Inadimplência gerada por títulos acordados exercício 2020	2.641.222
(-) Provisão para Créditos Liq. Duvidosa	(795.129)
(-) Títulos Acordados exerc. anteriores recebidos exercício 2020	(1.402.857)
(=) Saldo Títulos Acordados a Receber 31/12/2020	**2.641.222**
6.3 - Cheques a Receber	
Cheques Devolvidos	427.559
Cheques Pré-Datado	85.826
(-) PCLD Cheques Devolvidos	(135.649)
(=) Saldo Cheques Devolvidos 31/12/2020	**377.736**
6.4 - Valores a Receber - Cartões de Créditos/Débito e Boletos	**2.317.198**
TOTAL CLIENTES A RECEBER	**9.199.341**

NOTA 7 - IMOBILIZADO

O saldo das contas integrantes do Imobilizado, tiveram a seguinte composição:

BENS	TAXA	2020	2019
Instalações	10%	-	-
Imóveis e Edificações	8,33%	8.754.059	6.428.834
Máquinas e Equipamentos	10%	1.420.486	1.142.317
Equipamentos de Informática	20%	1.461.882	914.416
Móveis e Utensílios	10%	2.952.767	2.535.599
Veículos	20%	442.586	442.586
Material Didático Pedagógico / Outros	10%	561.024	511.428
Obras em Andamento	0%	6.092.290	1.537.551
Depreciação / Amortização		(7.787.230)	(6.283.459)
TOTAL		**13.897.864**	**7.229.273**

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Entidade realizou o processo de levantamento e controle físico do imobilizado. Adicionalmente, a Administração não verificou a existência de indicadores que possam evidenciar a necessidade de recuperabilidade dos ativos imobilizado e intangível e, consequentemente, nenhuma alteração da vida útil estimada ou provisão para perda de valor recuperável desses ativos.

NOTA 8 - INTANGÍVEL: O ativo Intangível (software) se apresenta pelo custo de aquisição ou valores originais, visto que a entidade não procedeu às correções do balanço em exercícios anteriores.

NOTA 9 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS: O saldo de empréstimos e financiamentos refere-se basicamente à contratos firmados com as instituições financeiras Bradesco e BNDES para fins de capital de giro e financiamento de material. Os recursos foram contratados com as taxas praticadas no mercado, tendo como principal garantia o aval, sendo o empréstimo de maior prazo com vencimento em julho de 2022.

NOTA 10 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA: A Associação São Francisco de Assis - Irmãs de São Francisco da Providência de Deus encontra-se em pleno gozo da imunidade tributária que lhe confere a Constituição Federal, em seus artigos 150, inciso VI, alínea "c", parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º. No entanto, caso estivesse sujeita à incidência da parte patronal da contribuição previdenciária, a Entidade deveria recolher aos cofres públicos o montante de R$ 8.958.740,55 em 2020. Em decisão final ocorrida em 18/12/2019, em sede de embargos declaratórios, o Supremo Tribunal Federal decidiu no RE nº 566.622/RS, com repercussão geral ao Tema 32, a necessidade de lei complementar como instrumento normativo adequado a regular a definição do modo beneficente de atuação das entidades do escol da Associação São Francisco de Assis - Irmãs de São Francisco da Providência de Deus. Posteriormente, em julgamento da ADI nº 4480, ocorrido virtualmente entre os dias 20 a 26/03/2020, o mesmo Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade de diversos artigos da Lei nº 12.101/2009, em especial daqueles que estabeleciam como parâmetro de cumprimento, a exigência de contrapartidas para fins de renovação do CEBAS. Essas contrapartidas refletiam diretamente, em exigências relacionadas ao cumprimento de níveis de concessão de bolsas de estudo como as concedidas pela Associação São Francisco de Assis - Irmãs de São Francisco da Providência de Deus durante o exercício de 2020. Tal decisão emerge como efeito principal, promovendo a desvinculação jurídica da Associação São Francisco de Assis - Irmãs de São Francisco da Providência de Deus, no tocante às obrigações emanadas dos dispositivos normativos declarados inconstitucionais, com efeito direto relacionado ao processo de concessão de bolsas de estudo. Importa ressaltar que, apesar da manifesta declaração de inconstitucionalidade abstraída da ADI nº 4480 em relação à Lei nº 12.101/2009, durante o exercício de 2020, a Associação São Francisco de Assis - Irmãs de São Francisco da Providência de Deus executou todo o seu processo de gratuidades, tomando-se por base os dispositivos normativos contidos nessa norma. Esses procedimentos encontram-se evidenciados na Nota Explicativa nº 14 - Atividades Beneficentes. E por fim, como evento subsequente às demonstrações ora publicadas, em 5 de fevereiro último, o STF julgou os embargos declaratórios na ADI nº 4480, que pretendeu modular os efeitos da decisão prolatada em março/2020, mantendo a inconstitucionalidade declarada no julgamento do mérito da ADI nº 4480, com efeito ex tunc, considerando as inconstitucionalidades desde o advento do início da vigência da Lei nº 12.101/2009. Desse contexto de decisões emanadas do Supremo Tribunal Federal, sobejou como lei complementar válida para definir as condicionantes para fins de reconhecimento do modo beneficente de atuação, as disposições contidas nos artigos 9º e 14 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966). A Associação São Francisco de Assis - Irmãs de São Francisco da Providência de Deus encontra-se em regular cumprimento das normas advindas dessa lei complementar, válida para fins de cumprimento de requisitos inerentes ao gozo da imunidade tributária das contribuições sociais.

NOTA 11 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O Patrimônio Líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do exercício (superávit) e Ajuste de Avaliação Patrimonial, cuja movimentação é evidenciada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. A Entidade optou por mensurar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) no exercício de 2018, conforme a RESOLUÇÃO CFC Nº. 1.263/09 que aprovou a ITG 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento. Como parte da adoção do custo atribuído a administração da Associação avaliou todas as classes do ativo imobilizado para fins de adoção do custo atribuído, sendo os efeitos da adoção da norma contabilizados na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, a qual é realizada contra o Patrimônio Social a medida de sua realização (pela depreciação e/ou alienação dos bens).

NOTA 12 - CONTINGÊNCIAS: A Entidade é parte em processos na esfera administrativa e judicial discutindo questões de natureza tributária, cível e trabalhista. Com base na opinião de seus assessores jurídicos foi provisionado o valor de R$ 1.028.272,80 (R$ 624.857,13 em 2019) referente à processos classificados com perda provável, sendo os demais não provisionados por entender a Administração, com base na opinião de seus advogados, a possibilidade de perda como possível R$ 449.875,45 (R$ 2.012.927,59 em 2019) ou remota R$ 122.517,17 (R$ 4.034,76 em 2019).

NOTA 13 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA: A Demonstração do Fluxo de Caixa, elaborada pelo método indireto, foi evidenciada em conformidade com a Resolução CFC Nº.1.152/2009, que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução do CFC Nº 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

NOTA 14 - ATIVIDADES BENEFICENTES - EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: Tendo como premissa estatutária a atuação em complemento à atividade estatal de forma benemerente, tanto no campo da educação assim como da assistência social, a Associação deu continuidade às suas intervenções sociais no exercício de 2020 atuando junto ao público alvo definido pelas políticas públicas específicas de cada área. Nesta nota, está apresentado o resumo da atuação, o que lhe confere o *status* de Entidade Beneficente de Assistência Social. **14.1 - Assistência Educacional:** A Assistência Educacional é realizada pela Associação através da concessão de bolsas de estudo a alunos comprovadamente em condições de vulnerabilidade socioeconômica, trabalhando de forma complementar às políticas públicas desenvolvidas pelo Estado. Também, considerando a situação de vulnerabilidade social em que se encontram determinados grupos de alunos bolsistas, a Associação fornece, de forma regular: alimentação, uniforme e material didático, inteiramente gratuitos, a título de benefícios complementares, nos moldes estabelecidos na legislação de regência. O resumo das principais ações ocorridas de forma benemerente no campo da política pública de Educação, relativas ao exercício de 2020, estão evidenciados nos itens a seguir: **14.1.1 - Assistência Educacional - Exercício 2020:** Refere-se à evidenciação das bolsas de estudo destinadas a assistência educacional, concedidas nos moldes da Lei nº 12.101/2009, como também são concedidas em razão de relações jurídicas e institucionais, nas unidades educacionais mantidas pela Associação São Francisco de Assis - Irmãs de São Francisco da Providência de Deus. Nesse contexto, destacamos as seguintes unidades, conforme citado na Nota 1 - Contexto Operacional, atuando exclusivamente, conforme previsto no Art. 21 da Lei nº 9.394/1996, no nível de ensino da Educação Básica: - Colégio Franciscano São Miguel Arcanjo, localizado na Vila Zelina, cidade de São Paulo - SP; - Colégio Franciscano Nossa Senhora do Carmo, localizado na Vila Alpina, cidade de São Paulo - SP; - Colégio Franciscano Pio XII, localizado no bairro do Morumbi, na cidade de São Paulo - SP; - Colégio São Francisco de Assis, localizado na periferia da cidade de Barbacena - MG. No ano de 2020, foram concedidas assistência educacional, conforme aqui evidenciado:

QUADRO I - DEMONSTRATIVO DE BOLSAS DE ESTUDOS CONCEDIDAS.

UNIDADES	COL. F. SÃO MIGUEL ARCANJO		COL. F. N. SRA. CARMO		COL. F. PIO XII		COL. SÃO FCO. ASSIS		TOTAL	
EVENTO	Quant.	R$	Quant.	R$	Quant.	R$	Quant.	R$	Quant.	R$
Ass. Educacional - Lei nº 12.101/2009										
(a) B.E. Integrais	23	536.986	13	202.927	15	599.613	348	2.296.950	399	3.636.476
(b) B.E. Integrais - Horário Integral (76x1,4)	106	1.471.447	-	-	-	-	-	-	106	1.471.447
(c) = (a+b) Total de B.E Integrais	**129**	**2.008.433**	**13**	**202.927**	**15**	**599.613**	**348**	**2.296.950**	**505**	**5.107.922**
(d) B.E. Parciais 50%	**2**	**25.959**	**2**	**14.739**	**1**	**19.986**	-	-	**5**	**60.684**
(c+d) = Total Assistência Educacional (1)	**131**	**2.034.392**	**15**	**217.665**	**16**	**619.599**	**348**	**2.296.950**	**510**	**5.168.606**
Outras Bolsas de Estudo										
(e) Total B.E. Integrais - Conv. Coletiva Trabalho	**75**	**1.712.260**	**25**	**384.133**	**60**	**2.289.624**	-	-	**160**	**4.386.017**
(f) B.E. Institucionais Integrais	29	661.825	-	-	4	181.685	-	-	33	843.510
(g) B.E. Institucionais Parciais	21	311.163	-	-	18	96.017	-	-	39	407.181
(i) = (f+) Total Bolsas de Estudos Institucionais Integrais e Parciais	**50**	**972.989**	-	-	**22**	**277.702**	-	-	**72**	**1.250.691**
(e+i) = Total Outras Bolsas de Estudos (2)	**125**	**2.685.249**	**25**	**384.133**	**82**	**2.567.327**	-	-	**232**	**5.636.708**
Total Geral B.E. Conc. ex. 2020 (1+2)	**256**	**4.719.641**	**40**	**601.798**	**98**	**3.186.925**	**348**	**2.296.950**	**742**	**10.805.314**
(J) Benef. Compl. Conv. B.E. Integrais	**5**	**160.823**	-	**1.257**	-	-	**3**	**80.642**	**8**	**242.721**

QUADRO II - DEMONSTRATIVO DE BENEFÍCIOS COMPLEMENTARES - CONVERSÃO Nº DE VAGAS

	Colégio São Francisco de Assis	Colégio Franciscano São Miguel Arcanjo	Colégio Franciscano Nossa Senhora do Carmo	Conversão Benefício Complementares
A. Custo com Alunos (Total Desp. Alimentação/Uniformes/Mat. Didático Escolar)	80.642	160.823	1.257	**242.721**
B. Receita Bruta (Consolidado Balanço ASFA)	83.704.069	83.704.069	83.704.069	**83.704.069**
C. Alunos Matriculados (Consolidado)	3.047	3.047	3.047	**3.047**
D. Conversão Benefícios Complementares =(B/C)	27.471	27.471	27.471	**27.471**
E. Bolsas Integrais equivalentes a Benefícios =(A/D)	3	5	-	**8**
F. Alunos assistidos por benefícios complementares	**348**	**76**	**13**	**437**

14.1.2 - Relação Alunos Pagantes x Bolsas de estudo concedidas - Exercício 2020: De acordo com a regra estabelecida no Art. 13 da Lei nº 12.101/2009, a Associação deverá conceder um volume mínimo anual de bolsas de estudo integrais, tendo como referência o número de alunos pagantes. Para fins de evidenciar o cumprimento da regra disposta na norma, evidencia-se a seguir o demonstrativo de alunos pagantes e o cumprimento das proporções mínimas exigidas pela norma citada:

DEMONSTRATIVO ALUNOS PAGANTES/DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS

	Nº ALUNOS
Matrículas	
Educação Infantil	323
Ensino Fundamental	2.228
Ensino Médio	496
Total alunos matriculados ex. 2020	**3.047**
(-) Bolsas de estudo integrais	
(-) Bolsas de estudo integrais (Art. 13 - inc. III, Lei nº 12.101/2009)	(399)
(-) Bolsas de estudo integrais - Tempo Integral 76 alunos x 1,4 (Art. 13, §4º - inc. II, Lei nº 12.101/2009)	(106)
(-) Bolsas de estudo integrais - Conversão Benefícios Complementares (Art. 18 - caput e §1º, Port. Normativa MEC nº 15/2017)	(8)
(-) Bolsas de estudo integrais - Convenção Coletiva de Trabalho	(160)
(-) Bolsas de estudo integrais - Institucional	(33)
(-) Total de bolsas de estudo integrais	**(706)**
Total de Alunos Pagantes (Total alunos matriculados - Total bolsas de estudo integrais)	**2.341**
Vagas mínimas bolsa estudo integral - Critério 5/1 (Art. 13 - inc. III, Lei nº 12.101/2009)	**468**
Vagas mínimas distribuição bolsa estudo integral - Critério 9/1 (Art. 13, §1º - inc. I, Lei nº 12.101/2009)	**260**
Bolsas de Estudo Concedidas - Lei nº 12.101/2009 (Nota 13.1.1)	
B.E. integrais (Art. 13 - inc. III)	(399)
B.E. integrais - Tempo Integral 76 alunos (Art. 13, §4º - inc. II)	(106)
B.E. integrais - Conv. Benef. Complementares (Art. 18 - caput e §1º, Port. Norm. MEC nº 15/2017)	(8)
Total Bolsas de Estudo Integrais	**513**
Total Bolsas de Estudo Parciais 50% (Art. 13, §1º - inc. II)	**5**
Critério 5/1 (Art. 13 - inc. III, Lei nº 12.101/2009)	ATENDIDO
Critério 9/1 (Art. 13, §1º - inc. I, Lei nº 12.101/2009)	ATENDIDO

14.2 - Assistência Social: Em complemento à atividade estatal, a Associação é mantenedora da Obra Social Santa Clara e São Francisco de Assis, que atende crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, cujo projeto é caracterizado pela Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA) como *Centro da Criança e Adolescente*. O trabalho desenvolvido nessa unidade tem como objetivo o atendimento a crianças e adolescentes carentes, na faixa etária entre 06 a 15 anos, em situação de vulnerabilidade social, decorrentes da pobreza, privação ou fragilização de vínculos afetivos. Tem como propósito intervir na realidade social, promovendo a cidadania e preparação desse público alvo para se tornarem protagonistas de seus direitos sociais. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, com fundamentos na Resolução CNAS 109/09, o Projeto foi tipificado como Serviço de Proteção Social Básica - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, registrado no Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo sob o nº 475/2012. Considerando o trabalho de Assistência Social desenvolvido na Obra Social Santa Clara e São Francisco de Assis durante o exercício de 2020, bem como os valores ali aportados para a sua mantença, suas ações foram assim resumidas:

PÚBLICO ALVO	TIPO DE AÇÃO	Nº BENEFICIÁRIOS	GRATUIDADE R$
Crianças e Adolescentes na faixa etária entre 06 a 15 anos	Proteção Social Básica - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	122 crianças e adolescentes	774.842

QUADRO III - DESPESAS PROJETO OBRA SOCIAL SANTA CLARA E SÃO FRANCISCO DE ASSIS - EXERCÍCIO 2020

* Despesas com Pessoal	534.475
* Despesas Administrativas	72.265
* Impostos Taxas e Contribuições	10.177
* Materiais de Consumo	68.488
* Serviços Contratados Pessoa Física	5.356
* Serviços Prestados Pessoa Jurídica	18.253
* Depreciação / Amortização	35.199
* Outras Despesas Operacionais	30.629
TOTAL DESPESAS	**774.842**

14.3 - Resumo das Gratuidades - 2020: Conforme já evidenciado nas Notas 14.1 e 14.2, as atividades de benemerência realizadas pela Associação São Francisco de Assis - Irmãs de São Francisco da Providência de Deus no campo da Educação e da Assistência Social, apresentamos um resumo dessas ações segregadas por área, tomando-se por base os valores aportados e evidenciados na demonstração de resultado do exercício:

ÁREA DE ATUAÇÃO	TIPO DE AÇÃO	Nº BENEFICIÁRIOS	GRATUIDADE R$
ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL			
Bolsas de Estudo	Concessão de Bolsas de Estudo a alunos carentes, devidamente validados em processo avaliativo.	510	5.168.606
Benefícios Complementares	Fornecimento de uniformes, alimentação e material didático a estudantes bolsistas em tempo integral.	424	242.721
TOTAL ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL			**5.411.327**
ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Projeto Obra Social Santa Clara e São Francisco de Assis	Proteção Social Básica - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	122	774.842
TOTAL ASSISTÊNCIA SOCIAL			**774.842**

14.4 - Segregação das informações: Conforme disposto no Art. 33 da Lei nº 12.101/09, a evidenciação da segregação das informações dispostas no balanço patrimonial e demonstração de resultado publicados nas páginas 1 a 3, estão assim dispostas: **14.4.1 - Balanço Patrimonial (segregação das contas patrimoniais):** O balanço patrimonial publicado à página 1 e 2, em conformidade com a estrutura conceitual básica da contabilidade, é informado a seguir, de forma segregada por área:

Ativo	Educação	Assistência Social	Saldo Ex. 2020
Circulante			
Caixa	26.330	-	26.330
Banco Conta Movimento	31.984	42.152	74.136
Aplicações Financeiras	37.983.071	35.843	38.018.914
	38.041.385	**77.995**	**38.119.380**
Clientes e Outros Recebíveis			
Mensalidades a Receber	3.863.185	-	3.863.185
Cheques a Receber	377.736	-	377.736
Títulos Acordados	2.641.222	-	2.641.222
Outros Valores a Receber	2.317.198	-	2.317.198
	9.199.341	-	**9.199.341**
Outros Ativos Circulantes			
Adiantamentos	407.976	2.638	410.614
Impostos a Recuperar	3.388	-	3.388
Despesas Antecipadas	30.501	3.679	34.180
Estoque	735.892	-	735.892
	1.177.757	**6.317**	**1.184.074**
Total do Ativo Circulante	**48.418.483**	**84.312**	**48.502.795**
Não Circulante			
Créditos de Longo Prazo			
Depósitos Judiciais	191.368	-	191.368
Contas a Receber	208.797	16.081	224.878
	400.165	**16.081**	**416.246**
Investimento			
Consórcios	615.934	-	615.934
Títulos de Capitalização	279.817	-	279.817
	895.751	-	**895.751**
Imobilizado			
Tangíveis	21.368.058	317.036	21.685.094
(-) Depreciação Acumulada	(7.638.297)	(148.933)	(7.787.230)
	13.729.761	**168.103**	**13.897.864**
Intangível			
Softwares	563.533	1.517	565.050
(-) Amortização Acumulada	(534.971)	(1.517)	(536.488)
	28.562	-	**28.562**
Total do Ativo Não Circulante	**15.054.239**	**184.184**	**15.238.423**
TOTAL DO ATIVO	**63.472.722**	**268.496**	**63.741.218**

Passivo	Educação	Assistência Social	Saldo Ex. 2020
Circulante			
Fornecedores	2.971.573	9.405	2.980.978
Obrigações Fiscais	1.191.116	13.136	1.204.252
Obrigações Trabalhistas	1.908.058	18.860	1.926.918
Provisões de Férias e encargos	2.068.422	43.806	2.112.228
Adiantamento de clientes	4.007.941	-	4.007.941
Outros adiantamentos	23.118	-	23.118
Empréstimos / Cheques Especial	1.243.513	-	1.243.513
Contas a Pagar	204.126	-	204.126
Total Passivo Circulante	**13.617.867**	**85.207**	**13.703.074**
Não Circulante			
Prov. para Contigências	1.028.273	-	1.028.273
Outras Contas a Pagar	680.420	-	680.420
Total do Passivo Não Circulante	**1.708.693**	-	**1.708.693**
Total do Passivo	**15.326.561**	**85.207**	**15.411.767**
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social	34.749.856	794.082	35.543.938
Superávit dos Exercícios	10.603.085	(610.792)	9.992.293
Ajuste de Avaliação Patrimonial	2.793.220	-	2.793.220
Total do Patrimônio Líquido	**48.146.161**	**183.290**	**48.329.451**
Total Passivo+P.Líquido	**63.472.721**	**268.497**	**63.741.218**

14.4.2 - Demonstração de Resultado do Período (segregação das contas de resultado do período): A demonstração de resultado do período de 2020 foi evidenciada à página 3, considerando-se os grupos de contas definidos na estrutura conceitual básica da contabilidade. Obedecendo-se ao critério de segregação das contas de resultado por área, é evidenciado a seguir, o resultado de 2020:

Receita Bruta	Educação	Assistência Social	Saldo Ex. 2020
RECEITA BRUTA			
Serviços de Ensino Contratados Onerosamente	73.979.097	-	73.979.097
Serviços de Ensino Contratados Gratuitamente	10.805.314	-	10.805.314
(-) B.E Integral - Lei nº 12.101/2009	(5.107.922)	-	(5.107.922)
(-) B.E. Parcial 50% - Lei nº 12.101/2009	(60.684)	-	(60.684)
(-) B.E. Empregados	(4.386.017)	-	(4.386.017)
(-) B.E. Institucionais	(1.250.691)	-	(1.250.691)
Receita Prestação de Serviço Ensino - Lei nº 9.870/1999	**73.979.097**	-	**73.979.097**
Receita Cursos / Extracurriculares	5.878.755	-	5.878.755
Receitas Atividades Esportivas	121.780	-	121.780
Receitas de Doações	67.705	37.465	105.170
Receitas Patrimoniais	50.392	-	50.392
Receitas Vendas Mercadorias	2.943.479	-	2.943.479
Receitas Eventos e Promoções	328.085	-	328.085
Outras Receitas	170.800	126.510	297.310
Total Receita Bruta	**83.540.094**	**163.975**	**83.704.069**
(-) Deduções Receita Bruta			
- Descontos Incondicionais	(4.933.069)	-	(4.933.069)
- Devoluções / Cancelamentos	(965.311)	-	(965.311)
RECEITA LÍQUIDA	**77.641.714**	**163.975**	**77.805.689**
CUSTO SERVIÇOS PRESTADOS			
(-) Prestação Serviços de Ensino	(57.402.709)	-	(57.402.709)
(-) Mercadoria Vendida - CMV	(2.327.956)	-	(2.327.956)
	(59.730.665)	-	**(59.730.665)**
DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS			
Despesas Gerais e Administrativas	(7.368.333)	-	(7.368.333)
	(7.368.333)	-	**(7.368.333)**
DESPESAS SOCIAIS			
(-) Benefícios Complementares - Educação	(242.721)	-	(242.721)
Projeto Obra Social Santa Clara e São Francisco de Assis	-	(774.842)	(774.842)
	(242.721)	**(774.842)**	**(1.017.563)**
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas Financeiras	1.638.926	75	1.639.001
Despesas Financeiras	(1.335.836)	-	(1.335.836)
	303.090	**75**	**303.165**
SUPERÁVIT LÍQUIDO EXERCÍCIO	**10.603.085**	**(610.792)**	**9.992.293**

NOTA 15 - COBERTURA DE SEGUROS: A Entidade mantém apólices de seguro contratado junto às principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.

NOTA 16 - EFEITOS DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS: Durante o ano de 2020, especificamente à partir do mês de março, a economia mundial e o Brasil, seja nas áreas comerciais, industriais, de serviços ou culturais, sofreu de forma atípica incertezas quanto a recuperação da geração de riquezas, como um todo, em função do surto de COVID-19, iniciado no referido mês. Essa pandemia é uma infecção respiratória aguda causada pelo vírus SARS-CoV-2 e que impôs a toda sociedade o distanciamento e o isolamento social, com o fechamento de estabelecimentos não considerados como sendo "serviços essenciais". A administração tem acompanhado atentamente e pró-ativamente os impactos da pandemia do Coronavírus na gestão operacional de suas atividades. Foram tomadas todas as medidas de proteção à vida dos colaboradores e manutenção da segurança sanitária de suas instalações como monitoramento do pessoal e afastamento daqueles que por ventura apresentem sintomas da doença, flexibilização de trabalhos por meio de home office, garantindo assim o cumprimento dos protocolos de saúde e sanitários pertinentes. Considerando os impactos em função desta pandemia destaca-se: a flexibilização na concessão de benefícios Institucionais das anuidades escolares e extra curriculares. A Administração entende que os efeitos contábeis e financeiros, passiveis de serem mensurados, em virtude de suas operações sociais que foram afetadas pela pandemia do Coronavírus encontram-se devidamente representados em suas Demonstrações Contábeis. Importante destacar que mesmo diante do cenário caótico imposto pela pandemia do COVID-19 e a obrigatoriedade de distanciamento social para se evitar aglomerações, a Administração trabalhou incessantemente na busca de alternativas que permitissem o cumprimento de seu objetivo social.

São Paulo - SP, 31 de dezembro de 2020.

Johanna Ruth Brazinski
Presidente

Marilene A. de Souza Arantes
Contadora - CRC 1SP nº 192633/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Nós, membros efetivos do Conselho Fiscal da **ASSOCIAÇÃO SÃO FRANCISCO DE ASSIS - IRMÃS DE SÃO FRANCISCO DA PROVIDÊNCIA DE DEUS**, abaixo assinados, no desempenho de suas atribuições conferidas pelo Estatuto Social, e com a colaboração dos Auditores Independentes, em reunião realizada nesta, examinamos os livros, Documentos e Registros Contábeis, relativos às operações realizadas pela **ASSOCIAÇÃO SÃO FRANCISCO DE ASSIS - IRMÃS DE SÃO FRANCISCO DA PROVIDÊNCIA DE DEUS**, alusivas ao período de 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020, bem como as Demonstrações Financeiras e Contábeis, e demais anexos. Baseados em exames efetuados e nas informações obtidas da Diretoria e dos Auditores Externos, somos de Parecer que as Demonstrações Financeiras e Contábeis e os respectivos anexos merecem a aprovação das Senhoras Associadas.

São Paulo, 19 de abril de 2021.
JOANICE CONCEIÇÃO DOS SANTOS - Conselheira
NEUSA DE SOUZA - Conselheira
ADRIANA APARECIDA DUARTE - Conselheira

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Senhores Conselheiros e Administradores da **Associação São Francisco de Assis - Irmãs de São Francisco da Providência de Deus** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Associação São Francisco de Assis - Irmãs de São Francisco da Providência de Deus**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação da **Associação São Francisco de Assis - Irmãs de São Francisco da Providência de Deus**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**: A Administração da **Associação São Francisco de Assis - Irmãs de São Francisco da Providência de Deus**, é a responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não tivemos acesso ao relatório da administração até o encerramento de nossos trabalhos e, portanto, não temos nada a relatar a respeito disso. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** A Administração da **Associação São Francisco de Assis - Irmãs de São Francisco da Providência de Deus**, é a responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos Controles Internos, que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da **Associação São Francisco de Assis - Irmãs de São Francisco da Providência de Deus**, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a **Associação São Francisco de Assis - Irmãs de São Francisco da Providência de Deus**, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da **Associação São Francisco de Assis - Irmãs de São Francisco da Providência de Deus**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia, de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os Controles Internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos Controles Internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos Controles Internos da **Associação São Francisco de Assis - Irmãs de São Francisco da Providência de Deus:** • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis, e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o **Associação São Francisco de Assis - Irmãs de São Francisco da Providência de Deus** a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos Controles Internos que identificamos durante nossos trabalhos. Belo Horizonte, 16 de abril de 2021

R&R AUDITORIA E CONSULTORIA - CRC/MG nº 5.198-02 - CVM 8460
Warley de Oliveira Dias - CONTADOR - CRC/MG nº 094.865

Ministro pede informações sobre obras de infraestrutura paralisadas

O ministro da Educação, Milton Ribeiro, pediu a secretários municipais de Educação que informem à pasta a existência de obras federais de infraestrutura escolar não concluídas em suas cidades.

"Conclamo os secretários municipais de Educação: se nas suas cidades há, eventualmente, uma obra do MEC parada, nos procure", disse o ministro ao participar na quinta-feira (22), do fórum realizado remotamente pela seccional cearense da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Segundo Milton Ribeiro, só no ano passado o ministério concluiu 967 obras que estavam paradas em todo o país, entre creches, escolas e quadras. O objetivo da pasta, garante o ministro, é retomar e concluir as demais construções e reformas paralisadas.

"É uma vergonha deixar obras pela metade, se deteriorando. Seja por má gestão ou corrupção. Queremos retomar e entregar à população essas obras feitas com o dinheiro do cidadão que paga seus impostos. Isto não é um favor. O povo brasileiro tem direito a isto", acrescentou.

Segundo a Controladoria-Geral da União (CGU), uma auditoria nos contratos do MEC referentes a 2019 identificou 8.964 obras de responsabilidade da pasta paralisadas, inacabadas ou canceladas – sendo que, para essas últimas, haviam sido transferidos, segundo a controladoria, R$ 1,1 bilhão.

Milton Ribeiro destacou algumas das ações do ministério durante a pandemia da covid-19. Segundo ele, no passado, foram destinados R$ 4,3 bilhões para alimentação escolar e R$ 810 milhões para o Programa Dinheiro Direto na Escola, que suplementa os repasses para as unidades de ensino investirem na manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica.

"Só ônibus escolares foram comprados quase 4,2 mil", informou Milton Ribeiro ao dizer que, até assumir o comando da pasta, em julho do ano passado, não tinha ouvido falar no programa federal que busca permitir a renovação da frota de veículos escolares do país. "Ele é muito mal divulgado", disse o ministro, acrescentando que, no geral, se surpreendeu com a "complexidade" das atribuições a cargo do MEC.

O ministro disse que sempre foi favorável à inclusão dos profissionais da educação entre os grupos prioritários à vacinação contra a covid-19, ao responder a pergunta feita pela presidente da Undimes-CE, secretária de Educação de Crateús, Luiza Aurélia Costa.

"Creio ter sido um dos primeiros [ministros] a mandar, ainda em outubro de 2020, um documento oficial solicitando a vacinação dos professores e profissionais da saúde. E tão logo o atual ministro da Saúde [Marcelo Queiroga] assumiu, eu estava lá, na porta do Ministério da Saúde, pedindo a mesma coisa", disse o ministro. Ele avalia que o pleito, em parte, foi atendido, pois, segundo ele, professores e outros trabalhadores do setor já começaram a ser vacinados.

A presidente da Undime-CE também pediu a Milton Ribeiro que advogue pela importância de um programa federal que garanta a estudantes e professores acesso à internet, financiando e facilitando o acesso a equipamentos de informática sem os quais, segundo ela, não é possível melhorar a oferta do ensino remoto. Sem fornecer mais detalhes, Milton Ribeiro disse que vem discutindo o tema com o Ministério das Comunicações. "Isto é uma novidade que, logo, logo, vai ser alcançada". (Agencia Brasil)

CIIS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços

(Anteriormente Denominada Actua Assessoria S.A.)

CNPJ/MF 05.410.674/0001-88

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia: 1.1. Aos acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. São Paulo, 20 de abril de 2021. A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	13.423	7
Aplicações financeiras	7	5.741	3.315
Mútuos - partes relacionadas		-	96.039
Contas a receber - partes relacionadas	10	4.344	1.360
Tributos a recuperar	8	1.592	3.862
Dividendos e juros sobre o capital próprio		526	526
Despesas antecipadas e outros créditos		31	98
Total do ativo circulante		25.637	105.207
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Mútuos - partes relacionadas	10	135.684	30.706
Adiantamento para futuro aumento de capital - partes relacionadas	10	–	16.962
Tributos a recuperar	8	8.127	5.211
		143.811	52.879
Investimentos	12	337.842	258.240
Intangível em construção	13	11	–
Total do ativo não circulante		481.664	311.119
Total do ativo		507.321	416.326

Passivo	Nota	2020	2019
Circulante			
Fornecedores		742	6
Imposto de renda e contribuição social		87	126
Obrigações fiscais		2	2
Obrigações sociais e trabalhistas	11	4.224	7.386
Contas a pagar - partes relacionadas	10	440	172
Juros sobre o capital próprio mínimo obrigatório		2.536	2.536
Total do passivo circulante		8.031	10.228
Não circulante			
Adiantamento para futuro aumento de capital - partes relacionadas	10	13.731	5.976
Obrigações sociais e trabalhistas	11	93	3.414
Impostos diferidos	9b	30.388	19.777
Provisão para passivo a descoberto	12	–	1
Total do passivo não circulante		44.212	29.168
Patrimônio líquido			
Capital social	14a	425.201	339.487
Reservas de capital		32.875	12.070
Reservas de lucros		–	12.236
Prejuízos acumulados		(20.514)	–
Juros sobre o capital próprio adicional proposto		7.889	7.889
Ajuste de avaliação patrimonial	14d	9.627	5.248
		455.078	376.930
Total do passivo e patrimônio líquido		507.321	416.326

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social - Subscrito	Capital social - A integralizar	Reserva de capital - Transação com sócios	Reserva de lucros - Legal	Reserva de lucros - Retenção de lucros	Juros sobre o capital próprio (adicional proposto)	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019		212.776	–	498	398	5.676	–	5.066	–	224.414
Aumento de capital em 31/01/2019		12.040	–	–	–	–	–	–	–	12.040
Aumento de capital em 28/03/2019		13.500	–	–	–	–	–	–	–	13.500
Aumento de capital em 02/05/2019		21.900	–	–	–	–	–	–	–	21.900
Aumento de capital em 30/05/2019		17.000	–	–	–	–	–	–	–	17.000
Aumento de capital em 27/06/2019		1.200	–	–	–	–	–	–	–	1.200
Aumento de capital em 29/08/2019		77.240	(41.700)	–	–	–	–	–	–	35.540
Aumento de capital em 31/10/2019		16.355	–	–	–	–	–	–	–	16.355
Aumento de capital em 28/11/2019		170	(170)	–	–	–	–	–	–	–
Aumento de capital em 19/12/2019		10.280	(1.104)	–	–	–	–	–	–	9.176
Ganho na aquisição de participação em controladas, líquido de impostos - VLT 12,3263%		–	–	11.572	–	–	–	–	–	11.572
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	18.427	18.427
Destinações										
Reserva legal		–	–	–	921	–	–	–	(921)	–
Juros sobre o capital próprio (adicional proposto)		–	–	–	–	–	7.889	–	(7.889)	–
Juros sobre o capital próprio (mínimo obrigatório)		–	–	–	–	–	–	–	(4.376)	(4.376)
Reserva de retenção de lucros		–	–	–	–	5.241	–	–	(5.241)	–
Outros resultados abrangentes		–	–	–	–	–	–	182	–	182
Saldos em 31 de dezembro de 2019		382.461	(42.974)	12.070	1.319	10.917	7.889	5.248	–	376.930
Ágio/Deságio na aquisição de participação do VLT 2020 (líquido de IR/CS)		–	–	20.805	–	–	–	–	–	20.805
Integralização de capital social em 31/01/2020	14a	–	6.000	–	–	–	–	–	–	6.000
Integralização de capital social em 29/02/2020	14a	–	6.000	–	–	–	–	–	–	6.000
Integralização de capital social em 29/02/2020	14a	–	6.240	–	–	–	–	–	–	6.240
Integralização de capital social em 31/03/2020	14a	–	24.734	–	–	–	–	–	–	24.734
Aumento de capital em 30/06/2020	14a	6.240	–	–	–	–	–	–	–	6.240
Aumento de capital em 11/08/2020	14a	81.155	(81.155)	–	–	–	–	–	–	–
Integralização de capital social em 31/08/2020	14a	–	16.500	–	–	–	–	–	–	16.500
Integralização de capital social em 30/11/2020	14a	–	20.000	–	–	–	–	–	–	20.000
Prejuízo líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	(32.750)	(32.750)
Destinações										
Absorção de prejuízos com reservas	14b	–	–	–	(1.319)	(10.917)	–	–	12.236	–
		–	–	–	–	–	–	–	–	–
Resultados abrangentes										
Outros resultados abrangentes	14d	–	–	–	–	–	–	4.379	–	4.379
Saldos em 31 de dezembro de 2020		469.856	(44.655)	32.875	–	–	7.889	9.627	(20.514)	455.078

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2020	2019
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesa com pessoal		(1.648)	(10.648)
Serviços		(7.645)	(57)
Materiais, equipamentos e veículos		(16)	–
Impostos, taxas e despesas com cartório		(383)	–
Editais e publicações		(74)	(81)
Despesas legais e judiciais		(72)	(83)
Outros		(275)	(15)
		(10.113)	(10.884)
Outros resultados operacionais		–	49.610
Resultado de equivalência patrimonial	12	(32.899)	(19.360)
Resultado antes do resultado financeiro		(43.012)	19.366
Resultado financeiro	15	10.156	12.876
(Prejuízo)/Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social		(32.856)	32.242
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	9b	106	(13.815)
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		(32.750)	18.427

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		(32.750)	18.427
Outros resultados abrangentes			
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado			
Ajuste patrimonial - plano de pensão	14d	1	45
		1	45
Itens que serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado			
Ajuste na conversão de demonstrações contábeis das investidas	14d	4.379	140
Resultado de *hedge* de fluxo de caixa	14d	–	8
Ativação de *hedge* de fluxo de caixa	14d	–	(12)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		–	1
		4.379	137
Total do resultado abrangente do exercício		(28.370)	18.609

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		(32.750)	18.427
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(106)	13.815
Equivalência patrimonial		32.899	19.360
Juros e variação monetária sobre mútuos - partes relacionadas		(10.384)	(13.278)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros		21	–
Remensuração de participação anterior e compra vantajosa do VLT Carioca	6	–	(35.216)
Ágio na remensuração no VLT Carioca e direito de concessão	6	–	(14.400)
Variação nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber - partes relacionadas		(2.984)	2.025
Tributos a recuperar		799	(142)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebido		–	487
Despesas antecipadas e outros		67	(98)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		715	6
Fornecedores - partes relacionadas		268	172
Impostos e contribuições a recolher e provisão imposto de renda e contribuição social		11	54
Pagamento de IRRF s/ JCP		–	(1.840)
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(50)	(4.072)
Obrigações sociais e trabalhistas		(6.483)	10.800
Caixa líquido (usados nas) atividades operacionais		(17.977)	(3.900)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aumento de capital em investidas		(65.882)	(17.250)
Redução de capital em investidas		6.243	–
Aquisição de participação de 7,55% do VLT Carioca	6	–	(91.312)
AFAC - partes relacionadas	6	–	(16.962)
Adições ao ativo intangível		(11)	–
Aplicações financeiras		(2.426)	(1.920)
Caixa líquido (usado nas) atividades de investimentos		(62.076)	(127.444)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Mútuos - partes relacionadas			
Captação		–	3.500
Pagamento		–	(79)
AFAC - partes relacionadas		7.755	22.331
Integralização de capital		85.714	104.964
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		93.469	130.716
Aumento/(Redução) do caixa e equivalentes de caixa		13.416	(628)
Demonstração do aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		7	635
No final do exercício		13.423	7
		13.416	(628)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços ("Companhia" ou " Grupo") foi constituída em 11 de novembro de 2002, como sociedade limitada, tendo como objetivo a prestação de serviços de administração em geral às demais empresas do Grupo CCR, de acordo com seu objeto social, além de participar em outras sociedades. Em 2010, sua natureza jurídica foi alterada para sociedade anônima de capital fechado domiciliada à Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B Andar 4 Sala 6, Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia é acionista direta das seguintes empresas: **CCR ViaLagos (ViaLagos):** Ligação viária entre os municípios de Rio Bonito, Araruama e São Pedro da Aldeia, abrangendo as rodovias RJ-124 e RJ-106, totalizando 56 quilômetros. O prazo de 12 de janeiro de 2037, foi estendido por 10 anos em decorrência da assinatura do 10º TAM, celebrado em 10 de dezembro de 2016, em decorrência da inclusão, pelo Poder Concedente, de investimentos não previstos originalmente no contrato de concessão. **VLT Carioca:** Em 14 de junho de 2013, a concessionária VLT Carioca assinou o contrato de concessão em regime de Parceria Público-Privada, na modalidade de concessão patrocinada dos serviços, fornecimentos e obras de implantação, operação e manutenção de sistema de transporte de passageiros através de Veículo Leve sobre Trilhos ("VLT"), na região portuária e central do Rio de Janeiro. A concessão tem prazo de 25 anos, até 11 de dezembro de 2038, contados a partir da emissão da ordem de início e contará com 42 estações e cerca de 28 quilômetros de vias quando a infraestrutura estiver completamente construída. Em 31 de dezembro de 2019 a CIIS possuía a participação de 66,9943%, durante o ano de 2020 a Companhia adquiriu 7,5483% passando a deter em a participação de 74,5027% em 31 de dezembro de 2020. **CPC:** Tem por objetivo avaliar as oportunidades de novos negócios, em processos de licitação, bem como realizar a administração direta de novos negócios. A CPC ainda conta com a Divisão Engelog e a Divisão EngelogTec, que tem por objetivo a prestação de serviços em engenharia e tecnologia da informação, respectivamente, ambas com autonomia de gestão e foco nos resultados em suas áreas de atuação. A CCR e a CIIS detêm 99% e 1% do capital da CPC, respectivamente. **Samm:** Tem como objeto social a exploração e prestação, por conta própria ou de terceiros, de serviços de telecomunicações, seja por meio de concessão, permissão ou autorização, bem como atividades correlatas e participação no capital social de outras sociedades. A empresa tem como negócio prestar serviços de transmissão de dados em alta capacidade por meio de fibras óticas instaladas ao longo de rodovias e metrô (ViaQuatro, ViaMobilidade e Metrô Bahia). **SPCP:** Tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades. **CCR Ponte (Ponte):** Empresa em fase de liquidação. **Inovap 5:** Tem por objetivo a prestação de serviços às empresas controladas da CCR, de acordo com os respectivos objetos sociais. **Quicko:** Constituída em 10 de agosto de 2018, tem como objeto social a prestação, por conta própria ou de terceiros, de serviços de desenvolvimento, gerenciamento e exploração de programas de fidelização de clientes, licenciamento, manutenção e suporte técnico de softwares, bem como atividades correlatas e participação no capital social de outras sociedades. O aplicativo foi lançado em 1º de julho de 2019 e em 15 de outubro de 2019 iniciou-se campanha para divulgação. **CCR Lam Vias (Lam Vias):** Constituída em 21 de novembro de 2017, tem o objetivo de atuar como *holding* de concessões rodoviárias no Brasil (exceto Estado de São Paulo) e América Latina. **CCR Mobilidade:** Constituída em 21 de novembro de 2017, tem o objetivo de atuar como *holding* de Mobilidade Urbana no Brasil e no exterior. **CCR Infra SP:** Constituída em 21 de novembro de 2017, tem o objetivo de atuar como *holding* de concessão de rodovias no estado de São Paulo. **Outras informações:** As concessões do Grupo consistem na exploração de projetos de infraestrutura mediante arrecadação de tarifas e receitas provenientes da exploração dos bens concedidos, tais como as das faixas de domínio e de áreas comerciais. As concessionárias são responsáveis por construir, reparar, ampliar, conservar, manter e operar a infraestrutura concedida, na forma dos respectivos contratos de concessão. Os poderes concedentes transferiram às concessionárias os imóveis e demais bens que estavam em seu poder na assinatura dos contratos de concessão, sendo responsabilidade destas zelar pela integridade dos bens que lhes foram concedidos, além de fazer novos investimentos na construção ou melhorias da infraestrutura. Apesar de os contratos de concessão não incluírem cláusulas de renovação, a extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes. Os contratos de concessão determinam reajustes anuais das tarifas básicas de acordo com fórmulas específicas neles descritas, que em geral são baseadas em índices de inflação também especificados nos contratos. **Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato:** No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. Entretanto, há previsão em alguns contratos de concessão rodoviária de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão. Os contratos de concessão do Grupo não contêm opção de renovação. Os direitos dos Poderes Concedentes de rescindir os contratos de concessão do Grupo incluem o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato. Os contratos de concessão do Grupo poderão ser rescindidos por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente tais como o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pelas concessionárias do Grupo não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado. **1.1. Efeitos da pandemia do COVID-19:** Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) era uma emergência de saúde global, passando a ser considerado pandemia em anúncio feito pela mesma OMS em 11 de março de 2020. A pandemia desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e estão gerando impactos relevantes nas empresas da Companhia. A Companhia é uma holding e substancialmente seu resultado é originado da equivalência patrimonial da controlada VLT. O impacto da pandemia ocorreu principalmente em suas controladas incidindo indiretamente sobre o resultado de equivalência patrimonial reconhecido na companhia. A controlada VLT Carioca, tem acompanhado diariamente a movimentação e, até 31 de dezembro de 2020, verificou-se nos períodos de 12 de março a 31 de dezembro de 2020 e 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, em comparação com os mesmos períodos do ano anterior, as seguintes variações na quantidade de passageiros:

Passageiros	
12/Março/2020 a 31/Dezembro/2020 x 12/Março/2019 a 31/Dezembro/2019	01/Janeiro/2020 a 31/Dezembro/2020 x 01/Janeiro/2019 a 31/Dezembro/2019
-65,2%	-47,2%

A Controladora (CCR S.A.) instalou comitê de crise, conforme divulgado no Fato Relevante de 18 de março de 2020, para avaliar o impacto da pandemia sobre seus negócios e sobre as pessoas, e vem tomando as medidas necessárias diante dos eventos que vão se sucedendo. Abaixo demonstramos as principais análises e suas respectivas conclusões para os principais possíveis impactos sobre essas demonstrações financeiras: Avaliação de continuidade operacional: • Atualmente, revisamos e elaboramos mensalmente (semanalmente no início da quarentena e depois quinzenalmente) cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos. • O evento da pandemia tem causado elevada volatilidade nos mercados financeiros, inclusive no câmbio, onde foi possível constatar importante depreciação do Real frente ao Dólar norte-americano. A Companhia não possui exposição cambial importante. Na revisão dos fluxos de caixa foram consideradas as medidas, abaixo elencadas, que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e aumento de liquidez, diante a situação de crise. São elas: • Contenção de despesas, priorização de investimentos; • Adoção da MP 936/2020, com o intuito de preservar empregos, reduzindo o salário e carga horária de todo o pessoal de liderança em 25%, pelo prazo de 3 meses, com início em maio de 2020, e suspendendo o contrato de trabalho por período de tempo determinado de parte colaboradores do grupo de liderados. Sob o ponto de vista dos financiamentos, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançou programa emergencial, promovendo a suspensão do pagamento das prestações dos financiamentos pelas empresas, entre abril e setembro de 2020, sendo que os valores das prestações suspensas foram incorporados ao saldo devedor e redistribuídos nas parcelas restantes da dívida, mantido o termo final do contrato. A suspensão é válida para contratos de financiamentos diretos ou indiretos com o BNDES. Foi obtida a aprovação da controlada VLT Carioca para o período de outubro de 2020 a março de 2021. Avaliação de ativos não financeiros e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos: Sob o ponto de vista regulatório nacional e internacional, a Companhia entende que os contratos de concessão de suas investidas estão resguardados por cláusulas de proteção contra eventos de força-maior e/ou casos fortuitos, além de alguns dos contratos, principalmente na área de mobilidade urbana, possuírem cláusulas de mitigação de frustração de demanda. A Companhia obteve parecer de consultor jurídico independente, corroborando o entendimento dela com relação às proteções dos contratos de concessão acima mencionadas e sobre o evento da pandemia do COVID-19 ser classificado como evento de força-maior. Ainda sob o ambiente regulatório, a Advocacia Geral da União (AGU), emitiu o parecer nº 261/2020, à Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, onde conclui pelo direito dos concessionários a terem seus contratos de concessão reequilibrados pela decorrência dos impactos da referida pandemia. Sendo assim, a Companhia avalia que os contratos serão reequilibrados pelos efeitos advindos da pandemia e tais reequilíbrios seriam suficientes para a recuperação dos ativos não monetários e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos. Avaliação de ativos financeiros: Sob o ponto de vista dos ativos financeiros a receber dos Poderes Concedentes, principalmente relativos ao VLT Carioca, não foi identificado, até o momento, aumento do risco de crédito das contrapartes, sendo que os compromissos vêm sendo substancialmente honrados até o momento, exceto quanto a atrasos no recebimento de aportes e contraprestações no VLT Carioca no montante de R$ 245.471. Desta forma, não foram identificadas condições que justificassem a constituição de provisão para perdas ao valor recuperável nos ativos, relacionado a realização de contas a receber. Diante de possíveis cenários de extensão do isolamento social e consequente alongamento de restrições de liquidez do mercado, a Companhia acredita, até o momento, que possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos. Adicionalmente, tendo em vista uma queda significativa de sua geração de resultado a Companhia, como já dito acima, vem realizando diferentes iniciativas, visando readequar sua estrutura de custos e de capital para o novo momento econômico que o Brasil e o mundo passam. **2. Principais práticas contábeis:** As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. ***a) Investimentos:*** Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas, controladas e controladas em conjunto. • Controladas e controladas em conjunto: A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem, direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma controlada que não resulte em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e quaisquer participações de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. As demonstrações financeiras de controladas em conjunto (empreendimentos que a Companhia controla, direta ou indiretamente, em conjunto com outro(s) investidor(es), por meio de acordo contratual) são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras da controladora, as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. ***b) Combinação de negócios:*** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo CCR. A Companhia mensura o ágio como sendo o valor justo da contraprestação transferida (incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não controladora na companhia adquirida), deduzido do valor justo dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. Se o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente no resultado do exercício. No caso de aquisições de controle em negócios relacionados às atividades de concessão com prazos definidos, os ágios ou valores residuais são geralmente alocados ao direito de exploração da concessão e amortizados com base na expectativa de benefícios econômicos de cada negócio adquirido. Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, incorridos em uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que incorridos. Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do exercício no qual essa combinação ocorreu, são registrados os valores justos provisórios conhecidos até então. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (1 ano), ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data. ***c) Instrumentos financeiros:*** Reconhecimento e mensuração inicial: O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Desreconhecimento: Ativos financeiros: O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:*** • Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. • Aplicações financeiras: Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados. ***e) Ativos intangíveis:*** A Companhia possui o seguinte ativo intangível: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada. Os ativos em fase de construção são classificados como intangível em construção. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável. ***f) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):*** • Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia; ou - O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias. As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. • Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão das investidas, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital, taxas de descontos e reequilíbrios. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. ***g) Provisões:*** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. ***h) Receitas e despesas financeiras:*** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. ***i) Benefícios a empregados:*** • Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. ***j) Imposto de renda e contribuição social:*** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para: • diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e • diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. ***k) Adoção inicial de normas novas e alterações:*** A Companhia revisou as novas normas descritas a seguir que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020 e concluiu que não houve impacto nas demonstrações financeiras. **Definição de negócio - Alterações ao CPC 15:** Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos. As alterações introduzem um teste de concentração opcional que permite uma avaliação simplificada sobre se um conjunto adquirido de atividades e ativos não é um negócio. De acordo com o teste de concentração opcional, o conjunto adquirido de atividades e ativos não é um negócio se substancialmente a totalidade do valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrada em um único ativo identificável ou grupo de ativos similares. **Definição de Materialidade - Alterações ao CPC 26 (R1) e CPC 23:** Altera a definição de "material" estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis. **Reforma da taxa de juros de referência - Alterações ao CPC 48, CPC 08 e CPC 40:** As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40 e CPC 11 relacionados a mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros e contabilidade de *hedge*. **Arrendamentos - Alterações ao CPC 06 (R2):** Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos de arrendamento em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando o CPC 06 (R2) como se fosse uma modificação de arrendamento. Este expediente é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorrida como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas: a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança; b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021); e c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento. ***l) Novas normas ainda não efetivas:*** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 31 de dezembro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06); • Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 - alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06; • Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido - alterações ao CPC 27; • Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15; e • Classificação do passivo em circulante e não circulante - alterações ao CPC 26. **3. Apresentação das demonstrações financeiras:** Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC). As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As demonstrações financeiras consolidadas não estão sendo apresentadas pela Companhia de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas por enquadrar-se no item 4(a) (iv) desse Pronunciamento. Além disso, sua Controladora Indireta CCR S.A. já apresenta demonstrações consolidadas. Em 20 de abril de 2021, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado e remensuração a valor justo de participação anterior, quando da aquisição de controle de investidas. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: 8b Impostos diferidos; 15 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo. **4. Determinação dos valores justos:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixa e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). **5. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral:** A Companhia apresenta exposição ao seguinte risco advindo do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxa de câmbio; e d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia e suas investidas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto aos Poderes Concedentes, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) Certificado de Depósito Interbancário - (CDI) relativos as aplicações financeiras e aos mútuos. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nºs 7, 10 e 15. **c) Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia e suas investidas avaliam permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos. **d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas investidas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração avalia que a Companhia e suas investidas gozam de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros derivativos e não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos
Contas a pagar - partes relacionadas	440	–
Fornecedores	742	–
Juros sobre capital próprio mínimo obrigatório	2.536	–
AFAC	–	13.731

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apurou prejuízo no exercício, fluxo de caixa operacional negativo e contou com aportes/aumento de capital do acionista controlador. A Companhia conta com o suporte financeiro de sua controladora CCR S.A.

6. Aquisição de controle em investida	100% VLT Carioca 31/12/2020	100% VLT Carioca 31/12/2019
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos		
Caixa e equivalentes de caixa	-	482
Aplicações financeiras	-	26.345
Conta a receber	-	1.428
Ativo financeiro	-	1.323.624
Tributos a recuperar	-	1.314
Despesas antecipadas e outros	-	5.931
Estoques	-	3.274
Tributos diferidos	-	26.216
Imobilizado	-	3.328
Intangível	-	363.687
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	(839.437)
Contas a pagar de partes relacionadas	-	(6.102)
Mútuos de partes relacionadas	-	(492.640)
AFAC de partes relacionadas	-	(34.911)
Fornecedores	-	(28.380)
Obrigações sociais e trabalhistas	-	(8.573)
ISS diferido	-	(11.762)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	-	(1.885)
Obrigações fiscais	-	(26.839)
Outras obrigações	-	(13.969)
Total de ativos líquidos identificáveis	-	291.131
Valor total da contraprestação transferida (em caixa) - 4,23%	-	6.152
Compra vantajosa na aquisição - 4,23%	-	6.162
Remensuração da participação anterior - 50,4%	-	161.121
	-	173.435
Valor justo dos ativos identificáveis	-	(291.131)
Participação de acionistas não controladores, baseado na participação proporcional nos ativos e passivos reconhecidos da aquirida.	-	132.090
	-	(159.041)
Direito de concessão gerado na aquisição	-	14.394

No período de abril a dezembro de 2019, a Companhia adquiriu ações do VLT Carioca, assim como fez aportes de capital isoladamente ou em conjunto com parte dos outros acionistas da investida, por meio de contraprestação transferida total de R$ 91.312, resultando em aumento de participação de aproximadamente 42,022% e aumento de investimentos de R$ 158.462. Tais operações geraram efeitos contábeis na Companhia de: (i) aumento do direito da concessão gerado na aquisição de negócios de R$ 6; (ii) ganho por compra vantajosa de R$ 35.216, registrado na rubrica de outros resultados operacionais e R$ 17.534 (valor bruto de impostos), registrado no patrimônio líquido em Ganho na aquisição de participação em controladas; e (iii) R$ 14.394 de ganho na remensuração do valor justo da participação da Companhia na adquirida antes da combinação de negócios, registrado na rubrica de outros resultados operacionais. A partir de 7 de outubro de 2019, a CIIS passou a deter o controle do VLT Carioca.

7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:	2020	2019
Caixas e bancos	18	7
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	13.405	-
Total - Caixa e equivalentes de caixa	13.423	7
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	5.741	3.315
Total - Aplicações financeiras	5.741	3.315

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 97,11% do CDI, equivalente a 2,69% a.a. (98,60% do CDI, equivalente a 5,86% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2019).

8. Tributos a recuperar:	2020	2019
Circulante		
IRPJ e CSLL	1.551	3.765
IRRF	41	97
Total circulante	1.592	3.862
Não circulante		
IRPJ e CSLL	1.479	8
PIS e COFINS	263	263
IRRF sobre mútuo	6.385	4.940
Total não circulante	8.127	5.211

9. Imposto de renda e contribuição social: a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é demonstrada a seguir:

	2020	2019
(Prejuízo)/Lucro antes antes do imposto de renda e contribuição social	(32.856)	32.242
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	11.171	(10.962)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Equivalência patrimonial	(10.989)	(6.536)
Despesas indedutíveis	(73)	–
Juros sobre capital próprio	–	3.960
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(151)	(230)
Ganho por variação patrimonial	–	102
Outros ajustes tributários	148	(149)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	106	(13.815)
Impostos diferidos	106	(13.815)
	106	(13.815)
Alíquota efetiva de impostos	0,32%	42,85%

b. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2019	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	Saldos em 2020 - Valor Líquido	Saldos em 2020 - Ativo fiscal diferido	Saldos em 2020 - Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas	–	2.330	–	2.330	2.330	–
Provisão para participação nos resultados (PLR)	2.765	(2.608)	–	157	157	–
Ganho de compra vantajosa na aquisição de participação - VLT	(22.681)	–	(10.717)	(33.398)	–	(33.398)
Ganho/Remensuração participação anterior VLT, a valor justo	–	197	–	197	197	–
Outros	139	187	–	326	326	–
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	(19.777)	106	(10.717)	(30.388)	3.010	(33.398)
Compensação de imposto	–	–	–	–	(3.010)	3.010
Imposto diferido líquido	(19.777)	106	(10.717)	(30.388)	–	(30.388)

	2018	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	Saldos em 2019 - Valor Líquido	Saldos em 2019 - Ativo fiscal diferido	Saldos em 2019 - Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	–	2.765	–	2.765	2.765	–
Ganho de compra vantajosa na aquisição de participação - VLT	–	(16.719)	(5.962)	(22.681)	–	(22.681)
Outros	–	139	–	139	139	–
Impostos ativos (passivos) antes da compensação		(13.815)	(5.962)	(19.777)	2.904	(22.681)
Compensação de imposto	–	–	–	–	(2.904)	2.904
Imposto diferido líquido	–	(13.815)	(5.962)	(19.777)	–	(19.777)

10. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2020 e 2019, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, controladas, controlada em conjunto e profissionais chave da administração.

	Transações 2020 - Receitas financeiras	Transações 2020 - Despesas/custos com serviços prestados	Saldos 2020 - Ativo - Contas a receber	Saldos 2020 - Ativo - Mútuos	Saldos 2020 - Ativo - Juros sobre capital próprio	Saldos 2020 - Passivo - AFAC	Saldos 2020 - Passivo - Fornecedores
Controladora							
CCR	–	–	1.108 (c)	–	–	13.731 (e)	32 (c)
Controlada							
VLT Carioca	10.384 (a)	–	–	135.684 (a)	–	–	–
Coligadas							
CPC	–	–	18 (c)	–	526 (d)	–	31 (c)
Infra SP	–	–	143 (c)	–	–	–	10 (c)
Infra. Latino-americana S.A.	–	–	61 (c)	–	–	–	–
Mobilidade	–	1.539 (c)	2.218 (c)	–	–	–	125 (c)
Outras partes relacionadas							
ViaOeste	–	–	17 (c)	–	–	–	13 (c)
ViaQuatro	–	170 (c)	676 (c)	–	–	–	203 (c)
Conces. ViaRio S.A.	–	–	78 (c)	–	–	–	–
ViaMobilidade	–	–	21 (c)	–	–	–	26 (c)
Total	10.384	1.730	4.344	135.684	526	13.731	440

continua

continuação

CIIS - COMPANHIA DE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

	Transações 2019 Receitas financeiras	Transações 2019 Despesas financeiras	Saldos 2019 Ativo Contas a receber	Ativo AFAC	Ativo Mútuos	Ativo Juros sobre capital próprio	Passivo AFAC	Passivo Fornecedores
Controladora								
CCR	–	79 (b)	–	–	–	–	5.976 (e)	–
Controlada								
VLT Carioca	13.357 (a)	–	–	16.962 (e)	126.745 (a)	–	–	–
Coligadas								
CPC	–	–	–	–	–	526 (d)	–	3 (c)
Mobilidade	–	–	1.360 (c)	–	–	–	–	169 (c)
Total	13.357	79	1.360	16.962	126.745	526	5.976	172

Despesas com profissionais-chave da administração:	2020	2019
Remuneração (f):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	4.241	412
Outros benefícios:		
Provisão para remuneração variável		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	277	922
Complemento de PPR do ano anteiror pago no ano	2.740	–
Previdência privada	117	35
Seguro de vida	8	1
	7.383	1.370

Saldos a pagar aos profissionais-chave da administração:	2020	2019
Remuneração dos administradores (f)	719	227

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 09 de abril de 2021, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria estatutária e não estatutária da Companhia no montante de R$ 8.000, incluindo salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social. (a) Contratos de mútuo feito pela CIIS ao VLT Carioca, sendo 11 contratos remunerados à variação acumulada do CDI + 5% a.a. dos quais: 4 contratos com vencimento em 31 de dezembro de 2021, 2 contratos com vencimento em 31 de dezembro de 2020, cujo prazo foi prorrogado para 31 de dezembro de 2021, 3 contratos com vencimento em 15 de dezembro de 2024, 1 contrato com vencimento em 30 de dezembro de 2024 e 1 contrato com vencimento em 30 de dezembro de 2027; (b) Contrato de mútuo remunerado à variação de 110,7% do CDI, com vencimento em 31 de dezembro de 2019, data em que ocorreu a liquidação do mesmo; (c) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores, cujo vencimento se dá no mês subsequente a emissão do documento; (d) Juros sobre capital próprio que serão recebidos até 31 de dezembro de 2021; (e) Adiantamento para futuro aumento de capital; (f) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da diretoria, compreendendo no total 2 pessoas. **11. Obrigações sociais e trabalhistas:** Transferência de colaboradores e de despesas com pessoal da controlada CCR Mobilidade para a Companhia, 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Circulante	2020	2019
INSS sobre folha de pagamento	180	155
IRRF de empregados	206	289
FGTS	67	58
Salários a pagar	483	317
Provisão para participação nos resultados	2.236	5.805
Provisão para férias	804	552
Outras obrigações trabalhistas	248	210
	4.224	7.386
Não circulante		
Salários a pagar	93	93
Provisão para participação nos resultados	–	3.321
	93	3.414

12. Investimentos: ***a. Investimentos em controladas em conjunto, controladas e coligadas:***

Empreendimentos controlados em conjunto, controlados e coligados	Atividade principal	Local de Constituição e operação	Percentual de participação 2020	2019
Ponte (a)	Concessão rodoviária	Brasil (RJ)	0,000056638%	0,000056638%
ViaLagos (a)	Concessão rodoviária	Brasil (RJ)	0,000011374%	0,000011374%
CPC (a)	Holding	Brasil (SP)	1,00%	1,00%
Samm (a)	Serviços	Brasil (RJ/SP)	0,10%	0,10%
SPCP (a)	Holding	Brasil (SP)	0,065582668%	0,065582660%
Inovap 5 (b)	Serviços	Brasil (SP)	0,0001%	0,0001%
VLT Carioca (c)	Concessão metroviária	Brasil (RJ)	74,502683180%	66,954349359%
CCR Infra SP (a)	Holding	Brasil (SP)	0,000000388%	0,000000388%
CCR Lam Vias (a)	Holding	Brasil (SP)	0,01%	0,01%
CCR Mobilidade (a)	Holding	Brasil (SP)	0,01%	0,01%
Toronto (d)	Serviços	Brasil (SP)	80,00%	80,00%

(a) Coligadas; (b) Participação da CIIS por meio de sua controladora CCR Infra SP; (c) Controlada a partir de 07 de outubro de 2019; e (d) Controlada.

b. Composição dos investimentos em controladas em conjunto, controladas e coligadas:

	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) das controladas, controladas em conjunto e coligadas 2020	2019	Investimentos 2020	2019	Resultado líquido do exercício das controladas, contralada em conjunto e coligadas 2020	2019	Resultado de equivalência patrimonial 2020	2019
Ponte	3.289	1.991	–	–	(1.298)	(4.949)	–	–
ViaLagos	22.741	26.168	–	–	(36.486)	35.555	–	–
CPC	4.135.952	4.939.807	41.349	49.389	805.407	(94.372)	(8.055)	(947)
Samm	69.970	62.391	69	63	(7.579)	6.075	6	6
SPCP	405.285	405.375	268	268	90	134	–	–
Inovap 5	641	680	–	–	39	(159)	–	–
VLT Carioca	376.197	283.790	280.277	190.110	15.720	20.327	(9.838)	(9.404)
VLT Carioca (Ágio)	–	–	120	116	–	–	4	(6)
VLT Carioca (Direito concessão gerado na aquisição)	–	–	13.676	14.256	–	–	(580)	(138)
CCR Infra SP	2.459.363	2.450.236	–	–	(1.228.842)	(1.283.152)	–	–
CCR Lam Vias	3.054	(5.112)	–	(1)	22.434	31.122	(2)	(4)
CCR Mobilidade	512	6.931	–	1	119	23.079	–	(2)
Toronto	2.603	5.045	2.083	4.037	18.042	11.092	(14.434)	(8.865)
Total de investimento líquido de provisão para passivo a descoberto	7.479.607	8.177.302	337.842	258.239	(412.354)	(1.180.470)	(32.899)	(19.360)

c. Movimentação dos investimentos:

	Saldo inicial 2019	Resultado de equivalência patrimonial 2020	Aquisição de participação	Aumento/(Redução) de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo final
VLT Carioca	190.110	(9.838)	31.522	68.479	–	280.273
VLT Carioca (Ágio)	116	4	–	–	–	120
VLT Carioca (Direito concessão gerado na aquisição)	14.256	(580)	–	–	–	13.676
CPC	49.389	(8.055)	–	(4.360)	4.379	41.353
Samm	63	6	–	–	–	69
SPCP	268	–	–	–	–	268
CCR Lam Vias	(1)	(2)	–	3	–	–
CCR Mobilidade	1	–	–	(1)	–	–
Toronto	4.037	(14.434)	–	12.480	–	2.083
Total	258.239	(32.899)	31.522	76.601	4.379	337.842

(a) Em 01 de outubro de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução de capital da controlada CPC no valor total de R$ 6.242 em moeda corrente nacional em 17 de dezembro de 2020 de acordo de participação da companhia.

d. Informações financeiras resumidas das controladas em conjunto, controladas e coligadas:

	2020 Total do ativo	Total passivo circulante e não circulante	Total das receitas brutas do exercício	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	2019 Total do ativo	Total passivo circulante e não circulante	Total das receitas brutas do exercício	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
Ponte	5.646	2.357	–	1.298	6.856	4.865	–	(4.949)
ViaLagos	269.578	246.837	124.843	36.486	286.890	260.722	130.426	35.555
CPC	4.631.471	495.519	174.356	(805.407)	5.968.655	1.028.848	168.131	(94.372)
Samm	256.573	186.603	109.389	7.579	221.505	159.114	106.354	6.075
SPCP	405.299	14	–	(90)	417.472	12.097	–	134
Inovap 5	811	170	–	(39)	861	181	–	(159)
VLT Carioca	1.969.243	1.593.046	203.790	(15.720)	1.841.574	1.557.784	200.615	(20.327)
CCR Infra SP	2.469.212	9.849	–	1.228.842	2.462.515	12.279	–	1.283.152
CCR Lam Vias	11.179	8.125	–	(22.434)	5.947	11.059	–	(31.122)
CCR Mobilidade	4.052	2.540	–	(119)	8.461	1.530	–	(23.079)
Toronto	6.800	4.197	6	(18.042)	6.450	1.405	–	(11.092)
Total	10.029.864	2.549.257	612.384	412.354	11.227.186	3.049.884	605.526	1.139.816

e. Outras informações relevantes: A Companhia e suas investidas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles: **a) VLT Carioca: i. Rescisão de Contrato de Concessão:** Em 03 de julho de 2019, o VLT Carioca ajuizou ação de rescisão do contrato de concessão (com pedido de tutela de urgência), processo nº 0159841-62.2019.8.19.0001, em face do município do Rio de Janeiro e da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP), pleiteando a rescisão do Contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade concessão patrocinada (CVL nº 010008/2013) firmado entre as partes, devido a inadimplementos contratuais por parte do Poder Concedente e do município do Rio de Janeiro, bem como a condenação da municipalidade ao pagamento de indenização por perdas e danos e lucros cessantes, a serem apurados por ocasião de liquidação de sentença. O VLT Carioca ainda pleiteia, em sede de liminar, que o Poder Concedente seja instado a cumprir de imediato determinadas obrigações legais e contratuais em atraso, bem como seja implementada a garantia subsidiária do contrato de concessão, viabilizando a continuidade da prestação do serviço público até o trânsito em julgado da ação. Em 10 de julho de 2019, foi indeferida a liminar requerida pelo VLT Carioca: Em 26 de setembro de 2019, após a apresentação das defesas dos réus, o processo foi remetido à conclusão. Em 09 de outubro de 2019, o VLT Carioca assinou com o Poder Concedente um Memorando de Entendimentos (MOU), posteriormente ratificado pelos acionistas do VLT em 19 de dezembro de 2019, e que, entre outras disposições, permitiu que a Etapa 3B fosse inaugurada em 26 de outubro de 2019, e permitiu a suspensão da ação, oportunamente, e de acordo com a conveniência do VLT Carioca. Em 10 de outubro de 2019, foi proferida decisão que concedeu a tutela provisória de urgência para determinar aos réus que implementem e providenciem a operacionalização da garantia subsidiária do contrato de concessão, de modo a dar cumprimento às obrigações legais e contratuais assumidas, sob pena de multa diária. Contra a tutela provisória foram opostos embargos pelos réus, os quais foram rejeitados em 07 de janeiro de 2020. Em razão da rejeição dos embargos, a CDURP e a Prefeitura interpuseram agravos de instrumento, respectivamente em 07 de fevereiro e 09 de março de 2020. Em 22 de maio de 2020, foi concedida a liminar, objeto de pedido apresentado pelo VLT, para liberação parcial da importância a ser segurada pelo seguro garantia. Em 03 de julho de 2020 foi publicada a decisão do agravo de instrumento interposto pela CDURP, suspendendo os efeitos da decisão proferida em 10 de outubro de 2019. Contra essa decisão, em 09 de julho de 2020, o VLT interpôs agravo interno com pedido de reconsideração e, em 24 e 29 de julho de 2020, o VLT apresentou contrarrazões aos agravos de instrumento interpostos pela CDURP e pelo Município, respectivamente. O Ministério Público apresentou pareceres favoráveis ao VLT, pelo não provimento dos agravos, ambos em outubro de 2020. O agravo de instrumento do Município foi desprovido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em sessão de julgamento ocorrida em 12 de fevereiro de 2021. Já o recurso de agravo de instrumento da CDURP, está com julgamento suspenso, devido ao pedido de vista por um dos julgadores. Na origem, em 04 de novembro de 2020, foi determinada a manifestação das partes em provas. A CDURP, em 19 de novembro de 2020, informou que não tem mais provas a produzir e o Município não se manifestou em provas, o que foi certificado no dia 07 de dezembro 2020. O VLT requereu, em 30 de novembro de 2020, a produção de prova pericial de engenharia e de prova pericial contábil, bem como de prova documental superveniente. O Ministério Público, em 09 de dezembro de 2020, não se opôs aos pedidos de prova do VLT. Em 12 de janeiro de 2021, foi proferida decisão deferindo o pedido do VLT de produção de prova documental superveniente no prazo de 10 dias e requerendo a sua manifestação para esclarecer o pedido de prova pericial contábil e de engenharia, o que foi feito pelo VLT no prazo estabelecido. Em 14 de janeiro de 2021, o Ministério Público manifestou ciência da decisão. Aguarda-se a intimação das demais Partes. **ii. Procedimento Arbitral CCBC nº 87/2019/SEC3:** Em 22 de novembro de 2019 foi instaurado procedimento arbitral instaurado em 22 de novembro de 2019, por Odebrecht Mobilidade S.A. (OM) e Odebrecht Transport S.A (OTP) em face da CIIS - Companhia de investimento em infraestrutura e serviços (CIIS) e da Concessionária do VLT Carioca S.A (VLT Carioca), relativamente à interpretação e alcance de determinadas disposições previstas em acordo de acionistas e demais atos e contratos relativos à governança do VLT Carioca. Após a constituição do Tribunal Arbitral, em 13 de outubro de 2020 as Requerentes apresentaram suas alegações iniciais, requerendo a declaração de nulidade de ato societário que ratificou o memorando de entendimentos celebrado com o Município do Rio de Janeiro em 09 de outubro de 2019 (MOU), e/ou tornando o mesmo sem efeito, determinando ao VLT que adote as medidas necessárias ao prosseguimento da ação de rescisão, bem como para condenar as Requeridas em todos os prejuízos, perdas e danos sofridos pelas Requerentes em virtude da celebração do MOU, declarando a extinção do acordo de acionistas em relação às Requerentes ou, subsidiariamente, que reconheça determinados aspectos acerca de seus direitos políticos, e, ainda, que determine à CIIS assumir obrigações financeiras de garantia na proporção da participação acionária detida pela CIIS em decorrência da diluição da Requerente OM, entre outros pedidos associados. Em 26 de novembro de 2020 a CIIS apresentou sua resposta às alegações iniciais postulando pelo reconhecimento da improcedência do pleito formulado pelas Requerentes bem como formulou pedidos contrapostos, entre os quais o reconhecimento de que o MOU foi validamente celebrado pela administração do VLT e ratificado pelos seus acionistas e a declaração de validade de determinadas interpretações acerca do acordo de acionistas.

Na mesma data, o VLT Carioca apresentou sua resposta às alegações iniciais salientando que as Requerentes agem em manifesto abuso de minoria, de forma contraditória e em contrariedade ao interesse social atinente à continuidade do serviço público, requerendo sejam os pedidos julgados improcedentes e também formulou pedido contraposto no sentido de que a Requerente seja condenada ao pagamento de multa especificamente prevista no acordo de acionistas decorrente do não acompanhamento de todos os aportes de capital aprovados. Os acionistas controladores e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão. As demonstrações financeiras não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles. **13. Intangível em construção:**

Valor de custo	2020 Adições	Saldo final
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento	11	11
Total do custo	11	11

14. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social é de R$ 425.201 sendo R$ 469.856 subscrito e R$ 44.655, à integralizar em moeda corrente nacional, dividido em 469.855.448 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Durante o exercício de 2020, ocorreram as seguintes integralizações de capital aprovados em Assembleia Geral Extraordinária nas datas de 29 de agosto de 2019, 28 de novembro de 2019 e 19 de dezembro de 2019: Em 31 de janeiro de 2020, de R$ 6.000, mediante a integralização de 6.000.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal; Em 29 de fevereiro de 2020, de R$ 12.240, mediante a integralização de 12.240.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal; Em 31 de março de 2020, de R$ 24.734, mediante a integralização de 24.734.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal; Em 30 de junho de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital de R$ 6.240, mediante a subscrição de 6.240.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Integralização ocorreu em 20 de julho de 2020; Em 11 de agosto de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital de R$ 81.155 a integralizar, mediante a subscrição e integralização de 81.155.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal; Em 31 de agosto de 2020, de R$ 16.500, a integralização ocorreu mediante adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) mediante a integralização de 16.500.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal; Em 30 de novembro de 2020, de R$ 20.000, mediante a integralização de 20.000.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal; O capital da Companhia está assim dividido:

Acionistas	Participação acionária	2020 Ações Integralizadas	Capital Social Integralizado	Capital Social à Integralizar	2019 Ações Integralizadas	Capital Social Integralizado	Capital Social à Integralizar
CCR S.A.	100%	469.855.448	425.201	44.655	382.460.448	339.487	42.974

b. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia absorveu parte do prejuízo do exercício com o saldo da reserva legal. **c. Reserva de retenção de lucros:** Foi constituída em 2019, em razão de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração (CAD). Para o ano de 2020 a reserva foi absorvida com parte do prejuízo do exercício. **d. Ajuste de avaliação patrimonial:** Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos de: • Variações cambiais sobre os investimentos no exterior. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. • *Hedge* de fluxo de caixa em investidas com efeito no patrimônio líquido, cujo valor acumulado é transferido para o resultado ou para o ativo não circulante da investida à medida da realização das operações protegidas. • Ajuste a valor justo de plano de pensão com benefício definido. **15. Resultado financeiro:**

	2020	2019
Despesas Financeiras		
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	–	(79)
Variação cambial sobre fornecedor estrangeiro	(21)	–
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(536)	(62)
	(557)	(141)
Receitas Financeiras		
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	10.384	13.357
Rendimento sobre aplicações financeiras	192	(341)
Juros e outras receitas financeiras	137	1
	10.713	13.017
Resultado financeiro líquido	10.156	12.876

16. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos. A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados. Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir: **Instrumentos financeiros por categoria:**

	2020 Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	2019 Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	18	–	–	7	–	–
Aplicações financeiras	19.146	–	–	3.315	–	–
Contas a receber - partes relacionadas	–	4.344	–	–	1.360	–
Mútuos - partes relacionadas	–	135.684	–	–	126.745	–
Partes relacionadas - AFAC	–	–	–	–	16.962	–
Dividendos e juros sobre o capital próprio	–	526	–	–	526	–
Passivos						
Fornecedores	–	–	(742)	–	–	(6)
Fornecedores - partes relacionadas	–	–	(440)	–	–	(172)
Partes relacionadas - AFAC	–	–	(13.731)	–	–	(5.976)
Dividendos e juros sobre o capital próprio mínimo obrigatório	–	–	(2.536)	–	–	(2.536)
	19.164	140.554	(17.449)	3.322	145.593	(8.690)

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • **Caixa e bancos e aplicações financeiras** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na "curva do papel" e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil. • **Contas a receber - partes relacionadas, mútuos - partes relacionadas, partes relacionadas - AFAC, dividendos e juros sobre capital próprio mínimo obrigatório, fornecedores e fornecedores - partes relacionadas -** Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. **Hierarquia de valor justo:** A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

Nível 2:	2020	2019
Aplicações financeiras	19.146	3.315

Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs,* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Apresentamos abaixo, a análise de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros. A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2021 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Exposição em R$ [3][4]	Efeito em R$ no resultado Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Aplicação financeira (Menkar II) [5]	CDI [2]	19.146	353	265	177
Total do efeito de ganho ou (perda)			353	265	177
As taxas de juros consideradas foram [1]:					
	CDI [2]		1,90%	1,43%	0,95%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo: No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável: (2) Refere-se à taxa de 31/12/2020, divulgada pela B3; (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2020, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI); (5) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixadas. **17. Demonstrações dos fluxos de caixa: a.** Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixas abaixo:

Variação dos fluxos de caixa operacional	2020	2019
Tributos a recuperar	(1.445)	(1.782)
Total da variação nos fluxos de caixa operacional	(1.445)	(1.782)
Variações dos fluxos de caixa de investimento		
Mútuos - partes relacionadas	1.445	1.782
AFAC - Partes relacionadas	16.962	-
Aumento de capital em investidas	(16.962)	-
Total das variações nos fluxos de caixa de investimento	1.445	1.782

b. Reconciliação das atividades de financiamento:

	Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio mínimo obrigatório	AFAC - partes relacionadas	Capital social	Total
Saldo inicial	(10.425)	(5.976)	(339.487)	(355.888)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Integralização de capital	–	–	(85.714)	(85.714)
AFAC	–	(7.755)	–	(7.755)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	–	(7.755)	(85.714)	(93.469)
Outras variações				
Outras variações que não afetam caixa	7.889	–	–	7.889
Total das outras variações	7.889	–	–	7.889
Saldo final	(2.536)	(13.731)	(425.201)	(441.468)

18. Eventos subsequentes: • Coronavírus: Conforme Comunicados ao Mercado divulgados semanalmente pela sua Controladora CCR, verificou-se no período de 1° de janeiro a 15 de abril de 2021, em comparação com o mesmo período do ano anterior, os seguintes efeitos na demanda:

	Passageiros 01/jan/2021 a 08/abr/2020 x 01/jan/2020 a 08/abr/2020
[1] VLT Carioca	-51,2%

[1] VLT Carioca: Início da Linha 3 em 26/10/2019.

Receita líquida de receita de construção:

	01/01/2021 a 31/03/2021	01/01/2020 a 31/03/2021	% Variação
Receita líquida de receita de construção	64.556	68.573	-6%

• **Integralização de capital:** Em 08 de janeiro de 2021 foram integralizados R$ 3.407 ao capital social da Quicko conforme aumento de capital aprovado em AGE realizada em 08 de dezembro de 2020. Em 12 de fevereiro de 2021 foram integralizados R$ 6.000 ao capital social e no dia 12 de março de 2021 foi integralizado o saldo restante de R$ 25.811, na investida Concessionária VLT Carioca, conforme aumento de capital aprovado em AGE realizada em 13 de agosto de 2020. Em 04 de Março de 2021 foram integralizados R$ 11.000 ao capital social da CIIS, pela controladora CCR S/A, conforme aumento de capital aprovado em AGE realizada em 17 de fevereiro de 2021. Em 04 de março de 2021 foram integralizados ao capital social da CIIS o valor de R$ 10.425 mediante a integralização de juros sobre capital proprio no valor de R$ 2.537 e adicional proposto de juros sobre capital proprio no valor de R$ 7.888, conforme aumento de capital aprovado na AGE realizada em 17 de fevereiro de 2021. Em 11 de março de 2021 foram integralizados R$ 25.811 ao capital social da CIIS, pela controladora CCR S/A, conforme aumento de capital aprovado em AGE realizada em 11 de agosto de 2020. Em 05 de março de 2021 foram integralizados R$ 10.755 ao capital social da Quicko conforme aumento de capital aprovado em AGE realizada em 24 de março de 2021. • **Leilão Bloco Sul e Central:** Em 07 de abril de 2021, a CPC foi a vencedora do leilão dos Blocos Central e Sul do Leilão da 6ª Rodada de Concessões Aeroportuárias, promovida pela União Federal, por meio da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), para a prestação do serviço público de ampliação, manutenção e exploração dos aeroportos de Curitiba (PR), em São José dos Pinhais, Foz do Iguaçu (PR), Londrina (PR), Bacacheri (PR), Navegantes (SC), Joinville (SC), Pelotas (RS), Uruguaiana (RS) e Bagé (RS), integrantes do Bloco Sul, e de Goiânia (GO), Palmas (TO), Teresina (PI), São Luís (MA), Imperatriz (MA) e Petrolina (PE), integrantes do Bloco Central, pelo prazo de concessão de 30 (trinta) anos e aguardará a adjudicação das concessões. A CPC sagrou-se vencedora ao oferecer o maior valor, a título de contribuição inicial, no montante de R$ 2.128.000 para o Bloco Sul e R$ 754.000 para o Bloco Central.

Composição do Conselho de Administração

Marco Antonio Souza Cauduro - Presidente do Conselho

Waldo Edwin Pérez Leskovar - Membro efetivo **Pedro Paulo Archer Sutter** - Membro efetivo

Composição da Diretoria

Waldo Edwin Pérez Leskovar - Diretor-Presidente **Marcio Yassuhiro Iha** - Diretor

Contador

Hélio Aurélio da Silva - CRC 1SP129452/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da CIIS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços. São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da CIIS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CIIS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 11(e) às demonstrações financeiras, que descreve que em função dos inadimplementos contratuais por parte do Poder concedente e do Município do Rio de Janeiro junto à controlada Concessionária do VLT Carioca S.A. ("VLT Carioca" ou "Controlada"): i) as parcelas do financiamento do BNDES têm sido liquidadas com a utilização da conta reserva, a qual está sendo suportada pelos acionistas da Controlada; ii) a Controlada ajuizou ação de rescisão do Contrato de Concessão, com pedido de tutela de urgência para determinar a implementação e operacionalização da garantia subsidiária, de forma a permitir que os serviços continuem a ser prestados pela Controlada até o trânsito em julgado da ação. Adicionalmente, as partes assinaram um memorando de entendimento com o intuito de regularizar os compromissos assumidos pelo Poder Concedente no Contrato de Concessão, na esfera administrativa; contudo, a ação de rescisão do Contrato de Concessão permanece em curso. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes CRC SP014428/O-6 — Fernanda A. Tessari da Silva Contadora CRC 1SP-252905/O-2

Edital de 1ª e 2ª Praça de Bem Imóvel e para Intimação dos executados **PASCOLATE BISCOITOS E CHOCOLATES LTDA. EPP., CNPJ Nº 08.547041/0001-04; JULIO CESAR RAMIRES, CPF Nº 195.092.568-46; BIANCA CASALE, CPF Nº 272.457.328-50, do usufrutuário PAULO RAMIRES, CPF Nº 348.773.048/00, dos credores com penhora BERRY CALLEBAUT BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA., CNPJ Nº 33.163.908/0001-75; ADÃO DIEGO SIQUEIRA DE OLIVEIRA, CPF Nº 366.797.958-42, Estado de São Paulo, CNPJ nº 46.379.400/0001-50,** e demais interessados, expedido nos autos da Ação de Execução por Quantia Certa Contra Devedor Solvente, requerida por **WR GESTÃO E ASSESSORIA FINANCEIRA LTDA., CNPJ Nº 12.120.985/0001-78. Processo nº 1102848-54.2014.8.26.0100.** O Dr. André Augusto Salvador Bezerra, Juiz de Direito da 42ª Vara Cível da Capital, na forma da Lei, etc...**FAZ SABER** aos que o presente edital de 1ª e 2ª Praça de bem imóvel virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que na forma do art. 879 do CPC, regulamentado pelo Provimento 1625/2009, através do gestor judicial homologado pelo Tribunal de Justiça www.faroonline.com.br, sob o comando do leiloeiro oficial Renato Morais Faro, Jucesp nº 431, no dia 30/04/2021, às 15:00 horas, terá início a 1ª praça e se estenderá por três dias subsequentes, encerrando-se em 03/05/2021, às 15:00 horas, sendo entregue a quem mais der igual ou acima da avaliação, sendo que, em não havendo licitantes, abrir-se-á a 2ª praça no dia 03/05/2021, às 15:01 horas e se encerrará no dia 25/05/2021, às 15:00 horas, para o 2º Leilão, ocasião em que os referidos bens serão entregues a quem mais der, não devendo ser aceito lance inferior a 50% da avaliação atualizada. Pelo presente edital, ficam intimados os executados e demais interessados, se não intimados pessoalmente ou na pessoa de seus advogados. **CONDIÇÕES DE VENDA**: **DOS LANCES**: O presente Leilão será efetuado na modalidade "ON-LINE", sendo que os lances deverão ser fornecidos através de sistema eletrônico do gestor www.faroonline.com.br e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. Não será admitido sistema no qual os lanços sejam remetidos por e-mail e posteriormente registrados no site do gestor, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lanços **DO PAGAMENTO**: O Arrematante deverá depositar no prazo improrrogável de 24 horas o valor do lance vencedor através da guia de depósito judicial a ser obtida no site www.bb.com.br. **PARCELAMENTO:** De acordo com o art. 895, I e II, e parágrafos, do NCPC, os interessados em adquirir o bem de forma parcelada, poderão pedir o parcelamento por escrito, **até o início do primeiro leilão**, desde que a proposta não seja inferior ao valor da avaliação, e **até o início do segundo leilão**, desde que o valor da proposta não seja menor que 50% do valor da avaliação, ficando claro que **do requerimento deverá constar** oferta de pagamento de **pelo menos** 25% do valor do lance à vista, e o restante parcelado em **até** 30 meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. De todas as propostas deverão constar prazo, modalidade, indexador de correção monetária e condições de pagamento do saldo. **Deve, ainda, constar da proposta** que o interessado declara estar ciente da multa de 10% sobre a parcela inadimplida somada às parcelas vincendas (art. 895, §4º), bem como que em caso de inadimplemento declara estar ciente sobre a possibilidade de o exequente pedir a resolução da arrematação ou a cobrança do valor em aberto nestes mesmos autos (art. 895, §5º). **Observa-se, ainda, que a proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado. DA COMISSÃO DO LEILOEIRO**: A comissão do leiloeiro será de 5% (cinco por cento) sobre o valor de arrematação, a ser paga pelo arrematante no prazo de até 24 horas após o leilão, através de depósito bancário. **DO AUTO DE ARREMATAÇÃO:** Após a efetiva liquidação dos pagamentos acima, o auto de arrematação será assinado pelo Juiz. **IMISSÃO NA POSSE**: O arrematante providenciará perante o Juízo competente a imissão na posse. **DA ADJUDICAÇÃO:** Caso o exequente venha a adjudicar os bens ficará igualmente responsável pelo pagamento da comissão do Leiloeiro sobre o valor da avaliação. **DO CANCELAMENTO DA PRAÇA APÓS A PUBLICAÇÃO DO EDITAL:** Caso o praceamento seja cancelado após a publicação do edital, especialmente em razão de acordo entre as partes ou pagamento da dívida, será devido à comissão de 5% sobre o valor transacionado para pagamento dos custos do leiloeiro, **e** caso já tenha havido lance para arrematação do bem, o valor devido será de 5% sobre o valor do último lance ofertado. **FALE CONOSCO:** Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas no escritório do Leiloeiro, na Rua Silveira Martins, 70, 9º andar, Centro - São Paulo/SP, ou ainda, pelo telefone (11) 3105-4872 - email: faroleiloes@terra.com.br. **BENS: LOTE 1: Nua propriedade** da Casa de moradia, e seu terreno, situada em São Carlos/SP, com frente para a Travessa Dois (atual Rua José Benettiº 430, no Bairro Vila Prado, medindo 10,00 metros de frente, por 20,00 metros da frente aos fundos, encerrando uma área superficial de 200,00 metros quadrados, confrontando de um lado com João Ronquim, de outro lado com João Prusci e nos fundos com quem de direito (atualmente com propriedade de João Guerreiro Av.04). Imóvel matriculado sob o nº 46.702 do Cartório de Registro de Imóveis de São Carlos/SP, contribuinte nº 07.041.010.001-7. VALOR DA AVALIAÇÃO: R$300.000,00 (trezentos mil reais), conforme avaliação de fls., constante dos autos, datada de dezembro/19. **VALOR DA AVALIAÇÃO, ATUALIZADO PELO TJ/SP PARA FEVEREIRO/2021: R$321.066,00 (trezentos e vinte e um reais e sessenta e seis centavos). Obs.1:** Consta da Av. 11 da referida matrícula, arresto nos autos do processo nº 0014796-64.2011.8.26.0566 nº de ordem 1.483/11, Execução Civil, promovida por BERRY CALLEBAUT BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA., CNPJ Nº 33.163.908/0001-75, em face de Júlio César Ramires, em trâmite perante a 3ª Vara Cível do Foro da Comarca de São Carlos/SP; **Obs.2**: Consta na Av. 12 da referida matrícula, indisponibilidade dos bens de Júlio César Ramires, oriunda dos autos do processo nº 0003600-92.2014.8.26.0566, Execução Fiscal, requerida por Fazenda do Estado de São Paulo, em trâmite perante a Vara da Fazenda Pública de São Carlos/SP; **Obs. 3:** Consta da Av. 14 da referida matrícula, penhora nos autos do processo nº 0014796-64.2011.8.26.0566, Execução Civil, promovida por BERRY CALLEBAUT BRASIL INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA., CNPJ Nº 33.163.908/0001-75, em face de Júlio César Ramires, em trâmite perante a 3ª Vara Cível do Foro da Comarca de São Carlos/SP; **Obs. 4:** Consta da AV. 16 da referida matrícula, penhora nos autos da Execução Trabalhista, proc. nº 0001470-46.2013.5.15.0106, promovida por ADÃO DIEGO SIQUEIRA DE OLIVEIRA, CPF Nº 366.797.958-42, move em face de Júlio César Ramires, em trâmite perante a 2ª Vara do Trabalho de São Carlos; **Obs. 5:** Consta da AV. 17 da referida matrícula, penhora nos autos da Execução Fiscal, proc. nº de ordem 1807/14, promovida por Estado de São Paulo, CNPJ nº 46.379.400/0001-50, em face de Júlio César Ramires e Outros, em trâmite perante a Vara da Fazenda de São Carlos/SP; **LOTE 2: Nua propriedade** da Casa de moradia e seu terreno, sito à Rua João C. Dos Reis, 32, antiga Rua C, Vila Bela Vista, São Carlos/SP, contendo 4 cômodos, existindo no quintal dois cômodos e banheiro, e seu respectivo terreno, medindo o imóvel em sua integridade 10,00x20,00 metros, confrontando de um lado com Roque Albano, de outro com Orlando Passarelli; e, nos fundos com a firma White Martins. Imóvel matriculado sob o nº 116.930, no Cartório de Registro de Imóveis de São Carlos/SP, contribuinte nº 07.102.004.001. VALOR DA AVALIAÇÃO: R$290.000,00 (duzentos e noventa mil reais), conforme avaliação de fls., constante dos autos datada de dezembro/19. **VALOR DA AVALIAÇÃO ATUALIZADO PELOS ÍNDICES DO TJ/SP PARA FEVEREIRO/21: R$310.364,00 (trezentos e dez mil, trezentos e sessenta e quatro reais). Obs.1:** Consta da Av. 05 da referida matrícula, arresto nos autos do processo nº 0014796-64.2011.8.26.0566 nº de ordem 1.483/11, Execução Civil, promovida por BERRY CALLEBAUT BRASIL INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA., CNPJ Nº 33.163.908/0001-75, em face de Júlio César Ramires, em trâmite perante a 3ª Vara Cível do Foro da Comarca de São Carlos/SP; **Obs.2**: Consta na Av. 06 da referida matrícula, indisponibilidade dos bens de Júlio César Ramires, oriunda dos autos do processo nº 0003600-92.2014.8.26.0566, Execução Fiscal, requerida por Fazenda do Estado de São Paulo, em trâmite perante a Vara da Fazenda Pública de São Carlos/SP; **Obs. 3:** Consta da Av. 07 da referida matrícula, penhora nos autos do processo nº 0014796-64.2011.8.26.0566, Execução Civil, promovida por BERRY CALLEBAUT BRASIL INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA., CNPJ Nº 33.163.908/0001-75, em face de Júlio César Ramires, em trâmite perante a 3ª Vara Cível do Foro da Comarca de São Carlos/SP; **Obs. 4:** Consta da AV. 08 da referida matrícula, penhora nos autos da Execução Trabalhista, proc. nº 0001470-46.2013.5.15.0106, promovida por ADÃO DIEGO SIQUEIRA DE OLIVEIRA, CPF Nº 366.797.958-42, move em face de Júlio César Ramires, em trâmite perante a 2ª Vara do Trabalho de São Carlos; **Obs. 5:** Consta da AV. 09 da referida matrícula, penhora nos autos da Execução Fiscal, proc. nº de ordem 8675-11, promovida por Estado de São Paulo, CNPJ nº 46.379.400/0001-50, em face de Júlio César Ramires e Outros, em trâmite perante a Vara da Fazenda de São Carlos/SP; **Obs.6:** Consta da AV. 10 da referida matrícula, penhora nos autos da Execução Fiscal, proc. nº de ordem 1807/14, promovida por Estado de São Paulo, CNPJ nº 46.379.400/0001-50, em face de Júlio César Ramires e Outros, em trâmite perante a Vara da Fazenda de São Carlos/SP; **LOTE 3: Nua propriedade** de Uma área de terras situada na cidade de São Carlos, constituída de parte da Área A, que por sua vez constituída de Parte da Chácara Primavera, no Bairro Monte Alto, ora designada como "ÁREA A-2", com as seguintes medidas e confrontações: Tem início no Marco nº 3-B, cravado junto a faixa da FEPASA com largura de 20,00 metros, na divisa com a Área A-1; deste ponto segue em curva paralela à referida faixa da FEPASA por uma distância de 59,44 metros até encontrar o marco de nº 3-A, cravado junto à faixa da FEPASA com 20,00 metros de largura; do marco de número 3-A seguenum rumo de 02°18'04"SO e percorre uma distância de 130,96 metros, confrontando com a Área B, até encontrar o marco de nº 24-A, cravado junto a Estrada Municipal Rubens Fernando Monte Ribeiro, antiga estrada de Descalvado; parte do marco de nº 24-A com rumo de 74°07'43"NO e percorre uma distância de 58,80 metros até encontrar o marco de nº 25; daí segue num rumo de 73°19'51"NO e percorre uma distância de 29,22 metros até encontrar o marco de nº 25-A, confrontando do marco nº 24-A até o marco de nº 25-A com Estrada Municipal Rubens Fernando Ribeiro, antiga Estrada de Desclavo; daí segue num rumo de 15°32'32"NE por uma distância de 117,39 metros até encontrar o marco de nº 3-B, ponto de início da descrição, fechando o perímetro e encerrando uma área de 9.000,00 m², confrontando do marco 25-A até o marco de nº 3-B com a Área A-1. Imóvel pertencente a matrícula nº 118.737, do Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP, contribuinte nº 01.05.249.001-001. VALOR DA AVALIAÇÃO: R$7.150.000,00 (sete milhões, cento e cinquenta mil reais), conforme avaliação de fls., constante dos autos, datada de dezembro/19. **VALOR DA AVALIAÇÃO ATUALIZADO PELOS ÍNDICES DO TJ/SP PARA FEVEREIRO/21: R$7.652.070,00 (sete milhões, seiscentos e cinqüenta e dois mil, e setenta reais). Obs.1:** Consta da Av. 05 da referida matrícula, arresto nos autos do processo nº 0014796-64.2011.8.26.0566 nº de ordem 1.483/11, Execução Civil, promovida por BERRY CALLEBAUT BRASIL INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA., CNPJ Nº 33.163.908/0001-75, em face de Júlio César Ramires, em trâmite perante a 3ª Vara Cível do Foro da Comarca de São Carlos/SP; **Obs.2**: Consta na Av. 06 da referida matrícula, indisponibilidade dos bens de Júlio César Ramires, oriunda dos autos do processo nº 0003600-92.2014.8.26.0566, Execução Fiscal, requerida por Fazenda do Estado de São Paulo, em trâmite perante a Vara da Fazenda Pública de São Carlos/SP; **Obs. 3:** Consta da Av. 08 da referida matrícula, penhora nos autos do processo nº 0014796-64.2011.8.26.0566, Execução Civil, promovida por BERRY CALLEBAUT BRASIL INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA., CNPJ Nº 33.163.908/0001-75, em face de Júlio César Ramires, em trâmite perante a 3ª Vara Cível do Foro da Comarca de São Carlos/SP; **Obs. 4:** Consta da AV. 10 da referida matrícula, penhora nos autos da Execução Trabalhista, proc. nº 0001470-46.2013.5.15.0106, promovida por ADÃO DIEGO SIQUEIRA DE OLIVEIRA, CPF Nº 366.797.958-42, move em face de Júlio César Ramires, em trâmite perante a 2ª Vara do Trabalho de São Carlos; **Obs. 5:** Consta da AV. 11 da referida matrícula, penhora nos autos da Execução Fiscal, proc. nº de ordem 12920-11, promovida por Estado de São Paulo, CNPJ nº 46.379.400/0001-50, em face de Júlio César Ramires e Outros, em trâmite perante a Vara da Fazenda de São Carlos/SP; **Obs.6:** Consta da AV. 12 da referida matrícula, penhora nos autos da Execução Fiscal, proc. nº de ordem 6267/12, promovida por Estado de São Paulo, CNPJ nº 46.379.400/0001-50, em face de Júlio César Ramires e Outros, em trâmite perante a Vara da Fazenda de São Carlos/SP; **Obs. 07:** Consta da AV. 10 da referida matrícula, penhora nos autos da Execução Fiscal, proc. nº de ordem 1807/14, promovida por Estado de São Paulo, CNPJ nº 46.379.400/0001-50, em face de Júlio César Ramires e Outros, em trâmite perante a Vara da Fazenda de São Carlos/SP; **LOTE 4: Nua propriedade de** uma casa de moradia e seu terreno localizado na Rua José Benetti, 452, São Carlos/SP (assentamento antigo: Rua Bernardino de Campos, esquina com a Travessa 2, nº 433, contendo área, dois dormitórios, dois dormitórios, sala, cozinha, banheiro, medindo em sua integridade 20,00m de frente por 10,00m da frente aos fundos, confrontando de um lado com a travessa nº 02, de outro lado com João Perussi e nos fundos com quem de direito. Imóvel pertencente à matrícula nº 4.515, do Cartório de Registro de Imóveis de São Carlos/SP, contribuinte nº 07.041.008.001-8. VALOR DA AVALIAÇÃO: R$340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais), conforme avaliação de fls., constante dos autos, datada de dezembro/19. **VALOR DA AVALIAÇÃO ATUALIZADO PELOS ÍNDICES DO TJ/SP PARA FEVEREIRO/21: R$363.875,00 (trezentos e sessenta e três mil, oitocentos e setenta e cinco reais).** sito **Obs.1:** Consta da Av. 22 da referida matrícula, arresto nos autos do processo nº 0014796-64.2011.8.26.0566 nº de ordem 1.483/11, Execução Civil, promovida por BERRY CALLEBAUT BRASIL INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA., CNPJ Nº 33.163.908/0001-75, em face de Júlio César Ramires, em trâmite perante a 3ª Vara Cível do Foro da Comarca de São Carlos/SP; **Obs.2**: Consta na Av. 23 da referida matrícula, indisponibilidade dos bens de Júlio César Ramires, oriunda dos autos do processo nº 0003600-92.2014.8.26.0566, Execução Fiscal, requerida por Fazenda do Estado de São Paulo, em trâmite perante a Vara da Fazenda Pública de São Carlos/SP; **Obs. 3:** Consta da Av. 25 da referida matrícula, penhora nos autos do processo nº 0014796-64.2011.8.26.0566, Execução Civil, promovida por BERRY CALLEBAUT BRASIL INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA., CNPJ Nº 33.163.908/0001-75, em face de Júlio César Ramires, em trâmite perante a 3ª Vara Cível do Foro da Comarca de São Carlos/SP; **Obs. 4:** Consta da AV. 27 da referida matrícula, penhora nos autos da Execução Trabalhista, proc. nº 0001470-46.2013.5.15.0106, promovida por ADÃO DIEGO SIQUEIRA DE OLIVEIRA, CPF Nº 366.797.958-42, move em face de Júlio César Ramires, em trâmite perante a 2ª Vara do Trabalho de São Carlos; **Obs. 5:** Consta da AV. 28 da referida matrícula, penhora nos autos da Execução Fiscal, proc. nº de ordem 1807/14, promovida por Estado de São Paulo, CNPJ nº 46.379.400/0001-50, em face de Júlio César Ramires e Outros, em trâmite perante a Vara da Fazenda de São Carlos/SP. **Observações gerais:** Houve interposição de AI nº 2287817-89.2020.8.26.0000, onde foi alegado o cerceamento de defesa, e requerida a suspensão da execução. O recurso processou-se apenas no efeito devolutivo e a ele foi negado provimento conforme acórdão de fls. 632/634, disponibilizado em 22/02/21. **TAXAS E IMPOSTOS**: Eventuais taxas ou impostos incidentes sobre o bem correrão por conta do arrematante ou adjudicante, com exceção dos débitos do § único do artigo 130 do CTN, que se sub-rogam sobre o preço dos bens. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei.

WDL Antunes Holding S.A.

CNPJ: 20.646.652/0001-05

Demonstrações Contábeis Referentes aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 *(Valores expressos em Reais)*

Balanço Patrimonial	2020	2019
Total do Ativo	115.015.110	69.058.241
Ativo/Circulante	150.373	62.171
Caixa e Equivalentes de Caixa	71.916	16.332
Clientes	–	250
Outros Créditos	78.456	45.588
Não Circulante	114.864.737	68.996.070
Controladas e Coligadas/Equivalência Patrimonial	114.864.737	68.996.070
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	115.015.110	69.058.241
Passivo/Circulante	13.733	4.692.165
Impostos/Contribuições a Recolher	29	183.312
Adiantamentos	13.704	488.361
Dividendos Propostos ou Lucros Creditados	–	4.020.492
Não Circulante: Patrimônio Líquido	115.001.377	64.366.076
Capital Subscrito	16.583.027	16.583.027
Reservas de Lucros	98.418.350	47.783.049

Demonstração de Resultado	2020	2019
Receita de Equivalência Patrimonial	52.162.324	11.758.169
Despesas Gerais e Administrativas	(320.917)	(407.222)
Lucro antes do Resultado Financeiro	51.841.408	11.350.947
Receitas Financeiras	556.481	2.868.706
Despesas Financeiras	(5.540)	(1.418)
Lucro do Período antes dos Impostos	52.392.350	14.218.235
Imposto de Renda	(137.154)	(721.183)
Contribuição Social	(51.765)	(268.266)
Lucro Líquido do Exercício	52.203.431	13.228.786

Demonstração Mutações do Patrimônio Líquido	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de Lucros	Total Geral
Saldos em 31/12/2019	16.583.027	1.401.820	46.381.228	64.366.076
Lucro Líquido do Exercício	–	–	52.203.431	52.203.431
Distribuição de Dividendos	–	–	(1.561.285)	(1.561.285)
Ajustes de Exercícios Anteriores	–	–	(6.845)	(6.845)
Saldos em 31/12/2020	16.583.027	1.401.820	97.016.529	115.001.377

Demonstração dos Fluxos de Caixa	2020	2019
Lucro Líquido do Exercício	52.203.431	13.228.786
Equivalência Patrimonial	(52.162.324)	(11.758.169)
Contas a Receber	250	14.801.078
Impostos a Recuperar	42.626	(14.627)
Investimentos em Controladas	(1.706.000)	(14.801.078)
Lucros Distribuídos e Pagos	(5.657.271)	(6.112.054)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(6.845)	90.836
Fornecedores	–	(50.788)
Adiantamentos	(474.657)	488.361
Obrigações Tributárias	(183.283)	179.496
Dividendos Propostos ou Lucros Creditados	7.999.657	30.379.35
No Início do Exercício	16.332	926.557
No Final do Exercício	71.916	16.332

Notas Explicativas: 1. Contexto Operacional: **WDL Antunes Holding S.A.** foi constituída em 28/05/14. É uma S.A, que tem por objeto social a gerência, administração e participação em outras sociedades, como quotista ou acionista, conforme aplicável. A Companhia tem sede e foro em Cajamar/SP, na Rua Serra Negra, 292/326, sala 02, Empresarial Anhanguera. **2.** Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis da sociedade foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo CPC, aprovados pelo CFC. **3.** Principais Diretrizes Contábeis: a) Ativos circulantes: São demonstrados pelos valores de realização sendo que, quando aplicável, são acrescidos de rendimentos e as variações monetárias auferidos até as datas dos balanços. b) Passivos circulantes e não circulantes: Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, sendo que, quando aplicável, são acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. A sociedade reconhece um passivo quando existe a obrigação legal na data do balanço, que vai proporcionar uma saída de caixa ou equivalente. c) Apuração do resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. d) Lucro por quota: São calculados sobre o número médio ponderado de quotas durante o exercício. e) Ajuste de Exercícios Anteriores: Referente correção de saldo de IR a recuperar já compensado em períodos anteriores. f) Capital Social: O capital social é de R$ 16.583.027,00 e está representado por quotas, de valor nominal de R$ 1,00.

Lincoln Dias Janota Antunes - Diretor

MBS Serviços de Contabilidade Ltda. ME - CRC SP: 2SP033811/O-3

Racional Engenharia Ltda. - CNPJ/MF nº 43.202.951/0001-56

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

Balanços Patrimoniais

ATIVO	2020	2019
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	18.868	46.437
Aplicações financeiras	19.180	34.428
Contas a receber de clientes	5.370	7.224
Adiantamentos a fornecedores	4.211	74
Ativo fiscal corrente	662	462
Outros créditos	498	711
Total do ativo circulante	48.789	89.336
Ativo não circulante		
Contas a receber de clientes	1.209	-
Depósitos judiciais	1.890	1.888
Ativo fiscal diferido	13.865	15.329
Outros créditos	487	1.103
Investimentos	85	85
Ativos de direitos de uso	1.764	3.278
Imobilizado	378	492
Intangível	7.572	7.563
Total do ativo não circulante	27.250	29.738
Total do ativo	76.039	119.074
Passivo e Patrimônio Líquido		
Passivo circulante	2020	2019
Fornecedores	7.551	25.717
Obrigações trabalhistas e sociais	6.671	8.989
Passivo fiscal corrente	2.712	3.333
IRPJ e CSLL a recolher	-	261
Adiantamentos de clientes	8.425	43.154
Provisão para garantia de obras	3.441	5.037
Passivos de arrendamento	1.110	1.060
Outras contas a pagar	1.243	120
Total do passivo circulante	31.153	87.671
Passivo não circulante		
Fornecedores	3.352	1.203
Provisão para contingências	4.172	4.557
Provisão para garantia de obras	1.175	468
Benefícios a empregados	668	5.260
Passivos de arrendamento	1.014	2.274
Outras contas a pagar	539	633
Total do passivo não circulante	10.920	14.395
Patrimônio líquido		
Capital social	31.615	21.615
Ajuste de avaliação patrimonial	1.949	(1.321)
Reserva de lucros	402	-
Lucros (prejuízos) acumulados	-	(3.286)
Total do patrimônio líquido	33.966	17.008
Total do passivo e patrimônio líquido	76.039	119.074

Demonstrações do Resultado

	2020	2019
Receita operacional líquida	446.500	616.227
Custos dos serviços prestados	(408.913)	(586.336)
Lucro bruto	37.587	29.891
Despesas administrativas e comerciais	(34.550)	(41.742)
Depreciações	(1.267)	(988)
Amortizações	(351)	(412)
Outras receitas	910	870
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos	2.329	(12.381)
Receitas financeiras	1.375	5.512
Despesas financeiras	(236)	(519)
Receitas financeiras líquidas	1.139	4.993
Resultado antes dos impostos	3.468	(7.388)
IRPJ e CSLL correntes	-	(1.130)
IRPJ e CSLL diferidos	220	2.444
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	3.688	(6.074)

Demonstrações do Resultado Abrangente

	2020	2019
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	3.688	(6.074)
Remensuração do passivo de benefício definido	4.954	(1.782)
IRPJ e CSLL sobre as obrigações atuariais	(1.684)	606
Resultado abrangente total	6.958	(7.250)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 1º.01.2019	21.615	(145)	-	3.045	24.515
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(6.074)	(6.074)
Dividendos distribuídos conforme reunião de sócios em 28/03/19	-	-	-	(257)	(257)
Perdas sobre as obrigações atuariais	-	(1.782)	-	-	(1.782)
IRPJ e CSLL sobre as obrigações atuariais	-	606	-	-	606
Saldo em 31.12.2019	21.615	(1.321)	-	(3.286)	17.008
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.688	3.688
Aumento de capital em 01/10/20	10.000	-	-	-	10.000
Ganhos sobre as obrigações atuariais	-	4.954	-	-	4.954
IRPJ e CSLL sobre as obrigações atuariais	-	(1.684)	-	-	(1.684)
Transferência para reserva de lucros	-	-	402	(402)	-
Saldo em 31.12.2020	31.615	1.949	402	-	33.966

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2020	2019
(Prejuízo) lucro antes dos impostos	3.468	(7.388)
Ajustes para: Depreciação sobre arrendamento	1.147	819
Depreciação do ativo imobilizado	120	169
Amortizações	351	412
Constituição de provisão para perdas esperadas de crédito	633	-
Juros sobre aplicações financeiras	(3)	(104)
Juros sobre passivo de arrendamento	145	-
(Reversão) constituição de provisão para garantia de obras	(889)	(2.450)
Provisão para benefício a empregados	362	306
Baixa/perda na venda de imobilizado e intangível	-	83
Constituição de contingências	1.811	3.524
	7.145	(4.630)
Variações em: (Aumento) Redução dos ativos		
Contas a receber de clientes	645	(206)
Ativo fiscal corrente	(200)	1.979
Adiantamentos a fornecedores	(4.137)	578
Depósitos judiciais	(2)	(31)
Outros créditos	202	(729)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(16.013)	14.644
Adiantamentos de clientes	(34.729)	(36.163)
Obrigações trabalhistas e sociais	(2.318)	(5.023)
Passivo fiscal corrente	(621)	1.133
Outras contas a pagar	1.029	(309)
Caixa (utilizado nas) gerados pelas atividades operacionais	(49.001)	(28.757)
Juros pagos	(4)	(18)
Pagamento de contingências	(2.196)	(3.823)
Impostos pagos sobre o lucro	(261)	(3.263)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) provenientes das atividades operacionais	(51.461)	(35.860)
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aplicações financeiras, líquidas	15.252	(13.581)
Aquisição de bens do ativo imobilizado e de bens intangíveis	(395)	(584)
Conta corrente a receber de partes relacionadas	(6)	-
Caixa proveniente da alienação de imobilizado	29	99
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento	14.880	(14.066)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Arrendamento mercantil	(988)	(763)
Aumento de capital	10.000	-
Dividendos distribuídos	-	(257)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	9.012	(1.020)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(27.569)	(50.946)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	46.437	97.383
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	18.868	46.437
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(27.569)	(50.946)

Newton Simões - Presidente

André Racy Simões - Diretor Executivo

Fabio Bittencourt R. de Oliveira - Diretor de Planejamento Estratégico e Finanças

Lucas de Mendonça Andrade - Contador CRC nº BA-039022/O-8

"As demonstrações financeiras na íntegra e o parecer dos auditores independentes da Grant Thornton, sem ressalvas nem ênfase, encontram-se disponíveis na sede da Empresa".

UHE São Simão Energia S.A.

CNPJ nº 27.352.303/0001-20

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 (Em milhares de Reais, exceto o resultado por ações)

Balanço patrimonial

Ativo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	587.557	374.212
Consumidores e concessionárias	5	40.108	43.469
Ativo Financeiro	6	672.811	657.649
Impostos a recuperar	7	69.773	65.925
Estoque		7.969	7.819
Instrumentos financeiros derivativos	13	487.935	-
Outros ativos circulantes		7.619	4.407
Total ativo circulante		**1.873.772**	**1.153.481**
Não circulante			
Ativo Financeiro	6	5.263.517	5.023.691
Instrumentos financeiros derivativos	13	781.385	374.812
Partes relacionadas	8	83	-
Direito de uso	9	20.767	18.772
Imobilizado	10	13.115	15.740
Intangível	11	2.553.138	2.645.943
Total ativo não circulante		**8.632.005**	**8.078.958**
Total dos ativos		**10.505.777**	**9.232.439**

Passivo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Circulante			
Fornecedores	12	36.095	27.026
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	1.752.454	185.538
Arrendamentos	14	2.402	1.764
Obrigações sociais e trabalhistas		13.952	11.982
Impostos a recolher	15	196.969	200.138
Dividendos	20	232.371	118.690
Encargos setoriais	16	25.920	20.272
Instrumentos financeiros derivativos	13	61.055	96.835
Outros passivos circulantes		124	126
Provisão - Capex melhorias	19	99.336	35.178
Total passivo circulante		**2.420.678**	**697.549**
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	3.662.594	4.273.767
Arrendamentos	14	19.581	17.655
Provisões para litígio	17	47	-
Impostos diferidos	18	191.212	98.884
Instrumentos financeiros derivativos	13	-	63.537
Partes relacionadas	8	310	-
Provisão - Capex melhorias	19	721.907	786.185
Total passivo não circulante		**4.595.651**	**5.240.028**
Patrimônio Líquido			
Capital social	20	2.912.000	2.912.000
Outros resultados abrangentes		2.397	(44.689)
Reservas de lucro		575.051	427.551
Total patrimônio líquido		**3.489.448**	**3.294.862**
Total dos passivos e patrimônio líquido		**10.505.777**	**9.232.439**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

1. Contexto operacional: A UHE São Simão Energia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21/03/2017, com sede em São Paulo, no Estado de São Paulo. A controladora direta da Companhia é a SPIC Brasil Energia Participações S.A. A Companhia tem como principal atividade a geração de energia elétrica a partir da Usina São Simão localizada no rio Paranaíba, na divisa dos Estados de Goiás e Minas Gerais, municípios Santa Vitória, no Estado de Minas Gerais e São Simão, no Estado de Goiás. *Contrato de concessão:* Em 27/09/2017, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL realizou o Leilão de Concessões (Leilão de Geração n° 01/2017-ANEEL), no qual a Companhia foi ganhadora da concessão da Usina Hidrelétrica São Simão. A Receita Anual de Geração (RAG) a que a Concessionária tem direito pela disponibilização da parcela da garantia física de energia e de potência da Usina Hidrelétrica é alocada em regime de COTAS, sendo esta o percentual da garantia física de energia e de potência da Usina Hidrelétrica, alocada a determinada distribuidora. A Companhia assinou o Contrato de Concessão n° 001/2017 para prestação do serviço de geração de energia elétrica em 10/11/2017, que permite a exploração da Usina pelo período de 30 anos, contados a partir de 10/05/2018, quando foi finalizado o período de Operação Assistida. A capacidade instalada da UHE São Simão é de 1.710 MW, sendo a Garantia Física assegurada de 1.202 MWm. Da energia assegurada, a Companhia possui comercializado nos seguintes ambientes: a) 841,4 MWm em regime de alocação de cotas de garantia física e de potência às concessionárias do serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional - SIN; b) 360,6 MWm no Ambiente de Contratação Livre - ACL por meio de contratos de curto e longo prazos, negociados com terceiros. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis:** Em 02/03/2021, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2020. **2.1. Declarações de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. **2.2. Moeda funcional:** As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Moeda estrangeira:** Na elaboração das demonstrações contábeis, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem, exceto: - Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (hedge) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio. - Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior), reconhecidas inicialmente em "outros resultados abrangentes" e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado quando da realização desses itens monetários. Para fins de apresentação destas demonstrações contábeis, os ativos e passivos das operações são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Quando há baixa de uma operação no exterior, todo o montante da variação cambial acumulada referente a essa operação registrada no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado do exercício. **2.3. Bases de preparação e apresentação:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: (i) se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante. **2.4. Uso de estimativa e julgamento:** Na elaboração das informações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Anualmente, a Companhia revisa as estimativas e premissas para publicação das Demonstrações Contábeis. As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das informações contábeis, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 5); Ativo financeiro (Nota 6); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (Nota 18); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 10 e 11); Provisões para Capex melhorias (Nota 19); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 26). **2.5. Continuidade operacional:** A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. O Capital circulante líquido negativo da Companhia em 31/12/2020 é de R$546.906 (R$455.932 positivo em 2019), decorrente principalmente, pelo vencimento em outubro de 2021 de parte da dívida em moeda estrangeira com a mutuaria que é parte relacionada Spic Luxembourg Latin America Renewable Energy Investment Company S.À.R.L, líquida dos derivativos contratados para proteção da exposição ao câmbio. Referente a dívida mencionada acima no valor líquido de R$1.109.230, sendo R$1.597.165 deduzido dos derivativos com vencimento em 01/11/2021 nos valores de R$ 325.485 (HSBC Brasil S.A.) e R$162.450 (Banco JP Morgan S.A.) (Nota 13), a Companhia dispõe de algumas alternativas para refinanciamento através de dívida bancária e mercado de capitais local e internacional. Em função das baixas taxas de juros tanto no mercado local como no mercado internacional, a Companhia irá analisar qual será o melhor momento e a melhor alternativa de refinanciamento. Dentre as opções citadas, a Companhia tem a possibilidade de um *retap* da dívida atual; refinanciar através de dívida local via balanço de bancos tendo a disposição linhas de crédito pré aprovadas com os cinco maiores bancos Brasileiros; dívida com bancos internacionais através de synthetic loans; ou mesmo via debênture de infraestrutura. No quarto trimestre de 2020, a Companhia reafirmou sua nota máxima de rating (BrAAA) pela S&P, confirmando a saúde financeira para com o mercado de capitais. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2.6. Efeitos do GSF - *Generation Scaling Factor:*** A Lei nº 14.052, publicada em 09/09/2020, alterou a Lei nº 13.203, de 08/12/2015, para estabelecer novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, prevendo que as geradoras serão compensadas por meio de extensão de prazo de concessão de suas outorgas em razão da ocorrência de riscos não hidrológicos que influenciaram de forma negativa o GSF (*Generation Scaling Factor* ou Fator de Ajuste do MRE das Regras de Comercialização) pós 2012, com o agravamento da crise hídrica. Os eventos classificados como riscos não hidrológicos são, majoritariamente, os relacionados pelos empreendimentos hidrelétricos denominados "estruturantes" (UHEs Belo Monte, Jirau e Santo Antônio), relacionados à antecipação de garantia física e restrições de transmissão, além da geração fora da ordem de mérito. A extensão da outorga é limitada a 7 anos, condicionada à desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE pelos agentes elegíveis, e não há previsão de pagamento de prêmio de risco. Ao estender o prazo de concessão das geradoras hidrelétricas, uma vez que essas não estão sujeitas ao IFRIC 12 (ICPC 01) - Concessões, o Poder Concedente compensa as companhias cedendo um direito não pecuniário, em forma de extensão do prazo de concessão, com caráter de recuperação de custos incorridos a partir de 2012, reconhecido como capital despendido pela lei. No decorrer do processo de regulamentação pela ANEEL, que culminou com a publicação da Resolução Normativa nº 895/2020 ("Resolução"), a CCEE efetuou, a pedido da ANEEL, cálculos preliminares do tempo estimado de extensão de outorga dos agentes elegíveis, conforme premissas iniciais da abertura da consulta pública, divulgados no site da Agência em outubro/2020. Determinados fatores considerados para o cálculo inicial da CCEE foram, em alguma medida, alterados pela ANEEL na homologação da versão final da regulação, hoje vigente e que subsidia os cálculos que, nesta data, estão em elaboração pela Câmara. Adicionalmente, alguns fatores para o correto cálculo da extensão da outorga não são conhecidos pela Companhia, principalmente quanto aos efeitos causados pelas UHEs Belo Monte, Jirau e Santo Antônio (as chamadas "usinas estruturantes"), restrições originadas pela não conclusão, por empresas de transmissão, de obras de linhas e instalações para escoamento da UHE Belo Monte. A esse respeito, vale dizer que em função do período de concessão da Companhia, esses dados de entrada, apurados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e Empresa de Pesquisa Energética - EPE, e enviados diretamente à Câmara para serem considerados no cálculo e no processamento dos valores finais de compensação, sem divulgação pública ou aos agentes são relevantes na determinação do tempo total estimado de extensão de outorga e na apuração de recuperação de custos. Portanto, é impraticável uma estimativa com segurança por parte da administração, restando aguardar a CCEE disponibilizar e efetuar os cálculos finais, considerando todos os parâmetros dados pela Resolução, de compensação aplicável aos agentes titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE, com outorga vigente na data de publicação da Lei. Até a data de divulgação desta Demonstração Contábil, não havia confirmação de que os cálculos já haviam sido concluídos pela CCEE e enviados para a ANEEL. Essa etapa está prevista para ocorrer, até 03/03/2021, e a ANEEL divulgará até 02/04/2021, com o início da adesão pelos agentes. Em posse dos números divulgados, as informações serão submetidas à aprovação da Administração para adesão e registro do ativo regulatório. Vale ressaltar que a usina São Simão não possui ação judicial cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, tão pouco qualquer obrigação em relação ao tema. Desse modo, concluímos que o cálculo prévio publicado pela CCEE em outubro/2020 não considera todos os parâmetros dados pela Resolução, e assim, o registro será efetuado a partir da divulgação da extensão pela ANEEL, previsto para 02/04/2021. **2.7. Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19):** Em razão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Companhia informa que, de acordo com um Plano Corporativo de Resposta a esta pandemia, vêm tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar, ao máximo possível, eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos seus colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e do negócio. O Comitê de Crise da controladora está tratando o assunto com o objetivo de coordenar as ações relacionadas ao plano de contingência buscando minimizar os riscos associados, bem como os impactos para os seus negócios. A Companhia está avaliando o assunto também junto aos seus clientes, fornecedores e demais credores e até o momento não foram identificados impactos materiais para os seus negócios. Neste cenário, a Companhia avaliou as seguintes estimativas nas demonstrações contábeis: a) Perdas de crédito esperadas decorrentes dos impactos do COVID-19: A Companhia avaliou a posição do contas a receber em 31/12/2020 e não identificou créditos de difícil recuperação ou de liquidação duvidosa. Tal análise foi feita com base nas políticas contábeis da Companhia e na avaliação da situação financeira dos credores. b) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis: A Companhia avaliou os indicativos de desvalorização de ativos decorrentes da pandemia e concluiu que não há indicativos de mudança no valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis. c) Cumprimento de obrigações assumidas com clientes e fornecedores: A Companhia avaliou seus principais contratos de fornecimento e suprimento, junto a fornecedores e clientes, respectivamente, e concluiu que, apesar dos impactos causados pela pandemia, as obrigações contratuais foram cumpridas e, portanto, nesse momento não há evidências ou formalizações de insolvência ou falta de liquidez dos contratos. d) Cumprimento de obrigações em contratos de dívidas - covenants: A Companhia avaliou os covenants contidos em seus contratos de dívidas e em 31/12/2020 atendeu adequadamente as obrigações acordadas nos contratos de empréstimos e financiamento. Ainda, a Companhia avaliou os seus índices de liquidez. Por fim, até o presente momento, a Companhia não teve impactos materiais em suas operações por conta da COVID-19. **3. Políticas contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **3.2. Ativos da concessão:** A Companhia considerou as orientações emanadas da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e as orientações descritas em Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão, emitidas pelo CPC em dezembro de 2011 e dezembro de 2010, respectivamente, na contabilização inicial e mensuração subsequente do ativo financeiro da concessão. Com base nas características do contrato de concessão, a Companhia concluiu que a outorga paga será recuperada por meio de três fluxos de caixa, sendo dois deles advindos de suas atividades reguladas: (a) O valor da RBO (Receita de Bonificação da Outorga), a ser recebida diretamente do Poder Concedente, que representa o direito incondicional da Companhia de receber caixa, pela venda de energia no ambiente de contratação regulado; e (b) Receita de Operação e Manutenção - O&M e CAPEX melhorias, para custear os custos de operação da usina e as melhorias nos ativos imobilizados da concessão; e um terceiro fluxo de caixa advindo de suas atividades não reguladas, representadas pela venda de energia do ambiente de contratação livre (emissão e faturamento mensal da medição de energia vendida) durante o prazo de concessão. **3.2.1. Ativo financeiro:** O fluxo de caixa proveniente do recebimento da RAG (Receita Anual de Geração) referente ao fluxo de caixa pela venda de energia no ambiente de contratação regulado (ACR) - também denominado "regime de quotas", foi classificado como ativo financeiro da concessão e representa o direito incondicional da Companhia de receber caixa do Poder Concedente para a cobertura: i) do valor pago pela outorga para obtenção do direito de explorar a infraestrutura do serviço público; e ii) para cobertura dos gastos de Operação e Manutenção - O&M e CAPEX melhorias. O ativo financeiro de concessão é mensurado no início da concessão pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes das parcelas a serem liquidadas, e posteriormente mantidas a valor justo por meio do resultado com base na taxa de juros utilizada para o cálculo do valor presente. A Companhia classifica a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de geração de energia elétrica e propiciar uma melhor apresentação quanto a sua posição patrimonial e seu desempenho. Em 31/12/2020, a Companhia não identificou nenhum evento que possa impactar o fluxo estimado de caixa futuro do referido ativo de maneira significativa. A Administração da Companhia considera reduzido o risco de crédito do ativo financeiro da concessão, visto que o contrato firmado assegura o direito incondicional de receber caixa ao longo do prazo do contrato de concessão, a ser pago pelo Poder Concedente. Desta forma, nenhuma provisão para redução ao provável valor de recuperação foi constituída. **3.2.2. Intangível:** Os ativos classificados como intangíveis representam substancialmente, o valor pago pela Companhia para adquirir o direito de vender parte da energia produzida no ambiente de contratação livre (ACL), por meio do uso da infraestrutura do serviço público ao longo do contrato de concessão. O ativo intangível foi inicialmente reconhecido pelo seu valor justo na data de sua aquisição. Após o seu reconhecimento inicial, o ativo intangível será amortizado de forma linear pelo prazo do contrato de concessão, por ser considerado como de vida útil definida. Os demais ativos intangíveis, tais como softwares, são registrados ao custo de aquisição, menos a amortização acumulada. Estes intangíveis possuem vidas úteis definidas com base na aquisição ou nos seus contratos comerciais e são amortizados pela sua vida útil econômica definida pelo poder concedente. **3.3. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **3.4. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Provisões para CAPEX melhorias: As provisões constituídas como CAPEX melhoria são compostas dos fluxos de pagamentos futuros, trazidos a valor presente, dos gastos estimados com os investimentos que serão aplicados na usina São Simão pelos próximos 10 anos como forma de modernização da usina hidrelétrica de modo a manter a garantia física conforme contrato de concessão. A movimentação deste fluxo está apresentada na nota explicativa nº 19. **3.5. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade, independente de quando o pagamento for recebido A receita de energia é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia e contrato de concessão. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo. **3.6. Ativos intangíveis:** Reconhecimento e mensuração: Os ativos intangíveis compreendem gastos relativos a desenvolvimento e aquisições de softwares, o pagamento da Bonificação de Outorga, direito de uso e intangíveis relativos ao CAPEX melhoria. Gastos subsequentes: Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Amortização: Amortização é calculada sobre o custo do ativo, deduzido do valor residual levando em consideração o prazo de concessão da Companhia que se encerra em maio de 2048. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil residual estimada para a Bonificação de Outorga e o CAPEX melhoria é de 27 anos. **3.7. Impostos sobre vendas:** As receitas de vendas de energia elétrica, bem como as demais receitas operacionais da Companhia, referentes ao contrato de concessão, estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS): 1,65% (regime não cumulativo); • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 7,60% (regime não cumulativo); Esses tributos são deduzidos das receitas operacionais da Companhia, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas demonstrações contábeis. **3.8. Imposto de renda e contribuição social:** Imposto de renda e contribuição social - correntes: Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço. Impostos diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados nas alíquotas de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **3.9. Instrumentos financeiros:** *Classificação e mensuração:* O CPC 48 apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem suas características de fluxo de caixa e o modelo de negócios que os ativos são administrados. O pronunciamento estabelece para ativos financeiros três categorias de classificação e mensuração: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia classifica os ativos financeiros como custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. *Redução ao valor recuperável:* O CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber. A Companhia após uma análise de crédito de seus clientes, não reconhece perdas esperadas no período, pois de acordo com sua avaliação além do risco associado ser baixo, não há históricos de perda. O CPC 48 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco estabelecidas pela Administração, aplicando uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. A nova norma vem introduzir um modelo menos restritivo ao hedge, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de hedge em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco. Contabilização de hedge: A Companhia designa certos instrumentos de hedge, incluindo derivativos, relacionados a risco com moeda estrangeira, como hedge de fluxo de caixa. No início da operação de hedge, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações. Adicionalmente, a Companhia avalia se o instrumento de hedge usado em uma relação de hedge é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de hedge, atribuível ao risco sujeito a hedge. A nota explicativa nº 13 traz maiores detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de hedge. Hedges de fluxo de caixa: A parcela efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como hedge de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica "Reserva de hedge de fluxo de caixa". Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado na rubrica "Outros ganhos e perdas" no resultado financeiro. Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de hedge afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido. A contabilização de hedge é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de hedge, o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de hedge. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado. **3.10. Arrendamento:** CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil: Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento mercantil. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, foi aplicado retrospectivamente a partir de 01/01/2019 e substituiu o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17) e correspondentes interpretações. Esta norma impactou o registro das operações de arrendamento mercantil operacional que a Companhia possui em aberto. Nos casos em que a Companhia é arrendatária, a mesma reconheceu: (i) pelo direito de uso do objeto dos arrendamentos, um ativo; (ii) pelos pagamentos estabelecidos nos contratos, trazidos a valor presente, um passivo; (iii) despesas com depreciação/amortização dos ativos; e (iv) despesas financeiras com os juros sobre obrigações do arrendamento. Em contrapartida, a Companhia deixou de registrar no resultado os gastos relativos à aluguéis e arrendamentos enquadrados no CPC 06 (R2). A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) a partir de 01/01/2019 utilizando a abordagem prospectiva, ou seja, o efeito da adoção foi reconhecido nos saldos de abertura em 01/01/2019, sem atualização das informações comparativas. Assim sendo, a Companhia não adotou o expediente prático que a isentaria de aplicar o novo pronunciamento para contratos que anteriormente estavam no alcance CPC 06 (R1). **3.11. ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro:** Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades. A Interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido. Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Companhia e suas controladas concluíram que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Companhia e suas controladas entendem que esta interpretação não gerará efeitos relevantes nas demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	31/12/2020	31/12/2019
Caixas e Bancos	83	11
Aplicações financeiras de curto prazo	587.474	374.201
	587.557	**374.212**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos estão remunerados à taxa de aproximadamente 101% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e são vinculados a modalidade de aplicação CDB.

5. Concessionárias:

	Corrente a Vencer Até 60 dias	Saldo líquido em 31/12/2020	Saldo líquido em 31/12/2019
Circulante			
Suprimento de energia elétrica	37.626	37.626	41.127
Energia de curto prazo - CCEE	2.482	2.482	2.342
Total Circulante	**40.108**	**40.108**	**43.469**

Contas a receber decorrente do suprimento de energia elétrica no ambiente e livre (ACL). **6. Ativo financeiro:** Em 10/11/2017, a Companhia firmou com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por um prazo de 30 anos, contrato de concessão para prestação do serviço de geração de energia elétrica em regime de cotas de garantia física de energia e potência referente a Usina São Simão. A concessão pertencia à Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), tendo ido a leilão em 27/09/2017, conforme parâmetros técnicos e econômicos estabelecidos na Resolução nº 12/2017, do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). A bonificação pela outorga paga pela Companhia na aquisição do direito de explorar a Usina São Simão foi de R$ 7.180.000 e o pagamento se deu em parcela única em 28/11/2017. Na assinatura do contrato, a Companhia optou pela operação assistida pelo período de 180 dias contados a partir daquela data, portanto, a assunção do serviço de geração por parte da Companhia ocorreu no dia 10/05/2018, quando assumiu a operação da Usina São Simão, data em que o período de 30 anos previsto no contrato de concessão passou a vigorar. A energia produzida, conforme capacidade da usina é destinada na proporção de 70% ao ACR (Ambiente de Contratação Regulado) no Sistema de Cota de Garantia Física, e 30% ao ACL (Ambiente de Contratação Livre). Durante o período da concessão, a Companhia fará jus ao recebimento da Receita Anual de Geração (RAG) no montante estabelecido de R$ 1.032.161, sendo R$ 796.629 referente a parcela da RBO (Receita de bonificação da Outorga) e R$ 235.532 referente a GAG (Custo de Gestão dos Ativos de Geração), que inclui a receita de Operação e Manutenção - O&M e os investimentos de melhorias (CAPEX) durante prazo de concessão, conforme estabelecido no contrato de concessão. Estes montantes foram reduzidos para 70% a partir de 10/05/2018, conforme Nota Técnica nº 159 de 11/07/2018, sendo R$ 577.641 referente a parcela da RBO e R$ 164.872 referente a GAG. Os valores da RAG previstos no contrato de concessão foram atualizados em 2019, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.587 de 23/07/2019, sendo R$ 599.144 referente a parcela da RBO e R$ 178.047 referente a GAG. Os valores da RAG previstos no contrato de concessão foram atualizados em 2020, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.746 de 28/07/2020, sendo R$ 611.920 referente a parcela da RBO e R$ 181.844 referente a GAG. Com base nas características do contrato de concessão, a Companhia concluiu que a outorga paga será recuperada por meio de dois fluxos de caixa: (a) O valor da RBO (Receita de Bonificação da Outorga) e GAG (Custo de Gestão dos Ativos de Geração), a ser recebida diretamente do Poder Concedente, que representa o direito incondicional da Companhia de receber caixa, pela venda de energia no ambiente de contratação regulado; e (b) Pela venda de energia do ambiente de contratação livre (emissão e faturamento mensal da medição de energia vendida) durante o prazo de concessão. Com base nesse entendimento, a Companhia aplicou o modelo bifurcado, o qual utilizou o método do valor justo relativo (*relative fair value*), que melhor reflete seu modelo de negócio, e então, procedeu com o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros a ser liquidada do ACR e ACL para determinar o montante a ser bifurcado entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível. O montante apurado que representa o direito incondicional da Companhia de receber caixa durante o período de concessão foi classificado como ativo financeiro. O ativo financeiro da concessão será remunerado a uma taxa de 18,15% a.a., antes dos impostos, calculada com base no fluxo de caixa futuro pelo recebimento da RBO e GAG. A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro como instrumentos financeiros "valor justo por meio de resultado", pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no fluxo de caixa futuro pelo recebimento da RBO e GAG, acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A movimentação do ativo financeiro foi como segue:

	31/12/2019	Receita financeira	Variação monetária	(-) Faturamento RAG	31/12/2020
Ativo financeiro - RBO	6.144.546	633.398	264.643	(663.967)	6.378.620
Ativo financeiro - GAG	115.884	427.972	25.723	(406.790)	162.789
(-) PIS/COFINS	(579.090)	(98.177)	(26.859)	99.045	(605.081)
Total	**5.681.340**	**963.193**	**263.507**	**(971.712)**	**5.936.328**
Circulante	657.649				672.811
Não Circulante	5.023.691				5.263.517
Total	**5.681.340**				**5.936.328**

7. Impostos a recuperar:	31/12/2020	31/12/2019
Impostos a recuperar (PIS e COFINS)	-	2.169
Impostos recolhidos por estimativa (IRPJ e CSLL)	45.794	45.076
Impostos retidos por clientes (IRRF, PIS, COFINS e CSLL)	7.404	1.994
Outros impostos e tributos a recuperar (i)	16.575	16.686
	69.773	**65.925**
Ativo circulante	69.773	65.925
	69.773	**65.925**

(i) referem-se a IRPJ e CSLL a recuperar referente aos anos de 2017 e 2018 e IRRF sobre aplicações financeiras de 2020.

8. Partes Relacionadas:	Natureza	31/12/2020	31/12/2019
Balanço patrimonial			
Ativo			
Pacific Hydro Energia do Brasil	Custos compartilhados	83	-
Passivo			
SPIC - Brasil Participações	51% de Dividendos	118.509	58.584
Pacific Hydro Energia do Brasil	Custos compartilhados	281	-
Outros	Custos compartilhados	29	-
Spic Luxembourg Latin America Renewable Energy Investment Company S.À.R.L	Mútuo	4.207.476	3.291.879

Durante o exercício findo em 31/12/2020, a remuneração dos administradores totalizou R$3.395 (R$3.398 em 2019). **9. Direito de uso:** Referem-se aos ativos decorrentes da aplicação do CPC 06 (R2) a partir de 01/01/2019 (Notas 3.10 e 14). O principal ativo reconhecido possui a seguinte característica:

• Edificações, obras civis e benfeitorias: refere-se, substancialmente, ao contrato de aluguel relativo à sede da Companhia.

a. Composição do ativo de direito de uso:

	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
31/12/2020				
Administração				
Aluguéis de imóveis	12,63%	25.234	(4.467)	20.767
Total direito de uso		**25.234**	**(4.467)**	**20.767**
31/12/2019				
Administração				
Aluguéis de imóveis	12,63%	20.869	(2.096)	18.772
Total direito de uso		**20.869**	**(2.096)**	**18.772**

b. Movimentação do ativo de direito de uso:

	Valor líquido em 31/12/2019	Correção contratual	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2020
Ativos de direito de uso				
Aluguéis de imóveis	18.772	4.366	(2.371)	20.767
Total Ativos de direito de uso	**18.772**	**4.366**	**(2.371)**	**20.767**

10. Imobilizado: Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado, quando aplicável, os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados. O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa n°674 de 11/08/2015. No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma. A Administração reconhece as taxas da ANEEL adequadas para fins societários.

Demonstração do resultado

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	22	1.570.605	1.494.108
Custo de operação	23	(344.238)	(326.377)
Lucro bruto		**1.226.367**	**1.167.731**
Depreciação e amortização	23	(2.783)	(2.144)
Administrativas e gerais	23	(66.289)	(57.084)
Outras (despesas) receitas operacionais		-	
Lucro antes do resultado financeiro		**1.157.295**	**1.108.503**
Resultado financeiro líquido	24		
Receitas financeiras		16.049	19.025
Despesas financeiras		(389.444)	(394.911)
Variação monetária/cambial líquida		(35.193)	(6.226)
		(408.588)	(382.112)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**748.707**	**726.391**
Imposto de renda e contribuição social correntes	25	(185.895)	(187.221)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(68.071)	(55.507)
Lucro líquido do exercício		**494.741**	**483.663**
Lucro por ação	21		
Quantidade de ações no final do exercício		2.912.000	2.912.000
Lucro líquido por ação, básico e diluído		0,1699	0,1661

Demonstração do resultado abrangente

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	494.741	483.663
Outros resultados abrangentes		
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para o resultado		
Hedges de fluxo de caixa:	71.343	(67.308)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(24.257)	22.885
Resultado abrangente total do exercício	**541.827**	**439.240**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Outros resultados abrangentes	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**2.912.000**	**(266)**	**383.399**	**-**	**3.295.133**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	483.663	483.663
Outros resultados abrangentes					-
Hedge de fluxo de caixa	-	(67.308)	-	-	(67.308)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	22.885	-	-	22.885
Destinação do resultado do exercício					-
Constituição de reserva legal	-	-	24.183	(24.183)	-
Destinação de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(114.870)	(114.870)
Destinação de dividendos 2018	-	-	(324.641)	-	(324.641)
Destinação para reserva de lucros	-	-	344.610	(344.610)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**2.912.000**	**(44.689)**	**427.551**	**-**	**3.294.862**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	494.741	494.741
Outros resultados abrangentes					-
Hedge de fluxo de caixa	-	71.343	-	-	71.343
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(24.257)	-	-	(24.257)
Destinação do resultado do exercício					-
Constituição de reserva legal	-	-	24.737	(24.737)	-
Destinação de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(117.501)	(117.501)
Destinação de dividendos 2019	-	-	(229.740)	-	(229.740)
Destinação para reserva de lucros	-	-	352.503	(352.503)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**2.912.000**	**2.397**	**575.051**	**-**	**3.489.448**

Demonstração do fluxo de caixa

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	748.707	726.391
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Ativo financeiro	(1.226.700)	(1.103.207)
Depreciações e amortizações	96.366	69.969
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	-	138
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	351.801	392.858
Arrendamentos e aluguéis - AVP	1.704	1.635
CAPEX melhoria - AVP	70.250	5.924
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	47	-
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária	5.482	5.210
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(424)	(1.763)
	47.233	97.155
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Consumidores e concessionárias	3.360	2.383
Ativo financeiro	971.712	914.490
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(3.424)	153.090
Estoques	(290)	(7.288)
Outros ativos operacionais	(3.212)	(598)
	968.146	1.062.077
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	9.069	11.567
Impostos e contribuições sociais	(4.370)	(123.159)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(409)
Obrigações estimadas com pessoal	1.970	8.626
Encargos regulamentares e setoriais	166	1.669
Outros passivos operacionais	(8)	(4.527)
	6.827	(106.233)
Caixa proveniente das atividades operacionais	**1.022.206**	**1.052.999**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(184.693)	(60.460)
Amortização de juros de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures	(318.538)	(385.050)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**518.975**	**607.489**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(4.660)	(10.638)
Adições CAPEX melhorias	(64.870)	(3.840)
Partes relacionadas	965	-
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	**(68.565)**	**(14.478)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(233.560)	(425.215)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	1.154.332
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures	-	(1.100.000)
Pagamentos de arrendamentos e aluguéis	(3.505)	(3.085)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	**(237.065)**	**(373.968)**
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**213.345**	**219.043**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	587.557	374.212
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	374.212	155.169
	213.345	**219.043**

a. Composição do Imobilizado:

Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação % (31/12/2020)	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação % (31/12/2019)	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço - tangível								
Geração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,41%	382	(31)	351	3,41%	382	(18)	364
Máquinas e equipamentos	9,07%	4.035	(473)	3.562	9,07%	2.813	(263)	2.550
Veículos		260	(19)	241				-
Móveis e utensílios	6,25%	598	(50)	548	6,25%	329	(20)	309
		5.275	(573)	4.702		3.524	(301)	3.223
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	3.292	(278)	3.014	3,33%	3.292	(165)	3.127
Máquinas e equipamentos	12,99%	2.967	(889)	2.078	12,99%	2.699	(489)	2.210
Móveis e utensílios	6,25%	273	(22)	251	6,25%	241	(6)	235
		6.532	(1.189)	5.343		6.232	(660)	5.572
Total do imobilizado em serviço		11.807	(1.762)	10.045		9.756	(961)	8.795
Imobilizado em curso								
Geração		2.383	-	2.383		6.762	-	6.762
Administração		687	-	687		183	-	183
Total do imobilizado em curso		3.070	-	3.070		6.945	-	6.945
Total do Imobilizado		14.877	(1.762)	13.115		16.701	(961)	15.740

b. Movimentação do Imobilizado:

Tangível	Valor líquido em 31/12/2019	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Transferência para reparo	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2020
Imobilizado em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.491	-	-	(126)	-	-	3.365
Máquinas e equipamentos	4.761	1.228	304	(611)	-	(42)	5.640
Veículos	-	260	-	(19)	-	-	241
Móveis e utensílios	543	191	69	(46)	-	42	799
Total do imobilizado em serviço	8.795	1.679	373	(802)	-	-	10.045
Imobilizado em curso							
Máquinas e equipamentos	6.922	919	(304)	-	141	(5.500)	2.178
Veículos	-	598	-	-	-	-	598
Móveis e utensílios	23	340	(69)	-	-	-	294
Total do imobilizado em curso	6.945	1.857	(373)	-	141	(5.500)	3.070
Total do imobilizado	15.740	3.536	-	(802)	141	(5.500)	13.115

Tangível	Valor líquido em 31/12/2018	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Transferência para reparo	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2019
Imobilizado em serviço								
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.742	-	283	(107)	-	-	573	3.491
Máquinas e equipamentos	5.631	908	309	(477)	(138)	-	(1.472)	4.761
Móveis e utensílios	79	18	192	(21)	-	-	275	543
Total do imobilizado em serviço	8.452	926	784	(605)	(138)	-	(624)	8.795
Imobilizado em curso								
Edificações, obras civis e benfeitorias	78	205	(283)	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	62	7.700	(309)	-	-	(531)	-	6.922
Móveis e utensílios	-	215	(192)	-	-	-	-	23
Total do imobilizado em curso	140	8.120	(784)	-	-	(531)	-	6.945
Total do imobilizado	8.592	9.046	-	(605)	(138)	(531)	(624)	15.740

11. Intangível: Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1). A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

a. Composição do intangível:

	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico (31/12/2020)	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico (31/12/2019)	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço							
Software	20,00%	3.785	(1.293)	2.492	3.786	(536)	3.250
Direito de concessão - Outros	3,34%	1.931.420	(170.476)	1.760.944	1.931.420	(106.052)	1.825.368
CAPEX melhorias	3,51%	819.279	(31.142)	788.137	819.279	(2.396)	816.883
Intangível em curso							
Software		1.565	-	1.565	442	-	442
Total intangível		**2.756.049**	**(202.911)**	**2.553.138**	**2.754.927**	**(108.984)**	**2.645.943**

b. Movimentação do Intangível:

	Valor líquido em 31/12/2019	Adições	Amortização	Valor líquido em 31/12/2020
Intangível em serviço				
Software (i)	3.250	-	(758)	2.492
Direito de concessão - Outros (i)	1.825.368	-	(64.425)	1.760.943
CAPEX melhorias (ii)	816.883	-	(28.746)	788.137
Intangível em curso				
Software (i)	442	1.124	-	1.566
	2.645.943	1.124	(93.929)	2.553.138

	Valor líquido em 31/12/2018	Adições	Amortização	Transferência AIC p/ AIS	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2019
Intangível em serviço						
Software (i)	97	-	(448)	2.977	624	3.250
Direito de concessão - Outros (ii)	1.889.793	-	(64.425)	-	-	1.825.368
CAPEX melhorias (iii)	-	819.279	(2.396)	-	-	816.883
Intangível em curso						
Software (i)	1.826	1.593	-	(2.977)	-	442
	1.891.716	820.872	(67.269)	-	624	2.645.943

(i) Referem-se aquisição de *software* e ao direito da Companhia de negociar energia elétrica no ambiente de contratação livre - ACL pelo uso de infraestrutura, originado da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1), e estão registrados ao seu valor de custo.

(ii) Refere-se ao reconhecimento inicial das provisões para CAPEX melhoria tratado como intangível demonstrado na nota explicativa nº 19. A amortização é registrada com base na vida útil estimada de cada bem, limitada ao prazo final da concessão. As taxas de amortização utilizadas são as determinadas pela ANEEL, responsável por estabelecer a vida útil dos ativos de geração do setor elétrico, e estão previstas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico. A Administração reconhece as taxas da ANEEL adequadas para fins societários.

12. Fornecedores: A composição da conta de fornecedores é como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Encargos de uso do sistema de transmissão	18.659	16.978
Materiais e Serviços	17.436	10.048
	36.095	**27.026**

13. Empréstimos, financiamentos e derivativos:

	Encargos Circulante (31/12/2020)	Principal Circulante	Principal Não Circulante	Total	Encargos Circulante (31/12/2019)	Principal Não Circulante	Total
Moeda nacional							
BNP Paribas (i)	4.448		199.838	204.286	1.417	199.741	201.158
Total	**4.448**	**-**	**199.838**	**204.286**	**1.417**	**199.741**	**201.158**
Moeda estrangeira							
Spic Luxembourg Latin America Renewable Energy Investment Company S.À.R.L (ii)	146.454		2.463.857	2.610.311	114.329	1.924.040	2.038.369
Spic Luxembourg Latin America Renewable Energy Investment Company S.À.R.L (ii)	15.310	1.581.855	-	1.597.165	64.771	1.188.739	1.253.510
Total	**161.764**	**1.581.855**	**2.463.857**	**4.207.476**	**179.100**	**3.112.779**	**3.291.879**
Debêntures							
Pentagono Trustee - Tranche 1 (iii)	3.614		800.121	803.735	3.536	762.786	766.322
Pentagono Trustee - Tranche 2 (iii)	773		198.778	199.551	1.485	198.461	199.946
Total	**4.387**	**-**	**998.899**	**1.003.286**	**5.021**	**961.247**	**966.268**
Derivativos							
Bank of America Merrill Lynch (iv)	18.222			18.222	28.169	19.333	47.502
Banco Bradesco S.A. (iv)	6.120			6.120	9.435	37.722	47.157
JPMorgan Chase Bank (iv)	36.713			36.713	57.451	6.482	63.933
HSBC Brasil S.A. (iv)	-			-	1.780		1.780
Total	**61.055**	**-**	**-**	**61.055**	**96.835**	**63.537**	**160.372**
Total de dívidas	**231.654**	**1.581.855**	**3.662.594**	**5.476.103**	**282.373**	**4.337.304**	**4.619.677**

(i) Contratação de dívida no montante total de: R$200.000 junto ao BNP Paribas, com vencimento em 18/08/2022. (ii) Contratação de empréstimos em moeda estrangeira (USD) totalizando o montante de R$2.956.308 junto ao Spic Luxembourg Latin America Renewable Energy Investment Company S.À.R.L, sendo R$1.101.733 ao custo de USD + 5,4706% a.a. com vencimento para 25/10/2021 e R$1.854.575 ao custo de USD + 5,8588% a.a. com vencimento para 24/10/2023. (iii) 1ª. Emissão de debêntures, em duas séries com rating 'BrAAA', a primeira (UHSM11) debênture incentivada (Lei12.431/11) no volume de R$ 775.000.000 ao custo de IPCA + 3.54 a.a., com vencimento em 15/11/2029, a segunda (UHSM21) debênture simples no volume de R$ 200.000.000 ao custo de CDI+0,58% a.a., com vencimento em 15/11/2024. As duas emissões foram dispensadas da Instrução CVM 476/09. (iv) Contratação de 06 Swaps, sendo dois com a instituição JPMorgan Chase Bank e Bank of America Merrill Lynch (BAML), e um com as instituições HSBC Brasil S.A. (HSBC) e Banco Bradesco S.A. (Bradesco). A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é demonstrada abaixo:

	Valor líquido em 31/12/2019	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Ajuste a valor de mercado	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2020
Circulante								
Empréstimos e financiamentos								
Principal	-	-	-	1.673.714	31.869	-	(123.728)	1.581.855
Juros	180.517	(258.287)	269.638	-	(25.657)	-	-	166.211
Swap	96.835	(25.041)	9.836	-	(20.575)	-	-	61.055
Debêntures								
Juros	5.021	(35.211)	34.578	-	-	-	-	4.388
	282.373	(318.539)	314.052	1.673.714	(14.363)	-	(123.728)	1.813.509
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos								
Principal	3.312.780	-	-	(1.673.714)	(5.491)	-	1.030.283	2.663.858
Custo de transação	(259)	-	-	-	-	97	-	(162)
Swap	63.537	-	-	-	(63.537)	-	-	-
Debêntures								
Principal	981.225	-	-	-	-	-	35.161	1.016.386
Custo de transação	(19.979)	-	-	-	-	2.491	-	(17.488)
	4.337.304	-	-	(1.673.714)	(69.028)	2.588	1.065.444	3.662.594

	Valor líquido em 31/12/2018	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Ajuste a valor de mercado	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2019
Circulante								
Empréstimos e financiamentos								
Principal	1.100.000	-	(1.100.000)	-	-	-	-	-
Juros	180.432	-	(269.579)	266.979	2.685	-	-	180.517
Swap	114.908	-	(115.471)	114.204	(16.806)	-	-	96.835
Debêntures								
Juros	-	-	-	5.021	-	-	-	5.021
	1.395.340	-	(1.485.050)	386.204	(14.121)	-	-	282.373
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos								
Principal	2.952.513	200.000	-	-	24.610	-	135.657	3.312.780
Custo de transação	-	(275)	-	-	-	16	-	(259)
Swap	-	-	-	-	18.522	-	45.015	63.537
Debêntures								
Principal	-	975.000	-	-	-	-	6.225	981.225
Custo de transação	-	(20.393)	-	-	-	414	-	(19.979)
	2.952.513	1.154.332	-	-	43.132	430	186.897	4.337.304

continua →

← continuação

Abaixo as condições contratuais dos derivativos em 31/12/2020, que totalizam o montante de R$ 2.956.308:

Bancos	Data de emissão	Data de vencimento	Valor do ingresso R$'000	Ingresso US$'000	Pagamento de juros	Taxa contratual	Custo ativo	Custo passivo	Fair Value
Bank of America Merrill Lynch	29/10/2018	24/10/2023	371.700	100.000	Semestral	11,47%a.a.	158.353	(12.101)	146.252
Banco JP Morgan S.A.	30/10/2018	24/10/2023	1.109.875	297.235	Semestral	11,49%a.a.	466.202	(36.713)	429.489
Banco Bradesco S.A.	30/10/2018	24/10/2023	186.500	50.000	Semestral	11,47%a.a.	78.415	(6.120)	72.295
Bank of America Merrill Lynch	30/10/2018	24/10/2023	186.500	50.000	Semestral	11,47%a.a.	78.415	(6.121)	72.294
HSBC Brasil S.A.	29/10/2018	01/11/2021	730.733	198.407	Semestral	CDI + 1,85%a.a.	325.485		325.485
Banco JP Morgan S.A.	29/10/2018	01/11/2021	371.000	100.000	Semestral	CDI + 1,85%a.a.	162.450		162.450
							1.269.320	(61.055)	1.208.265

Os empréstimos, financiamentos e debêntures tem seu *aging* de vencimento demonstrado abaixo:

Vencimento	Nacional	Estrangeira	Derivativos	Debêntures	Total
Circulante					
2021 (i)	4.448	1.743.619	61.055	4.387	1.813.509
	4.448	1.743.619	61.055	4.387	1.813.509
Não Circulante					
2022	199.838				199.838
2023		2.463.857			2.463.857
2024				198.778	198.778
2025					-
2026 até 2030				800.121	800.121
	199.838	2.463.857	-	998.899	3.662.594
Total	204.286	4.207.476	61.055	1.003.286	5.476.103

(i) Do montante total o valor de R$1.597.165 refere-se a de parte da dívida em moeda estrangeira com a mutuaria que é parte relacionada Spic Luxembourg Latin America Renewable Energy Investment Company S.A.R.L (Nota 2.5). As dívidas em moeda estrangeira foram suportadas por garantias concedidas pela Matriz. As debêntures e o empréstimo bancário com o BNP não contêm garantias atreladas a dívida. **13.1. Condições restritivas (covenants):** Apenas as debentures e o empréstimo com o Banco BNP Paribas estão sujeitos à *covenants* financeiros, conforme quadro a seguir:

Ano	Dívida Líquida / EBITDA
2019 a 2021	4,50
2022	4,00
2023	3,75
A partir de 2024 e até a Data de Vencimento	3,50

Considera-se: (a) "Dívida Líquida" com base nas informações financeiras anuais consolidadas da Emissora preparadas de acordo com regras expedidas pela ANEEL, (i) a soma algébrica dos empréstimos, financiamentos, instrumentos de dívida de mercado de capitais local e internacional e do saldo líquido dos derivativos da Emissora, menos (ii) as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras; (b) "EBITDA" (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization) com base nas informações financeiras anuais consolidadas da Emissora preparadas de acordo com regras expedidas pela ANEEL, o lucro da Emissora antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses acrescidos do resultado não operacional no período; Os covenants financeiros foram cumpridos conforme as exigências demonstradas acima. **14. Arrendamentos:** Em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) a partir de 01/01/2019, a Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar do contrato de aluguel conforme nota explicativa nº 9 e demonstrado abaixo:

	31/12/2019	Correção contratual	Atualização financeira	Pagamentos	31/12/2020
Alugueis de imóveis	27.195	5.894	-	(3.505)	29.584
(-) Ajuste a valor presente	(7.776)	(1.529)	1.704	-	(7.601)
Total	19.419	4.365	1.704	(3.505)	21.983
Circulante	1.764				2.402
Não Circulante	17.655				19.581
Total	19.419				21.983

15. Impostos a recolher: A composição dos impostos a recolher nos exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 se encontra disposta abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
PIS a recolher	1.914	2.200
COFINS a recolher	8.756	10.074
IRPJ corrente a recolher	135.596	136.743
CSLL corrente a recolher	49.947	50.656
Outros tributos	756	465
	196.969	200.138

16. Encargos setoriais: Os encargos setoriais são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam de resoluções ou despachos da ANEEL e são recolhidos por meio da conta de energia. Cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

	31/12/2020	31/12/2019
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	14.968	10.023
FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Energético	888	928
MME - Ministério de Minas e Energia	222	464
TFSEE - Taxa de Fiscalização do Setor Elétrico	259	258
CFURH - Contribuição Financeira para Utilização dos Recursos Hídricos	9.583	8.599
	25.920	20.272

17. Provisões para contingências:

17.1. Risco provável:	31/12/2020	31/12/2019
Ambientais	47	-
	47	-

Ação Civil Pública (ACP) - 9519-51.2012.4.01.3803: Trata-se de Ação Civil Pública proposta em 2012 pelo Ministério Público Federal (MPF) inicialmente em face da antiga concessionária (CEMIG) e de suposto ocupante irregular, de área afetada pela concessão da Usina. Em resumo, pretende o MPF que a área onde foi construída uma benfeitoria, sem qualquer autorização, seja desocupada e ambientalmente recuperada. A CEMIG foi incluída no polo passivo, vez que era a responsável pela fiscalização da área. O MPF requereu o pagamento de R$ 30, a título de danos morais coletivos, e calculou provisoriamente o valor referente à recuperação ambiental em R$ 30. A UHE São Simão Energia S.A. foi incluída no polo passivo em 2020 por ter sucedido a CEMIG nas obrigações atinentes à preservação da área de concessão.

17.2. Risco possível:	31/12/2020	31/12/2019
Fiscais	8.473	5.775
	8.473	5.775

Ação Anulatória (IPTU) - 5588271-16.2019.8.09.0173: Em junho de 2018 a Companhia recebeu um lançamento de IPTU referente ao ano de 2018 por parte da autoridade fiscal municipal de São Simão/GO, no valor de R$7.942. Ao final do procedimento administrativo, a Companhia recebeu em 6/09/2019 uma notificação do Município de São Simão, referente à cobrança do IPTU para os exercícios de 2018 e 2019 conjuntamente, no valor total de R$ 5.775. Em 27/09/2019, o Município emitiu nova notificação, informando à empresa sobre o registro do referido débito de IPTU em dívida ativa municipal, sem que fosse observado o prazo legal de defesa da empresa. A Companhia ajuizou, em 7/10/2019, uma ação anulatória de débito fiscal mediante apresentação de carta fiança para garantir o juízo, e com pedido liminar para suspender a execução da dívida tributária, que foi concedida pelo juiz de primeira instância em 11/10/2019. O Município apresentou sua defesa e atualmente os autos encontram-se em fase de instrução. Em 30/07/2020, a autoridade fiscal municipal de São Simão/GO realizou novo lançamento de IPTU, referente ao ano de 2020, no valor de R$ 2.698. Considerando que a decisão liminar para suspensão da execução da dívida tributária abarcava débitos pretéritos e futuros, a UHE São Simão Energia S.A. apresentou carta fiança complementar, com consequente suspensão também dessa parcela. Enquanto a liminar permanecer em vigor, a Companhia não será compelida ao pagamento do IPTU. **18. Impostos diferidos:** A composição dos impostos diferidos passivos em 31/12/2020, referem-se a diferenças temporárias e são demonstradas a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ	140.597	72.709
CSLL	50.615	26.175
	191.212	98.884

A composição dos impostos diferidos sobre o lucro em 31/12/2020, é como segue:

Natureza dos Cálculos	Ativo Não Circulante 31/12/2020	Ativo Não Circulante 31/12/2019	Passivo Não Circulante 31/12/2020	Passivo Não Circulante 31/12/2019	Resultado 2020	Resultado 2019	Patrimônio Líquido 31/12/2020	Patrimônio Líquido 31/12/2019
Diferenças Temporárias								
Adições temporárias	(35.995)	(36.573)	-	-	578	(47.683)	-	-
Ativo financeiro (i)	-	-	233.923	147.227	(86.696)	(62.877)	-	-
Instrumentos financeiros - Swap	54.609	56.949	-	-	(2.340)	50.107	-	-
Instrumentos financeiros - Swap resultados abrangentes	-	23.021	1.236	-	-	-	24.257	(22.885)
Debêntures	14.071	2.117	-	-	11.954	2.117	-	-
Amortização Capex Melhorias	11.262	2.829	-	-	8.433	2.829	-	-
Total Diferenças Temporárias	43.947	48.343	235.159	147.227	(68.071)	(55.507)	24.257	(22.885)
Total bruto	43.947	48.343	235.159	147.227	(68.071)	(55.507)	24.257	(22.885)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(43.947)	(48.343)	(43.947)	(48.343)				
Total	-	-	191.212	98.884				

(i) O valor de base do Ativo financeiro é apresentado pelo líquido de PIS e COFINS diferidos e demonstrado na nota explicativa nº 6. **19. CAPEX melhorias:** A partir da aprovação do projeto de modernização, a Companhia adotou o CPC 25 para controle das provisões para melhoria em CAPEX que serão realizadas nos próximos anos. Estes gastos estão previstos no contrato de concessão assinado em 27/09/2017. No reconhecimento inicial foram estimados os fluxos de pagamentos futuros e trazidos a valor presente e seu valor líquido contabilizado no intangível conforme nota explicativa nº 11 e demonstrado abaixo:

	31/12/2019	Atualização financeira	Reclassificação	Pagamentos	31/12/2020
Provisão CAPEX melhorias	1.179.281	-	(5.500)	(64.870)	1.108.911
(-) Ajuste a valor presente	(357.918)	70.250	-	-	(287.668)
Total	821.363	70.250	(5.500)	(64.870)	821.243
Circulante	35.178				99.336
Não Circulante	786.185				721.907
Total	821.363				821.243

20. Patrimônio líquido: Em 31/12/2020, o capital social autorizado da Companhia é de R$2.912.000, representado por 2.912.000.000 ações ordinárias, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, no valor nominal de R$1,00 (um real) cada uma.

Destinação dos lucros:	31/12/2020	31/12/2019
Lucro a ser destinado:		
Lucro líquido apurado no exercício	494.741	483.663
Constituição da reserva legal - 5% (i)	(24.737)	(24.183)
	470.004	459.480
Destinação do lucro:		
Dividendos complementares		
Dividendos (ii)	117.501	114.870
Reserva de lucros (iii)	352.503	344.610
	470.004	459.480

Conforme estabelecido no contrato social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem: (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social; (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral. O saldo de dividendos aberto por acionista é composto conforme abaixo:

Acionistas	% Participação	31/12/2020	31/12/2019
SPIC Brasil Participações S.A.	51%	118.509	58.584
ZHEJIANG Energy Brazil holding Limited	35%	81.330	40.204
ZLCFB - Hong Kong international investment	7%	16.266	9.951
CPD Energy investment Co. limited	7%	16.266	9.951
		232.371	118.690

a. Outros resultados abrangentes: O *hedge* de fluxo de caixa corresponde à parcela efetiva do ganho ou da perda acumulado resultante de variações no valor justo de instrumentos de *hedge* contratados para fins de *hedge* de fluxo de caixa. Os ganhos ou as perdas acumuladas resultantes de variações no valor justo de instrumentos de *hedge*, reconhecidos e acumulados na rubrica "*Hedge* de fluxo de caixa", serão reclassificados para o resultado somente quando a transação objeto de *hedge* impacta o resultado ou é incluída como ajuste do item não financeiro objeto de *hedge*, de acordo com a política contábil aplicável. **21. Resultado por ação:** O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes. Para o cálculo do resultado básico por ação, a Companhia considerou a atual composição de ações ordinárias também para o exercício comparativo, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41. Assim, tanto o numerador (lucro líquido do exercício) quanto o denominador (quantidade de ações) estão em bases comparáveis. O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações. A Companhia não possui instrumento potenciais diluidores do resultado por ação, dessa forma em 31/12/2020 e 2019, não temos diferenças entre o resultado básico e diluído por ação. A tabela a seguir apresenta o lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31/12/2020 e 2019:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	494.741	483.663
Denominador (em milhares de ações)		
Número de ações	2.912.000	2.912.000
Lucro básico e diluído por ação (em reais - R$)	0,1699	0,1661

22. Receita operacional líquida: As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração estão apresentados a seguir: a) Suprimento de energia elétrica: A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. No Ambiente de Contratação Livre - ACL, a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. b) Energia de curto prazo: A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde é a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD (Preço de Liquidação das Diferenças). c) Receita de atualização do ativo financeiro: A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento da geração da energia vendida no ACR pelo retorno do pagamento da bonificação de outorga atualizada mensalmente pelo IPCA. d) Receita de O&M - Operação e Manutenção e CAPEX melhorias: A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber em decorrência do gasto com a operação e manutenção garantido pelo recebimento da RAG.

	2020	2019
Suprimento mercado livre	443.955	479.790
Energia de curto prazo	16.769	20.945
Receita RBO	898.041	850.753
Receita de O&M	453.695	364.902
Outras receitas operacionais	272	3.053
Receita operacional bruta	1.812.732	1.719.444
(-) Deduções à receita operacional		
ICMS	(33)	-
PIS/COFINS	(167.664)	(159.048)
	(167.697)	(159.048)
Encargos do consumidor		
P&D	(13.154)	(13.025)
TFSEE	(3.811)	(3.965)
CFURH	(57.465)	(49.298)
	(74.430)	(66.288)
Total deduções da receita operacional	(242.127)	(225.336)
Receita operacional líquida	1.570.605	1.494.108

23. Gastos:

	2020 De operação	2020 Gerais e Administrativa	2020 Total	2019 De operação	2019 Gerais e Administrativa	2019 Total
Energia elétrica comprada para revenda	15.447	-	15.447	27.439	-	27.439
Encargos de uso do sistema de distribuição	185.360	-	185.360	161.881	-	161.881
Pessoal e Administradores	20.925	36.564	57.489	22.561	30.732	53.293
Material	2.919	318	3.237	9.147	328	9.475
Serviços de terceiros	20.024	21.610	41.634	31.195	16.130	47.325
Depreciação	272	530	802	218	387	605
Amortização	93.311	2.253	95.564	66.960	1.757	68.717
Provisões	30	-	30	-	-	-
Aluguéis e arrendamentos	167	1.786	1.953	562	835	1.397
Outras	5.783	6.011	11.794	6.414	9.059	15.473
Total	344.238	69.072	413.310	326.377	59.228	385.605

24. Resultado financeiro:

	2020	2019
Receitas financeiras		
Juros e variações monetárias		
Renda de aplicações financeiras	14.558	17.354
Multa e juros s/ energia vendida	1.704	828
Descontos Obtidos	147	-
Outros juros e variações monetárias	424	1.763
(-) Tributos sobre Receitas financeiras	(784)	(920)
Receitas financeiras total	16.049	19.025
Despesas financeiras		
Encargos de dívida		
Empréstimos e financiamentos	(279.571)	(381.200)
Debêntures	(37.069)	(5.436)
AVP - Ajuste a valor presente	(71.953)	(7.559)
Atualização P&D	(221)	(325)
Outras despesas financeiras	(630)	(391)
Despesas financeiras total	(389.444)	(394.911)
Variação monetária/cambial líquida		
Variação monetária	(35.161)	(6.223)
Variação cambial	(32)	(3)
Total variação monetária/cambial líquida	(35.193)	(6.226)
Total resultado financeiro	(408.588)	(382.112)

25. Imposto de renda e contribuição social: A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitadas em resultado é demonstrada como segue:

	2020	2019
Imposto de renda (25%) e Contribuição social (9%)	253.966	242.728
IRPJ - Corrente	136.080	136.565
CSLL - Corrente	49.815	50.656
IRPJ - Diferido	50.052	40.814
CSLL - Diferido	18.019	14.693
	253.966	242.728

Composição da alíquota efetiva:

	IRPJ / CSLL 2020	IRPJ / CSLL 2019
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	748.707	726.391
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(254.560)	(246.973)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	(1.351)	(1.020)
Adições temporárias	66.990	56.650
Adições Permanentes	(430)	-
Outros		
Incentivos fiscais		
Lei Rouanet	2.800	3.000
Inovação Tecnologica - P&D	686	860
PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador	322	262
IRPJ e CSLL de exercícios Anteriores	(352)	-
Despesa de IRPJ e CSLL	(185.895)	(187.221)
Alíquota efetiva	-24,83%	-25,77%

26. Instrumentos financeiros e mensuração do valor justo: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de taxa de juros; • Risco de taxa de câmbio; • Risco de liquidez. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações. *a) Risco de crédito:* O risco surge de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais. *b) Risco de taxa de juros:* Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a seus empréstimos e financiamentos. *c) Risco de taxa de câmbio:* Risco quanto à variação das taxas de câmbio dos empréstimos em moeda estrangeira tomado pela Companhia. A Companhia contratou uma operação de Swap de moeda para eliminar as flutuações na moeda estrangeira (USD). *d) Risco de liquidez:* Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro, em especial com quando da liquidação de seus empréstimos e financiamentos, que ocorrerão a curto prazo. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia:

	31/12/2020 De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	31/12/2019 Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores	36.095	-	-	-	36.095	27.026
Empréstimos e financiamentos	4.448	1.748.006	2.862.473	800.121	5.415.048	4.459.305
Partes relacionadas	-	-	310	-	310	-
Arrendamentos e aluguéis	581	1.821	16.159	3.422	21.983	19.419
Provisão - Capex melhorias	15.552	83.784	515.126	206.781	821.243	821.363
Derivativos	-	61.055	-	-	61.055	160.372
Total	56.676	1.894.666	3.394.068	1.010.324	6.355.734	5.487.485

Classificação dos instrumentos financeiros:

	31/12/2020 Valor Contábil	31/12/2020 Valor Justo	31/12/2019 Valor Contábil	31/12/2019 Valor Justo	Categoria
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	587.557	587.557	374.212	374.212	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	40.108	40.108	43.469	43.469	Custo amortizado
Ativo financeiro	5.936.328	5.936.328	5.681.340	5.681.340	Valor justo por meio de resultado
Outros ativos circulantes	7.619	7.619	4.407	4.407	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	487.935	487.935	141.391	141.391	Valor justo por meio de resultado
Instrumentos financeiros derivativos	781.385	781.385	233.421	233.421	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Passivos financeiros					
Financiamentos e empréstimos	1.801.451	1.801.451	1.454.668	1.454.668	Valor justo por meio do resultado
Financiamentos e empréstimos	2.610.311	2.610.311	2.038.369	2.038.369	Custo amortizado
Debêntures	1.003.286	1.003.286	966.268	966.268	Valor justo por meio do resultado
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	2.811	2.811	Valor justo por meio de resultado
Instrumentos financeiros derivativos	61.055	61.055	157.561	157.561	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Arrendamentos e aluguéis	21.983	21.983	19.419	19.419	Custo amortizado
Partes relacionadas	310	310	-	-	Custo amortizado
Fornecedores	36.095	36.095	27.026	27.026	Custo amortizado

Hierarquia de valor justo: A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia mantém empréstimos em moeda estrangeira e, consequentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. Ademais, esses empréstimos em moeda estrangeira também possuem juros atrelados ao USD. As exposições aos riscos de taxa de câmbio em USD são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas, por meio da utilização de operações de swap de moeda e taxa de juros. Os valores contábeis dos passivos monetários em moeda estrangeira em 31/12/2020 montam em R$ 4.207.476 (R$ 3.291.879 em 31/12/2019). De acordo com os contratos de *swap* de moeda e taxa de juros, a Companhia t a diferença entre a variação cambial e os valores de taxas de juros pós-fixadas por uma taxa de juros prefixada, calculados a partir do "valor nocional acordado". Tais contratos permitem à Companhia mitigar o risco de alteração na taxa da moeda e nas taxas de juros sobre o valor justo dos empréstimos tomados nas exposições do fluxo de caixa. O valor justo dos *swaps* de moeda e taxa de juros no encerramento do exercício é determinado pelo desconto dos fluxos de caixa futuros, utilizando as curvas no encerramento do exercício e o risco de crédito inerente para esse tipo de contrato. A tabela a seguir demonstra o valor do principal e os prazos remanescentes dos contratos de *swap* de moeda e taxa de juros em aberto no fim do período de relatório:

Contratos em aberto	Encargos dos empréstimos	Taxa prefixada do swap	Notional R$	Valor justo R$
Vencimento em cinco anos - Fluxo de caixa	USD + 5,8588% a.a.	Entre 11,47% a.a. e 11,49%a.a.	1.854.575	720.330
Vencimento em três anos - Valor justo	USD + 5,4706% a.a.	CDI + 1,85%a.a.	1.101.733	487.935

Análise de sensibilidade: Conforme CPC 40, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos. A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado. No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros mencionados na nota nº 13 que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações.

Derivativo Fair Value Hedge

Operação	Saldo em 31/12/2020	Taxa	Cenário I (-0,5)	Cenário II (-0,25)	Cenário III (provável)	Cenário IV (+0,25)	Cenário V (+0,5)
Financiamento	1.128.523	CDI + 1,85%	57.711	60.029	62.344	64.656	66.965

Derivativo Cash Flow Hedge

Operação	Saldo em 31/12/2020	Taxa	Cenário I (-0,5)	Cenário II (-0,25)	Cenário III (provável)	Cenário IV (+0,25)	Cenário V (+0,5)
Financiamento	1.866.825	11,48%	589.313	602.450	615.586	628.723	641.859

Debenture Infra

Operação	Saldo em 31/12/2020	Taxa	Cenário I (-0,5)	Cenário II (-0,25)	Cenário III (provável)	Cenário IV (+0,25)	Cenário V (+0,5)
Tranche 1	820.001	IPCA + 3,54%	419.646	436.458	453.249	470.019	486.769

Debenture

Operação	Saldo em 31/12/2020	Taxa	Cenário I (-0,5)	Cenário II (-0,25)	Cenário III (provável)	Cenário IV (+0,25)	Cenário V (+0,5)
Tranche 2	200.773	CDI + 0,58%	37.204	39.206	41.204	43.201	45.195

Syntetic Loan

Operação	Saldo em 31/12/2020	Taxa	Cenário I (-0,5)	Cenário II (-0,25)	Cenário III (provável)	Cenário IV (+0,25)	Cenário V (+0,5)
Financiamento	204.448	5,04%	22.547	23.381	24.214	25.047	25.881

27. Seguros (não auditado): A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31/12/2020, a Companhia mantém seguros para D&O para seus Diretores, Conselheiros e Administradores, com vigência de 08/11/2020 a 08/11/2021, com cobertura total de R$ 60.000 e responsabilidade civil, com vigência de 09/05/2020 a 09/05/2021, com cobertura total de R$ 50.000 e Riscos Operacionais e Lucros Cessantes, com vigência de 09/05/2020 a 09/05/2021, perfazendo um valor em risco na ordem de R$ 4.158.331 com limite máximo de indenização de R$ 1.348.165, limitado a R$ 348.165 para a apólice de Lucros Cessantes.

Composição da Diretoria

Adriana Waltrick - Diretora Geral **Paulo Dutra** - Diretor Financeiro **Valéria Lopes de Souza** - Contadora - CRC - 1SP145065/O-9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da **UHE São Simão Energia S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da UHE São Simão Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UHE São Simão Energia S.A. em 31/12/2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. SP, 03/03/2021. **PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes** - CRC 2SP000160/O-5; **Adriano Formosinho Correia** - Contador CRC 1BA029904/O-5.

Vila Oeste Empreendimentos Imobiliários Ltda. - NIRE: 35.235.013.616 - CNPJ: 28.237.157/0001-54

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data, Hora, Local: 16.04.2021, às 16hs., na sede social, Avenida Sumaré, nº 1421, Pavimento Superior, Sala 15, São Paulo/SP. **Presenças:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Marcos Zanin Mauro - Presidente, Rodrigo Mauro - Secretário. **Deliberações aprovadas: 1)** Em consonância com o Artigo 1082, inciso II, do Código Civil, a redução de Capital Social, de R$ 21.352.000,00 para R$ 13.852.000,00, totalizando uma redução de R$ 7.500.000,00. O valor será devolvido aos sócios conforme disponibilidade financeira, cabendo a cada sócio o seguinte valor: • Construtora Paulo Mauro Ltda - R$ 3.000.000,00, • Alpan Comércio e Participações Ltda - R$ 2.625.000,00, • Decarlos Investimentos Ltda - R$ 1.500.000,00, • Golf Engenharia e Participações Ltda - R$ 375.000,00, todos como diminuição do capital social. Alteração da Cláusula 5ª do Contrato Social: Cláusula 5ª. O Capital Social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 13.852.000,00 dividido em 13.852.000 quotas com o valor nominal de R$ 1,00 cada, distribuído entre os sócios da seguinte forma: *Sócios-Quotistas: Construtora Paulo Mauro Ltda, Nº de Quotas: 5.540.800, Valor Integralizado R$: 5.540.800,00, Participação %: 40%; Sócios-Quotistas: Alpan Comércio e Participações Ltda, Nº de Quotas: 4.848.200, Valor Integralizado R$: 4.848.200,00, Participação %: 35%; Sócios-Quotistas: Decarlos Investimentos Ltda, Nº de Quotas: 2.770.400, Valor Integralizado R$: 2.770.400,00, Participação %: 20%; Sócios-Quotistas: Golf Engenharia e Participações Ltda, Nº de Quotas: 692.600, Valor Integralizado R$: 692.600,00, Participação %: 5%; Total de Nº de Quotas: 13.852.000, Total do Valor Integralizado R$: 13.852.000,00, Total da Participação %: 100%.* **Encerramento:** Nada mais. Construtora Paulo Mauro Ltda. por Marcos Zanin Mauro, Marcio Zanin Mauro e Marcel Zanin Mauro, Alpan Comercio e Participações Ltda. por Rosa Maria Mauro Battistuzzi, De Carlos Investimentos Ltda. por Jose Emilio Pessanha, Golf Engenharia e Participações Ltda. por Jonas de Almeida Federighi Junior

---

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1036783-46.2015.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Adriana Marilda Negrão, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) JONAS AMANCIO DOS SANTOS, Brasileiro, CPF 020.597.014-14, com endereço à Rua Jacarei, 100, Sala 1204, Bela Vista, CEP 01319-900, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Bradesco S/A, alegando em síntese: que objetiva a quantia de R$ 46.236,28 (fevereiro de 2020), representada pela Cédula de Crédito Bancário Empréstimo Pessoal de nº 274.997.621. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 16 de abril de 2021. 21 e 23 / 04 / 2021

ISEC SECURITIZADORA S.A - CNPJ/MF Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 9ª EMISSÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("Titulares dos CRA") da Série Única da 9ª Emissão da **ISEC SECURITIZADORA S.A,** com sede na Rua Tabapuã nº 1.123, 21º andar, cj. 215, Itaim Bibi, São Paulo, CEP: 04533-004 ("CRA", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **H.COMMCOR DITRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA** ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, convidados a se reunir, em **segunda convocação**, em Assembleia Geral ("Assembleia"), **a ser realizada em 30 de abril de 2021 às 11h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams,** conforme Instrução Normativa da CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("IN CVM 625"), nos termos deste edital, a fim de, conforme cláusula 12.6 do Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio para emissão dos Certificados de Recebíveis de Agronegócio da Série Única da 9ª Emissão da Emissora, celebrado em 19 de novembro de 2019 ("Termo de Securitização"), deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) Aprovar a alteração do Anexo V do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças ("Cessão Fiduciária"), conforme aditado, para inclusão de novos Compradores Elegíveis, para fins do previsto na Cláusula 4.4.4.1 da Cessão Fiduciária; (b) Autorizar o Agente Fiduciário para, em conjunto com a Emissora, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar as deliberações acima. O material necessário para embasar a deliberação dos investidores está disponível (i) no site da Emissora: www.isecbrasil.com.br; e (ii) no site da CVM: www.cvm.gov.br A Assembleia será instalada em segunda convocação, nos termos da cláusula 12.6 do Termo de Securitização, mediante a presença de qualquer número dos titulares dos CRA em circulação. As deliberações serão tomadas, em qualquer convocação, com quórum simples de aprovação representando por Titulares de CRA em quantidade equivalente a 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação, presentes na Assembleia. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet, sem possibilidade de participação de forma presencial ou de envio de instrução de voto previamente, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestao@isecbrasil.com.br com cópia para juridico@isecbrasil.com.br e ao Agente Fiduciário para fiduciario@commcor.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do titular do CRA; e (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Conforme art. 7º da IN CVM 625, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo à eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 22 de abril de2021. **ISEC SECURITIZADORA S.A**

FORO REGIONAL XV - BUTANTÃ - 2ª VARA CÍVEL - Avenida Corifeu de Azevedo Marques, 148/150 - Butanta - CEP 05582-000 - Fone: (11) 3721-6399 - São Paulo/SP - E-mail: butantacivel@tjsp.jus.br - **EDITAL** de **INTIMAÇÃO** - Prazo de **20 dias** - Processo nº **0007048-08.2018.8.26.0704.** A MMª Juíza de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional XV - Butantã, Estado de SãoPaulo, **Dra. MONICA LIMA PEREIRA,** na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **ALEXANDRE MINELLO HERRMANN**, brasileiro, CPF 275.925.588-31, com endereço à Rua Japão, 424, Alto Barroca, CEP 30431-048, Belo Horizonte/ MG que por este Juízo, tramita de uma ação de **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA** movida por **CONDOMINIO RESIDENCIAL SPAZIO SAN LAZZARO.** Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, § 2º, IV do CPC, foi determinada a sua **INTIMAÇÃO** por **EDITAL** para que, no prazo de **15 (quinze) dias úteis,** que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, **PAGUE** a quantia de R$ 38.242,42 (outubro/2018), devidamente atualizada, **SOB PENA** de **MULTA** de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de **15 (quinze) dias úteis** para que o executado, **independentemente** de **penhora** ou **nova intimação,** apresente, nos próprios autos, sua **IMPUGNAÇÃO**. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de abril de 2021.

21 e 22/04

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - COMARCA DE SÃO PAULO - FORO REGIONAL VII - ITAQUERA - 1ª VARA CÍVEL - Avenida Pires do Rio 3915 - sala 13 - Itaquera - CEP 08240-005 - Fone: (11) 2051-8680 - São Paulo-SP - E-mail: itaquera1cv@tjsp.jus.br - **EDITAL** de **CITAÇÃO** - Prazo de **20 dias** - Processo nº **0006588-07.2020.8.26.0007.** O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VII - Itaquera, Estado de SãoPaulo, **Dr. LUIZ RENATO BARIANI PÉREZ,** na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **SIRLEI MARIA DA SILVA GUEDES**, brasileira, CPF 287.350.688-17, com endereço à Rua Amanari, 104, Vila Santa Teresinha, CEP 08247-060, São Paulo/ SP e **LUIZ ANTONIO ROQUE GUEDES**, RG 391033396, CPF 022.834.964-89, com endereço à Rua Silvio Barbini, 696, Conjunto Residencial Jose Bonifacio, CEP 08250-650, São Paulo /SP, que lhe foi proposta uma ação de **INCIDENTE** de **DESCONSIDERAÇÃO** de **PERSONALIDADE JURÍDICA** por parte de **MOINHO REISA LTDA.,** alegando em síntese: Referido pedido leva em conta a possibilidade do associados cumprirem com as obrigações assumidas aos credores da empresa Ré. Nos termos do artigo 135 do Código de Processo Civil, o **SÓCIO** ou a pessoa jurídica fica **CITADO(A)** para **MANIFESTAR-SE** e **REQUERER** as **PROVAS CABÍVEIS**. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO** por **EDITAL** para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente **RESPOSTA**. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado **CURADOR ESPECIAL.** Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 19 de abril de 2021.

23 e 24/04

---

vivo **LEILÕES ON LINE** **FRAZÃO Leilões**

Data: 23 de abril de 2021 às 14h00

ADAPTADORES, DESKTOPs, FONTES, HDs, HEADPHONES, IPADs, MACBOOKs, MONITORES, MEMÓRIA PARA DESKTOP, NOTEBOOKs, PLACAS DE VÍDEO, SCANNER, TECLADO, TELEFONES TERRA, TELEVISÕES E WEBCANs.

CADASTRE-SE ANTECIPADAMENTE PARA PARTICIPAR DO LEILÃO

OBS: PODENDO APRESENTAR AVARIAS, FALTA DE COMPONETES E SEM GARANTIA DE FUNCIONAMENTO.

Informações pelo telefone: 11- 3550-4066, ramal 1003, pelo e-mail eduardo@frazaoleiloes.com.br, ou www.FrazaoLeiloes.com.br

Carlos Eduardo Luis Campos Frazão JUCESP nº 751

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0009457-58.2020.8.26.0001. A MMa. Juíza de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dra. Fernanda Rossanez Vaz da Silva, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a DROGARIA SANTA MARGARIDA DO TUCURUVI LTDA - ME (CNPJ 61.516.951/0001-02), EVERALDO VERÇOSA GOMES (CPF.127.830.538-61), e DULCINÉIA FERREIRA DA SILVA (CPF. 288.933.978-54), que DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS SANTA CRUZ LTDA requereu o CUMPRIMENTO DA SENTENÇA, para receber a quantia de R$35.464,02 (Março/2020). Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 15 dias, a fluir do prazo supra, paguem o débito, atualizado e acrescido das importâncias de direito e demais cominações legais, sob pena de multa e honorários advocatícios de 10%, sobre o valor total da dívida (art. 523, § 1º do CPC), iniciando-se o prazo de 15 dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresentem impugnação nos próprios autos (art. 525 do CPC). Será o edital, afixado e publicado na forma da Lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 21 de janeiro de 2021.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0027277-21.2019.8.26.0100. A MMa. Juíza de Direito da 18ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, **Dra. Gisele Valle Monteiro da Rocha**, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a **RICARDO VILLAS BOAS DE ALMEIDA** (RG.28.418.238-2, CPF.071.108.977-96), que expedido nos autos do INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA, em desfavor de RICKPLAST COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, ajuizado por TEXTIL GERAR EIRELI, foi determinada a citação do sócio em local incerto e não sabido, para que, em 15 dias, a fluir o prazo supra, manifeste sobre o presente incidente, nos termos do art. 135 do Código de Processo Civil. No caso de revelia, será nomeado curador especial (artigo 257, IV, CPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 03 de março de 2021.

RESUMO. EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO DE BEM(NS)IMÓVEL(IS), BEMCOMO PARA INTIMAÇÃO DO(A)(S) EXECUTADO(A)(S): ESPÓLIO DE ARNALDO PELLEGRINO, representado por sua inventariante e coexecutada, NIELCE PELLEGRINO, CPF308.859.168-16, eventual(is) herdeiro(a)(s)/sucessor(a)(es)/ocupante(s) do(s) imóvel(is)e demais interessados, expedido no PROCESSO DIGITAL Nº 1006155-79.2017.8.26.0010, AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL ajuizada por CONDOMÍNIO EDIFÍCIOMAISON SAINT PIERRE, CNPJ 549.950.303/0001-18.O Dr. LUIS FERNANDO CIRILLO, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível - Foro Regional X - Ipiranga/SP, com fundamento no artigo 879, II, c/c o artigo 882, § 2º, ambos do CPC, regulamentado pelo Provimento CSM nº 1625/09 e artigo 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a Resolução nº 236/2016 do CNJ,FAZ SABER aos que o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa que a CHRISTOVÃO GESTÃO EAPOIO EMPRESARIAL LTDA., via sistema utilizado e hospedado na plataforma: www.leilaoinvestment.com.br, representada por seus leiloeiros judiciais: Christovão de Camargo Segui, OAB/SP 91.519 e Luiz Carlos Levoto, JUCESP nº 942, levará a leilão judicial eletrônico o(s) bem (ns) imóvel(is) abaixo descrito(s) no sítio: www. leilaoinvestment.com.br, em condições que se seguem: **DO BEM IMÓVEL:·OAPARTAMENTO DUPLEX Nº 141, LOCALIZADO NO 14º ANDAR DO "EDIFÍCIOMAISON SAINT PIERRE", SITUADO NA RUA GENERAL LECOR Nº 367, 18ºSUBDISTRITO IPIRANGA, com a área útil de 309,48m², a área comum de divisão não proporcional de 37,50m², correspondente a 2 vagas com capacidade para 3 veículos que cabe a cada apartamento na garagem coletiva, mais a área comum de divisão proporcional de 138,592m², a área total construída de 485,572m², e a fração ideal de 5,0383%. O "Edifício Maison Saint Pierre" acha-se construído em terreno que encerra a área de 1.182,02m². MATRÍCULA Nº103.962, do 6º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo. CONTRIBUINTE nº 040.122.0090-9(conf, Av.2/M.103.962)**. **DOS ÔNUS**:1-)AV. 5-M-103.962, 26/04/2018. Penhora exequenda;2-) Há débitos de IPTU-Exercício 2021: R$ 13.422,92. Há débitos de IPTU Exercício 2020:R$ 18.281,12. Há débitos de Exercícios Anteriores: 2018:R$ 21.587,59 (ajuizada) Exercício 2019: R$ 20.863,78, totalizando os anos de 2018 e 2019 em R$ 46.913,27 (já incluído os encargos, conf. pesquisa realizada no sítio da PMSPaos 09/02/2021). DAATUALIZAÇÃO DAAVALIAÇÃO DO(S) BEM(NS) IMÓVEL(IS): R$ 1.833.223,80 (até fevereiro/2021). DO VALOR DO DÉBITO: R$ 182.735,69 (até 28/02/2021). **DAS DATAS DOS LEILÕES:·O 1º Leilão começará em 17/05//2021 às 14h00min e terminará em 20/05/2021, às 14h00min.·O 2º Leilão começará em 20/05/2021 às 14h01min e terminará em 10/06/2021, às 14h00min**. DAS CONDIÇÕES DE VENDA: Será considerado arrematante aquele que der lance igual ou superior ao valor da avaliação (1º leilão) ou aquele que der lance de valor igual ou superior a 50%(cinquenta por cento) do valor da avaliação, atualizado pelos índices do Tribunal de Justiça do Estado de S. Paulo (2º leilão). Os interessados deverão cadastrar-se previamente no portalwww.leilaoinvestment.com.br para que participem do leilão eletrônico fornecendo todas as informações solicitadas. DAPROPOSTA DE PAGAMENTO PARCELADO: Caso não haja propostas para pagamento à vista, serão admitidas propostas escritas de arrematação parcelada, até o início da primeira etapa proposta por valor não inferior ao da avaliação e até o início da segunda etapa, proposta por valor que não seja considerado vil. Devendo ofertar o pagamento de pelo menos 25% do valor do lance à vista, exceto a comissão do leiloeiro, prevista no artigo 901, § 1º do CPC, que deverá ser depositado antes da expedição da carta de arrematação e o restante em até 30 (trinta) meses. A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado e a apresentação desta não suspende o leilão (artigo 895, § 6º, § 7º, CPC/2015).DO PAGAMENTO:O preço do(s) bem(ns) arremat ado(s) deverá ser depositado através de guia de depósito judicial, no site: www.tjsp.jus.br, **Pelo presente, fica(m) o(a)(s) EXECUTADO(A)(S) ESPÓLIO DE ARNALDO PELLEGRINO, representado por sua inventariante e coexecutada, NIELCE PELLEGRINO, CPF 308.859.168-16,eventual(is) herdeiro(a)(s)/sucessor(a)(es)/ocupante(s) do(s) imóvel(is) e demais interessados, INTIMADOS DAS DATAS DAS PRAÇAS, caso não seja(m) localizado(a)(s) para intimação pessoal. Do processo digital não há recursos pendentes de julgamento. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei** NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de março de 2021. **Edital completo e demais condições no sítio: www.leilaoinvestment.com.br**.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1044550-06.2013.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 25ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). LEILA HASSEM DA PONTE, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) coexecutado JUNIOR RODRIGUES DA SILVA (CPF/MF sob o nº 02.287.489/0001-50), que RISTRETTO – INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA EPP lhe ajuizou EXECUÇÃO, na qual também são executados DESIREE DECOR COMÉRCIO DE MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA E OUTRA, objetivando a quantia de R$53.597,14 até 01/10/2020, representado pelas notas fiscais e respectivas duplicatas anexas no processo, vencidas, não pagas e devidamente protestadas. Estando o coexecutado em lugar ignorado, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que, no prazo de 03 dias, contados após o decurso do prazo deste edital, pague o débito acima, devidamente atualizado, sob pena de penhora e avaliação de bens suficientes para a satisfação da dívida e, em havendo pagamento dentro do prazo, a verba honorária, fixada em 10%, será reduzida pela metade; e, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, também contados findo o prazo deste edital, poderá oferecer Embargos (art. 915 do CPC) ou Pedido de Parcelamento da Dívida (art. 916 e §§ CPC); ficando advertido de que será nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, IV do CPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 18 de março de 2021.

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 1068101-10.2016.8.26.0100 (U-725). A Doutora Ana Claudia Dabus Guimarães e Souza, MM. Juiza de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Hermes Komninakis, Ospam Imobiliária Ltda., antes denominada: Ospam Imobiliária Sociedade Civil Ltda., réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que Fabiana Alves Ribeiro de Castro e Ivan Junior de Castro ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio do imóvel localizado na Rua Antonio dos Santos, nº 159, Jardim Matarazzo, São Paulo-SP, com área de 69,00 m², contribuinte nº 111.291.0064-1, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para que, **no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, **a fluir após o prazo de 20 dias úteis**, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1002077-08.2018.8.26.0010. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional X - Ipiranga, Estado de São Paulo, Dr(a). Caren Cristina Fernandes De Oliveira, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **SAFIA ZEAITER EL ORRA**, Libanesa, Solteira, Empresária, RG V759655-N, CPF 235.208.978-65, com endereço à Via Anchieta, 1113, Ipiranga, CEP 04247-001, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Carlos Manuel Felgueiras, alegando em síntese: "Ação de execução oriunda de Escritura Pública de Cessão de Direitos de Crédito,. Em que o exequente comprou os direitos de crédito da Sra. Patrícia Oliveira Cruz, no valor de R$ 910.000,00, dívida vencida desde 23\10\2015, tendo como garantia a hipoteca que recaiu sobre imóvel, em que a importância mutuada em hipoteca deveria ser paga em 06 parcelas mensais e sucessivas, acordo este alegadamente inadimplido pela executada". Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 03 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a dívida de R$ 1.873.997,90 (fls.128\129), mais custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, fixados no patamar de dez por cento, sob pena de penhora ou arresto de tantos bens quantos bastem para a garantia da execução. O executado deverá ainda ter ciência de que, em caso de pagamento integral no prazo declinado, os honorários advocatícios poderão ser reduzidos pela metade. Poderá o executado também oferecer Embargos à Execução, no prazo de 15 dias, contados na forma do art. 231 do CPC, distribuídos por dependência e instruídos com as cópias processuais relevantes. Alternativamente, no lugar dos Embargos, mediante depósito de trinta por cento do valor total executado, poderá ainda ser requerido o parcelamento do restante em até 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de 1% ao mês. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 30 de março de 2021.

EDITAL DE CIENCIA DE LEILAO
Contrato 102714173727-9

Pelo presente edital vimos Cientificar o(s) mutuário(s) abaixo, devido decurso de prazo para purgação de débito, a realização da hasta pública do IMÓVEL: RUA CARDEAL ENRICO DANTE Nº 101, ANTIGO Nº 12, 22º SUBDISTRITO TUCURUVI, LOTEAMENTO DENOMINADO VILA BRASIL, NO BAIRRO JAÇANA, SAO PAULO/SP.

Primeiro público leilão: 26/05/2021 a partir das 10:00 as 10:15 horas
Segundo público leilão: 16/06/2021 a partir das 10:00 as 10:15 horas

Local: Em frente à agência da Caixa Econômica Federal – AG. ESTADOS UNIDOS COD. 2887 – RUAESTADOS UNIDOS, Nº 1898, JARDIMAMERICA, SÃO PAULO/SP.
Credor Hipotecário: EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA

Mutuário(s):
MARCELLO NAVARRO, BRASILEIRO, SEPARADO JUDICIALMENTE, ANALISTA DE SISTEMAS, RG: 18.935.135 -SSP/SP, CPF: 085.956.038-47.

2º Leilão ocorrerá se não houver licitante que ofereça lance mínimo para venda no 1º Leilão.

Informações nos telefones 11-97334-6595 e 11-2791-2274. ENDEREÇO DO LEILOEIRO: Avenida Calim Eid, nº 2842, Sala 08, Vila Ré, São Paulo/SP. E-mail: fabianasilva@afdsp.com.br.

São Paulo, 20 de Abril de 2021
HELIO JOSE ABDOU - - JUCESP 603.
Leiloeiro Público Oficial
SED: 444

20/04, 21/04 e 23/04/2021

Cavalo de Fogo Participações e Empreendimentos Ltda

CNPJ: 11.665.837/0001-76 - NIRE: 3522410717-7

Extrato da Ata de Reunião de Sócios Realizada em 13 de Abril de 2021

Data, Hora, Local: 13.04.2021, às 14 horas, na sede social, Rua Irlanda, 105, São Paulo/SP. **Presenças:** Totalidade do capital social. **Mesa**: Presidente: Bianka Cristine Pimentel Van Hoegaerden, Secretário: Leandro Pimentel Costa Menezes. **Deliberações Aprovadas: (i)** reduzir o capital social da sociedade em R$ 4.212.811,00, na forma do artigo 1.082, II da Lei 10.406/02, passando assim o capital, de R$ 19.984.454,00 para R$ 15.771.643,00 por considerá-lo excessivo em relação ao objeto da sociedade. O valor do capital social reduzido será liquidado mediante cessão, à sócia **Bianka Cristine Pimentel Van Hoegaerden,** da participação detida pela **Cavalo de Fogo Participações e Empreendimentos Ltda** em **Impulsum Negócios de Impacto Socioambiental Ltda.**, CNPJ 30.925.323/0001-57, JUCESP-NIRE nº 35235297282, com sede em São Paulo/SP, correspondente a 112.500 quotas do capital social da referida sociedade. **Encerramento**: Nada mais. São Paulo, 13.04.2021. **Mesa:** Bianka Cristine Pimentel Van Hoegaerden - Presidente, Leandro Pimentel Costa Menezes - Secretário.

Alto das Perdizes Empreendimentos Imobiliários Ltda.

NIRE: 35.235.050.767 - CNPJ: 28.113.239/0001-97

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data, hora, local: 16.04.2021, 14:04hs., na sede, Avenida Sumaré, 1421, Pavimento Superior, Sala 16, São Paulo/SP. **Presenças:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Marcos Zanin Mauro - Presidente, Carlos Mauaccad - Secretário. **Deliberações aprovadas: 1)** Em consonância com o Artigo 1082, inciso II, do Código Civil, a redução de Capital de R$ 35.524.000,00 para R$ 20.524.000,00, totalizando uma redução de R$ 15.000.000,00. O valor será devolvido aos sócios conforme disponibilidade financeira, cabendo a cada sócio o seguinte valor: • Vila Oeste Empreendimentos Imobiliários Ltda - R$ 7.500.000,00, • Exto Amarilis Empreendimentos Imobiliários Ltda - R$ 7.500.000,00, ambos como diminuição do capital social. Alteração da Cláusula 5ª do Contrato Social: Clausula 5ª. O Capital Social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 20.524.000,00 dividido em 20.524.000 quotas com o valor nominal de R$ 1,00 cada, distribuído entre os sócios da seguinte forma: *Sócios-Quotistas: Vila Oeste Empreendimentos Imobiliários Ltda, Nº de Quotas: 10.262.000, Valor Integralizado R$: 10.262.000,00, Participação %: 50%; Sócios-Quotistas: Exto Amarilis Empreendimentos Imobiliários Ltda, Nº de Quotas: 10.262.000, Valor Integralizado R$: 10.262.000,00, Participação %: 50%; Total de Nº de Quotas: 20.524.000, Total do Valor Integralizado R$: 20.524.000,00, Total da Participação %: 100%.* Nada mais. Exto Amarilis Empreendimentos Imobiliários Ltda. por Carlos Mauaccad e Antonio Roberto de Matos, Vila Oeste Empreendimentos Imobiliários Ltda, por Rosa Maria Mauro Battistuzzi, Rodrigo Mauro, Marcos Zanin Mauro e Marcio Zanin Mauro.

Captalys Companhia de Crédito - CNPJ/ME Nº 23.361.030/0001-29 - NIRE 35.300.534.590

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convidados os senhores acionistas da Captalys Companhia de Crédito ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") na sede social da Companhia, localizada na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1017, 10º andar (parte), Itaim Bibi, CEP 04530-001, na Capital do Estado de São Paulo, no dia 28 de abril de 2021, às 10h, a fim de deliberarem a respeito das seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **1.** aprovar a realização da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures, Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, da Companhia ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), referente à emissão no mínimo de 90.000 (noventa mil) e no máximo de 166.000 (cento e sessenta e seis mil) Debêntures, ao valor de R$1.000,00 (um mil reais) cada, nos termos da Lei das Sociedades por Ações; **2.** aprovar os termos e disposições previstos na minuta do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Privada de Debêntures, Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, da Companhia ("Escritura de Emissão") a ser celebrado entre a Companhia e o Fundo de Investimento em Participações Development Fund Warehouse ("Fundo"), na qualidade de investidor, que formalizará a Emissão; **3.** aprovar a concessão de garantias reais no âmbito da Emissão, incluindo, sem limitação, alienação fiduciária sobre ações de emissão da Companhia e ações de emissão da Certificadora de Créditos Imobiliários e Participações S.A., alienação fiduciária sobre quotas de emissão da Captalys Gestão Ltda., Captalys Serviço de Crédito Ltda., Captalys Pagamentos Ltda. e IDTRust Tecnologia de Software Ltda., dentre outras, cessão fiduciária sobre quaisquer fluxos de receitas da Companhia, exceto os fluxos atualmente onerados em favor de operação bancária existente, com o compromisso de constituir esta garantia em cessão fiduciária assim que tais fluxos estejam livres e desembaraçados, cessão fiduciária de dividendos/direitos de distribuição decorrentes das ações de emissão da Companhia e suas investidas, cessão de conta vinculada e cessão fiduciária de cotas subordinadas de emissão do Captalys MPME FIDC ("Garantias"); **4.** autorizar a outorga de procurações ao Fundo para fins de execução das Garantias; **5.** aprovar os termos e celebração do Acordo de Acionistas da Companhia a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de interveniente-anuente, os atuais acionistas da Companhia e o Fundo ("Acordo de Acionistas"); **6.** aprovar os termos e celebração do Acordo de Liquidez da Companhia a ser celebrado entre a Companhia, os atuais acionistas da Companhia e o Fundo ("Acordo de Liquidez"); e **7.** autorizar a Diretoria da Companhia e/ou seus procuradores a praticar todos e quaisquer atos e documentos relacionados à Emissão/Escritura de Emissão, Acordo de Acionistas e Acordo de Liquidez, incluindo a negociação e assinatura de todos e quaisquer instrumentos, anexos, garantias, termos, notificações, livros de registro de ações, atos societários, inclusive, sem limitação, eventuais aditamentos e procurações, necessários à realização e liquidação da Emissão, aperfeiçoamento das respectivas Garantias e formalização do Acordo de Acionistas e Acordo de Liquidez. **Instruções Gerais**: **1.** Nos termos da legislação aplicável, os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima se encontram à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. **2.** Somente poderão tomar parte e votar na AGE acionistas cujas ações estejam registradas nos livros da Companhia com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da AGE, nos termos do Artigo 9º do Estatuto Social da Companhia. **3.** O acionista ou seu representante legal deverá comparecer na AGE munido do documento hábil a comprovar sua identidade. **4.** O acionista que desejar ser representado por procurador deverá outorgar instrumento de mandato, com poderes especiais, nos termos da Lei nº 6.404/76. Procuração em língua estrangeira deverá estar acompanhada dos documentos societários, quando relativos a pessoa jurídica, e do instrumento de mandato devidamente traduzidos para o português, notarizados e consularizados. Solicita-se que, sendo possível, os instrumentos de mandato, acompanhado de cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do acionista para representação na AGE, sejam depositados na sede da Companhia, ou enviados para o endereço eletrônico assembleia@captalys.com.br, aos cuidados do Departamento Jurídico Corporativo, com antecedência de até 3 (três) dias úteis da data marcada para a realização da AGE. **5.** A Companhia informa que intensificou medidas de proteção e higienização de seus ambientes para receber em sua sede os acionistas que comparecerem na AGE. Não obstante, solicita-se que, sendo possível, os acionistas enviem confirmação de presença para o endereço eletrônico assembleia@captalys.com.br, para que seja possível mobilizar equipe para garantir o atendimento de todas as medidas de segurança. **6.** Informações adicionais poderão ser solicitadas para o endereço eletrônico assembleia@captalys.com.br. São Paulo, 19 de abril de 2021. Luis Claudio Garcia de Souza - Presidente do Conselho de Administração

21 e 23/04

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1019967-50.2019.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Fernanda Rossanez Vaz da Silva, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) MAYRA DA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA GOMES VIEIRA DIAS, Brasileira, Solteira, Estudante, CPF 238.496.088-16, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Paulo Henrique Lopes Pestana, alegando em síntese: execução da quantia de R$ 4.915,61(julho de 2019), representada pelos encargos da locação de imóvel residencial situado nesta Capital, na Avenida Tenente Júlio Prado Neves, nº 576, apartamento 52, Vila Albertina, São Paulo SP, CEP: 02370-000, por ocasião de inadimplemento destas quanto aos termos do instrumento particular de contrato de locação. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de março de 2021. 21 e 23 / 04 / 2021

FORO CENTRAL CÍVEL - 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS - Praça João Mendes s/nº - salas 2200 / 2208 - Centro - CEP 01501-900 - Fone:(11) 2171-6353 - São Paulo-SP - E-mail: sp1regpub@tjsp.jus.br - **EDITAL** de **CITAÇÃO** – Prazo de **20 dias**, expedido nos autos da ação de **USUCAPIÃO**, processo nº **1039199-13.2017.8.26.0100** - **(U-625)**. A Doutora **ANA CLAUDIA DABUS GUIMARÃES E SOUZA**, MMª Juíza de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de São Paulo, do Estado de São Paulo, na formada Lei, etc. **FAZ SABER** aos **RÉUS AUSENTES, INCERTOS, DESCONHECIDOS, EVENTUAIS INTERESSADOS**, bem como seus **CÔNJUGES**, se **CASADOS FOREM,** e/ou **SUCESSORES**, que **CAROLINA ZOLLNER BATISTELLA GONÇALVES** ajuizou ação de **USUCAPIÃO** visando a declaração de domínio do imóvel situado na Rua do Grito, nº 525, apartamento nº 104, localizado no 10º andar do Edifício Conde do Ipiranga, Ipiranga, São Paulo/SP, com área privativa de 57,2375 m², área comum de 39,7369 m², área total de 96,9744 m², fração ideal de 1,5211%, contribuinte nº 050.072.0144-8, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para **CITAÇÃO** dos **SUPRAMENCIONADOS** para que, no prazo de **15 (quinze) dias úteis, a** fluir após o prazo de **20 dias úteis, CONTESTEM** o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado **CURADOR ESPECIAL**. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 16 de abril de 2021.

23 e 24/04

Guassupi Participações S.A. – CNPJ nº 33.572.572/0001-02 – NIRE 3530053591-0

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26/02/2021

Local e Hora: na sede da "**Companhia**", localizada na Rua Ferreira de Araújo, 186, conjunto 710, parte, CEP 05428-000, cidade de São Paulo, SP, às 16h00 (dezesseis horas). **Mesa:** Sr. Edson Luiz Diegoli, Presidente. Sr. Jediel Lima da Rocha, Secretário. **Convocação:** independente de convocação nos termos do permissivo legal constante do Artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme posteriormente alterada ("**Lei das S.A.**"). **Presença:** acionistas presentes titulares da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, conforme assinaturas lançadas no "Livro de Presença de Acionistas". **Ordem do Dia:** autorizar a prestação de garantia em emissão de debêntures de sociedades controladas. **Deliberações:** por unanimidade, observadas as restrições legais ao exercício do direito de voto, sem qualquer reserva, ressalva, oposição ou protestos dos presentes, foram adotadas as seguintes deliberações. **1.** Autorizar, nos termos artigo 12 (xvi) do Estatuto Social, a prestação de garantia em emissão de debêntures de sociedades controladas da Companhia, na forma de alienação fiduciária de ações detidas pela Companhia, a saber: **(i)** 36.224 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão de Quevedos Energética S.A. (CNPJ nº 08.140.348/0001-96); **(ii)** 33.745 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão de Salto do Guassupi Energética S.A. (CNPJ nº 08.147.946/0001-97); **(iii)** 22.931 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão de Rincão São Miguel Energética S.A. (CNPJ nº 08.147.432/0001-31); e **(iv)** 26.387 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão de Rincão dos Albinos Energética S.A. (CNPJ nº 08.147.388/0001-60) (Quevedos Energética S.A., Salto do Guassupi Energética S.A., Rincão São Miguel Energética S.A. e Rincão dos Albinos Energética S.A. em conjunto, as "**Sociedades Controladas**"), sendo que as referidas alienações serão feitas em favor da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0003-08, na qualidade de representante dos debenturistas, em cumprimento às obrigações da Companhia previstas nos respectivos Instrumentos Particulares de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da 1ª (Primeira) Emissão das Sociedades Controladas, conforme posteriormente aditados. **1.1.** Em razão da aprovação supra, autorizar a administração da Companhia a celebrar os respectivos instrumentos de alienação fiduciária de ações, firmar declarações, anexos e aditamentos correlatos. **2.** Autorizar a administração da Companhia a tomar todas as providências necessárias para o cumprimento do quanto aprovado nesta assembleia. **Encerramento:** nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata, na forma de sumário, sendo ela cópia fiel daquela lançada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia, que, tendo sido lida e achada conforme, foi por todos assinada. **Mesa:** Sr. Edson Luiz Diegoli, Presidente. Sr. Jediel Lima da Rocha, Secretário. **Acionista: Quebra Dentes Fundo de Investimento em Participações - Infraestrutura** (neste ato representado por Robert Krause) e Luciano Hang. São Paulo, 26/02/2021. **Jediel Lima da Rocha** - Secretário. JUCESP nº 169.911/21-4, em 14/04/2021.

CONSTRUCAP - CCPS - Engenharia e Comércio S.A.

CNPJ/MF nº 61.584.223/0001-38 - NIRE 35.300.053.095

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária

Ficam os senhores acionistas da **CONSTRUCAP - CCPS - ENGENHARIA E COMÉRCIO S.A.** ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada de modo exclusivamente digital em virtude da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19) no dia 29 de abril de 2021, às 14h30 em primeira convocação e às 15h00 em segunda convocação, por meio de plataforma de videoconferência, que permitirá a participação e a votação a distância, mediante atuação remota, conforme autorizado pela Lei nº 14.030, de 28 de julho de 2020 e nos termos da Instrução Normativa nº 81/2020 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração ("IN DREI nº 81/2020"), a qual será considerada como realizada, para todos os efeitos, na sede da Companhia, localizada na Avenida Dra. Ruth Cardoso, Edifício Eldorado Business Tower, nº 8501, 32º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, proposta pela Diretoria e recomendada pelo Conselho de Administração da Companhia em 30 de março de 2021; e (iii) Fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e dos membros da Diretoria, para o exercício de 2021. Nos termos do artigo 133, § 3º da Lei 6.404/76, os documentos a que se refere esse artigo foram publicados (i) no "Diário Oficial do Estado de São Paulo", em 17 de abril de 2021, páginas 18 - 24; e (ii) no "Jornal O DIA SP", em 17 de abril de 2021, páginas 05 - 07. A íntegra desses documentos foi encaminhada aos Acionistas por e-mail em 29 de março de 2021, com o aviso, ainda, de que referidos documentos se encontravam à disposição dos Acionistas. **Instruções Gerais:** a) Para participação na Assembleia, os representantes legais ou procuradores dos Acionistas deverão observar o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76, apresentando à Companhia, preferencialmente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, o documento de identidade com foto e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, bem como, no caso de representação por procurador, o instrumento de mandato realizado há menos de 1 (um) ano com reconhecimento da firma do outorgante, mediante envio de e-mail ao endereço [secretaria@construcap.com.br]. b) A Companhia informa que, nos termos da IN DREI nº 81/2020, e a fim de viabilizar a realização da Assembleia de modo exclusivamente digital, divulgará aos Acionistas o *link* de acesso à plataforma Zoom de videoconferência e demais dados de acesso ao sistema eletrônico até às 16h00min do dia 28 de abril de 2021. A participação da Assembleia, bem como o exercício do direito de voto nas deliberações das matérias constantes da ordem do dia serão realizados por meio da utilização do sistema eletrônico. O sistema eletrônico, nos termos da IN DREI nº 81/2020, também assegurará: (i) a segurança, a confiabilidade e a transparência da Assembleia; (ii) o registro da presença dos acionistas e dos respectivos votos; (iii) a preservação do direito de participação a distância do acionista durante toda a Assembleia; (iv) o exercício do direito de voto a distância por parte do acionista, bem como o seu respectivo registro; (v) a possibilidade de visualização de documentos apresentados durante a Assembleia; (vi) a possibilidade de a mesa receber manifestações escritas dos acionistas; (vii) a gravação integral da assembleia; e (viii) a participação de administradores, pessoas autorizadas a participar da Assembleia e pessoas cuja participação seja obrigatória. São Paulo/SP, 20 de abril de 2021. **Maria Lucia Ribeiro Capobianco Porto - Presidente do Conselho de Administração.**

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1009077-62.2018.8.26.0009. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários. Requerente: Banco Bradesco S/A. Requerido: Aparecida Maziero Teixeira. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1009077-62.2018.8.26.0009. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional IX - Vila Prudente, Estado de São Paulo, Dr(a). Otávio Augusto de Oliveira Franco, na forma da Lei, etc. Edital de Citação. Prazo: 20 dias. Processo nº 1009077-62.2018.8.26.0009. O Dr. Otávio Augusto de Oliveira Franco, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível do Foro Regional de Vila Prudente/SP, Faz Saber a Aparecida Maziero Teixeira (CPF. 023.370.688-70), que Banco Bradesco S/A lhe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 15.809,18 (agosto de 2018), decorrente da Cédula de Crédito Bancário – sob o nº 2331001. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, aos 24 de março de 2021. 21 e 23 / 04 / 2021

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1024677-50.2018.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Ariane de Fátima Alves Dias Paukoski Simoni, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) PLANETA EMBALAGENS E BRINDES LTDA, CNPJ 00.987.041/0001-13, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Itaú Unibanco S.A., alegando em síntese: Cobrança da quantia de R$ 227.371,40, decorrente de inúmeras retiradas e débitos da conta corrente nº 049669-6, junto à agencia 0355 do autor, sem existência de fundos suficientes. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 20 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 16 de março de 2021. 21 e 23 / 04 / 2021

1ª VARA CÍVEL DO FORO DE MOGI DAS CRUZES-SP

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1007128-84.2019.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, Dr(a). ANA CLAUDIA DE MOURA OLIVEIRA QUERIDO, na forma da Lei, etc.. ***FAZ SABER*** a **CARLOS ALBERTO MARCELLO MARQUES**, Brasileiro, CPF 009.677.878- 40, residente e domiciliado a Major Pinheiro Franco, 275, apto. 94, Centro, Mogi das Cruzes, Cep. 08710-220, que lhe foi proposta uma ação de Cobrança pelo Procedimento Comum Cível por parte de **CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO-CABESP**, objetivando a cobrança de **R$ 7.447,56 (24/01/2019)**, devidamente atualizado, referente ao inadimplemento das mensalidades do Plano de Saúde Cabesp-Família dos meses de maio e junho de 2018. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de Mogi das Cruzes, aos 05 de abril de 2021.

Hidrovias do Brasil S.A.

CNPJ/ME 12.648.327/0001-53 - NIRE 35.300.383.982

Companhia Aberta

Edital de Segunda Convocação Assembleia Geral Extraordinária a ser Realizada em 30 de Abril de 2021

A **HIDROVIAS DO BRASIL S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 7º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.648.327/0001-53 ("Companhia"), vem, pela presente, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") convocar os senhores acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), sob a forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 4º, §2º, inciso I e artigo 21-C, §§2º e 3º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("ICVM 481"), a ser realizada, em segunda convocação, no dia 30 de abril de 2021, às 09:00 horas, através da plataforma digital Zoom ("Plataforma Digital"), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte Ordem do Dia: **1.** Deliberar sobre a alteração e reforma do Estatuto Social da Companhia para incluir a possibilidade de celebração de contratos de indenidade pela Companhia, atualizar seus dispositivos em virtude do término do Acordo de Acionistas da Companhia, dentre outras informações; e **2.** Deliberar pela consolidação do Estatuto Social da Companhia de forma a refletir as alterações acima mencionadas. **Informações Gerais**: **1.** Os acionistas da Companhia estão sendo chamados em segunda convocação, já que as matérias referidas acima foram incluídas na ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 20 de abril de 2021 ("AGOE"), mas não foram deliberadas por falta do quórum mínimo de acionistas presentes, qual seja, de 2/3, no mínimo, do capital com direito a voto, nos termos do artigo 135 da Lei das Sociedades por Ações. Conforme disposto no Termo de Não Instalação divulgado pela Companhia em 20 de abril de 2021 e no referido dispositivo legal, a AGE poderá instalar-se com qualquer número de acionistas. A Proposta da Administração ("Proposta") contemplando toda a documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia, os demais documentos previstos na ICVM 481 e na Lei das Sociedades por Ações e outras informações relevantes para o exercício do direito de voto na AGE, foram divulgados por ocasião da convocação da AGOE e encontram-se à disposição dos acionistas para consulta na sede da Companhia localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 7º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, nos websites da CVM (www.cvm.gov.br), da Companhia (ri.hbsa.com.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br). **2.** Considerando a pandemia da COVID-19 no Brasil, sobretudo em razão da continuidade das restrições existentes à circulação e reunião de pessoas, a Assembleia Extraordinária será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído nos termos do artigo 21-C, §§2º e 3º da ICVM 481, caso em que o acionista poderá: **(i)** simplesmente participar da AGE, sem necessariamente votar; ou **(ii)** participar e votar na AGE. Documentos necessários para acesso à Plataforma Digital: Nos termos do artigo 5º, §3º da ICVM 481, os acionistas que pretenderem participar da AGE deverão enviar para o e-mail ri@hbsa.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, em até 2 (dois) dias antes da AGE (i.e., **até o dia 28 de abril de 2021**), solicitação de suas credenciais de acesso à Plataforma Digital acompanhada dos seguintes documentos, conforme aplicáveis: **i)** Comprovante de titularidade das suas ações emitido por central depositária ou pelo agente escriturador, com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à AGE; **ii)** CPF e Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal, bem como do procurador, se aplicável, que participará da AGE; **iii)** Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado; **iv)** Documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso; e **v)** Regulamento consolidado e atualizado do fundo. **3.** As instruções de voto recebidas pela Companhia via boletim de voto a distância ("Boletim") referente às matérias da AGE, diretamente ou através dos prestadores de serviço aptos a prestarem serviços de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do Boletim, serão aceitas pela Companhia para fins de quórum de instalação e cômputo dos votos para a AGE Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na AGE, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital, constam da Proposta de Administração da Companhia e demais documentos disponíveis nos websites da CVM (www.cvm.gov.br), da Companhia (ri.hbsa.com.br) e da B3 (www.b3.com.br).

São Paulo, 20 de abril de 2021.

Bruno Pessoa Serapião - Presidente do Conselho de Administração

IT'SSEG Corretora de Seguros S.A.

CNPJ/ME nº 20.247.332/0001-82 – NIRE 35.300.465.377

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Digital – Edital de Convocação

Ficam convocados os senhores acionistas da **IT'SSEG Corretora de Seguros S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") **digital** a ser realizada no dia 30/04/2021, às 9 horas, única e exclusivamente por meio do aplicativo Zoom (https://zoom.us/join), para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"). **(i)** apreciar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31/12/2020, acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes; **(ii)** deliberar sobre a destinação dos resultados do exercício findo em 31/12/2020; e **(iii)** deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia. Em Assembleia Geral Extraordinária: **(i)** deliberar sobre a proposta de criação de um Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia; e **(ii)** deliberar sobre a proposta de criação de um Programa de Pagamento Baseado em Ações com Liquidação em Caixa – Phantom Shares da Companhia. Informações Gerais: Documentos Relacionados à AGO: Conforme Aviso aos Acionistas da Companhia publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal O Dia nos dias 25/03/2021, 26/03/2021 e 27/03/2021, desde 30/03/2021, encontram-se à disposição dos senhores acionistas, na sede da Companhia, cópia dos documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da AGO. As demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2020 foram publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal O Dia em 09/04/2021, e uma cópia foi encaminhada aos acionistas por e-mail. Participação na AGOE: Os acionistas poderão optar por participar da AGOE por uma das seguintes formas: (a) pessoalmente (via atuação remota pelo aplicativo Zoom); (ii) por procurador devidamente constituído (via atuação remota pelo aplicativo Zoom), ou (c) via boletim de voto a distância. Os dados de acesso à AGOE via aplicativo Zoom serão encaminhados aos acionistas por e-mail. (i) O acionista que optar por participar da AGOE pessoalmente deverá apresentar documentação que comprove sua identidade, com foto, no caso de pessoa física, ou estatuto social/contrato social e a documentação societária que comprove a sua representação legal, no caso de pessoa jurídica. Para os fundos de investimento, é necessária a apresentação do último regulamento consolidado, estatuto social/contrato social do administrador ou gestor do fundo e documentação societária que comprove os poderes de representação. (ii) Para os casos em que o acionista opte por ser representado por procurador, além dos documentos indicados no item (i) acima, deverá ser apresentado também o instrumento de mandato. (iii) Para os casos em que o acionista opte por participar via boletim de voto a distância (cujo modelo será disponibilizado pela Companhia), deve encaminhá-lo devidamente preenchido, rubricado e assinado diretamente à Companhia, em conjunto com os documentos indicados no item (i) acima. O envio de boletim de voto a distância não impede o acionista de participar da AGOE e exercer seu direito de participação e votação durante o conclave, caso em que o boletim de voto a distância enviado será desconsiderado. Para viabilizar a participação do acionista na AGOE, o acionista deverá antecipar o envio de cópia simples de toda a documentação mencionada nos itens acima ao e-mail societario@itsseg.com, sendo obrigatória a remessa da via original do boletim de voto a distância ou de eventual instrumento de mandato (em ambos os casos com a firma reconhecida), em até 20 dias depois da data da realização da AGOE para a sede da Companhia, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1478, 18º andar, conjunto 1801, Jardim Paulistano, São Paulo, Estado de São Paulo, aos cuidados da Diretoria. Os acionistas serão comunicados, em até 2 dias, do recebimento por e-mail da documentação pela Companhia, bem como confirmação de sua validade e eventuais alterações necessárias. Os boletins de voto a distância incompletos ou que tenham sido enviados sem a documentação necessária serão desconsiderados e o respectivo acionista comunicado. São Paulo, 22/04/2021. **Thomaz Luiz Cabral de Menezes** – Membro do Conselho de Administração. (21, 23 e 24/04/2021)

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1035971-70.2016.8.26.0001. Classe: Assunto: Monitória - Prestação de Serviços. Requerente: Fundação São Paulo. Requerido: Luciana Oliveira Melo. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1035971-70.2016.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Ariane de Fátima Alves Dias Paukoski Simoni, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) LUCIANA OLIVEIRA MELO, Brasileira, Solteira, RG 27367750-0, CPF 279.057.788-94, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de Fundação São Paulo, alegando em síntese: Cobrança da quantia de R$6.186,20(Novembro/2016) decorrente de prestação de serviço educacionais. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado (isento de custas processuais) e os honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa, ou oponha embargos, sob pena de revelia, constituindo-se de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em executivo. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 07 de abril de 2021. 21 e 23 / 04 / 2021

8ª VARA CÍVEL DO FORO REGIONAL II – SANTO AMARO

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1022234-89.2019.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Regional II – Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Adriana Marilda Negrão, forma da Lei, etc.. ***FAZ SABER*** a(o) **JEFFERSON DE CAMPOS BORGES, B**rasileiro, Casado, Estagiário, CPF 272.344.588-75, com endereço à Rua Francisco Alvares, 96, Tucuruvi, CEP 02342-030, São Paulo-SP, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Associação Educacional Uirapuru, alegando em síntese: que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de **ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL UIRAPURU,** objetivando a cobrança de **R$ 18.589,50 (abril/2019)**, referente inadimplemento das mensalidades educacionais de sua enteada, no período de janeiro à dezembro de 2016. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 22 de fevereiro de 2021.

Banco Central flexibiliza limites e regras para arranjos de pagamento

O Banco Central (BC) flexibilizou os limites e as regras para os arranjos de pagamento. Segundo resolução publicada na quinta-feira (22) no Diário Oficial da União, apenas os arranjos de maior porte continuarão a necessitar de autorização, regulação e supervisão por parte da autoridade monetária. O órgão também tornou menos rígidas as regras para a liquidação de recebíveis (recursos a receber) de cartões.

Em nota, o BC informou que a medida aumenta o espaço para a inovação e a competição no sistema financeiro. Na avaliação da autarquia, a liberalização permitirá que os arranjos de menor porte tenham mais flexibilidade e menor custo, beneficiando tanto o consumidor como as empresas.

A mudança mais importante foi o aumento do volume mínimo de negociações para que um arranjo fique sujeito à regulação do BC. O limite anual de movimentação passou de R$ 500 milhões e 50 milhões de transações para R$ 20 bilhões e 100 milhões de transações.

Os arranjos de pagamento são regras e procedimentos que permitem a prestação de serviços e conectam todos os participantes da cadeia de pagamentos. Esses arranjos fornecem todos os recursos necessários para que uma compra seja quitada, seja por cartão, boleto, transferência bancária ou Pix.

O BC também mudou a definição de arranjos de propósito limitado. Aplicado em segmentos específicos, como pagamento de pedágios e de estacionamentos, esses arranjos não são regulados pelo órgão. Segundo a autoridade monetária, a mudança tornou mais claras as condições para que o negócio seja enquadrado nessa definição.

Outra mudança foi a dispensa de autorização para arranjos de pagamentos fechados de instituição de pagamento com o funcionamento autorizado pelo BC. Nos arranjos fechados, o responsável pelo sistema de pagamentos (ou a empresa controlada por ele) encarrega-se da emissão e do credenciamento dos cartões de pagamento.

Segundo o chefe de subunidade do Departamento de Competição e de Estrutura do Sistema Financeiro (Decem) do BC, Ricardo Araújo, as mudanças da nova resolução dispensam de regulação 25 arranjos de credenciamento já autorizados ou em processo de autorização. Esses arranjos, informou o Decem, englobam 3% dos recursos que passam pelo sistema de pagamentos do país.

A resolução também autorizou que os credenciadores e os subcredenciadores de cartões antecipem os pagamentos aos lojistas a qualquer hora do dia, todos os dias da semana. Até agora, o lojista só podia antecipar os recebíveis (receber com antecedência os recursos comprados nas maquininhas de cartão) uma vez por dia, em horário comercial. (Agencia Brasil)

Maioria do STF vota para manter decisão que considerou Moro parcial

A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) votou na quinta-feira (23) para manter a decisão que reconheceu a parcialidade do ex-juiz Sergio Moro na condução do processo do triplex envolvendo o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Operação Lava Jato.

Até o momento, por 7 votos a 2, os ministros entenderam que a decisão deve prevalecer. Apesar do placar, o julgamento foi suspenso por um pedido de vista do ministro Marco Aurélio. O presidente, Luiz Fux, também deve votar.

O STF começou a julgar recurso da defesa de Lula para manter decisão da Segunda Turma, que decidiu, em março, pela parcialidade de Moro, por 3 votos a 2. Para a defesa, o plenário não poderia analisar o caso por questões processuais.

O relator do caso, ministro Edson Fachin, votou contra o recurso da defesa. Segundo Fachin, a discussão sobre a suspeição de Moro não tem mais cabimento, porque, em outro julgamento, o plenário decidiu anular as condenações de Lula e entendeu que o juízo comandado por Moro não poderia conduzir os processos.

"A partir da declaração da incompetência da 13ª Vara Federal de Curitiba ao processo e julgamento das ações penais deflagradas em desfavor do paciente Lula, as demais pretensões deduzidas perante o Supremo Tribunal Federal e expressamente indicadas na decisão agravada, perderam o seu objeto em razão do superveniente prejuízo", votou Fachin.

O ministro Luís Roberto Barroso acompanhou o voto do relator. O ministro Gilmar Mendes abriu a divergência e votou para manter a suspeição de Moro. Além de entender que a decisão da Segunda Turma deve ser mantida, Mendes ainda classificou como "manobra" o envio da questão para o plenário.

"Essa história toda, está trazendo para o plenário, não fica bem. Não é decente. Não é decente, não é legal, como dizem os jovens. Esse tipo de manobra é um jogo de falsos espertos. Não é bom", disse Gilmar.

Também acompanharam a divergência os ministros Nunes Marques, Alexandre de Moraes, Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli, Cármen Lúcia e Rosa Weber. O STF também decidiu que os processos contra o ex-presidente Lula devem ser remetidos para 13ª Vara Federal em Curitiba para a Justiça Federal em Brasília.

Há duas semanas, o plenário anulou as condenações relacionadas aos casos do triplex do Guarujá e do sítio de Atibaia. As condenações foram proferidas pelo ex-juiz Sérgio Moro e pela juíza Gabriela Hardt.

Pela decisão, ficam anuladas as condenações de Lula nos casos do triplex do Guarujá (SP), com pena de 8 anos e 10 meses de prisão, e do sítio em Atibaia, na qual o ex-presidente recebeu pena de 17 anos de prisão. (Agencia Brasil)

Dólar cai para R$ 5,45 e fecha no menor valor em quase dois meses

Num dia de alívio no mercado de câmbio, o dólar fechou abaixo de R$ 5,50 e atingiu o valor mais baixo em quase dois meses. A bolsa de valores, no entanto, não acompanhou o otimismo e teve a terceira queda seguida, influenciada pelo mercado externo.

O dólar comercial encerrou a quinta-feira (22) vendido a R$ 5,455, com recuo de R$ 0,096 (-1,73%). A cotação operou em queda durante quase toda a sessão e está no menor nível desde 24 de fevereiro, quando a cotação tinha fechado em R$ 5,422. A divisa acumula queda de 3,1% em abril e alta de 5,1% em 2021.

No mercado de ações, o índice Ibovespa fechou o dia aos 113.371 pontos, com queda de 0,58%. Com recuo acumulado de 1,44% na semana, o indicador pode ter a primeira semana de baixa após três semanas seguidas de altas.

A cotação do dólar foi influenciada por uma combinação de fatores domésticos e externos. A decisão do Banco Central Europeu de manter o ritmo de compras emergenciais de títulos públicos aumentou a disposição dos investidores internacionais em aplicarem em países emergentes.

No Brasil, a entrada de recursos de exportações agrícolas e o avanço nas negociações sobre o Orçamento de 2021, cujo acordo foi anunciado no fimda tarde de quinta-feira, também aliciaram o mercado de câmbio.

A bolsa de valores não aproveitou o desempenho positivo. O Ibovespa operou em alta até o início da tarde, mas reverteu o movimento acompanhando os índices norte-americanos. Na quinta, o presidente Joe Biden anunciou a disposição em elevar para 39,6% os impostos sobre ganhos de capital (ganhos com a valorização de ativos) dos americanos que recebem mais de US$ 1 milhão por ano. (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

Com Di Grassi otimista, Fórmula E estreia no 18º país em sete temporadas

A Fórmula E estreou em 2014 com uma corrida em Pequim, na China. Na época, a competição se equilibrava em um orçamento insuficiente e estava longe de conquistar o status de campeonato mundial. Sendo um torneio com raízes e as principais bases fincadas em território europeu, o fato de ter escolhido iniciar sua trajetória em um país longínquo já sinalizava, naquela época, o caráter ambicioso do projeto. Sete anos mais tarde, tudo mudou e o agora Campeonato Mundial se prepara para desbravar uma nova fronteira com a realização no próximo final de semana da 5ª e a 6ª etapas de 2021 no circuito de Valência, na Espanha.

O histórico da Fórmula E passa a registrar 18 países e, ao correr em território espanhol, a categoria estampa em seu passaporte o carimbo de uma das nações mais apaixonadas pelo esporte a motor em todo o mundo – incluindo aí o motociclismo, como mostram os muitos feitos e heróis da Espanha na MotoGP

Foto/ Audi Motorsport

e no Mundial de Superbike, por exemplo. Além dos campeões mundiais Fernando Alonso e Carlos Sainz, respectivamente na Fórmula 1 e nos ralis.

Novo traçado - "Embora a categoria venha correr pela primeira vez aqui, a Fórmula E já realiza testes em Valência desde 2018. A principal diferença é que usaremos um traçado modificado, para adicionar um pouco mais de desafio para todos. Haverá uma chicane estreita no começo da reta principal e uma combinação adicional de curvas na saída da reta oposta – e tudo isso vai garantir mais emoção nas corridas", conta o brasileiro, campeão da categoria em 2017, referindo-se ao traçado de 3,37km a ser usado em Valência.

Di Grassi vem de um final de semana repleto de emoções conflitantes em Roma, Itália, onde a categoria realizou a terceira e quarta etapas no final de semana anterior. Líder e com um carro competitivo na primeira corrida, Lucas viu a vitória escapar faltando somente cinco voltas, devido a uma falha no sistema de transmissão. Na prova complementar, Lucas largou em 13º e tinha o pódio como possibilidade real. O brasileiro já era o oitavo na oitava volta mas levou uma batida por trás e foi jogado contra o muro.

Montanha russa - "Foi um final de semana meio no estilo montanha russa, com as emoções indo de cima a baixo em cada corrida. Mas ficou o otimismo com o carro, que, apesar da quebra, provou ser competitivo", diz ele. "Ainda há muita coisa pra acontecer no campeonato, nenhum piloto disparou na classificação. Então está tudo em aberto ainda. Aqui, tudo é possível", finaliza Di Grassi. A liderança do campeonato é do inglês Sam Bird (Jaguar), com 43 pontos.

Kartismo

Otazú vence e assume as duas primeiras posições da F-4 Akasp

Foto/Divulgação

Debaixo de forte garoa, Alberto Otazú (Cardoso Funilaria e Pintura/Bianchi Automóveis/AVSP/No Fire Services/Rolley Ball/Speed Truck/Imab) estabeleceu a volta mais rápida e venceu a segunda etapa do campeonato de F-4 da Associação de Kart Amador de São Paulo (Akasp), realizada no Kartódromo Granja Viana, em Cotia (SP). Em segundo terminou Bruno Biondo, seguido de Hélio Bianchi. Com estes resultados, Bianchi que faz dupla com Otazú assumiu a liderança do campeonato, com Otazú assumindo também a vice-liderança, já que também faz dupla com Rogério Cebola. A terceira rodada está inicialmente prevista para o dia 27/4, no mesmo local.

Com a inversão de metade do grid de 18 pilotos em relação ao resultado da prova de abertura do certame da Akasp, Sandro Ferraris largou da pole position, seguido de Carlos Santana, Arnaldo Bianco, Otávio Lotfi, Eder Ayres, Alberto Otazú, Alexandre Albino, Hélio Bianchi e Nelson Reple. Logo na primeira volta Santana passou na ponta, seguido por Otazú, e no começo do segundo giro Alberto já assumiu a liderança. Estabelecendo a volta mais rápida a cada passagem, na 17ª volta Otazú marcou o melhor tempo da corrida (1min10s751), e três voltas depois recebeu a bandeirada com 13s796 de vantagem sobre o atual campeão Bruno Biondo, que fez uma excelente prova, largando do 15º posto para terminar em segundo, seguido de Hélio Bianchi, que assumiu a primeira posição do campeonato.

Resultado da 2ª etapa do Campeonato de F-4 Akasp: 1) Alberto Otazú/Rogério Cebola, 20 voltas em 25min53s693; 2) Bruno Biondo/Arnaldo Biondo, a 13s796; 3) Hélio Bianchi/Alberto Otazú, a 30s357; 4) Evandro Coltelli/Edson Massaru, a 36s959; 5) Alexandre Albino, a 39s016; 6) Carlos Santana, a 39s983; 7) Arnaldo Biondo/Emílio Di Bisceglie, a 49s201; 8) Igor Mori, a 50s375; 9) Rogério Cebola, a 56s738; 10) Éder Ayres, a 56s956.-

O certame de F-4 da Akasp é disputado com karts Mega dos próprios pilotos, mas com acertos de chassi fixos, equipados com motor Honda GX 390, de 18 hp, equalizados e sorteados pela MFS Racing.

Alberto Cesar Otazú tem o apoio de Bianchi Automóveis, Cardoso Funilaria e Pintura, No Fire Services, Rolley Ball, Speed Truck, IMAB Metalúrgica, TS Sports, Autódromo Virtual de São Paulo (AVSP). O jovem apoia as ações da Associação Cruz Verde, Direção para a Vida e Rotary Club Ponte Estaiada. Visite www.akasp.com.br

Expectativa de vento forte anima Robert Scheidt para o penúltimo dia de regatas em Portugal

Robert Scheidt entra no penúltimo dia da fase final do ILCA Vilamoura European Continental Qualification, nesta sexta-feira (23), entre os cinco melhores. A expectativa do bicampeão olímpico brasileiro é seguir na luta pelo pódio, que será definido no último dia da competição, neste sábado (24). "Tenho conseguido imprimir boa velocidade e estou me sentindo bem nas regatas aqui em Portugal. Quero aproveitar as quatro regatas que faltam para seguir melhorando minha velejada", afirmou o atleta, sobre o encerramento de sua participação no último campeonato oficial antes dos Jogos de Tóquio.

Na quinta-feira (22), em Vilamoura, Scheidt voltou a mostrar a velocidade que garantiram um primeiro e um segundo lugares nas regatas do dia anterior. Contudo, teve problemas na largada. "Velejei bem, mas, infelizmente, larguei escapado na segunda prova e acabei sendo desclassificado. Uma pena, porque cruzei em terceiro nessa regata e teria sido muito bom para a classificação geral, me mantendo tranquilo em terceiro lugar. Ontem (quarta-feira), eu não havia largado bem e hoje tomei mais a iniciativa e acabei cometendo um erro não forçado", disse o velejador que só pode computar os pontos do 11° lugar da primeira disputa do dia, passando para a quinta colocação, com 49 pontos perdidos.

Foto/ João Costa Pereira Osga

Scheidt ocupa a quinta colocação, mas bem próximo dos concorrentes à sua frente na classificação geral. Apenas três pontos o separam do terceiro colocado, o croata Ton´i Stipanovi´, com 46 pontos perdidos. A liderança do ILCA Vilamoura European Continental Qualification está nas mãos do britânico Michael Beckett, com 24pp, seguido por Filip Juriši´, da Croácia, com 40pp. A pontuação dos atletas já contempla o descarte do pior resultado da série.

Robert tem conseguido bons resultados em Vilamoura. Em oito provas disputadas, fez top 3 em quatro delas, com direito a uma vitória e três segundos lugares. O ILCA Vilamoura European Continental Qualification reserva as últimas oito vagas para velejadores do continente na Olimpíada e reúne 139 barcos em Portugal. Com exceção de australianos e neozelandeses, a maioria dos atletas da classe Laser que está em Tóquio marca presença nesse campeonato.

Kiko Porto disputa etapa da USF2000 em St. Petersburg, pista de rua na qual venceu no ano passado

Sétimo colocado na classificação do campeonato com 30 pontos conquistados, o piloto pernambucano acredita em uma evolução para a segunda etapa de 2021; provas 1 e 2 da USF2000 estão marcadas para sábado (24) às 11h55 e 18h20, respectivamente

Foto/divacademydrive

Após a primeira etapa da USF2000 em Barber, o pernambucano Kiko Porto agora chega ao circuito de St. Petersburg, na Flórida (EUA), para mais uma rodada dupla da categoria neste final de semana. Foi justamente na pista de St. Pete, inclusive, que o jovem piloto de 17 anos de idade venceu na USF2000 em 2020, ano em que fez sua estreia no Road To Indy.

Sétimo colocado na classificação do campeonato com 30 pontos conquistados, Kiko acredita em uma evolução para a segunda etapa de 2021.

"St. Pete foi a pista na qual eu venci no ano passado, então vamos para cima e conto com a torcida de todos. É uma pista de rua com quase 3 quilômetros de extensão e 14 curvas, um pouco menor do que era Barber, que era um circuito misto. Vamos trabalhar bastante para corrigir algumas coisas da primeira etapa para esta e buscar uma vitória para subir na classificação", diz Kiko, que também conquistou quatro pódios e duas poles em seu ano de estreia na USF2000.

Na primeira etapa da temporada de 2021, o piloto pernambucano conquistou um quarto lugar no Alabama na prova 2, na qual a equipe DEForce Racing também foi destaque com três carros entre os cinco primeiros. Além disso, Kiko terminou a primeira corrida do final de semana no top-10.

Vice-campeão da F4 Americana em 2019, o piloto de 17 anos valorizou o desempenho na estreia e afirma que a classificação deve ser importante para conquistar bons resultados em St. Petersburg.

"Nossa estreia em Barber foi cheia de altos e baixos. Tivemos problema na primeira classificação, uma bandeira vermelha veio quando estávamos colocando pneus novos e isso fez com que a gente largasse lá atrás, mas mesmo assim conseguimos terminar na décima colocação. Já na corrida 2, largando de terceiro, tivemos um resultado ótimo com um quarto lugar também", diz Kiko, que acumulou conquistas no kartismo nacional e internacional antes de chegar à USF2000.

"Então vamos buscar um bom desempenho desde os treinos e também nos classificatórios para largar mais à frente do grid, o que é sempre importante para buscarmos um pódio ou vitória", completou.

O primeiro treino da USF2000 acontecerá nesta sexta-feira (23) a partir das 9h55 (horários de Brasília), enquanto o primeiro classificatório será realizado às 13h15. O segundo classificatório será no mesmo dia às 16h30, enquanto as provas 1 e 2 estão marcadas para sábado (24) às 11h55 e 18h20, respectivamente. Ambas as corridas, inclusive, terão transmissão no canal Fittipaldi Brothers na Twitch.